RECIFAQUI

Revista Científica da Faculdade Quirinópolis

RECIFAQUI

Revista Científica da Faculdade Quirinópolis

Quirinópolis, GO
Dezembro, 2013

Copyright © 2015 by Faculdade Quirinópolis

REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE QUIRINÓPOLIS

Equipe Técnica

Coordenador responsável: Profa. Ms. Maria da Felicidade Alves Urzedo
Revisão Ortográfica: Profa. Ms. Fabiana Rosa Moraes
Profa. Ms. Mirian Maria de Paula
Diagramação: Prof. Leon Alves Corrêa
Catalogação: Wivia Castro Mota (Biblioteca da Faculdade Quirinópolis)
Arte da Capa: Leon Alves Corrêa

RECIFAQUI : Revista Científica da Faculdade Quirinópolis. / Faculdade Quirinópolis. V. 3, n. 1 (jan./dez. 2013). – Goiânia Kelps, 2013.
408 p. : il.

Anual
ISSN: 2237-325x

1. Administração. 2. Direito. 3. Enfermagem. 4. Gestão Ambiental. I. Faculdade Quirinópolis.

CDU: 001.8(051)

Catalogação na fonte
BIBLIOTECA DA FACULDADE QUIRINÓPOLIS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 148 do Código Penal Brasileiro.

IMPRESSO NO BRASIL
Printed in Brazil
2015

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SUDOESTE GOIANO
FACULDADE QUIRINÓPOLIS - FAQUI
Av. Quirino Cândido Cardoso, 38 – Centro – CEP. 75860-000
Quirinópolis, GO

EXPEDIENTE
Diretora Geral: Anésia Ferreira dos Santos
Diretor Acadêmico: Marcos Divino Ferreira dos Santos
Diretora Pedagógica: Maria da Felicidade Alves Urzedo
Secretária Acadêmica: Simone Maria Ferreira dos Santos

COMISSÃO EDITORIAL
Maria da Felicidade Alves Urzedo
Fabiana Rosa Moraes
Leon Alves Correa
Marcos Divino Ferreira dos Santos

CONSELHO EDITORIAL
Maria da Felicidade Alves Urzedo (Presidente)
Anésia Ferreira Santos
Cideon Donizete de Faria
Cláudio Silva Teixeira
Daniela Ferreira Martins
Gilson Xavier de Azevedo
Janice Aparecida Azevedo Fernandes
Jean Marc Nacife
Lourdevina Vieira de Jesus Ataia
Mírian Maria de Paula
Paulo Henrique Garcia Andrade
Regina Maria Pasquali
Sérgio Martins de Oliveira
Vonedirce Maria Santos Borges

CONSELHO CONSULTIVO
Profa. Dra. Arlete Maria Feijó Salcides (UNIPAMPA)
Prof. Dr. Flávio Marques Lopes (UEG)
Prof. Dr. Eloy Alves Filho (UFV)
Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos (UEG)
Profa. Dra Telma Divina Nogueira Rodrigues (FESURV)
Prof. Dr. Waltecides Silva Júnior (UFU)
Prof. Dr.Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)

SUMÁRIO

Editorial 9

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ADMINISTRAÇÃO

A questão da responsabilidade social em empresas sob o enfoque bibliográfico
The issue of social responsibility on business in focus bibliographic . . 17
Gilson Xavier de Azevedo / Arita Gabriela Ribeiro / Jackeline Nunes Basilio Carvalho Jessica Karoene Braz / Rodrigo Franco Moura

Análise de clima organizacional na Indústria Caramuru Alimentos S.A.
Analysis of organizational climate in food Industry Caramuru S.A. . . 43
Jean Marc Nacife / Ana Carolina Medeiros / Diana Medeiros Pinheiro Sampaio / Leandro Pereira de Deus / Nathyelle Silva Martins

Uma análise na gestão de materiais na linha de produção "prática" da Haiala Metalúrgica Ltda
An analysis of the management of materials in production line "practice" of Metals Ltd Haiala 87
Jean Marc Nacife / Albertino Ferreira Neto / Erley Batista Dias / Katiusce Borges Silva

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DIREITO

A natureza do texto literário e suas implicações no pragmatismo jurídico: A poética no direito
The nature of literary text and its implications in legal pragmatism: A poetic in law 137
Janice Ap. de Azevedo Fernandes / Gilson Xavier de Azevedo

Aspectos gerais sobre internação compulsória em saúde mental nos últimos 10 anos: revisão bibliográfica
General hospital on compulsory in mental health in the last 10 years: literature review. 159

Maria Júlia Cota de Araújo Matos / Aureliano Gonçalves Neto/ Diony Tarso Ferreira
Marx e a possibilidade de fim do estado
Marx and the possibility of the end of state 187
Gilson Xavier de Azevedo

Organização internacional do trabalho (oit) e suas convenções/ reflexos no ordenamento jurídico brasileiro
International organization of job (ilo) and conventions reflections in brazilian law 209
Kaio de Bessa Santos

Da possibilidade de conversão negócio jurídico nulo e da crise em contrato com cláusula de desistência pelo confronto de normas que declarem o objeto ilícito
From the possibility of converting void legal business and crisis into an abandonment clause contract through the confrontation of rules that make it ilicit. 235
Marcelo Divino de Oliveira

Usucapião urbano familiar e o princípio da moradia digna e proteção dos filhos
Adverse possession urban family and the principle of decent housing and protection of children 257
Paulo Henrique Garcia Andrade / Adalgisa da Silveira Sousa

Direito de ter o nome do pai na certidão de nascimento: estudo de caso – estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de Quirinópolis – Goiás em 2014
Right to have the father's name on the birth certificate: a case study – students of primary and secondary public network Quirinópolis – Goiás in 2014 283
Fernanda Rosa Moraes Barbosa / Camilo Barbosa Vieira

CIÊNCIAS DA SAÚDE - ENFERMAGEM

Revisão literária da síndrome da apnéia obstrutiva do sono
Literature review of the syndrome of obstructive sleep apnea. 283
Nilo Vieira Borges / Vinícius Alves Bernardes

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - GESTÃO AMBIENTAL

Avaliação sistêmica do Córrego Capela Velha – Quirinópolis (Goiás)
Systemic evaluation of stream Capela Velha – Quirinopolis (Goiás state). . 309
Mírian Maria de Paula / Indomar Lopes de Moraes Filho

Impactos decorrentes do lixo depositado inadequadamente nas margens do Ribeirão das Pedras no município de Quirinópolis/ GO (2012)
Impacts arising out of garbage at the margins of improperly deposited Ribeirão das Pedras in the city of Quirinópolis/GO 329
Mírian Maria de Paula / Poliana Neves Moreira

Perfil social do colaborador da associação das revendas de insumos e agrotóxicos do sudoeste goiano em Quirinópolis, entre 2010 e 2012
Social profile of the employee's association of resellers inputs and pesticides of southwest goiano in Quirinopolis, between 2010 and 2012. .353
Sérgio Martins de Oliveira / Julyelen Alves Moura Mouzinho

Poluição sonora: nível de ruído no Lago Sol Poente provocado por sons automotivos e shows artísticos
Noise: noise level in lake sun west due to sons automotive and artworks hows 373
Regina Maria Pasquali / Eva Lúcia Campos

EDITORIAL

É com imensa satisfação que lançamos mais um número da Revista Científica da Faculdade Quirinópolis (RECIFAQUI), Volume 03, Ano 2013, edição 2014). Publicação oficial de difusão de pesquisa e de reflexão acadêmica do seu Corpo Docente e Discente. É publicada anualmente, desde 2011, difundindo artigos que têm sua fundamentação no campo de cinco áreas do conhecimento dos cursos da Faculdade Quirinópolis (FAQUI), a saber: Ciências Naturais e Tecnológicas; Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas, Artes, Letras e Comunicação.

O objetivo maior da Revista é contribuir na socialização de trabalhos e pesquisas acadêmicas que se inscrevam em suas áreas do conhecimento, oferecendo acesso livre e imediato de todo o seu conteúdo, de forma impressa e também on-line. É inspirada no princípio da ampla e irrestrita difusão do conhecimento. Sua leitura, contribuição autoral e/ou como parecerista do nosso trabalho será muito bem-vinda!

Tem assumido a responsabilidade de contribuir com o processo de aglutinação dos professores autores com ampla, irrestrita e gratuita divulgação dos seus estudos e pesquisas dos Cursos de Administração, Direito, Enfermagem e Gestão Ambiental. Desde sua criação, a Revista contou com financiamento integral da própria Instituição Mantenedora da Faculdade Quirinópolis.

Nesses três anos da RECIFAQUI podemos observar uma grande diversidade de temas, uma pluralidade teórica e, sobretudo, uma variedade de autores que acreditaram na seriedade da Revista e enviaram seus textos para publicação. E pelo seu quadro expressivo de paraceristas da FAQUI nesta edição integrou-se à modalidade de publicação aberta, por meio da adoção do Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas Acadêmicas, paralelamente à versão impressa que se mantém desde o seu primeiro número.

Diante dos desafios que os profissionais da educação vivenciam no contexto atual a RECIFAQUI se coloca como espaço de diálogo e se propõe a direcionar o olhar para o trabalho docente na relação com o cotidiano das suas práticas, junto aos discentes e ao coletivo institucional, às políticas de educação e à sociedade em que estão inseridos. É a esperança de que nossos estudos e práticas pedagógicas nos instiguem a continuar juntos nessa caminhada de trabalhadores da profissão do magistério.

A proposta da RECIFAQUI é debater na perspectiva de uma relação comprometida com a produção do conhecimento, no intuito de intervir na melhoria da educação, da pesquisa e da extensão no campo do Ensino Superior. Esta reflexão guarda estreito vínculo com o pensamento e a realidade nas situações em que professores e educandos de diferentes níveis se encontram. Além de divulgar pesquisas, aumenta e mantém relacionamento acadêmico interdisciplinar entre os Cursos da FAQUI.

Diante do exposto, a RECIFAQUI vem, como um canal privilegiado, reunir pesquisas atinentes às áreas temáticas e trazer à baila debates que poderão transcender o universo acadêmico e embasar políticas sociais de reconhecimento e defesa dos direitos do cidadão. Particularmente, pesquisas que toquem eixos como

o trabalho, cotidiano, violência, família, direito, meio ambiente, educação, saúde, religião, sustentabilidade, assistência, políticas públicas e espaços de sociabilidade.

Neste volume três a RECIFAQUI traz mais uma amostra de pluralidade temática em seu sumário, pela variedade regional das pesquisas originais. É uma Revista que se constitui em documento importante para as pesquisas, quer pela originalidade e diversidade dos textos que nela se incluem, quer pelo testemunho que configura a iniciativa de cooperação acadêmica dos cursos superiores em nível nacional.

Pela natureza de suas contribuições as análises reunidas neste volume podem ser fontes férteis para estudos em cursos de graduação, bacharelado e pós-graduação e para potencializar investimentos teóricos no domínio da pesquisa que garantem a publicação de seus exemplares dentro daquilo que foi definido como seus objetivos, ou seja, os de se tornar "ambiente que comporte enfoques teóricos múltiplos, criatividade e questionamentos que ensejem o crescimento intelectual".

Nunca é demais lembrar: tudo o que foi feito em prol da melhoria, expansão e diversificação desta Revista Científica deveu-se ao envolvimento da Diretora Geral, Anésia Ferreira Santos, do Diretor Acadêmico, Marcos Divino Ferreira Santos e dos Conselhos Editorial e Consultivo. O desprendimento e a coragem dos diretamente envolvidos nessa empreitada foram de grande importância para o bom encaminhamento dos trabalhos, mantendo a qualidade editorial e publicação de artigos de excelência.

Acima de tudo, queremos expressar nossos mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que, acessando o site ou

enviando seus artigos, contribuem para que a RECIFAQUI seja tão bem recebida. Devemos aqui registrar uma especial menção aos nossos leitores e colaboradores: "sem eles, nada disso teria sido possível".

Permanecemos no aguardo do envio de colaborações dos docentes e discentes para as próximas edições no firme propósito de colaborar na disseminação, com qualidade e agilidade, dos novos conhecimentos e das reflexões teóricas e metodológicas produzidas no âmbito das áreas do conhecimento dos Cursos da FAQUI, a qual por meio de suas ações busca difundir experiências de produção de conhecimentos, firmando os princípios do debate plural e interdisciplinar.

Boa leitura a todos!

Maria da Felicidade Alves Urzedo
Diretora Pedagógica e
Presidente da Comissão Editorial

Artigos

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Administração

A QUESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EM EMPRESAS SOB O ENFOQUE BIBLIOGRÁFICO

THE ISSUE OF SOCIAL RESPONSIBILITY ON BUSINESS IN FOCUS BIBLIOGRAPHIC

Gilson Xavier de Azevedo[1]
Arita Gabriela Ribeiro[2]
Jackeline Nunes Basilio Carvalho[2]
Jessica Karoene Braz[2]
Rodrigo Franco Moura[2]

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar a questão da responsabilidade social no contexto empresarial. A metodologia empregada neste estudo foi a pesquisa exploratória de caráter bibliográfico a fim de se desenvolver ampla pesquisa bibliográfica sobre o tema buscando fundamentação de teóricos e pesquisadores sobre a questão da responsabilidade social. Entende-se que os resultados, ora apontados na pesquisa, permitem entrever que o curso de administração da FAQUI e a comunidade acadêmica em geral foram beneficiados com este estudo, pois o mesmo apresentou fundamentação, critérios metodológicos e resultados válidos à pesquisa científica.

Palavras-Chave: Administração. Ética. Responsabilidade Social.

---

[1] Orientador da pesquisa. Doutorando em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014-2016-BOLSISTA FAPEG). Mestre em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014 - BOLSISTA FAPEG). Filósofo (Dom Felício, 1998/FAEME, 2007), Pedagogo (UVA-ACARAÚ, 2004) e Teólogo (FAETEL, 2002/MACKENZIE, 2006), Pós-graduado em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica (UVA-RJ, 2006), Ética e cidadania (UFG, 2012) e Filosofia Clínica (Inst. Packter/PUC, 2013). Professor Titular de Filosofia do Direito e Filosofia Empresarial pela FAQUI (2006-12); Ex-Coordenador do curso de Pedagogia da UEG Quirinópolis (2011-12). (gilsoneduc@yahoo.com.br).

[2] Graduados em Administração pela Faculdade Quirinópolis-GO em 2013. Atuam no ramo comercial.

ABSTRACT

The objective of this research was to investigate the issue of social responsibility in the business context. The methodology used in this study was the exploratory research of bibliographical character in order to develop extensive literature on the subject seeking reasons of theoretical and researchers on the issue of social responsibility. It is understood that the results, sometimes pointed in research, offers great potential for the ongoing administration of FAQUI and the academic community in general have benefited from this study because the same reasoning presented, methodological criteria and valid scientific research results.

Keywords: Administration. Étic. Social Responsibility.

PALAVRAS INICIAIS

O tema Responsabilidade Social vem sendo discutido no Brasil desde a década de 1960 pelas associações empresariais vinculadas às instituições religiosas. Com a modernidade e a globalização as organizações mudaram suas condições de existência, assim mudando também sua conduta na produção de bens e serviços, portanto, mais recentemente observa-se uma transformação no próprio conceito; se anteriormente baseava-se na caridade e no altruísmo, atualmente concebe uma associação entre responsabilidade social e estratégia empresarial, visando à vantagem competitiva. Nesse sentido pode-se observar que segundo Lima (2009, p.114):

> As iniciativas do empresariado voltadas à atenção à população desassistida ficaram limitadas a ações pontuais e heterogêneas. Não existiam projetos ou programas com práticas planejadas

> e sistematizadas. As ações eram desenvolvidas como forma de praticar o bem, ligadas aos aspectos culturais e espirituais do proprietário da empresa. Essa prática se caracterizava como ações assistencialistas através de doações e de prestação de auxílio material e financeiro destinado ao atendimento de problemas imediatos de famílias e de instituições privadas de caridade.

Não sendo um tema novo, a responsabilidade social conceitua-se como sendo a ação responsável de uma organização sobre os impactos que suas práticas gerenciais produzem, não se restringindo somente ao âmbito da empresa em si, também externo. Conforme cita Ferreira (apud SIMÕES et al., 2008) mencionar que uma organização é responsável significa que as pessoas a que ela se associam devem responder por seus próprios atos, ou de outrem, de maneira legal, moral e pelo bem-estar de alguém.

Ainda dentro do viés histórico Serpa e Fourneau (2007, p. 178) indicam que:

> A busca por uma atitude de responsabilidade social corporativa, intensificada a partir da década de noventa, fez surgir um campo de estudo amplo dentro da administração e do marketing. Estudos nesta área partem do interesse em se entender como a percepção dos consumidores a respeito das empresas e de suas ofertas é formada e influenciada. A avaliação do consumidor em relação à postura de responsabilidade social de uma organização se insere no processo de decisão de compra, mas não há consenso a respeito da importância e do impacto desta informação nas escolhas dos consumidores.

Para tal investigação adotou-se um critério de pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, utilizando como ferramentas a pesquisa de campo com questionário semi-estruturado com estudo de caso da referida associação.

Nesse contexto procurou-se tratar no primeiro capítulo sobre as principais definições e os conceitos da responsabilidade social empresarial, mostrando um panorama sobre o que se trata a responsabilidade social e como reagem as empresas que a adotam como um diferencial competitivo, sendo para aumentar os lucros da empresa como de modo a ajudar a sociedade envolta a ela.

Conceitua as duas doutrinas existentes sobre a responsabilidade social e interesse do acionista, mostrando a perspectiva dos dois lados, de agir socialmente perante a sociedade ou buscar a maximização dos lucros para atender aos interesses dos acionistas. Levando a abordagem da ética empresarial e inicialmente descrevendo o surgimento da ética no mundo citada por filósofos renomados como Aristóteles, Kant e Confúcio e depois agregando esse tema unificado a Responsabilidade Social nas ações das empresas, seguida da cidadania empresarial, ditando que as empresas devem ser responsáveis socialmente tanto com os *stakeholders* internos quanto externos e, posteriormente, como esses *stakeholders* se comportam diante da inexistência da responsabilidade social, de que forma são afetados. As empresas usam o marketing social para diferenciarem-se das demais empresas, utilizando determinadas formas para buscar o público alvo.

1 RESPONSABILIDADE SOCIOEMPRESARIAL: ALGUMAS DEFINIÇÕES

A responsabilidade socioempresarial é um tema que se encontra em constante debate, tanto no meio organizacional quanto acadêmico. Ressalta-se a importância da Responsabilidade Social, as vantagens e desvantagens que suas práticas gerenciais produzem, abrangendo não somente o âmbito da empresa, mas também ao interno e externo (SIMÕES, 2008).

Para melhor entendimento sobre como se articula a relação entre o ramo empresarial e a responsabilidade social, juntamente com funções mais eminentes, propõe-se nesse capítulo analisar questões referentes à dimensão conceitual do tema, a doutrina da responsabilidade social, o ponto de vista ético, a ideia de cidadania empresarial, além das questões no entorno do marketing social.

1.1 Do conceito de responsabilidade social

A palavra responsabilidade é proveniente do latim, *respondere*, no sentido de responder a algo e segundo Michaelis (2000, p. 654) é "a qualidade de ser responsável" que "responde por atos próprios ou de outrem", que "deve satisfazer os seus compromissos ou de outrem".

Originalmente o conceito de responsabilidade social dentro do campo empresarial está associado a ações filantrópicas desenvolvidas a partir da Revolução Industrial, a qual mudou radicalmente a sociedade.

Uma empresa socialmente responsável ganha destaque, potencializa sua marca e ganha preferência dos consumidores na aquisição dos produtos e serviços, vislumbrando não somente o próprio ganho, mas também o da sociedade de forma a conduzir seus negócios baseando-se no compromisso contínuo da qualidade de vida atual e das futuras gerações.

Para o Instituto Ethos (2013) responsabilidade social caracteriza-se pela forma como as empresas buscam fazer seus negócios, o discernimento no momento de tomar as decisões e os valores que determinam suas primazias e a relação com seus envolvidos. Da mesma forma Megginson et al. (1998) consideram responsabilidade social como a representação da obrigatoriedade da administração estabelecer um caminho,

tomar decisões e conduzir ações relevantes dentro dos valores e objetivos da sociedade.

De mesmo modo, pode-se inferir também que "a Responsabilidade social das organizações e o comportamento ético dos administradores estão entre as tendências mais importantes que influenciam a teoria e a prática da administração" (MAXIMIANO, 2004, p. 399).

Já a ABNT– Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 16001: 2012, p. 9, define:

> Responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que: Contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações.

Nesse mesmo contexto apresenta-se a norma internacional de responsabilidade social, a *Social Accountability International* (SA 8000), que especifica os requisitos de responsabilidade social que as empresas devem desenvolver na forma de procedimentos e políticas objetivando o gerenciamento de temas que ela possa controlar ou influenciar e mostrar que as práticas estão em conformidade com os requisitos estabelecidos da norma. Os requisitos empetrados são:

> Não usufruam de trabalho infantil; não mantenha trabalho forçado; não atue com discriminação; preze a saúde e segurança dos funcionários; trabalhe com a liberdade de associação e direito a negociação coletiva; não imponha práticas disciplinares com punição corporal e demais; não

> exceda horários de trabalho além dos estabelecidos pela lei; remuneração deve satisfazer aos padrões mínimos da indústria e satisfazer as necessidades básicas dos funcionários; sistema de gestão em que a alta administração defina uma política voltada para a responsabilidade social exercida pela empresa (SA 8000, p. 5).

Segundo a citação acima a intenção seria a de promover o desenvolvimento não só da empresa, mas de funcionários, colaboradores, terceiros e clientes. Nesse sentido, para Ferrell et al. (2001) a responsabilidade social ressalta a obrigação da empresa aumentar os resultados positivos e diminuir os negativos para os *stakeholders*[3], levando em consideração quatro tipos de responsabilidade assim como Carrol (apud SIMÕES, 2008, p. 28) define a abordagem envolta na responsabilidade social a partir de quatro perspectivas:

> 1) responsabilidade econômica, objetivando a maximização dos lucros para os proprietários e acionistas, oferecendo seus produtos e serviços a preços justos e remuneração justa aos colaboradores; 2) responsabilidade legal, faz referência a conscientização na obediência às leis, cumprimento da legislação federal, estadual e municipal; 3) responsabilidade ética, refere-se ao comportamento correto diante das situações procurando evitar prejudicar outras pessoas; 4) responsabilidade filantrópica, é o cumprimento de ações sociais, podendo ser patrocínios, doações, investimentos em programas e projetos sociais, buscando a qualidade de vida e bem-estar de uma comunidade ou sociedade por completo.

[3] Stakeholder (em português, parte interessada ou interveniente), é um termo usado em diversas áreas como gestão de projetos, administração e arquitetura de software referente às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa. O termo foi usado pela primeira vez pelo filósofo Robert Edward Freeman. Segundo ele , os stakeholders são elementos essenciais ao planejamento estratégico de negócios. De maneira mais ampla, compreende todos os envolvidos em um processo, que pode ser de caráter temporário (como um projeto) ou duradouro (como o negócio de uma empresa ou a missão de uma organização) (FREEMAN, R. Edward. Strategic Management: A Stakeholder Approach (eminglês). [S.l.: s.n.], 1984.).

Segundo Megginson et al. (1998) a responsabilidade social compreende duas perspectivas sobre sua prática, sendo que a primeira defende o limite da responsabilidade, citando o defensor mais conhecido da limitação da responsabilidade social, Milton Friedman, o qual argumenta que o administrador que se tornar responsável socialmente para os proprietários da empresa na maximização dos lucros e para a sociedade e objetivando o bem estar geral poderá levar a empresa à morte, pois estará colocando em conflito o desempenho com os objetivos particulares. Já a segunda defende a extensão da aplicação da responsabilidade social ao afirmar que a empresa deve ser um fator importante na sociedade e opera um impacto grande em sua existência.

Nesse contexto, a responsabilidade social é visualizada como a partida contrária da empresa à sociedade, em que ela presta serviços à sociedade da qual extrai insumos e deteriora seu habitat natural, dessa forma podendo ser dividida em duas doutrinas, uma visando ao benefício da sociedade e a outra o benefício dos acionistas, pois dentro das ações que afetam os dois extremos cada qual quer beneficiar-se de algo.

Feitas estas considerações sobre a ideia conceitual de responsabilidade social há que se aprofundar além do conceito uma teoria geral do conceito analisando alguns dos referenciais dentro desse escopo.

1.2 A doutrina da responsabilidade social e do interesse do acionista

A responsabilidade social é vista de duas formas pelos seus diferentes *stakeholders,* alguns visam ao bem estar geral da sociedade considerando que as organizações detêm o dever de promovê-lo por usufruir dos recursos da mesma, já outros visam

à maximização dos lucros dos acionistas, pois a responsabilidade social deve ser promovida pelo governo e cidadãos.

Conforme Maximiano (2004) há duas doutrinas sobre a responsabilidade social, a *Doutrina da Responsabilidade Social* e a *Doutrina do Interesse do Acionista.*

A doutrina da responsabilidade social, por sua vez, caracteriza-se pela sua prática nas organizações como um todo e em empresas particulares, baseando-se na asserção de que as organizações são instituições sociais que existem com consentimento da sociedade, pois utilizam seus recursos e afetam sua vida. Um dos principais representantes dessa doutrina é Andrew Carnegie, fundador da U.S. Steel, que publicou em 1899, nos Estados Unidos, o livro *O evangelho da riqueza,* no qual estabelece os dois princípios da responsabilidade social coorporativa – caridade e zelo – baseados numa visão paternalista do papel do empresário em relação aos empregados e clientes (MAXIMIANO, 2004).

No princípio da caridade os indivíduos mais afortunados devem cuidar dos menos afortunados, podendo ser auxiliados diretamente ou por meio de instituições como igrejas, associações de caridade ou movimentos de auxílio. Essa obrigação é do indivíduo e não da sua empresa, decidindo assim o valor da caridade que pretende praticar (MAXIMIANO, 2004).

Já no princípio do zelo (*stewardship*), derivado da Bíblia, consolida que as empresas e os ricos deveriam posicionar-se como detentores de sua propriedade, os mesmos reterem seu dinheiro com a confiança da sociedade e podem usá-lo para qualquer finalidade que a sociedade julgar legítima; a empresa exerce o papel de elevar a riqueza da sociedade por meio de investimentos sensatos e prudência no uso dos recursos (MAXIMIANO, 2004).

A noção de responsabilidade social ganhou força com os impactos causados pela deterioração do ecossistema e como reação surgiram grupos ativistas que propuseram erradicar o comportamento socialmente irresponsável de determinadas empresas, assim surgindo uma legislação destinada a essa questão. Outro respaldo para a aceitação da doutrina da responsabilidade social é que nem sempre as empresas provocam efeitos positivos para seus *stakehorders*.

Por sua vez, a doutrina do interesse do acionista propõe que as empresas priorizem as obrigações com os acionistas e maximize os lucros, portanto a ética nas decisões consiste na premissa de procurar alternativas que tragam mais dinheiro para a organização porque esse rumo incentiva a utilização mais eficiente dos recursos individuais, organizacionais, sociais e ambientais (MAXIMIANO, 2004).

O maior representante dessa doutrina, Milton Friedman (apud MAXIMIANO, 2004), afirma que a empresa e o homem de negócio possuem a responsabilidade e devem considerar como objetivo a maximização dos lucros dos acionistas.

Entretanto, alguns autores não veem essa premissa de Friedman como vantagem nem mesmo a junção dos extremos, empresa socialmente responsável e lucratividade seja algo fácil de ser aplicado.

No artigo *Economia: responsabilidade social como vantagem competitiva e estratégica*, escrito por Jaime Matos (2005), os estudiosos Michael Porter e Mark Kramer defendem o ponto de vista que a competitividade e a orientação social são compatíveis e todos devem ser alvos da gestão da empresa, tanto as partes interessadas como os proprietários e a sociedade em geral; assim alcança-se a "vantagem competitiva da filantropia empresarial", sendo uma alternativa ao fundamentalismo de Friedman.

Peter Drucker (1998) afirma que os *stakeholders* que procuram pela maximização dos lucros em um curto prazo de tempo na atual fase capitalista são os investidores e sua abordagem busca mostrar a transformação ocorrida no Capitalismo após o estabelecimento e predominância de ideias de modelo neoliberal, vistas a partir da década de 1970. Acontece, então, uma mudança da visão do Capitalismo corporativo de multinacionais para o capitalismo especulativo financeiro, em que investidores de grande porte passam a cobrar mais a maximização dos lucros

A relação entre responsabilidade social e lucratividade não é facilmente estabelecida por ser difícil determinar as ações e os resultados da responsabilidade social. Caso o administrador pudesse medir claramente os benefícios e os custos de um programa social no quesito monetário, já definidas as decisões a serem tomadas tornar-se-iam mais fáceis.

Todavia, não existe uma pesquisa confiável que comprove que o custo total de um programa social seja menor que os benefícios, porém há provas que ações responsáveis fundamentam seus custos (MEGGINSON et al., 1998).

Mesmo não havendo uma resposta concreta da influência da responsabilidade social sobre a lucratividade pode-se inferir que primeiramente ela ajuda, de modo que uma empresa para sobreviver deve ajudar a sociedade seguindo a premissa de não reduzir seu valor econômico e sua inteireza financeira.

Segundo o Instituto Ethos (2003) a responsabilidade social não pode ser tratada separada da questão ética, pois suas atividades devem envolvê-la e tornar-se ainda mais producente e equânime. Atingir tal padrão não é tão simples como parece, carecendo a empresa em alguns casos inclusive de treinamento no campo da ética. Tal fator é tão essencial que se deve tratá-lo em separado a seguir.

2. ÉTICA NAS EMPRESAS

Ética é uma palavra derivada do grego ethos, e significa "costume"; em latim usa-se a palavra *mos, moris* e dela deriva a voz moral.

Na concepção de Alonso et al. (2008) a ética é uma ciência prática, levando em consideração a conduta do ser humano, podendo ser considerada do bem ou do mal; a ética estuda a vida do ser humano no sentido da preocupação com o agir do indivíduo – a ação.

A ética não efetua um estudo da cultura do ser humano e sim estuda a questão da moralidade e também é considerada como a arte de viver bem e feliz.

Para Maximiano (2004) ética e responsabilidade social não são assuntos atuais, pois a sociedade do terceiro milênio não conseguiu resolver os problemas que foram foco nos debates há mais de 2.500 anos relacionados à ética.

Dentro do contexto de ética e sobre a necessidade de ser ético Alonso et al. (2008) e Maximiano (2004) afirmam que a ética vem sendo estudada há milhares de anos. O filosofo Aristóteles (384-322 a.C) em sua obra Ética a Nicômaco já mencionava que a base para o estudo de Filosofia parte de uma dedicação à compreensão da Ética, já que o agir humano deve buscar a *eudaimônia* ou com origem no (eu) bem disposto e (daimon) que tem um poder divino. Nesse sentido o bem supremo é construído a partir de nossas atitudes e ainda responde à argumentação mencionando que a felicidade é este bem supremo e para que ela seja adquirida o caminho é agir bem.

Confúcio (551 – 479 a. C.) foi o responsável pela inclusão da norma da reciprocidade e define que cada um seria tratado da forma que se trata os demais e também defendia a existência

de uma conduta virtuosa; cada um deve desenvolver suas habilidades, trabalhar e possuir uma educação, não efetuando gastos desnecessários e sempre cultivando a paciência para não desistir dos seus ideais (MAXIMIANO, 2004).

Confúcio (551 – 479 a. C.) também influenciou no surgimento da chamada "Regra de Ouro", uma norma que possui duas versões: 1. "tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles" e 2. "não façais aos outros os que não querem que vos façam". Confúcio não viu suas ideias na prática, falecendo antes disso acontecer (MAXIMIANO, 2004).

Já Kant, filósofo alemão do século XVIII, quem transformou a Regra do Ouro em imperativos para estabelecer um comportamento que seria o ideal a ser seguido em uma sociedade (MAXIMIANO, 2004) propõe:

- Uma ação tomada por uma pessoa só teria razão em agir de certa forma se outra pessoa pudesse agir da mesma forma em uma situação semelhante.
- Uma ação apenas será considerada correta se não for usada outra pessoa como objeto para alcançar tal interesse. E que cada um é livre para efetuar as escolhas que deseja escolher.
- Até mesmo o entendimento da felicidade está voltada para a ética, pois para alguns ser feliz é possuir o poder, ter uma grande fortuna, ter como adquirir bens materiais, porém a felicidade é ter uma vida digna, direita, possuir uma vida social saudável, ter uma família, entre outros valores (MAXIMIANO, 2004).

Alonso et al. (2008) destaca que o ser humano é racional, possuindo inteligência que o faz ser responsável pelas suas

próprias ações; ele é capaz de prever a consequência dos seus atos e, principalmente, sabe que ter responsabilidade com os seus atos definirá a sua moral e é também o principal tema para o estudo da Ética por possuir o livre arbítrio, não se deixando influenciar pela natureza, determinando assim sua maneira de viver.

De acordo com Matos (2008) sem ética, sem valores, respeito e princípios é praticamente impossível haver um bom convívio entre grupos. Ter a "predisposição ética" é ter a capacidade de valorizar a relevância do que é moral e ter a "consciência ética", é saber avaliar, julgar e agir de acordo com a ética.

É a partir desses pontos que as organizações inserem o código de ética e os programas voltados para a responsabilidade social com o intuito de unir a "predisposição ética e a consciência ética".

Na definição de Maximiano (2004) os códigos de ética são as normas de formas escritas e devidamente divulgadas, onde estarão contidas a missão e a visão das empresas. E estas normas servem para direcionar e auxiliar nas tomadas de decisões e deixar claro o que é correto e o que é errado. Após seu surgimento o código de ética tornou-se comum a partir dos anos 80, quando grandes empresas verificaram a importância de implantá-los.

O código surgiu com o intuito de estabelecer um comportamento correto e estabelece uma jurisdição administrativa correta, além de auxiliar até mesmo na redução de processos criminais entre dirigentes e empregados.

É claro que as sanções para os infratores do código existem, podendo ser o infrator advertido, suspenso e até mesmo excluso após constatado o não cumprimento do código de ética.

Os membros da comissão ética de uma empresa deverão ser íntegros e de bom caráter e, principalmente, possuírem ética visível aos olhos dos outros (ALONSO et al., 2008).

A empresa é um conjunto no qual várias pessoas trabalham em prol de efetuar um trabalho, o qual resultará em um objetivo final que passa por mudanças, tanto sua estrutura quanto sua forma de organizar e realizar o trabalho e com essas mudanças é inevitável que a forma de se relacionar entre si também não seja afetada. Como citado anteriormente (ALONSO et al., 2008) a ética em seu conceito é o ato humano, com isso ela está presente dentro de uma empresa em suas várias atividades.

A empresa ética é aquela que acredita em seus valores e se moderniza para não levar os seus colaboradores ao extremo, já que aceita a primazia que liga os seres humanos.

A empresa antiética é aquela que faz acordos de preços entre seus concorrentes, abre fábricas, filiais em países subdesenvolvidos com o intuito de explorar a mão de obra ou negociações com oferecimento de propinas e subornos, as que fraudam licitações e balanços, dentre outros.

Porém, é a partir do surgimento desses tipos de comportamentos e com a presença acirrada da mídia que informa os acontecimentos, as situações e fatos que as empresas estão adotando e implantando os padrões éticos, criando os códigos de ética, as auditorias, programas de treinamento e contratação de assessorias especializadas em Ética (ALONSO et al., 2008).

De acordo com Francisco Gomes de Matos (2005) é impossível separar a ética empresarial da cultura corporativa. O sucesso e até mesmo o fracasso de uma organização depende muito do comportamento ético que a mesma possui e ser ético não é uma questão de opção e sim de sobrevivência. Porém,

nenhuma empresa pode ser avaliada a partir dos seus padrões tangíveis, mas sim os intangíveis, assim podendo ser localizada a ética.

De acordo com Arruda et al. (2009) todos possuímos uma forma de viver e as opiniões podem ser diferentes umas das outras; isso ocorre de acordo com o princípio de cada um, portanto dentro de uma organização essas diferenças podem causar conflitos, pois o que estamos atingindo é a cultura empresarial. É necessário o desenvolvimento de padrões e políticas para que os que já estão inseridos na empresa possam sempre segui-los e os que estão entrando possuam uma conduta a ser seguida e exerçam suas funções se adequando ao ambiente.

Uma postura ética na empresa deve estar presente em todos os seus setores de modo a se promover primeiro um sentimento e depois uma condição de valor pessoal que promova o estado de cidadania pleno conforme se vai tratar a seguir.

2.1 Cidadania empresarial

De acordo com Melo Neto e Froes (1999) cidadania empresarial é dada como um conceito novo que decorreu dentro de empresas que exercem movimentos sociais em busca de se diferenciarem por meio de investimentos em projetos sociais.

A cidadania empresarial é vista mediante o relacionamento entre empresa e indivíduos, mas não apenas com a sociedade externa como também entre indivíduos que atuam internamente na empresa, portanto ela está diretamente ligada aos seus *stakeholders* por meio de projetos que valorizam cada ser, investindo em saúde, educação, meio ambiente, economia, cuidando de forma direta do bem de seus integrantes.

A relação entre responsabilidade social e cidadania empresarial aparece nos projetos sociais que ela promove,

seguindo uma linha ética interligada aos valores da empresa. Essa forma de atuação faz com que cada ser envolvido efetue suas tarefas com mais motivação e satisfação, auxiliando a empresa para o alcance dos resultados almejados e demonstrando a importância de uma empresa para o meio ambiente.

Garcia (1999) destaca que a competição entre empresas colabora diretamente para o surgimento de estratégias voltadas para o assunto responsabilidade social na busca de diferenciação.

Uma empresa que atua e valoriza as ações sociais tem grande chance de atingir o sucesso, pois acaba inserindo, contribuindo e se relacionando de forma mútua com seus *stakeholders*, terminologia já tratada em rodapé a ser explorada a seguir.

2.2 *Stakeholders* e a responsabilidade social

O termo*s takeholder* foi criado pelo filosofo Robert Edward Freeman. Segundo Michaelis (2009) a palavra em inglês *stake* significa interesse, participação, risco e *holder* significa dono, proprietário; a junção das duas palavras dá-se no sentido de identificar a parte interessada.

Para Freeman (1984) *stakeholders* é qualquer indivíduo que afeta ou seja afetado pela organização. Este grupo engloba os proprietários, funcionários, clientes, fornecedores, Estado, organizações governamentais e não-governamentais, assim como comunidades locais e internacionais.

Para Campbell (2004 apud SOUZA, 2013) dentro de um ambiente organizacional ocorre a interdependência entre os diversos componentes e as relações podem ser afetadas por inúmeras influências, resultando no aumento ou diminuição do poder da organização sobre esses componentes.

A teoria dos *stakeholders* utiliza-se das combinações de análise da teoria sistêmica, referentes à interdependência e integração dos componentes inseridos num sistema, procurando mostrar essa inter-relação e explicar teoricamente a referência junto à responsabilidade social da organização somando ao ambiente onde se encontra.

Para Daft (1999) a responsabilidade social de uma empresa deve considerar as relações e ações efetuadas entre as partes interessadas ligadas à organização e o ambiente a que pertencem.

Freeman (1984) reconhece atores sociais que atuam mutuamente com a empresa, concebendo que esses diferentes *stakeholders* interferem nas decisões da empresa em que possuem interesse. O principal foco da teoria é a democratização das relações entre empresa e sociedade, substituindo o foco tradicional voltado para a capacidade da empresa em atender apenas aos interesses dos acionistas e torná-los cientes do que ela está realizando socialmente e de como se compromete socialmente; isso é chamado de marketing social, tema a ser tratado a seguir.

3. MARKETING E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A constante exposição dos problemas sociais despertou nas empresas o interesse pela estratégia do marketing social, em que geralmente se promove a responsabilidade social podendo melhorar a qualidade de vida das comunidades onde atuam, criando assim uma imagem positiva da organização.

No intuito de conceituar o tema Araújo (2005, p.9) dissertou que "o marketing social é encarado como estratégia de mudanças comportamentais e atitudinais, podendo ser utilizado em qualquer tipo de organização seja pública ou privada,

lucrativa ou não, desde que tenha uma meta final de produção de transformações e impactos sociais".

Nesse mesmo raciocínio Melo Neto e Froes (2001 apud OLIVEIRA, 2001, p.71) observam que "o verdadeiro marketing social atua fundamentalmente na comunicação com os funcionários e seus familiares com ações que visam aumentar comprovadamente o seu bem estar social e o da comunidade".

Sendo ainda de uma representatividade tímida entre pequenos e médios empresários o marketing social aliado à responsabilidade social está equidistante sobremaneira nos pequenos centros urbanos de uma realidade macro de melhoria da vida social. Todavia, Mendonça e Schommer (2000) enfatizam que, atualmente, é cada vez maior o número de empresas que associam sua imagem a uma causa social a fim de estimular vendas e agregar valor à sua imagem institucional.

No artigo *Aspecto do marketing social e do marketing societal e suas implicações conceituais* Patrícia Veber (2007) afirma que o marketing socialmente responsável é o entendimento de preocupações abrangentes, igualmente aos contextos éticos, ambientais, legais e sociais das ações do marketing que abrangem a sociedade e a empresa como um todo, salientando ainda que a responsabilidade social solicita que os profissionais de marketing averiguem minuciosamente o papel que desempenham ou possam desempenhar relacionados ao bem estar social.

> A orientação de marketing societal sustenta que a tarefa da organização é determinar as necessidades, os desejos e os interesses dos mercados-alvo, satisfazê-los de maneira mais eficiente e eficaz que os concorrentes, de um modo que conserve ou aumente o bem-estar do consumidor e da sociedade como um todo (KOTLER, 2006, p.20).

Nessa leitura, pode-se afirmar ainda que o marketing social além de associado dependa sobremaneira do compromisso da responsabilidade social e ao promovê-la de forma efetiva a organização utiliza tal promoção para ampliar seus padrões de confiabilidade, envolvimento e compromisso social como forma de divulgação de suas ações, podendo agregar sustentabilidade à sua sobrevivência, além de maior permanência e destaque no mercado em que atua.

Das muitas formas de marketing social há que se abordarem alguma como forma de ampliação do conceito.

3.1 Formas de marketing social

Atualmente, os consumidores passaram a apoiar cada vez mais a prática da responsabilidade social, assim muitos aceitam pagar mais caro por um produto por saber que a diferença irá contribuir socialmente.

Segundo Melo Neto e Froes (2001 apud OLIVEIRA, 2001) existem cinco formas de se utilizar o Marketing Social propostas pela Associação Municipal de Apoio Comunitário (2010).

- Marketing de Filantropia: surgiu nos EUA por meio dos grandes milionários que passaram a doar parte de suas fortunas e produtos para ações governamentais e da sociedade; fundamenta-se na empresa doar parte de seus lucros para programas sociais.
- Marketing de Campanhas Sociais: surgiu no Brasil em meados da década de 80 por meio da campanha pela cidadania contra a miséria e a fome, de Betinho; origina-se na divulgação de campanhas sociais, por exemplo, na embalagem de algum produto vendido pela empresa ou até mesmo em oferecer o dinheiro arrecadado no dia a uma campanha social, apelando assim para o emocional do cliente.

- Marketing de Patrocínio dos Projetos Sociais: podendo este ser dividido em dois tipos, o de terceiro, em que a empresa atua em parceria com o governo no financiamento de suas ações sociais ou o patrocínio próprio, no qual a empresa cria seus próprios projetos e os implementa com recursos próprios.
- Marketing de relacionamento com base em Ações Sociais: a empresa usa seus funcionários como intermediários na divulgação para os seus clientes das ações sociais oferecidas por ela.
- Marketing de Promoção Social do Produto e da Marca: esta prática consiste na divulgação de uma entidade ou logotipo de uma campanha junto ao da empresa, agregando valor à marca e aumentando as vendas.

Kotler e Keller (2012) mencionam um processo de planejamento do marketing social em que deve identificar onde queremos chegar, os caminhos que percorreremos para chegar e como permaneceremos no objetivo. Assim, a organização identifica o público alvo, determina um caminho a ser percorrido para conquistá-lo e as estratégias que serão utilizadas para mantê-lo como público alvo.

Porém, é necessário que a empresa conheça bem esse público alvo e faça uma boa análise sobre qual e como apoiar uma campanha, pois se essa ferramenta for mal utilizada poderá trazer transtornos à empresa, assim como a rejeição dos seus principais consumidores.

Diante disso, o marketing social gera e deve gerar impacto sobre a visão que a sociedade tem da empresa. A seguir serão expostos alguns dos aspectos do impacto pretendido com o marketing social.

3.2 O impacto do marketing social nas empresas

Ao praticarem a responsabilidade social as organizações buscam o apoio do marketing social e reforçam a imagem da empresa, já que com os resultados dos projetos sociais por ela financiados e/ou promovidos torna-se mais conhecida no mercado, os produtos e/ou serviços ganham uma maior visibilidade e assim vendem mais.

Para Chiavenato (2004) no momento de escolher entre uma empresa socialmente responsável e outra não o consumidor tende a optar pela empresa que contribui pela sociedade. Assim, Melo Neto e Froes (apud OLIVEIRA, 2001, p. 47-8) elencam os principais benefícios decorrentes das ações sociais das empresas:

- Ganhos de imagem corporativa;
- Popularidade de seus dirigentes, que se sobressaem como verdadeiros líderes empresariais com elevado senso de responsabilidade social;
- Maior apoio, motivação, lealdade, confiança, e melhor desempenho dos funcionários e parceiros;
- Melhor relacionamento com o governo;
- Maior disposição dos fornecedores, distribuidores, representantes em realizar parcerias com a empresa;
- Maiores vantagens competitivas (marca mais forte e mais conhecida, produtos ou serviços mais conhecidos);
- Maior fidelidade dos clientes atuais e possibilidade de conquista de novos clientes;

Segundo Pagliano (1990) o marketing social é capaz de tornar as empresas mais preparadas para o mercado pelo simples fato delas estarem em maior sintonia com as dinâmicas da sociedade.

Na concepção de Porter (1990) ao identificar uma oportunidade inteiramente nova algumas empresas criam uma vantagem competitiva e assim se destacam no mercado.

Portanto, ter uma imagem positiva frente a sociedade, encarar os problemas sociais como oportunidades permitem que as empresas ganhem credibilidade perante seus *stakeholders* internos e externos e, assim, se sobressaem no mercado em que atuam.

Em resumo, este capítulo procurou entrever os dimensionamentos do conceito de responsabilidade social, bem com suas implicações dentro das empresas em suas variantes.

PALAVRAS FINAIS

No âmbito empresarial a Responsabilidade Social é um tema que se encontra em constante debate sendo lembrada em inúmeros discursos há várias décadas; valida-se o sucesso empresarial mediante as ações promovidas por ela aos seus *stakeholders* considerando que todas as partes interessadas esperam receber algo provindo das práticas empresariais caracterizadas pela responsabilidade social que trazem consigo. Empresas socialmente responsáveis ao inserir seus valores e princípios no mercado tornam-se visíveis ao público e utilizam do marketing social juntamente com as demais práticas ramificadas à Responsabilidade Social e tendem a conquistar espaço no mercado, assim diferenciando-se de suas concorrentes.

Assim, foi abordado nesse TCC a importância da Responsabilidade Social nas práticas empresariais e como elas podem afetar os envolvidos ligados direta ou indiretamente à empresa. Essas práticas estão relacionadas à ética e devem refletir nas decisões do cotidiano. Conforme propõe o Instituto Ethos (2003, s.p) "a ética nos negócios ocorre quando as decisões de

interesse de determinada empresa também respeitam o direito, os valores e os interesses de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, são por elas afetados".

REFERÊNCIAS

ALONSO, Felix Ruiz, LOPEZ, Francisco Granizo, CASTRUCCI, Plinio de Lauro. **Curso de ética em administração.** São Paulo: Atlas, 2008.

ARRUDA, Maria Cecilia Coutinho de; WHITAKER, Maria do Carmo; RAMOS, Jose Rodrigues**. Fundamentos de ética empresarial e econômica.** São Paulo: Atlas, 2009.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 16001. **Responsabilidade Social:** sistema de gestão: requisitos. Rio de Janeiro, 2012.

DRUCKER, Peter. **Administrando o futuro**: os anos 90 e a virada do século. São Paulo: Thomson Pioneira, 1998.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/instituto-ethos-lanca-nova-marca-na-conferencia-2013/>. Acesso em: 05 mar. 2014.

LIMA, Maria José de Oliveira. **Considerações sobre responsabilidade social empresarial.** Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc= s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.franca.

unesp.br%2Findex.php%2FSSR%2Farticle%2Fdownload%-2F8%2F73&ei=cq8XU4n9O8fSkQfWvoGwCg&usg=AFQjC-NHl5JO4Afi8l0qYm1UKoVLodb1Vgw&sig2=fb-whmq2WYk-GZwVul28JsA>. Acesso em: 05 mar. 2014.

MATOS, Francisco Gomes de. Ética na gestão empresarial. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2004.

MEGGINSON, Leon C., MOSLEY, Donald C., PIETRI JR., Paul H. **Administração:** conceitos e aplicações. São Paulo: Harbra, 1998.

MICHAELIS: **Moderno dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Reader's, 2000.

_____. **Dicionário Prático Inglês**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

SA 8000. **Social Accountability International.** Disponível em: <http://www.apcer.com.br/ index.php?option=com_content&view=article&id=290:ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-engo-andre-ramos&catid=33:artigos-apcer&Itemid=88>. Acesso em: 05 mar. 2014.

SERPA, Daniela Abrantes Ferreira; FOURNEAU, Lucelena Ferreira. **Responsabilidade social corporativa**: uma investigação sobre a percepção do consumidor. Rev. adm. contemp., Curitiba ,

v. 11, n. 3, Sept. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552007000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2014.

SIMÕES, Claudia Pestana. **Responsabilidade social e cidadania**: conceitos e ferramentas. Brasília: SESI, 2005.

ANÁLISE DE CLIMA ORGANIZACIONAL NA INDÚSTRIA CARAMURU ALIMENTOS S.A.

ANALYSIS OF ORGANIZATIONAL CLIMATE IN FOOD INDUSTRY CARAMURU S.A.

Jean Marc Nacife[4]
Ana Carolina Medeiros[5]
Diana Medeiros Pinheiro Sampaio[5]
Leandro Pereira de Deus[5]
Nathyelle Silva Martins[5]

RESUMO

A pesquisa iniciou-se com a conceituação básica de gestão de pessoas, evidenciando os pensamentos dos autores sobre o comportamento das mesmas de diferentes áreas dentro das organizações, a forma como essas pessoas eram tratadas, a evolução e o reconhecimento das habilidades dos colaboradores, as políticas, modelos e as variáveis aplicadas e a conceituação do clima organizacional. Desenvolvemos e aplicamos a pesquisa de clima para comprovar o grau de satisfação dos colaboradores e mostrar como isso vem impactando na maior produtividade da organização e como a empresa mantém esse clima favorável. Na realização da pesquisa foram utilizados questionários aplicados nos setores: administrativo, controladoria e logística. Depois dos resultados coletados e identificados foram feitas

[4] Orientador da pesquisa. Doutorando em Administração pela UDE-UY. Mestre em Administração pela UDE-UY – Revaliado pela UFV. Especialista em Metodológia da Investigação pela UDE-UY. Especialista em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas pela UFLA. Especialista em Sexologia pela UCAM. Graduado em Administração pela FACIAC. Formação em Psicanálise Clínica pelo ISPB. Professor de Graduação e Pós-Graduação em Administração na Faculdade Quirinópolis. Coordenador de Graduação e Pós-Graduação na Faculdade Quirinópolis. Procurador Educacional Institucional na Faculdade João Paulo II de Quirinópolis.

[5] Graduados em Administração pela Faculdade Quirinópolis-GO em 2013.

comparações através das perguntas propostas em cada indicador e gráficos comparativos. Após essa análise dos resultados conclui-se que de uma forma geral os colaboradores apresentaram-se satisfeitos com relação à gestão adotada pela organização, embora haja algumas variáveis as que devem ser revistas e analisadas devido ao fato de apresentar grau de insatisfação, mas no geral o clima organizacional predominante na empresa Caramuru Alimentos S.A. é satisfatório de acordo com os dados levantados na pesquisa realizada.

Palavras-chave: Clima Organizacional. Satisfação. Produtividade.

ABSTRACT

The research began with the basic concepts of managing people, highlighting the thoughts of the authors on the behavior of those different areas within organizations, how these people were treated, the development and recognition of skills of employees, policies, models and applied variables and conceptualization of the organizational climate. We develop and apply climate research to prove the degree of satisfaction of employees and show how this has impacted on the higher productivity of the organization and how the company maintains this favorable climate. Executing this research we used questionnaires applied in the administrative, controlling and logistics sectors. After the collected and identified results comparisons were made through the questions posed in each window and made comparison charts. After this analysis of the results we conclude that in general the employees had to be satisfied with the management adopted by the organization, although there are some variables which should be reviewed and analyzed due to the fact that a

degree of dissatisfaction, but overall the climate organizational prevalent in the company CaramuruAlimentos S.A. satisfactory according to the data collected in the survey.

Keywords: Organizational Climate. Satisfaction. Productivity.

PALAVRAS INICIAIS

O artigo em questão se propõe a analisar o clima organizacional dos setores administrativo, controladoria e logístico da empresa Caramuru Alimentos S.A. unidade São Simão-GO, aspirando percorrer o melhor caminho para chegar ao resultado almejado, identificando como manter o clima favorável para que haja melhor desempenho das funções dos colaboradores. O clima organizacional se tornou uma ferramenta importante para as organizações buscarem soluções para as deficiências encontradas através das pesquisas realizadas, podendo assim melhorá-los.

O objetivo da pesquisa é verificar se o clima organizacional da empresa é benéfico ou não para os colaboradores, analisando se os mesmos estão satisfeitos e/ou motivados em relação à gestão da organização, às condições oferecidas pela mesma e se o clima organizacional favorável reflete na produtividade dos mesmos. O objetivo principal é apresentar uma avaliação do clima nos setores em questão.

Como métodos de estudo a pesquisa utilizou da coleta de dados através de questionários aplicados nos setores indicados pelo gestor da organização e entrevistas. Os principais autores da pesquisa foram Chiavenato, Gil, Nacife, Maximiano, Lacombe e Marconi.

Hoje um dos ativos mais importantes dentro das organizações são as pessoas; as mesmas são indispensáveis no processo e formam o diferencial competitivo da empresa, dessa forma é importante que invistam nos colaboradores, pois são eles que atingem metas, alcançam objetivos, geram resultados, proporcionam aumento da lucratividade, os quais precisam sempre estar motivados para colaborar com a empresa. Quando a mesma investe em seus colaboradores precisa também se preocupar com o clima organizacional, o qual tem papel relevante no desempenho dos mesmos.

As organizações vivem em constante mudança, o que consequentemente faz com que elas procurem meios para se adaptarem às mutações, às necessidades e objetivos impostos. Os gestores precisam sempre se aprimorar e saber lidar com pessoas, gerenciando seus conflitos internos, é necessário também que saibam manter a qualidade de vida dentro da organização, ter atenção à capacitação dos colaboradores e sempre procurar reduzir custos. As organizações têm suas peculiaridades, cada uma com sua identidade, política e características próprias, assim formam sua cultura.

Dessa forma, torna-se de grande valia a aplicação da pesquisa de clima organizacional nas organizações, a qual conquistou grande importância, pois contribui com o fornecimento de informações dos processos da empresa e de seus colaboradores, assim tendo como resultado também qual o grau de satisfação dos mesmos em relação a vários aspectos inseridos no universo da pesquisa. A partir dela é possível que a empresa receba sugestões, permitindo identificar quais os pontos a melhorar.

1 GESTÃO DE PESSOAS: CONCEITOS BÁSICOS

A gestão de pessoas é uma ciência ainda considerada nova, surgida no final século XX, a partir de uma nova visão das organizações com relação à forma de administrar seus funcionários, os quais eram considerados meros instrumentos de trabalhos e não parceiros das mesmas. Com os impactos da globalização as organizações começaram a passar por algumas transformações tanto em sua estrutura organizacional como também no seu planejamento estratégico para se adaptarem às novas exigências, as quais são cobradas diante do novo mercado econômico, dotado de tecnologias e altamente competitivo (GIL, 2010).

Diante desse contexto, as organizações tiveram que rever e mudar as suas maneiras de administrar as pessoas e passaram a considerá-las não mais como máquinas, as quais somente obedecem às ordens de seus dirigentes, mas sim como seres humanos responsáveis pelo sucesso das organizações (CHIAVENATO, 2010). Lawler III (apud DEMO, 2010, p.49) afirma que "tratar bem as pessoas ou os colaboradores é fundamental para a consecução da efetividade e do sucesso organizacional".

A expressão gestão de pessoas refere-se à evolução nominal que veio para substituir a administração de recursos humanos antes denominada administração de pessoal e relações industriais. No entanto, a mesma veio se popularizando e atualmente existem outras nomenclaturas que também são utilizadas para referir-se à gestão de pessoas, como gestão do capital humano, gestão de competências, gestão de talentos e gestão de parceiros (GIL, 2010).

Essa evolução conceitual ocorreu a partir da década de 90, quando alguns críticos começaram a questionar a forma pela

qual as pessoas eram designadas dentro das empresas, como sendo meros recursos produtivos. Gil (2010) considera que se as pessoas são tratadas pelas organizações como recursos, consequentemente, estarão associadas ao patrimônio da organização, já que em se tratando de recursos elas devem ser administradas para que as empresas consigam obter o máximo do seu rendimento.

Ulrichet al. (apud DEMO, 2010) endossa que o conceito de gestão de pessoas não é considerado novo, no entanto a sua forma de conceituação perante aos impactos globais mudou. O principal problema com o qual as empresas lidam atualmente é a intensidade dos desafios que enfrentam e devem estar preparadas para lidar a todo o momento com os mesmos.

Por isso as organizações tiveram que mudar a forma de gerir as pessoas em seu ambiente, adaptando-se assim à nova terminologia utilizada no âmbito das empresas, a *Gestão de Pessoas*. Nas palavras de Gil (2010, p.17) a definição de administração de recursos humanos como a gestão de pessoas refere-se à "função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais". Desse modo, compreende-se que a gestão de pessoas refere-se à relação das pessoas com a organização, sendo que ambas as partes visam satisfazer as suas necessidades e obter benefícios.

A moderna gestão de pessoas consiste não somente no processo de agregá-las, mas sim em mantê-las na organização; trata-se de um conjunto de atividades estratégicas desenvolvidas de forma conjunta a fim de atingir os objetivos organizacionais e individuais. Para Chiavenato (2010, p.14) "a moderna gestão de pessoas consiste em várias atividades integradas entre si no

sentido de obter efeitos sinergísticos e multiplicadores tanto para as organizações como para as pessoas que nelas trabalham".

Portanto, percebe-se que a gestão de pessoas envolve a interação entre todos envolvidos em seu meio, os quais trabalhando em conjunto desenvolvem estratégias globais para conseguirem se manter perante a concorrência acirrada do mercado. Assim, é notável que ambas as partes trabalhem em prol de objetivos comuns e almejem satisfazer as suas necessidades e serem beneficiadas junto à organização.

1.1 Políticas de Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas é constituída por várias atividades que trabalhadas de forma integrada visam atingir a meta e o objetivo da organização. Devido ao amplo número de atividades como recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento, descrição de cargos dentre outros que fazem parte do escopo da gestão muitos autores decidiram trabalhar essas atividades de forma agrupada, visando uma melhor classificação quanto a sua categoria, denominando-se assim sistemas, processos ou políticas (GIL, 2010).

Embora cada autor tenha a sua classificação quanto às atividades da gestão de pessoas o objetivo principal não muda de um para o outro, visto que almejam serem bem trabalhadas e desenvolvidas tais atividades para atingir os resultados esperados. Nas palavras de Chiavenato (2010) a gestão de pessoas surgiu para dar suporte ao administrador quanto ao desempenho de suas funções, as quais quando trabalhadas e executadas em conjunto (equipe) proporcionam aumento no desenvolvimento tanto do capital intelectual quanto humano, seja das organizações, seja das pessoas.

As políticas de gestão de pessoas representam a forma pela qual as organizações desejam lidar com seus membros, ou seja, representam as regras que são traçadas pela empresa para que as tarefas sejam feitas conforme o planejado, sem que haja perda durante o processo. Servem como meio de apoio para desempenhar as atividades propostas e atingir os objetivos desejados, tanto organizacionais quanto individuais. Na concepção de Chiavenato (2009, p. 268) as políticas "constituem orientação administrativa para impedir que empregados desempenhem funções indesejáveis ou ponham em risco o sucesso de funções específicas. Assim, políticas são guias para a ação".

Cada empresa tem sua política de gestão designada pela própria organização, de acordo com a sua filosofia e sua necessidade, considerando fatores influentes que corroboram para a elaboração da mesma, tais como estrutura e cultura organizacional, ambientes,economia, poder público, consumidores, dentre outros, que devem ser considerados para a construção da política (NACIFE, 2013).

Os autores Lacombe e Heilborn (2008) argumentam que a organização tem o dever de deixar claro como querem tratar as pessoas e posicioná-las dentro da organização diante da política a ser adotada. Desse modo, compreende-se que as empresas não só devem elaborar a sua política como também definir a forma de compensar os seus membros, se serão todos ou somente alguns beneficiados. Assim cabe às empresas decidir qual a melhor forma a ser adotada, pois é a partir de sua escolha que terá a visão se conseguirá sobreviver ou não.

Para Gil (2010) as políticas de gestão de pessoas podem ser consideradas as mesmas da administração de recursos humanos e o que as difere é a terminologia utilizada por cada

autor. Chiavenato (2010) entende que a gestão de pessoas pode ser dividida em seis políticas, a saber, – políticas de agregar pessoas, aplicá-las, recompensá-las, desenvolvê-las, mantê-las e monitorá-las, conforme ilustrado na figura 1.

FIGURA 1 – Políticas de Gestão de Pessoas

FONTE: Adaptado de CHIAVENATO (2010).

Portanto, é notável que cada autor tenha a sua classificação com relação às atividades de gestão de pessoas, abordando-as como sistemas ou políticas, mas com objetivos comuns à inter-relação entre cada processo para atingir o objetivo organizacional. Por isso, é de suma importância que as organizações definam seus processos considerando seus ambientes para que não haja nenhuma falha durante a execução dos mesmos, pois podem comprometer todos os demais, já que ambos são interligados.

1.2 Clima Organizacional

O clima organizacional teve início nos Estados Unidos da América, aproximadamente em meio à década de 60, por meio

dos trabalhos de Forehand e Gilmer (1964), atribuindo aos fatores ambientais do comportamento organizacional (REGIS, 2010).Apesar de fundamental nos dias atuais, a pesquisa de clima foi negligenciada em meio à década de 90, em virtude da organização se expor à pesquisa na forma que os pesquisadores deveriam solicitar as informações aos seus subordinados, nas quais a empresa tinha receio de resultados negativos, prejudicando a forma como era vista perante a todos; outro motivo é que nesta época tal pesquisa tinha caráter científico, não atribuindo confiança das empresas em questão (RIZZATTI, APUD REGIS, 2010).

Outra informação importante é que o clima organizacional constitui uma atmosfera psicológica que reside em cada organização, desta forma a mesma propõe o crescimento do indivíduo gerando total satisfação de suas necessidades pessoais, assim o clima organizacional tem por finalidade entender a atmosfera presente dentro das organizações (NACIFE, 2013).

Diante de muitas concepções o clima organizacional serve para apontar onde se apresentam deficiências nas organizações, que por sua vez mostram a direção para buscar soluções que possam favorecer a uma integração do ponto de vista pessoal quanto organizacional, os quais buscam entender a concepção de cada indivíduo (BACCARO, 2009).

Portanto, pode-se definir clima organizacional com as impressões e percepções de modo geral sobre a organização perante seus colaboradores, uma vez que os mesmos buscam relação com seu ambiente de trabalho; porém, nem todos os indivíduos vão ter a mesma opinião pelo fato que os mesmos não desfrutam da mesma percepção, desta forma o clima reflete o comportamento organizacional, portanto ambos têm atributos específicos em um meio que reflete a forma pela qual os indivíduos se inter-relacionam (D.J.CHAMPION apud LUZ, 2003).

1.2.1 A importância do Clima Organizacional na Gestão de Pessoas

A importância do clima organizacional tem de ser levada com muita seriedade, mediante o mesmo a organização tem uma visão melhorada de seus colaboradores que nela atuam. Desta forma cabe ao setor de RH de uma empresa manusear o controle do clima organizacional, pois o mesmo busca a satisfação e motivação de seus funcionários elevando o grau de satisfação de seu próprio ângulo de visão com seu local de trabalho. Nas palavras de Luz (2003, p.22):

> As empresas devem ouvir seus funcionários através da área de RH porque faz parte de sua missão proporcionar-lhes um bom clima organizacional. O compromisso de tornar a mão-de-obra satisfeita ou 'motivada' está contido tanto na literatura técnica quanto no cotidiano da Administração de Recursos Humanos– ARH. Logo, se 'motivar' ou ao menos tornar satisfeitos os funcionários é parte da missão da ARH, então ela tem o dever de diagnosticar, periodicamente, o clima organizacional, com o objetivo de saber se está cumprindo sua missão.

Outra função que o clima organizacional impõe é garantir a melhoria contínua no ambiente profissional da organização e, consequentemente, refletir sobre os resultados, deste modo a pesquisa de clima organizacional sempre será um critério a ser seguido com frequência em meio aos seus colaboradores (NACIFE, 2013).

Segundo Regis (2010, p.45) "embora o clima organizacional seja algo abstrato e difuso, ele se materializa e se torna tangível nas organizações através de alguns indicadores que dão sinais sobre sua qualidade".

Apesar de haver vários tipos de pesquisa de clima não devem ser consideradas aquelas que focam somente as várias perguntas de chefias, remuneração e satisfação. Uma pesquisa adequada terá que obter um embasamento científico adequado, teórico, discussão e comparação (REGIS, 2010).

Algumas maneiras de notar a qualidade do clima organizacional de uma organização é observar conflitos interpessoais, greves, desperdícios, divergências entre seus colaboradores, dentre outros fatores que dão sinal que tal fator não está sendo implantado ou aplicado de forma correta (LUZ, 2003).

Portanto, pode-se afirmar que o clima organizacional pode ser definido como um conjunto de valores que interpretam o comportamento de padrões formais e informais que atuam em uma organização, por sua vez são valores determinantes de sua própria cultura e representa a forma que cada colaborador reage sobre as formas organizacionais de uma determinada empresa, sendo assim a visão que seus funcionários têm de sua própria empresa (LUZ, 2003).

A pesquisa de clima só tem a acrescentar a uma organização, pois é visto que a mesma promove um elevado número de melhorias nas relações internas e externas de uma organização. Afirmar que tal ferramenta não é um fator determinante é um erro, pois é a partir dela que se tem a real noção do que seus colaboradores e clientes têm em mente sobre tal empresa e que se não há uma fluidez no sistema a organização pode ter sérios riscos quanto aos seus resultados positivos (NACIFE, 2013).

1.3 Cultura Organizacional

A cultura organizacional é muito estudada nas organizações e possui muitas anuências, com grande valor no processo de gestão. O termo cultura organizacional abrange o campo do

saber da Filosofia, Psicologia, Ciências Políticas, dentre outras. Ela explora os valores, crenças e desejos que podem favorecer um melhor desempenho dentro de uma organização (ARAUJO, CARMO, MATESCO, 2013).

A cultura organizacional na sociedade e nas organizações são culturas próprias formadas desde suas criações, em que ambas as partes têm comportamentos e hábitos diferentes, fazendo com que as gerações mais antigas passem seu modelo de vida ou padrão cultural para as novas gerações (CHIAVENATO, 2005).

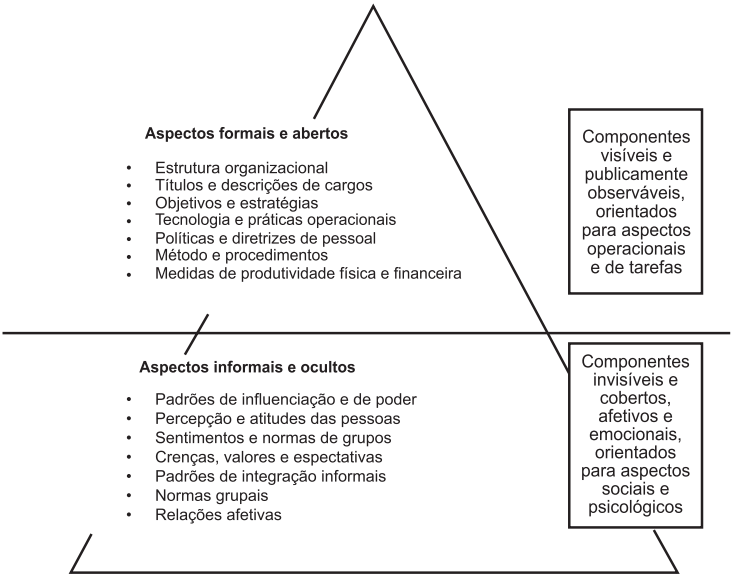
Segundo Chiavenato (2005, p.121) "cada organização é uma organização. Cada organização tem as suas características próprias, seu estilo de vida e de comportamento, sua mentalidade, sua presença, sua personalidade". Assim, diante das palavras do autor, as organizações têm estilos de vida diferentes, culturas próprias e o comportamento delas é visível perante a sociedade.

Nas palavras de Marras (2009, p.289) "nas organizações é possível traçar uma analogia com os indivíduos, já que cada empresa tem a sua própria cultura e a sua própria finalidade, que as torna igualmente diferenciadas das demais". Numa empresa pode-se observar a cultura de cada pessoa e a cultura da empresa, fazendo assim uma junção entre as duas para diferenciar a cultura das outras organizações.

Ambos os autores endossam que é possível estudar a cultura organizacional nas empresas, mas Chiavenato (2005) defende que cada organização é uma organização, ou seja, uma é diferente da outra e Marras (2009) defende que é possível traçar a vida dos indivíduos em cada empresa.

A figura abaixo mostra o iceberg da cultura organizacional, ou seja, apresenta os aspectos formais e abertos e os aspectos informais e ocultos em uma organização:

FIGURA 2 – O Iceberg da Cultura Organizacional



FONTE: Adaptado de CHIAVENATO (2010).

1.4 Motivação Organizacional

A motivação organizacional tem vários objetivos, cada um com suas particularidades; ela visa incentivar os colaboradores a permanecerem na empresa, sempre faz com que produzam mais, tenham vontade de trabalhar e sempre tenta reter pessoas competentes, potenciais a fazerem parte da empresa.

Hoje, um dos principais desafios para as organizações é conseguir melhorar o desempenho de seus colaboradores e a ferramenta motivação torna-se uma peça chave no processo (MEGGINSON, MOSLEY, PIETRI, 1998).

Atualmente, a motivação tornou-se uma importante área do conhecimento, da natureza humana e da explicação dos comportamentos das pessoas. A partir dela o indivíduo tem um estímulo para alcançar seus objetivos. O momento atual que o ser humano vive é uma constante busca por melhorias em relação a tudo, principalmente no âmbito profissional. As pessoas são muito diferentes em relação à motivação, pois cada indivíduo tem uma necessidade diferente do outro e cada uma é satisfeita de uma forma.

Para que haja a compreensão do comportamento humano é imprescindível o conhecimento da motivação humana, assim, "a motivação pode levar você a uma direção, de tal forma que você esteja interessado em atingi-la. A motivação, porém, pode ser 'teimosa' e levá-lo a persistir a alcançar o objetivo" (MINICUCCI, 1995, p.215). Se o colaborador tiver persistência e vontade pode alcançar todos seus objetivos e tornar-se uma pessoa realizada profissionalmente, pois a persistência de suas ações o leva a manter essa força para alcançar seus objetivos.

Gil (2010) argumenta que os colaboradores quando motivados têm uma alta produtividade, alcançando melhores resultados para a organização e as empresas cada dia mais valorizam pessoas competentes com o trabalho. Essas pessoas comprometidas são as convocadas para fazer parte das soluções e tomadas de decisões organizacionais. Uma tarefa difícil e ao mesmo tempo importante para os gestores é identificar quais fatores conseguem motivar os empregados.

Segundo Megginson, Mosley e Pietri (1998, p. 346) a motivação significa "o processo de induzir uma pessoa ou um grupo, cada qual com necessidades e personalidades distintas, a atingir os objetivos da organização, enquanto tenta também atingir os objetivos pessoais".

Uma das principais variáveis que influencia o bom desenvolvimento dos empregados é a motivação. Nota-se que cada pessoa tem uma necessidade distinta, então cada um tem um conceito/maneira diferente de tratar a motivação, cada um a interpreta de uma forma.

> A motivação é um aspecto intrínseco às pessoas, pois ninguém pode motivar ninguém. A mesma passa a ser entendida como fenômeno comportamental único e natural e vem da importância que cada um dá ao seu trabalho, do significado que é atribuído a cada atividade desse trabalho e que cada pessoa busca o seu próprio referencial de autoestima e autoidentidade (BERGAMINI, 1997, p.54).

Assim, todo esse cenário é de grande importância para as organizações alcançarem excelência em seus processos, pois as empresas buscam sempre resultados satisfatórios e para alcançá-los precisam manter um ambiente de trabalho saudável, onde haja um bom relacionamento entre seus colaboradores, usando estratégias para mantê-los sempre motivados, pois eles são o maior ativo dentro da organização.

2 METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA

O presente trabalho intitulado como Análise de Clima Organizacional no setor administrativo, controladoria e logístico da Indústria Caramuru Alimentos S.A. anseia verificar qual o nível de satisfação dos colaboradores da referida empresa, portanto faz-se necessário recorrer à metodologia científica a fim de percorrer o melhor caminho para se chegar aos resultados almejados.

Na concepção de Marconi e Lakatos (2008, p.83) “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais

que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista".

2.1 Métodos e Modalidades da pesquisa

O método monográfico, na visão de Marconi e Lakatos (2008), estuda pessoas, suas profissões, condições, organizações ou comunidades, sempre com o objetivo de chegar a generalizações. A pesquisa adotou esse método, pois a proposta é investigar as posturas dos colaboradores e suas relações interpessoais.

A pesquisa desenvolvida sobre clima organizacional se classifica quanto à natureza como sendo resumo de assunto, pois se trata de uma pesquisa que aborda um tema já estudado por vários autores como, por exemplo, Nacife, Baccaro, Luz, entre outros citados na pesquisa.

No presente trabalho recorre a pesquisa descritiva, pois a partir dela serão descritos os aspectos do fenômeno estudado. Será realizada a coleta de dados buscando o máximo de informações possíveis para a realização da pesquisa; depois estes dados serão analisados através da aplicação de questionários na Indústria Caramuru Alimentos S.A., observados, interpretados, analisados e classificados conforme o levantamento dos dados, para que assim possa chegar aos resultados almejados pela pesquisa e identificar o porquê dos acontecimentos.

Quanto ao objeto a pesquisa em questão é bibliográfica e pesquisa de campo, visto que busca embasamento em obras de outros autores, os quais proporcionaram suporte para a realização

da mesma. Enquadra-se também na pesquisa de campo, pois será realizada in loco, na organização Caramuru Alimentos e utilizará dados da empresa para levantar informações sobre a organização.

2.2 População e caracterização da amostra

A pesquisa eleita tem como população 304 funcionários ativos na Caramuru Alimentos S.A. unidade de São Simão – GO, distribuídos em vários setores/departamentos: Portaria, Classificação, Administrativo, Controladoria, Logístico, ETE, Biodiesel, Controle de Qualidade, Neutralização, Desacidificação, Refeitório, Controle de Produção, Recepção, Preparação, Tratamento de Farelo, Caldeira, ETA, Extração, Manutenção Mecânica e Elétrica, SESMT, Gestão da Qualidade Total, Tombador, Expedição Rodoviária e Expedição Hidroviária (GUIMARÃES, 2013).

Contudo, a pesquisa de clima organizacional foi realizada em apenas três setores da empresa: administrativo, controladoria e logístico, totalizando 18 colaboradores, aos quais foram aplicados os questionários relacionados à pesquisa nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2013.

A amostra da pesquisa é classificada como intencional e arbitrária por acessibilidade, portanto sua dimensão e abrangência atendem aos objetivos da investigação. A seleção amostral por intencionalidade de julgamento, conforme Cooper & Schindler (2003), ocorre quando um pesquisador seleciona elementos da amostra para atender a alguns critérios estabelecidos.

O critério de escolha da amostra por acessibilidade é adotado quando informantes chaves da organização pesquisada

indicam componentes de tipicidade e os mesmos são pessoas importantes para compor o tema. A amostragem por tipicidade consiste no prévio conhecimento a respeito da população, a qual fará a seleção de elementos que considera representativos da população estudada e nesta perspectiva para este estudo utilizou-se além da experiência o interesse dos Gestores da Unidade da Empresa, na Cidade de São Simão, que em reunião com os pesquisadores definiram os setores a serem estudados (VERGARA, 2003).

2.3 Procedimentos e Técnicas de pesquisa

As técnicas de pesquisa referem-se à parte prática, a qual se relaciona com a coleta de dados (ANDRADE, 2007). A pesquisa eleita adotou várias técnicas que foram aplicadas em três fases. A primeira fase utilizou-se da documentação indireta, a qual se divide em pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Também recorreu à documentação direta, que se divide em direta intensiva e direta extensiva.

A pesquisa realizada na Indústria Caramuru Alimentos sobre o clima organizacional predominante na empresa se enquadra na documentação indireta, pois utiliza bibliografias de autores renomados, tais como Idalberto Chiavenato, Eva Maria Lakatos, Antônio Carlos Gil, Ricardo Luz, entre outros, como referencial para dar suporte à realização do trabalho em si. Ela também é considerada pesquisa documental, pois recorrerá a documentos de posse da empresa.

A segunda fase baseou-se nas técnicas de documentação direta e nas entrevistas. Existem várias modalidades de observação direta intensiva: sistemática, assistemática, participante, não participante, individual, em equipe, na vida real e em laboratório (ANDRADE, 2007).

A pesquisa eleita é sistemática, pois foi planejada e estruturada dentro de padrões estabelecidos. Também é não participante, pois os integrantes do grupo não participam da pesquisa em si. É uma pesquisa realizada em equipe, pois será desenvolvida por um grupo de trabalho, todos em busca de um objetivo em comum, que é demonstrar a importância do clima organizacional favorável para o andamento dos processos da empresa e melhor desempenho entre seus colaboradores. A mesma também é "na vida real", pois os fatos são analisados in loco da organização, ou seja, os fatos são observados em campo (ANDRADE, 2007).

A observação direta intensiva também se divide em "Entrevista", que é uma técnica bastante utilizada em pesquisas, em vários ramos das Ciências Sociais (ANDRADE, 2007).A entrevista foi realizada com o coordenador da gestão de qualidade total,Evando Carlos Guimarães. Foram coletados dados como: nome do gestor, seu cargo, histórico, ramo de atuação da empresa, razão social, sua estrutura organizacional, os turnos de trabalho, quais os setores, as políticas de manutenção de pessoal, se eles aplicam pesquisa de Clima Organizacional, qual sua missão, visão, valores e quais são os produtos da empresa.

A terceira fase foi a aplicação dos questionários, medindo opiniões e mensurando as variáveis de trabalho (indicadores). Tais técnicas geralmente são aplicadas na coleta de dados e em pesquisas de campo (ANDRADE, 2007). A pesquisa eleita adotará questionários fechados, os quais serão aplicados aos colaboradores da empresa, formulados pelos pesquisadores, sendo composto por 31 questões relativas à empresa, as suas inter-relações e seus processos em geral.

Assim, as técnicas de pesquisa são muito importantes, pois oferecem suporte técnico-metodológico e auxiliam os realizadores da pesquisa a terem uma base para o desenvolvimento organizado da mesma.

2.4 Técnicas de tratamento e análise dos dados

A partir da coleta dos dados, por meio de entrevista semi estruturada, análise documental e questionários, realiza-se o tratamento e análise dos dados sequencialmente através das seguintes etapas:

- Tabulação de dados;
- Processamento dos dados;
- Análise dos dados sob a ótica,predominantemente, descritivo qualitativa.

O processo de aplicação do questionário se desdobrou em planejamento, organização das variáveis; estabelecidas as variáveis determinantes e os temas a serem avaliados elabora-se um questionário para o pré-teste com afirmações para cada item identificado que será avaliado por meio de uma escala de concordância/discordância, conforme o grau de satisfação recebido pelos colaboradores da empresa; com base nos resultados desse pré-teste serão feitas modificações relevantes. Assim, foi concluído um questionário revisado e adequado à empresa para sua aplicação na mesma com 31 perguntas fechadas, podendo assim avaliar o nível do clima organizacional.

A tabela foi desenvolvida com a finalidade de classificar e padronizar as respostas obtidas através da aplicação dos questionários. A mesma foi fruto do planejamento da pesquisa.

TABELA 1 – Padronização da análise

QUESTÃO	INTERVALO	CLASSIFICAÇÃO
Concordância	75% a 100%	Satisfação Plena
Concordância	50% a 75%	Satisfação Parcial
Concordância e Concordância Parcial	50% a 75% 25% a 50%	Satisfação Parcial
Concordância Parcial	70% a 100%	Satisfação Parcial
Concordo e Concordo parcialmente	Se a soma das duas questões for igual ou superior a 70%	Satisfação Parcial
_____	Outros Resultados	Insatisfação

FONTE: Reunião com gestores Caramuru (2013).

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Contextualização da Caramuru Alimentos S.A. Unidade São Simão-GO

A Caramuru unidade de São Simão está no município desde 1995, tendo como foco estratégico a utilização do modal hidroviário. A razão social da empresa é: Caramuru Alimentos S.A. e tem como ramo de atuação: processamento de Soja (Produz Farelo, Lecitina, Borra, Glicerina, Óleo Degomado e Biodiesel). Os dados referentes à Caramuru ora apresentados foram extraídos da entrevista e da análise documental realizada no ano de 2013 fornecida pelo coordenador da gestão de qualidade total,Evando Carlos Guimarães.

O gestor da empresa é Rogério Fernandes Balieiro, seu cargo é de gerente industrial, sua função é a de assegurar o cumprimento das metas de produção, dentro dos padrões de qualidade, quantidade, custos e prazos estabelecidos pela empresa; trabalha na organização desde 2003. A Caramuru é detentora da marca SINHÁ.

Segundo Guimarães (2013), além de produzir farelo de soja Hi-Pro, possui como diferencial competitivo o processamento de soja convencional, ou seja, que não foi modificada geneticamente. Possui uma planta com capacidade de 1800 (t/dia), obtendo a partir do esmagamento e extração os seguintes produtos com as seguintes capacidades de processamento e produção:

- Farelo de soja Hi-Pro, mercado externo para basicamente Holanda e alguns outros países da Europa.
- Farelo de soja Hi-Fiber, mercado interno.
- Óleo de soja degomado, direcionado para planta de biodiesel.
- Lecitina de soja mercado interno e externo, direcionada para indústria alimentícia na fabricação de chocolates.
- Capacidade de processamento de soja (t/dia): 1.800.
- Capacidade de produção de farelo Hi Pro (t/dia): 1260.
- Capacidade de produção de farelo HiFiber (t/dia): 90.
- Capacidade de produção de óleo (t/dia): 360.
- Capacidade de produção de lecitina (t/dia): 20.

FIGURA 3 – Colaboradores destacando o nome da empresa

FONTE: CARAMURU (2013)

Na unidade de São Simão há vários setores/departamentos: Portaria, Classificação, Administrativo, Controladoria, Logístico, ETE, Biodiesel, Controle de Qualidade, Neutralização, Desacidificação, Refeitório, Controle de Produção, Recepção, Preparação, Tratamento de Farelo, Caldeira, ETA, Extração, Manutenção Mecânica e Elétrica, SESMT, Gestão da Qualidade Total, Tombador, Expedição Rodoviária e Expedição Hidroviária. Há três turnos de trabalho: primeiro das 07h às 15h, segundo das 15h às 23h e terceiro das 23h às 07 (GUIMARÃES, 2013).

A empresa em questão (unidade São Simão) adota algumas políticas de manutenção de pessoal (benefício, plano de carreira, motivação, remuneração); ainda busca investir adequadamente o capital adquirido em seus colaboradores e promove a capacitação constantemente dos mesmos. Ela oferece planos de saúde, vale alimentação, transporte, entre outros. Procura sempre valorizar/motivar seus colaboradores por

meio de promoções, palestras motivacionais e treinamentos, buscando constantemente valorizar seus talentos internos (GUIMARÃES, 2013).

FIGURA 4 – Vista aérea do complexo industrial de São Simão-GO

FONTE: CARAMURU (2013).

3.2 Estrutura da pesquisa de Clima Organizacional

A empresa estudada realiza pesquisas de Clima Organizacional periodicamente, a cada dois anos. Segundo Guimarães (2013) o processo apresentado é o seguinte: a Caramuru contrata uma empresa especializada em pesquisas desse ramo, a qual formula perguntas de acordo com o perfil da organização. O questionário aplicado é sem identificação do colaborador, somente de assinalar com questões fechadas de autorresposta.

A empresa contratada faz a tabulação dos dados, realizando o levantamento total para verificar se foi favorável ou não, ressaltando os pontos críticos a serem melhorados. Depois

de responder aos questionários os colaboradores depositam os mesmos em uma urna lacrada, os quais são enviados para a empresa realizar a apuração dos resultados.

O presente trabalho foi planejado em conjunto com os gestores da unidade São Simão, sendo discutidas as possibilidades de pesquisa, as variáveis, os setores e demais condições para realização da mesma. Foi convencionado então que a mesma se desenvolvesse nos setores de controladoria, administrativo e logístico. Após a aceitação do "*modisoperantis*", aconteceram as entrevistas com gerentes e gestores para extrair informações das características da empresa, das variáveis estudadas, construção do questionário (elaboração das perguntas e formatação), produção dos questionários, aplicação da pesquisa, criação e alimentação do software/formulário online, tabulação dos dados e por fim, a análise dos resultados. O questionário foi formatado com 31 questões, sendo 4 questões relacionadas ao perfil social, 2 questões relacionadas ao perfil profissional e 25 questões que dizem respeito ao perfil do clima.

Foram escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa questões e indicadores, conforme sugere Nacife (2013). Os indicadores e o conjunto deles proporcionam o resultado global do clima organizacional. Os 12 indicadores do Clima organizacional para aplicação do questionário foram:

- Indicador nº 1 – Trabalho realizado pelos colaboradores: nitidez das orientações sobre o trabalho realizado, conhecimento da importância do trabalho realizado.
- Indicador nº 2 – Salário: adequado à responsabilidade e importância da atividade, pontualidade no pagamento da folha.
- Indicador nº 3 – Supervisão/Liderança/Estilo Gerencial/Gestão: respeito pelo trabalho realizado, existência de bons exemplos por parte do superior.
- Indicador nº 4 – Comunicação: canais de comunicação eficientes, forma de comunicação adequada.

- Indicador nº 5 – Treinamento/Desenvolvimento/Realização Profissional: capacitação e treinamento adequados, facilidade para atualização e desenvolvimento profissional.
- Indicador nº 6 – Estabilidade no emprego: grau de segurança no trabalho.
- Indicador nº 7 – Participação: na determinação de objetivos do trabalho, grau de conhecimento dos assuntos relevantes, nível de participação na gestão da organização.
- Indicador nº 8 – Disciplina: grau de justiça na aplicação das punições.
- Indicador nº 9 – Estrutura Organizacional: adequação qualitativa da estrutura de trabalho, disponibilização de recursos de trabalho.
- Indicador nº 10 – Qualidade na atenção aos clientes: os serviços prestados aos clientes estão sendo realizados dentro do padrão de qualidade e funcionalidade treinado pela empresa Caramuru.
- Indicador nº 11 – Compromisso com o trabalho: capacidade de assumir maiores responsabilidades, vontade de realizar melhor as atividades.
- Indicador nº 12 – Trabalho em equipe: valorização do trabalho em equipe para solução dos problemas (NACIFE, 2013, p. 127).

Os questionários foram aplicados somente em três setores, pelo fato de a direção da empresa, após reuniões de entrevista, ter delimitado que a pesquisa fosse aplicada nos setores de controladoria, administrativo e logístico, tornando-se esse o objeto da pesquisa em questão.

3.3 Análise da pesquisa

3.3.1 Perfil social

O perfil social dos colaboradores da empresa "Caramuru Alimentos S.A.", foi analisado levando em consideração sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, podendo assim definir qual o perfil geral dos colaboradores da organização.

O perfil social dos colaboradores dos setores estudados na empresa "Caramuru Alimentos S.A." permitiu observar que a maioria deles é do sexo masculino, sendo 7 mulheres e 11 homens, com idade entre 27 e 36 anos, a maior parte é de solteiros, com grau de escolaridade de Ensino Médio.

3.3.2 Perfil profissional

A análise do perfil profissional dos colaboradores da empresa Caramuru Alimentos S.A. levou em consideração o setor de atuação e o tempo de serviço na empresa. Mediante os resultados obtidos constatou-se que a maioria dos colaboradores pesquisados estão trabalhando na empresa de 1 a 3 anos e em sua grande parte estão no setor administrativo.

3.3.3 Clima Organizacional

Indicador 1 –Trabalho realizado pelos colaboradores

TABELA 2 – Indicador 1

INDICADOR 1	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	83,33%
CONCORDO PARCIALMENTE	13,89%
DISCORDO	2,78%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	0,00%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O indicador 1 obteve um índice de satisfação plena, tendo como resultado 83,33% de concordância e 13,89% de concordância parcial. No quesito "orientação do superior para a realização das atividades" os entrevistados indicaram uma satisfação parcial, já no quesito "a importância do trabalho do colaborador dentro da empresa" indicaram uma satisfação na faixa plena. Assim, o trabalho

realizado pelos colaboradores alcançou um resultado positivo, o que demonstra que os mesmos recebem orientações de seu superior contribuindo para um melhor desempenho de suas tarefas.

Indicador 2 – Salário

TABELA 3 – Indicador 2

INDICADOR 2	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	52,78%
CONCORDO PARCIALMENTE	22,22%
DISCORDO	22,22%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	2,78%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O indicador 2 obteve um índice de satisfação parcial, apresentando como resultado 52,78% de concordância e 22,22% de concordância parcial.

Indicador 3 – Supervisão/Liderança/Estilo Gerencial/Gestão

TABELA 4 – Indicador 3

INDICADOR 3	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	52,78%
CONCORDO PARCIALMENTE	38,88%
DISCORDO	8,34%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	0,00%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O Indicador 3 apresentou como resultado um índice de satisfação parcial, sendo que 52,78% concordam e 38,88% concordam parcialmente. As questões relativos à "SEU SUPERIOR RECONHECE SEU DESEMPENHO NA REALIZAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES?" e "SEU SUPERIOR DEMONSTRA NO DIA A DIA, ATITUDES QUE SIRVAM DE EXEMPLO PARA QUE VOCÊ SE SINTA MOTIVADO NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES?" apresentaram uma satisfação parcial. Com base nos resultados apresentados observou-se que os mesmos não estão ruins, porém os superiores de cada setor precisam dar maior ênfase nas atividades realizadas, tornando seus colaboradores mais motivados e reconhecendo seu desempenho nas atividades realizadas.

Indicador 4 – Comunicação

TABELA 5 – Indicador 4

INDICADOR 4	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	47,23%
CONCORDO PARCIALMENTE	41,65%
DISCORDO	8,34%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	2,78%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O Indicador 4 obteve um índice de satisfação parcial, sendo que 47,23% concordam e 41,65% concordam parcialmente. No quesito "meio de comunicação eficiente dentro da empresa" alcançou-se uma satisfação na faixa parcial. Já no quesito "informações recebidas da empresa são transmitidas de forma clara, objetiva e são confiáveis" resultou uma satisfação também parcial. Diante desses resultados verifica-se que as informações

são transmitidas de forma clara e que o meio de comunicação é eficiente, proporcionando que as informações cheguem a todos os seus colaboradores.

Indicador 05 – Treinamento/Desenvolvimento/Realização Profissional

TABELA 6 – Indicador 5

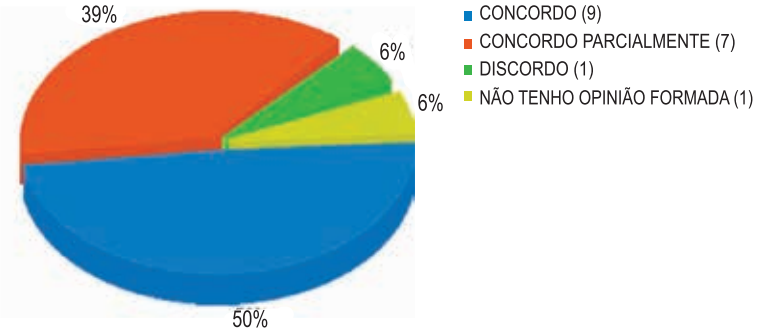
INDICADOR 5	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	25,93%
CONCORDO PARCIALMENTE	37,04%
DISCORDO	29,62%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	7,41%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O Indicador 5 teve como resultado uma insatisfação ao obter 25,93% de concordância e 37,04% de concordância parcial. As questões "A EMPRESA OFERECE TREINAMENTOS QUE ATENDAM A SUA NECESSIDADE?" e "QUANTO AOS TREINAMENTOS, OS MESMOS SÃO OFERECIDOS COM FREQUÊNCIA?" obtiveram como resultado uma insatisfação, já a questão "A QUALIDADE DOS TREINAMENTOS OFERECIDOS PELA EMPRESA É SATISFATÓRIA E PERMITE QUE AGREGUE NOVOS CONHECIMENTOS?" apresentou uma satisfação parcial com relação à questão apresentada. Desse modo cabe à empresa "Caramuru Alimentos S.A." oferecer com mais frequência treinamentos aos seus colaboradores, fazendo com que eles agreguem novos conhecimentos, aprimorem suas habilidades para que assim possam desempenhar suas atividades de maneira mais eficiente, gerando resultados positivos para a mesma.

Indicador 6 – Estabilidade no emprego

GRÁFICO 1 – VOCÊ SE SENTE SEGURA [O] QUANTO A SUA PERMANÊNCIA NA EMPRESA?



FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O Indicador 6 apresentou como resultado uma satisfação parcial, obtendo 50% de concordância e 38,88% de concordância parcial, ou seja, a maioria deles se sente segura com relação à permanência na empresa, embora haja outros que se sintam inseguros.

Indicador7 – Participação

TABELA 7 – Indicador 7

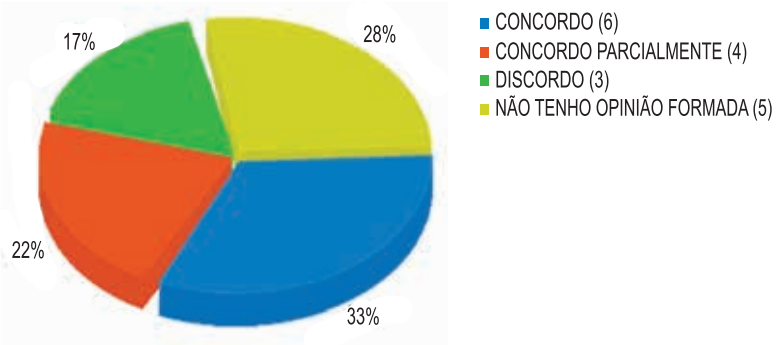
INDICADOR 7	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	38,89%
CONCORDO PARCIALMENTE	36,11%
DISCORDO	13,89%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	11,11%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O indicador 7 obteve no resultado uma satisfação parcial, resultando 38,89% de concordância e 36,11% de concordância parcial. O quesito "você tem liberdade para opinar na realização de suas atribuições" teve como resultado uma satisfação parcial. Já o outro quesito, "você participa da tomada de decisões da empresa" resultou numa insatisfação. A empresa precisa dar maior liberdade para que seus colaboradores participem mais da tomada de decisões e que eles opinem mais na realização de suas tarefas, pois se o mesmo puder sugerir/acrescentar algo, com certeza ele se sentirá mais confiante e desempenhará melhor suas atribuições.

Indicador 8 –Disciplina

GRÁFICO 2 – QUANTO ÀS PUNIÇÕES, AS MESMAS SÃO APLICADAS DE FORMA IDÔNEA?



FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O indicador 8 apresentou uma insatisfação com relação à forma de aplicar as punições, tendo como resultado 33% de concordância e 22% de concordância parcialmente. A partir dos resultados demonstrados os colaboradores estão insatisfeitos com a política disciplinar da empresa.

Indicador 9–Estrutura Organizacional

TABELA 8 – Indicador 9

INDICADOR 9	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	74,07%
CONCORDO PARCIALMENTE	22,22%
DISCORDO	0,00%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	3,71%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O indicador 9 obteve uma satisfação parcial, sendo que 74,07% dos respondentes "concordam" e 22,22% "concordam parcialmente". As questões "A EMPRESA OFERECE OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SEU TRABALHO?" e "AS CONDIÇÕES GERAIS DO SEU LOCAL DE TRABALHO, TAIS COMO: HIGIENE, LIMPEZA, TEMPERATURA, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, REFEITÓRIOS E UNIFORMES, ATENDEM À QUALIDADE EXIGIDA?"apresentaram como resultado uma satisfação parcial. Já a questão "QUANTO AO AMBIENTE DE TRABALHO A EMPRESA OFERECE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO DO MESMO?" resultou numa satisfação plena. Os resultados demonstram que a estrutura organizacional da empresa Caramuru é bem aceita pelos colaboradores, pois oferece recursos e tem ambiente adequado para a realização do trabalho, mostrando que as condições gerais do local são de boa qualidade para dar suporte ao desempenho das tarefas.

Indicador 10 –Qualidade na atenção ao cliente

TABELA 9 – Indicador 10

INDICADOR 10	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	72,22%
CONCORDO PARCIALMENTE	13,88%
DISCORDO	5,56%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	8,34%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O indicador 10 apresentou uma satisfação parcial, com 72,22% de concordância e 13,88% de concordância parcial. Quanto à questão "QUANTO AO ATENDIMENTO PRESTADO AOS CLIENTES, VOCÊ CONCORDA QUE OS MESMOS SÃO DE BOA QUALIDADE E DE ACORDO COM AS NORMAS DA EMPRESA?" obteve uma satisfação na faixa plena, já em "O TREINAMENTO OFERECIDO AOS COLABORADORES CONTRIBUI REALMENTE PARA A MELHORIA NO ATENDIMENTO?" uma satisfação parcial. Em relação à qualidade na atenção ao cliente os resultados foram satisfatórios, o que demonstra que com a aplicação de treinamento aos colaborares, suas habilidades são aprimoradas, consequentemente gerando um atendimento de qualidade.

Indicador 11 –Compromisso com o trabalho

TABELA 10 – Indicador 11

INDICADOR 11	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	40,74%
CONCORDO PARCIALMENTE	48,14%
DISCORDO	5,56%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	5,56%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

O indicador 11 obteve uma satisfação parcial, tendo 40,74% de concordância e 48,14% de concordância parcial,demostrando uma satisfação parcial com relação ao compromisso com o trabalho. Sugere-se que a empresa em questão desenvolva programas motivacionais, fazendo com que seus colaboradores se empenhem mais, consequentemente subindo de cargo e tendo maior confiança e credibilidade para assumir maiores responsabilidades dentro da mesma.

Indicador 12 –Trabalho em equipe

TABELA 11 – Indicador 12

INDICADOR 12	
RESPOSTA	**PERCENTAGEM**
CONCORDO	72,23%
CONCORDO PARCIALMENTE	25,00%
DISCORDO	2,77%
NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	0,00%

FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

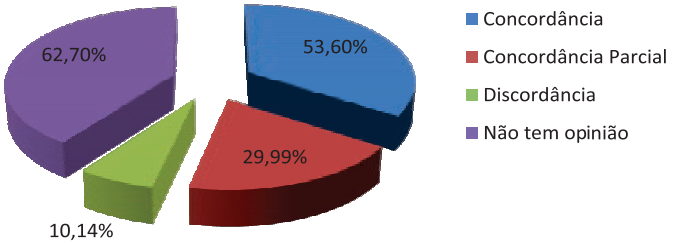
O indicador 12 resultou em uma satisfação parcial; com 72,23% de concordância e 25,00% de concordância parcial. O quesito "quanto ao trabalho desenvolvido em equipe, o mesmo é valorizado pelo superior" atingiu uma satisfação parcial. O outro quesito, "trabalho em equipe contribui para um melhor desenvolvimento das atividades propostas" apresentou uma satisfação plena. Os resultados comprovam que dentro da organização o trabalho em equipe é valorizado pelos superiores, os colaboradores acreditam que o mesmo contribui muito para o bom desenvolvimento das atividades. Quando o trabalho é realizado em conjunto, as atividades fluem melhor, a produtividade é elevada e os resultados na maioria dos casos são positivos.

3.3.4 Análise geral do Clima Organizacional

Na análise geral dos setores administrativo, logístico e controladoria na empresa "Caramuru Alimentos S.A." os resultados obtidos ficaram com índices de 53,60% de concordância, 29,99% de concordância parcial, 10,14% de discordância e 6,27% não tem opinião formada.

Diante desses resultados apresentados chegou-se à conclusão de que os colaboradores amostrados da organização estão satisfeitos com seu trabalho e que o clima organizacional está na faixa parcial de satisfação, o que demonstra que o mesmo é favorável para um melhor andamento dos processos.

GRÁFICO 3 – CLIMA ORGANIZACIONAL



FONTE: Pesquisa de Campo (2013).

PALAVRAS FINAIS

O presente trabalho procurou identificar se o clima organizacional predominante na empresa Caramuru Alimentos S.A. na unidade de São Simão-GO é favorável ou não para que haja uma melhor produtividade, ou seja, se os colaboradores estão satisfeitos com o ambiente de trabalho e/ou motivados em relação à gestão da organização, às condições oferecidas pela mesma.

A pesquisa realizada teve como objetivo verificar os setores administrativo, controladoria e logístico, na indústria CARAMURU ALIMENTOS S.A., uma vez que a mesma é destinada aos indivíduos que atuam na organização em proposta de obtenção de resultados. A problemática tematizada na literatura demonstra que o objetivo da pesquisa é relevante, a qual tem como função demonstrar seus respectivos resultados, através da aplicação de questionários com o intuito de buscar o grau de satisfação dos colaboradores da organização em questão.

A pesquisa aplicada obteve resultados satisfatórios na maioria das respostas apuradas, porém alguns aspectos obtiveram certo grau de insatisfação, no entanto de forma geral a empresa atende aos seus objetivos diante da pesquisa.

Várias questões obtiveram respostas positivas como, por exemplo, os colaboradores demonstraram que recebem com clareza de seus superiores as orientações sobre as atividades a serem realizadas, grande parte concorda que são importantes na organização e que seus gestores reconhecem seu desempenho na realização das atividades. A maioria também concorda que as informações dentro da empresa são transmitidas de forma clara. Mostraram também que a empresa concede liberdade para que eles opinem na realização de suas atribuições, demonstraram que a mesma oferece os recursos e as condições de ambiente

necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho, também se mostraram satisfeitos com o atendimento prestado aos clientes.

Um fator interessante a ser observado e um dos aspectos que os colaboradores estão insatisfeitos é em relação à disciplina, pois foi apurado que a maioria não concorda com a forma de aplicação das punições. Os colaboradores também não estão muito satisfeitos em relação aos treinamentos, com a qualidade deles e com a frequência com que são oferecidos.

Os resultados gerais envolvendo os setores já citados da empresa demonstram que os colaboradores estão satisfeitos com seu trabalho e que o clima organizacional está positivo, sendo adequado para um melhor desempenho dos setores em questão, mostrando-se favorável para um melhor andamento dos processos.

Diante do grau de satisfação dos colaboradores na organização nota-se que a mesma tem setores favoráveis para o andamento de suas atividades; este resultado é um fator extremamente importante no empenho das pessoas pela organização, preservá-las é essencial, pois através delas se alcançam os objetivos, portanto a mesma deve estar inserida em um clima saudável e competente, para que os resultados sejam positivos e mantidos satisfatórios.

A empresa que pretende motivar constantemente seus colaboradores deve realizar periodicamente pesquisas de clima organizacional; toda a gama de informações que são recolhidas a partir das pesquisas contribui para a organização rever sua atuação e melhorar aspectos deficientes dentro da mesma, consequentemente permitindo aos gestores uma tomada de decisão mais precisa e eficiente, fortalecendo seus processos para melhor desempenho de seus colaboradores ou para sugestões de melhoria.

A pesquisa foi justificada pela necessidade de demonstrar a importância de se aplicar pesquisas de clima organizacional em empresas para que se possa ter um melhor planejamento estratégico e identificar as deficiências existentes a partir da visão dos colaboradores com relação ao ambiente em questão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, Harlen Benedito. **Clima organizacional: um estudo de caso na secretaria acadêmica da Universidade São Francisco**. Disponível em: <http://www.faq15.edu.br/revista-cientifica/4/Harlen-Benedito-de-Araújo.pdf >. Acesso em: 15 set. 2013.

ARAUJO, Luis César G. de, CARMO, Maria Scarlet do, MATESCO Karen. **Ações estratégicas:** desafios e caminhos para a gestão contemporânea. São Paulo: Atlas, 2013.

BACCARO, Thais Accioly. **Comunicação, clima e cultura organizacional.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Desenvolvimento de recursos humanos:** uma estratégia de desenvolvimento organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.

CARAMURU ALIMENTOS. Disponível em: <http://www.caramuru.com>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CARAMURU ALIMENTOS S. A. Sinhá – produtos. Disponível em: <http://www.sinhaalimentos.com.br/produtos>. Acesso em: 23 nov. 2013.

CARVALHO, Antonio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Administração de recursos humanos.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. As pessoas. In:_____. **Administração de recursos humanos:** fundamentos básicos. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Manole, 2009.

_____. **Gerenciando com as pessoas:** transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **Administração de Recursos Humanos**: fundamentos básicos. 7. ed. rev. e atual. São Paulo – Barueri: Manole, 2009.

_____. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. **Comportamento Organizacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações:** papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 5. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas:** enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2010.

KANT, Immanuel. **Frases de Pensadores**. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frases_pensadores/>. Acesso em: 20 dez. 2013.

LACOMBE, Francisco José Masset, HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração:** princípios e tendências. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

LUZ, Ricardo. **Gestão do Clima Organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração:** da revolução urbana à revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MCGREGOR, Douglas. **O lado humano da empresa:** Trad. Margarida Maria C. Oliva. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEGGINSON, Leon C., MOSLEY, Donald C., PIETRI Jr, Paulo H. Trad. Maria Isabel Hopp. **Administração:** conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.

MINICUCCI, Agostinho. **Psicologia Aplicada à Administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MUNIZ, Adir Jaime de Oliveira, FARIA, Herminio Augusto. **Teoria Geral da Administração:** noções básicas. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

NACIFE.COM. **Clima organizacional é o reflexo do estado de ânimo ou do grau de satisfação dos funcionários de uma empresa, num dado momento.** Disponível em: <http://www.altoestilo.net.br/limesurvey/>. Acesso em: 09 dez. 2013.

NACIFE, Jean Marc. **Gestão estratégica do clima organizacional**: um enfoque teórico e prático em hospitais e clínicas de saúde. Rio de Janeiro: Oficina de livros, 2013.

REGIS FILHO, Gilsée Ivan. **Gestão do clima organizacional:** conceitos, diagnóstico e estratégias gerenciais. Itajaí: Univali, 2010.

SILVA, Mônica Maria. **Gestão de pessoas:** Recursos humanos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FONTES PRIMÁRIAS

Evando Carlos Guimarães, 2013.

UMA ANÁLISE NA GESTÃO DE MATERIAIS NA LINHA DE PRODUÇÃO "PRÁTICA" DA HAIALA METALÚRGICA LTDA

AN ANALYSIS OF THE MANAGEMENT OF MATERIALS IN PRODUCTION LINE "PRACTICE" OF METALS LTD HAIALA

Jean Marc Nacife[6]
Albertino Ferreira Neto[7]
Erley Batista Dias[7]
Katiusce Borges Silva[7]

RESUMO

O trabalho em questão tomará ciência de uma administração dinâmica, voltada e alinhada aos novos métodos da "Gestão de Materiais", focando a qualidade dos processos desempenhados a fim de um menor desperdício e menor custo com o fluxo de materiais. O objetivo da pesquisa é analisar pontos na linha de produção de esquadrias em alumínio "Prática" que geram falta do produto acabado no momento do carregamento. Acredita-se que há falta de acompanhamento do estoque de segurança no decorrer dos processos. Será discutida nesta monografia a dimensão dos processos implantados e suas dificuldades quanto ao controle da Gestão de Materiais na

[6] Orientador da pesquisa. Doutorando em Administração pela UDE-UY. Mestre em Administração pela UDE-UY – Revaliado pela UFV. Especialista em Metodológia da Investigação pela UDE-UY. Especialista em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas pela UFLA. Especialista em Sexologia pela UCAM. Graduado em Administração pela FACIAC. Formação em Psicanálise Clínica pelo ISPB. Professor de Graduação e Pós-Graduação em Administração na Faculdade Quirinópolis. Coordenador de Graduação e Pós-Graduação na Faculdade Quirinópolis. Procurador Educacional Institucional na Faculdade João Paulo II de Quirinópolis.

[7] Graduados em Administração pela Faculdade Quirinópolis-GO em 2013.

produção de janelas da linha "Prática". O processo operacional de estoque de mercadorias tem um peso elevado na produção, devendo ser tratado com investimentos direcionados neste setor, tanto na qualificação dos profissionais, como nos processos e sistemas, que permitirão ganho de tempo na qualificação e qualidade dos produtos e serviços. Quanto à parte metodológica será desenvolvido um estudo de caso que analisará o emprego de técnicas e métodos na composição da pesquisa de campo na empresa Haiala Metalúrgica Ltda. De acordo com os dados obtidos os pesquisadores de posse dos mesmos avaliaram a possibilidade de eventuais falhas com relação a linhas de produção, tempo de ressuprimento da matéria-prima em ponto de trabalho e o *turnover*. Os resultados apresentados poderão ser de grande importância para a Gestão administrativa e estará à disposição para ser aproveitada dentro da própria empresa.

Palavras-chave: Gestão de Materiais. Haiala Metalúrgica. Linha Prática. Produção.

ABSTRACT

This research aims to survey a dynamical administration, aligned to new methods of the "Management of Materials", focusing to the quality of the processes performed, for a less waste and less cost with the flow of the materials. The objective of the research is analyzing points in the production line in aluminum frames "*Prática*" that generates lack of done products at the moment of the loading. We believe there is lack of monitoring of safety stock during the processes. We will discuss in this monograph the dimension of the implemented processes and the difficulties to the control of the Management of Materials in the production of windows in "Prática" line. The operational process of stock market has a high weight in the production; it

must be treated with targeted investments in the sector, as in the training of professionals, as in the processes and systems that will gain time in qualifying and quality of products and services. Regarding the methodological section, a case study will examine the use of techniques and methods in the composition of the field research in *Haiala*Metallurgical Company. According to the data obtained, the researchers reported the possibility of any flaws relationed with the production line, resupply time of the feedstock in the working point and turnover. The results presented may be very important to the administrative management and will be available to be used within the company.

Keywords: Management Materials. Haiala Metallurgical. *Prática*Line. Production.

PALAVRAS INICIAIS

No início do século XX, a partir de Taylor e Fayol foram criadas novas formas de gestão administrativas que deram outros rumos à mesma, com uma gestão voltada para a produção em grande escala, de forma a desenvolver o produto de maneira sequencial, em que cada um produz determinada parte até o resultado final.

Neste mesmo período houve o estudo sobre o comportamento humano para melhor aproveitar o potencial de cada funcionário. Ao iniciar no processo de gestão de materiais percebemos o quanto é importante para as organizações estarem trabalhando os métodos e ferramentas a partir de seus idealizadores, no âmbito de estarem em um processo que é fundamental para o controle, no objetivo do menor desperdício, a fim de obter um resultado satisfatório para alcançar o sucesso.

A pesquisa em questão deseja abastecer de informações incisivas a respeito de ferramentas e processos utilizados na

gestão de materiais, com ênfase na produção de janelas da linha "Prática" da empresa Haiala Metalúrgica, uma análise em 2014/1, com o objetivo de obter conhecimento e aprofundar em relação aos processos e controles do funcionamento interno sobre a óptica da gestão de materiais da empresa, que gera tanta expectativa com relação à falta do produto acabado no momento do carregamento.

O problema levantado dentro da pesquisa permite a investigação com relação à falta do produto acabado "Linha Prática" no momento do carregamento, deixando de atender o prazo de entrega, gerando desconforto no planejamento e no compromisso firmado entre vendedor e consumidor final. É de extrema importância afunilar dentro desta questão, a fim de sanar este problema, salientando a importância deste processo de produção para a empresa na captação e fidelização de clientes, juntamente com o crescimento dela ao acertar os pontos que geram déficit no propósito de caminhar rumo às melhores empresas do setor. Isto traz a importância de uma gestão que usa 100% dos conhecimentos e ferramentas na área da administração.

A importância da Aplicação das ferramentas da administração no contexto da gestão de materiais evidencia a seriedade com a qual é conduzido este processo dentro da empresa, sabendo-se que é a partir da gestão de materiais que se inicia todo o processo produtivo, resultando em um produto de boa qualidade e agregando valor ao produto final. Em termos gerais observa-se que a empresa trata o setor como um dos principais, controlando, gerenciando, pois sabe que é dessa área que sairão produtos com qualidade para atender aos clientes Haiala e, possivelmente, conquistar outros.

Diante do contexto da pesquisa realizada observou-se que na trajetória da empresa ainda não foi realizada nenhuma pesquisa que mencionasse o tema de estudo, deixando livre

o caminho para ser explorado, tendo em vista que alguns procedimentos não estão sendo realizados corretamente, em detrimento de que, em alguns casos, a empresa banca esta falha por achar conveniente. O estudo de caso por meio da pesquisa de campo só foi possível mediante a entrevista com gestores responsáveis por setores, coleta de dados em visita à empresa, quando foi possível analisar os processos aplicados na linha de produção e, a partir deste momento, certificar-se em relação à eficiência e falhas, possibilitando a identificação dos pontos fortes e fracos.

No presente trabalho enfatizou-se a aplicação da metodologia científica em que foi construído todo o trabalho, em virtude de importantes instrumentos na estruturação da pesquisa com relação às contribuições teóricas dos autores que enriqueceram o trabalho de conclusão de curso. Alguns autores renomados foram consultados como Chiavenatto (2005), Dias (1995), Carvalho (2005) e Paladini (2010).

A importância do trabalho é que ele permitiu contribuir com a administração de materiais e linha de produção na empresa Haiala Metalúrgica, colaborando com informações contundentes no auxílio de uma melhor produtividade. Tendo em vista que o setor de gestão de materiais e linha de produção é bastante amplo, permitindo abertura e aprofundamento do mesmo, esclarece ainda que há um vasto campo a ser explorado dentro da pesquisa, desde novas estratégias direcionadas para um aproveitamento dos materiais e maior produtividade, até a eficiência do setor, sempre buscando a satisfação do cliente.

1 GESTÃO DE MATERIAIS

A administração de materiais bem estruturada permite a obtenção de vantagens competitivas por meio da redução de custos, dos investimentos em estoques, das melhorias em condições de compras mediante as negociações com os

fornecedores e da satisfação de clientes e consumidores em relação aos produtos oferecidos pela empresa (GONÇALVES, 2007, p. 4).

De acordo com Chiavenato (2005) o interior de uma empresa é invariavelmente o cenário de uma série de ações aplicadas sobre os materiais ou informações que ingressam no processo produtivo para serem gradativamente transformados até resultarem em produtos finais ou em serviços prestados. Na longa jornada que atravessam dentro das empresas os materiais passam por uma sequência de etapas por meio de uma série de máquinas e equipamentos ao longo das seções produtivas, até que, finalmente, chegam ao seu resultado final como produtos ou serviços.

A Gestão de Materiais pode ser definida como um conjunto de atividades desenvolvidas dentro de uma empresa com o objetivo de organização do estoque para facilitar e dar maior segurança ao processo destinado a suprir as diversas áreas com os materiais necessários ao desempenho normal das respectivas atribuições. A Administração de Materiais trabalha para a garantia de existência contínua do estoque, organizando de modo a nunca faltar nenhum dos itens que o compõe, sem tornar excessivo o investimento total. Outro ponto importante refere-se à redução do tempo de ressuprimento que representa o espaço de tempo decorrido entre o momento da manifestação da necessidade de um material até sua disponibilidade para consumo, conhecido como tempo de reposição lead-time (GONÇALVES, 2007).

1.1 Conceitos e funções

De acordo com os novos rumos da Administração de Materiais pode ser conceituada e estudada como um Sistema Integrado em que diversos subsistemas próprios interagem

para constituir um todo organizado. Destina-se a dotar a administração dos meios necessários ao suprimento de materiais que são indispensáveis ao funcionamento da organização, complementar o objetivo, portanto, é otimizar o investimento, aumentando o uso eficiente dos meios financeiros, minimizando as necessidades de capital investidos em estoques (DIAS, 2009).

As funções da gestão de materiais estão diretamente ligadas à redução de custos para maximizar seus lucros, enxugando os estoques e tendo o material correto no momento certo. É preciso descobrir formas, modelos matemáticos de redução de estoques, com criatividade administrativa sem o colapso da produção, vendas e sem o aumento de custos, observando itens estratégicos para armazená-los e disponibilizá-los corretamente. Estas funções estão diretamente ligadas a setores que dão suporte como setores de compras, controle de qualidade e almoxarifado. Eles são importantes para garantir um custo menor do produto (DIAS, 2005).

Segundo Dias (1995) o objetivo principal de uma empresa é, sem dúvida, maximizar o lucro sobre o capital investido, seja em fábricas, equipamentos, financiamentos de vendas, reserva de caixa ou em estoques. Para atingir o lucro máximo ela deve usar o capital para que não permaneça inativo; caso haja maior necessidade emprestará ou tirará dinheiro de um dos cinco itens acima mencionados. Então, espera-se que o dinheiro investido em estoques seja o lubrificante necessário para a produção e o bom atendimento das vendas.

1.1.1 Gestão de estoques

Tendo em vista a importância de cuidar dos materiais, o controle de estoque foi criado mediante a necessidade de organizá-los, pois anteriormente não havia a competitividade

que se tem hoje, com isto não se dava a devida importância a estes setores. Com a concorrência acirrada os lucros baixaram e os custos se elevaram forçando as empresas no investimento de pessoal treinado e sistemas de controle de estoque para garantir a eficiência do processo (DIAS, 2005).

Segundo Dias(1995, p.19) a função da administração de estoques é maximizar o efeito lubrificante no *feedback* de vendas e o ajuste do planejamento da produção. Simultaneamente, a administração de estoques deve minimizar o capital total investido em estoques, pois ele é caro e aumenta continuamente, uma vez que o custo financeiro aumenta. Sem estoque é impossível uma empresa trabalhar, pois ele funciona como amortecedor entre os vários estágios da produção até a venda final do produto.

Contudo, não basta apenas controlar as entradas e saídas das mercadorias envolvidas no processo produtivo, mas é necessário o controle do fluxo de pessoas para que não se perca a consistência do processo implantado. O diferencial para que haja mudança de resultados depende da eficiência das pessoas que nela trabalham, treinamentos, capacitação, experiência de processos internos e visão do setor como funcionamento do sistema. Outro ponto enfatizado é o do equilíbrio organizacional que corresponde à verificação da existência ou não da harmonia entre as partes que compõem a empresa; não adianta ter técnica bem organizada sem um sistema de informações que permita o acompanhamento do desempenho (DIAS, 2009).

1.1.2 Estoque de segurança

Visto que o estoque de segurança nada mais é do que o dimensionamento de um valor para o estoque em que o pedido de reposição é disparado, fazendo com que o mesmo seja feito

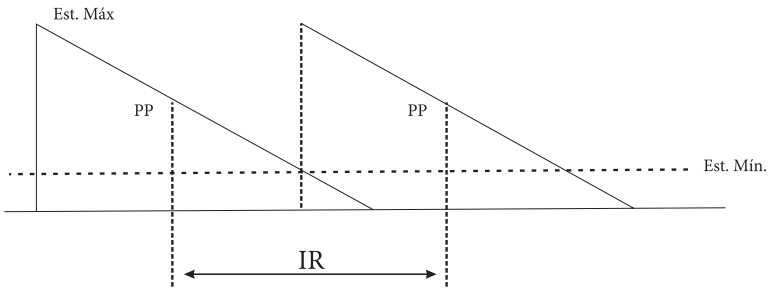
enquanto ainda se mantém estoques das mercadorias e produtos no almoxarifado, evitando-se assim que a empresa seja obrigada a interromper a sua produção por falta de mercadorias em estoque (DIAS, 2009).

> O estoque mínimo, também chamado de estoque de segurança, por definição, é a quantidade mínima que deve existir de estoque que se destina a cobrir eventuais atrasos no ressuprimento, objetivando a garantia do funcionamento ininterrupto e eficiente do processo produtivo, sem o risco de faltas (DIAS, 2009, p. 50).

A movimentação de entrada e saída de mercadorias dentro de um sistema de estoque poderá ser melhor visualizada em decorrência da presença do gráfico "dente de serra" que facilitará o controle de estoque de segurança conforme mostra a figura 1.

FIGURA 1 – Intervalo de Ressuprimento

Intervalo de Ressuprimento



FONTE: DIAS (2009, p.50)

1.1.3 Recebimento de materiais

Recebimento é a atividade intermediária entre as tarefas de compra e pagamento ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade a conferência dos materiais destinados à empresa. O recebimento é o ato pelo qual a equipe do almoxarifado ou uma comissão designada, quando for o caso, recebe do fornecedor os materiais adquiridos pelo órgão/entidade, efetuando as conferências necessárias para dar o aceite dos produtos. É no recebimento que a responsabilidade pela guarda e conservação do material é transferida do fornecedor ao órgão/entidade recebedor. Esse ato de recebimento é considerado como serviços e nem sempre são tangíveis, nem tem formas ou tamanhos como produtos, são atividades especializadas executadas pelos colaboradores ou empresas prestadoras de serviços (CHIAVENATO, 2005).

Segundo Dias (2009, p. 290) "o relatório de recebimento é, pois, uma descrição dos materiais recebidos: suas quantidades, fornecedor, o número do pedido de compra, grau e condições dos materiais e outras informações julgadas oportunas".

O importante processo dentro do setor de recebimento se dá a partir da chegada de mercadorias cuja função de desembalagens dos bens recebidos é a verificação das quantidades e condições qualitativas que é de fundamental importância para o andamento do processo produtivo (DIAS, 2009).

1.1.4 Inspeção de recebimento

Na concepção de Dias (2009, p. 290) "em algumas situações a necessidade de verificação completa e precisa dos materiais

usados no processo produtivo, organizando-se, para tanto, os serviços de Inspeção de Recebimento (subordinado ao setor de controle de qualidade) cuja principal atribuição é verificar se os bens recebidos estão de acordo com as especificações, desenho e outras informações dadas ao fornecedor. Muitas vezes essa conferência exige testes de laboratório feitos em amostras de material recebido".

A gestão de inspeção de recebimento coordena e controla as atividades de recebimento e devolução de materiais, analisando a documentação recebida e verificando se a compra está autorizada; fazendo uma análise da quantidade dos volumes declarados na nota fiscal e no manifesto de transporte com os volumes a serem efetivamente recebidos, procedendo a conferência visual, verificando as condições de embalagem quanto a possíveis avarias na carga transportada e, se for o caso, apontando as ressalvas de praxe nos respectivos documentos; proceder a conferência quantitativa e qualitativa dos materiais recebidos, decidir pela recusa, aceite ou devolução, conforme o caso, providenciar a regularização da recusa, devolução ou da liberação de pagamento ao fornecedor e liberar o material desembaraçado para estoque no almoxarifado. Quando a mercadoria for rejeitada total ou parcial, uma comunicação deverá ser feita imediata ao departamento de compras, em seguida o setor de compras informará ao fornecedor do ocorrido, sendo providenciada a devolução (DIAS, 2009).

A análise do Fluxo de Recebimento de Materiais permite dividir a função em quatro fases:

FIGURA 2 – Etapas do recebimento

FONTE: elaborada pelos autores(2014)

De acordo com Dias (2009) a figura 2 representa as etapas do processo de recebimento em que serão inspecionados os materiais no ato da entrada, analisando a quantidade e qualidade e posteriormente a regularização física, fiscal e contábil.

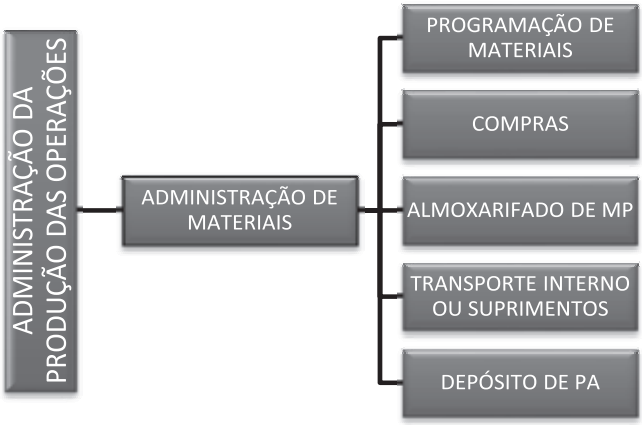
1.2 Ambiente e estrutura organizacional

A composição organizacional representa o modo que os órgãos e cargos estão preparados e arranjados para o seu funcionamento rumo às metas escolhidas pela organização.

Segundo Chiavenato (2005, p. 42) os dois desafios principais da AM são:

- Armazenamento de materiais: No sentido de oferecer disponibilidade de materiais necessários à atividade empresarial (produção e atividades de apoio), permitindo a recuperação imediata e facilitação na entrega.
- Logística de distribuição de materiais: No sentido de entregar os materiais no ponto certo, no menor prazo, ao menor custo e oferecendo condições de qualidade.

FIGURA 3 – Estrutura organizacional da AM



FONTE: CHIAVENATO (2005, p. 41).

1.2.1 Planejamento e controle da produção

O avanço dos processos está ligado a métodos de produção inovadores que são responsáveis pelo controle e planejamento de materiais, sendo o PCP o instrumento responsável pelo planejamento e controle da produção nas organizações administrando inclusive os materiais necessários para produção. Contudo, está fortemente ligado ao processo produtivo das organizações. Isso significa que deve fazer funcionar de maneira correta e precisa para que melhor possa atender a empresa (CHIAVENATO, 2005).

Para que todo o processo de PCP flua de forma linear deve conter alguns passos importantes; o primeiro é o projeto de produção que apontará a proposta do projeto; o segundo passo é a coleta de informações, assim saberá o fluxo de materiais e rotatividade dos mesmos; o terceiro é o planejamento da produção que irá formular, programar e executar o plano

de ação e, por fim, o controle da produção e a matéria-prima que disponibilizará para transformá-la em produto acabado (CHIAVENATO, 2005).

1.2.2 Controle de estoque

Um dos grandes desafios enfrentados pela gestão de materiais é o controle e planejamento do estoque. E, também, manter os níveis de estoque de forma linear para que não afete o processo de produção. Hoje o cenário da gestão de materiais é manter seu estoque de forma mais enxuta, ou seja, com níveis de estoques reduzidos, compras planejadas para suprir as necessidades de um determinado momento ou setor, nível de estoque de acordo com a demanda, consequentemente reduzindo seu custo e dando agilidade ao processo de produção (CHIAVENATO, 2005).

Ainda de acordo com Chiavenato (2005, p. 77) "os estoques tendem a flutuar, e é muito difícil controlá-los em toda sua extensão, pois os materiais se transformam rapidamente, por meio do processo produtivo e a cada momento podem ser classificados diferentemente".

Na concepção de Gonçalves (2007) pode-se evitar o desperdício com capital parado, que consequentemente poderia ser investido em outra área. Lembrando que este capital deve ser direcionado a abastecer os estoques atingindo o nível de segurança de forma que supra o fluxo de materiais do período de compra programado. É claro que o estoque é um investimento que envolve comprometimento de recursos que poderiam ser aplicados em outras atividades, entretanto, sua existência é indispensável ao perfeito funcionamento da empresa.

1.3 Fluxo e classificação de materiais

Geralmente a produção ocorre em empresas secundárias onde processam a matéria-prima e as transformam em produto acabado. Os materiais e matéria-prima são comumente chamados de materiais, assim sendo toda vez que se referir a materiais é o mesmo que matéria-prima (CHIAVENATO, 2005).

Chiavenato (2005, p. 31) apresenta a seguinte proposta: "para que haja produção de produtos e serviços, existe sempre a necessidade de se processar matérias-primas que serão transformadas em produtos acabados ou serviços prestados ao longo do processo produtivo".

Os materiais não são estáticos, seguem um fluxo que inicia no recebimento do fornecedor, conferência, classificação, estocagem e disponibilização entrando nos diversos processos produtivos até serem transformados em produto acabado (CHIAVENATO, 2005).Conforme mostrado na figura abaixo.

FIGURA 4 – Fluxo de armazenagem

FONTE: Elaborado pelos autores (2014)

1.3.1 Classificação de materiais

Chiavenato (2005) afirma que o fluxo do processo dos materiais tende a ter modificações. E, conforme os materiais passam pelo processo produtivo, recebem diferentes

classificações de acordo com suas transformações. Os materiais são classificados de acordo com seu estágio no processo de produção à medida que passam pelas diferentes etapas iniciando pela matéria-prima até seu estágio final que é o produto acabado. De acordo com Chiavenato (2005) a classificação de materiais mais comum é a seguinte:

FIGURA 5 – Processo produtivo

FONTE: Administração de Materiais (CHIAVENATO, 2005, p. 33)

1.3.2 Movimentação de materiais

Na concepção de Chiavenato (2005) a movimentação de materiais é uma atividade indispensável para toda empresa visando à eficiência do sistema produtivo. Por meio da logística interna permite a esse sistema a otimização de tempo que vai da estocagem, transporte, depósitos, inventário e toda a movimentação dos materiais dentro da empresa até o produto acabado.

O movimento de materiais tem como finalidades aumentar a capacidade produtiva da empresa, melhorar condições de trabalho e reduzir custos de produção. Para auxiliar nas atividades de movimentação existe uma série de equipamentos próprios de acordo com a dimensão, características, quantidades a serem transportadas e conforme sua necessidade de alterações (CHIAVENATO, 2005).

Veículos industriais como equipamentos de movimentação de materiais segundo Chiavenato (2005, p. 148) são "Carretas, Carrinhos, Empilhadeiras, Tratores e Traillers".

1.4 A qualidade e sua história

De acordo com Abrantes (2009, p. 212) a qualidade vem sendo praticada há milhares de anos, embora no passado não houvesse esta nomenclatura. A China já a praticava há mais de três mil anos e até existiam leis e decretos do imperador que regulavam a qualidade, por exemplo, da seda e do algodão. Duzentos e vinte um anos antes de Cristo já existiam padrões para aferição de instrumentos, incluída a data de quando deveriam ser realizados.

A Bíblia Sagrada mostra, em capítulos do Livro dos Reis, detalhes da construção do Templo de Salomão, construído 950 anos antes de Cristo em que se fala da qualidade exigida das madeiras a serem usadas no Templo. A grande diferença de qualidade no passado e hoje está na quantidade a ser produzida. No passado, uma Igreja poderia levar séculos para ser construída e com os produtos acontecia a mesma coisa, pois eram poucos os consumidores. Outra diferença é que os objetos eram produzidos um a um por artesões que dominavam todo o processo de produção.

Atualmente todos os consumidores prezam pela qualidade de um produto adquirido, porém a qualidade depende do ponto de vista do cliente que está comprando; ela se diferencia a partir da necessidade, em alguns casos se dá pela durabilidade, em outros pelo design ou funcionalidade. Do ponto de vista empresarial esta qualidade começou a ser praticada a partir da competitividade, algo que é necessário para se manter no mercado quando outro produto do mesmo segmento invade

seu espaço e por ter características com as quais o consumidor se identifica, ganhará força de vendas e consequentemente o espaço desejado. Porém, as empresas estão aplicando controle de qualidade para monitorar seus produtos, primando sempre por estar colocando neles estas características de qualidade que identificam seu produto ao cliente. A ideia que a qualidade envolve uma multiplicidade de itens decorre de uma visão ampla do que seja a adequação ao uso, segundo esse enfoque, são muitas as variáveis que o consumidor considera quando decide adquirir um produto ou utilizar um serviço (PALADINI, 2010).

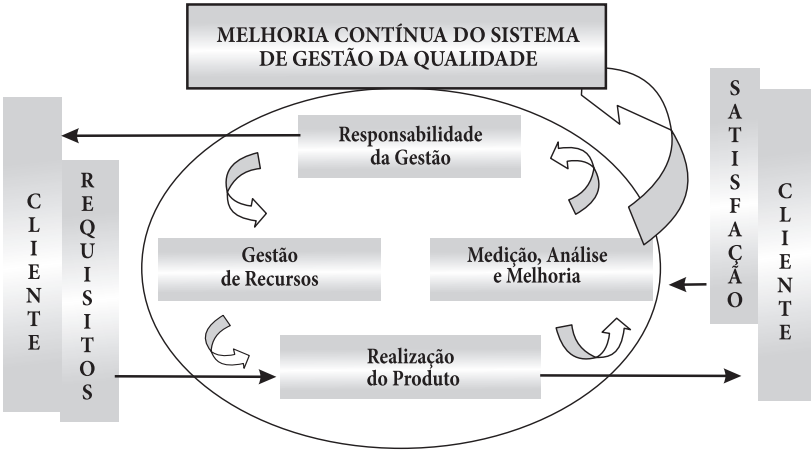
1.4.1 A ISO como chave do mercado de vendas

O mundo tornou-se exigente diante de um mercado competitivo, em que as informações chegam com uma certa facilidade diante dos olhos do cliente. A busca da qualidade para os consumidores é um ponto preponderante, crucial, determinante para que ele faça sua compra. Enxergando este novo cenário as empresas perceberam essa tendência do mercado e estão investindo pesado para acompanhar novas tecnologias, desenvolvendo processos e padronizando os mesmos, para que em um futuro próximo possa disponibilizar produto de qualidade ao consumidor final.

Não basta apenas estar certificado por meio da ISO 9001, não é desta forma que funciona a qualidade, as ações corretivas devem ser continuadas e controladas a fim de manter a qualidade em seu todo. Um grande diferencial foi percebido pelas organizações e está sendo implantado pelas demais; a qualidade se destaca cada vez mais na visão de uma nova era de consumidores que questionam mais e criticam a qualidade dos produtos adquiridos. É cada vez maior a fatia do mercado que se destaca no cenário como comprador exigente, em que estão

inseridos dentro do padrão de qualidade a durabilidade, o design e o resultado esperado. Baseadas nestes passos as organizações mobilizam mais seus investimentos na implantação de sistemas de qualidade para que realmente deem resultados satisfatórios.

FIGURA 6 – Gestão da qualidade da melhoria contínua



FONTE: Modificada de Carpinetti (2010, p. 52).

As organizações por meio da certificação ISO 9001 e programas da qualidade não só agregam valor ao seu produto como também ganham em qualidade de vida para seus colaboradores, reduz os acidentes de trabalho provocados pela má organização dos materiais, agiliza o processo de produção, pois padroniza os mesmos e visa um melhor acompanhamento junto aos seus colaboradores, sabendo que a saúde ocupacional é de extrema importância no desenvolvimento produtivo com qualidade das organizações.

1.4.2 As normas e as certificações ISO 9000

De acordo com Abrantes (2009, p. 250) "processo de certificação pela ISO 9001 é longo (até dois anos) e trabalhoso, exigindo principalmente a determinação da Alta Administração, a união de todos os funcionários, treinamento e muita disciplina, ou seja, exatamente o que pregam os seguintes sensos do programa 8S: ShikariYaro (Senso de determinação e união); Shido (senso de educação, qualificação e treinamento) e o Shitsuke (autodisciplina)".

Muitos são os obstáculos encontrados pelas empresas na implantação dos programas de qualidade, porém a necessidade bate à porta seguindo uma tendência do mercado, pois em um mundo globalizado e com clientes cada vez mais exigentes não se pode ter uma administração voltada para a obtenção de lucros. A competitividade não perdoa e anda ao lado do cliente e dita regras e, para sobreviver diante do exposto, faz-se necessário alterações. As dificuldades surgem a partir do momento da implantação; uma das primeiras vem com as mudanças de hábitos, envolvendo toda equipe cuja autodisciplina será fator preponderante para que pessoas saiam da zona de conforto e se entreguem ao novo método, passando a atender as exigências propostas, a fim de que aconteçam as mudanças esperadas, mas isso são necessários muito treinamento e estudo que levarão certo tempo até que os mesmos assimilem os novos procedimentos a ponto de atenderem aos padrões de excelência.

Como se observa é necessário que a empresa esteja toda envolvida no processo de implantação, desde o faxineiro até o presidente, assim todos terão sua contribuição dentro dos procedimentos exigidos para a certificação.

2 METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA

A metodologia científica por meio dos métodos diversos tem como princípio uma iniciação das práticas investigativas, bem como discutir conceitos e características da ciência para realização de uma pesquisa acadêmica.

Em termos gerais a metodologia se faz necessária em um trabalho acadêmico para que se possa avaliar melhor as técnicas e procedimentos aplicados e observados a fim de obter conhecimento necessário sobre o tema em estudo.

"Metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento" (ANDRADE, 2007, p.119).

Os métodos são fundamentais para entendimento e construção do trabalho científico, assim:

> Todo trabalho científico deve ser baseado em procedimentos metodológicos, os quais conduzem a um modo pelo qual se realiza uma operação denominada conhecer, outra agir e outra fazer. Tais operações são desempenhadas pelo ser humano a fim de desenvolver adequadamente um estudo (FACHIN, 2006, p. 29).

A metodologia permite compreender toda a estrutura de um trabalho científico e sua objetividade, definindo as razões e técnicas utilizadas.

2.1 Pesquisa quanto aos procedimentos

Os procedimentos, ou seja, a maneira pela qual se obtêm os dados necessários permite estabelecer a distinção entre pesquisas de campo e pesquisas de fontes "de papel". Nesta modalidade incluem-se a pesquisa bibliográfica e a documental.

A diferença entre uma e outra está na espécie de documentos que constituem fontes de pesquisas: enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, ou seja, livros e outros documentos bibliográficos, a pesquisa documental baseia-se em documentos primários, originais. Tais documentos, chamados "de primeira mão" ainda não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa: dados estatísticos, documentos históricos, correspondência epistolar de personalidades, dentre outros.

A pesquisa de campo baseia-se na observação dos fatos tais como ocorrem na realidade. O pesquisador efetua a coleta de dados "em campo", isto é, diretamente no local da ocorrência dos fenômenos. Para a realização da coleta de dados são utilizadas técnicas específicas como a observação direta, os formulários e as entrevistas.

Na idealização deste trabalho utilizou-se da pesquisa de campo verificando ferramentas que auxiliam no processo de gestão de materiais, permitindo buscar soluções aos problemas encontrados, pois as informações foram registradas e avaliadas a fim de retratar a realidade, sendo que nenhum dos membros alterou ou sequer modificou o que foi realizado. A pesquisa documental foi realizada a partir de arquivos privados, originais e intransferíveis da Haiala Metalúrgica e pesquisa de campo realizada com diretor geral, supervisor de estoque, supervisor de produção, supervisor de recursos humanos e colaboradores.

2.2 Pesquisa quanto ao objeto

A pesquisa quanto ao objeto pode ser bibliográfica ou de campo. A primeira tanto pode ser um trabalho independente como constituir-se no passo inicial de outra pesquisa. Já se disse, aqui, que todo trabalho científico pressupõe uma pesquisa bibliográfica preliminar.

A pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

O trabalho em questão envolve tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa de campo e pretende averiguar a gestão de materiais na linha de produção permitindo um ponto de partida para posterior confrontação com os dados atuais. O presente se enquadra dentro da pesquisa de campo por se tratar de coletas de dados atuais em área de execução.

Este estudo em um futuro próximo será perceptivelmente responsável por benefícios a quem possa interessar em melhorar os processos decorrentes da linha de produção,justamente se tratar de dados que trarão uma resposta a pontos duvidosos dentro da gestão de materiais.

2.3 Técnicas de pesquisa

Toda pesquisa implica a coleta de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimentos que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta.

A documentação indireta "é a fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse" (LAKATOS, MARCONI, 2009, p.176). Essa pesquisa visa ao levantamento de dados sobre a gestão de materiais na linha de produção, ou ainda sugerir problemas e hipóteses

orientando para outras fontes de coleta que justificarão os fatores que geram a falta de matéria-prima.

A documentação direta "abrange a observação direta intensiva e a observação direta extensiva" (ANDRADE, 2010, p.123). Quanto à observação intensiva, a pesquisa é sistemática por ser planejada e estruturada, não participante por limitar-se à observação dos fatos, em equipe por ser desenvolvida por um grupo; os fatos são observados em campo ou em ambiente natural, portanto na vida real.

Já a observação direta extensiva "baseia-se na aplicação de formulários e questionários (...) história de vida etc." (ANDRADE, 2010, p.124). A pesquisa em questão exige a formação de uma equipe para seu desenvolvimento, fatos serão observados em campo ou ambientes naturais e, por fim, formulários/questionários serão confeccionados com o propósito de conhecer o cotidiano da Haiala Metalúrgica Ltda.

A coleta de dados e seu acompanhamento ordenado nos trazem ao momento prático deste estudo, denominado pesquisa de campo, já que a pesquisa de fato parte da teoria à prática, realizada na empresa, permitindo conhecer os métodos e processos utilizados para o funcionamento da Gestão de materiais e linha de produção de esquadrias Prática, assim proporcionando aprofundar nos dados coletados, contribuindo para uma melhor compreensão e entendimento.

Para execução deste projeto foram utilizados como técnica de pesquisa entrevistas com gestores responsáveis pelos departamentos de controladoria, de produção, de estoque, RH, e contábil a fim de coletar as informações necessárias para construção do mesmo. Também foram realizadas aplicação de questionário além da observação direta junto aos processos de chão de fábrica.

Observa-se que a documentação direta e coleta de dados são de fundamental importância para a eficiência da conclusão de um trabalho, pois traz informações colhidas no local da pesquisa, tirando todas as dúvidas em posse dos dados coletados. Andrade e Lakatos (2007, p. 188) afirmam que "a documentação direta constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem".

Houve também a aplicação da pesquisa indireta que indica a coleta de dados de maneira documental e bibliográfica do interesse da mesma. De acordo com Lakatos e Marconi (2009, p. 176) "a técnica de documentação indireta é feita de duas maneiras: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica".

É de fundamental importância seguir os métodos para construção de um trabalho, para tanto se usou como estratégia de pesquisa a coleta de dados para informações da Gestão de Materiais e Processos da linha de produção Prática utilizados na Haiala Metalúrgica a fim de robustecer a investigação proposta.

Visando a um maior aprofundamento dentro da pesquisa foram realizadas entrevistas e aplicadas questionário aos responsáveis de departamentos, de controladoria, Sr. Silas Palmeira, o qual possui conhecimento profundo em todos os setores da empresa, a Sra. Lívia da Silva Marques, supervisora de RH, o Sr. Ricardo Galvão Marques, encarregado de produção linha Prática e estoque e Sr. José Maurício dos Santos, encarregado do setor contábil, os quais forneceram os dados.

Pode-se observar que na busca do entendimento foi essencial na visita de campo perante aproximação dos processos e serviços desenvolvidos para construção deste artigo a participação do encarregado do setor de produção

Sr. Ricardo Galvão Marques, o qual teve participação efetiva, demonstrando conhecimento e dedicação. Ele descreveu todos os passos do processo produtivo de esquadrias da linha Prática da Haiala Metalúrgica, contribuindo de forma significativa com as informações precisas e detalhadas dentro da visita realizada.

De forma geral pode-se notar a evidência de ferramentas da administração dentro de todos os setores da empresa, deixando claras a força e eficiência dos mesmos quando bem utilizados e de forma sistêmica, bem como o comprometimento no desenvolvimento de serviços e produtos de qualidade que resultaram na certificação ISO 9001. Nota-se uma empresa sempre preocupada em atender bem, dando condições de trabalho por meio de cursos e treinamentos aos seus colaboradores, resultando na satisfação do consumidor final.

3. A GESTÃO DE MATERIAIS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO NA LINHA PRÁTICA NA HAIALA METALÚRGICA

A pesquisa realizada na empresa Haiala Metalúrgica Ltda teve como foco de estudo sob a óptica da gestão de materiais na linha de produção de esquadrias em alumínio "Prática", quando verificou-se o uso de ferramentas administrativas na obtenção de melhores resultados. De acordo com Palmeira (2014) a empresa conseguiu inserir em sua gestão administrativa ferramentas que alimentam e facilitam o exercício do dia a dia, dando dinâmica e eficiência no setor produtivo.

Palmeira (2014) ainda esclarece que a empresa após incluir em seu quadro societário sócios gestores com novas ideias, o Sr. Rodrigo Marques Fernandes, com formação na área

de Economia, pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia, e seu irmão Reinaldo Marques Fernandes, com formação em Engenharia Civil, pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia,ambos filhos do Sr. Edvaldo Correa Fernandes, e com o apoio do colaborador Sr. Silas Palmeira, com formação em Economia pela Faculdade de São Paulo Mackenzie, tomou novos rumos, possibilitando o crescimento real da Haiala, que notavelmente figura-se nos dias atuais entre as maiores empresas do ramo de metalurgia do estado de Goiás.

3.1 A estrutura organizacional

A estrutura organizacional é composta por vários departamentos iniciando pelo centro administrativo e os setores dos processos produtivos. As linhas de produção são divididas em linhas específicas e flexíveis,os produtos em aço têm sua produção dividida por modelos específicos; concentra-se em linha de produção apenas um modelo de cada produto, e esta forma só é possível devido ao amplo galpão planejado para comportar o fluxo de produção em grande escala, a linha em alumínio tem o diferencial de ser flexível e são desenvolvidas na mesma linha de produção vários modelos de produtos, adaptando-se de acordo com o produto a ser produzido. O espaço físico está em processo de ampliação para que sejam criadas linhas específicas com a finalidade de ampliar a produção devido a novas tendências de mercado.

3.2.1 A gestão de estoque

Na coleta de dados obtidos conforme entrevista com Galvão (2014), supervisor de produção, com formação em curso

técnico de gerenciamento de estoques, soube-se que o estoque de materiais é composto por produtos de classificação A, B e C como bobinas de aço, fechaduras, tintas e perfis variados, compondo os produtos da linha em aço no total de 190 itens. Já a de matéria-prima da linha em alumínio é composta por produtos linhas "A, B e C como perfis, vidros, obtendo os produtos em alumínio que juntos somam um total de 153 itens, totalizando 340 itens em alumínio e aço".

3.2.2 A estrutura de operação

A empresa conta com uma área no setor industrial de Quirinópolis, com espaço no pátio para caminhões, área para movimentação de carga e descarga, área construída para abrigar o Centro administrativo, amplo galpão industrial planejado para atender todos os setores, desde ao almoxarifado de matéria-prima, refeitório, passando pelas linhas de produção, pintura, até o estoque do produto acabado.

3.2.2.1 Local e espaço

O Sr. Santos (2014), encarregado do setor contábil, o qual mantém todos os dados relacionados com espaço e medição do local, informou que a área total incluído espaço de carga e descarga bem como estacionamento é de 21000m² e incorpora a área construída no total de12.924,50m², estando dentro deste espaço o setor de produção em alumínio que comporta as linhas "Plena" e "Prática", com um espaço de 1.446,30 m² e já com planejamento para ampliação do setor.

3.2.2.2 Composição de pessoal

Em entrevista Palmeira (2014) afirmou que a empresa emprega 215 funcionários, sendo que somente a linha de produção "Prática" comporta 22 colaboradores, 10,23% do total de funcionários utilizados em toda a indústria, todos treinados dentro dos parâmetros para desenvolver peças em alumínio. Os funcionários trabalham somente no período diurno com uma carga horária de 44 horas semanais, podendo ampliar esta carga de acordo com a demanda, se for necessário, este período de trabalho será tido como horas extras. Para o desenvolvimento do processo produtivo todos os funcionários são capacitados para desenvolver as funções específicas de cada área e, em se tratando da linha "Prática", há treinamentos técnicos como metrologia e interpretação de desenho.

Os funcionários são devidamente registrados de acordo com sua função e recebem a nomenclatura da mesma para o desenvolvimento do processo produtivo, sendo apresentados na função conforme Classificação Brasileira de Ocupações, assim descritos, oficial de montagem de alumínio, inspetor de qualidade e supervisor de produção.

3.2.3 Operação de gestão de estoque

De acordo com pesquisa de campo e dados extraídos das entrevistas aplicadas, Galvão (2014) endossa que o processo da estrutura de operação de gestão de materiais inicia pelo recebimento da matéria-prima, conferência e armazenamento do material de acordo com sua classificação e necessidades. Os mesmos são armazenados em locais estratégicos com o objetivo de seguir a logística para melhor atender os departamentos.

Para a baixa de materiais é adotada a forma de estoque aberto, em que é dada a baixa de forma direta, usando a ficha técnica, quando é passado a OP; o próprio sistema faz a busca na ficha técnica em que constam todos os itens que são gastos para a produção do produto; nesse momento é feito a baixa via sistema, as sobras de cortes e rebarba de furos, são pesados e feita a baixa manual.

3.2.3.1 Ponto de reposição

Conforme dados coletados na empresa, tanto na matéria-prima quanto acessórios, a reposição do estoque é feita por meio da técnica de determinação de estoque mínimo e máximo, delimitando o tempo de reposição a partir do momento da equalização do estoque mínimo; também foi verificado quanto à reposição de estoque conforme ferramentas de controle do mesmo, desenvolvido pelo setor de TI, onde sendo disparado o pedido da matéria-prima a partir do ingresso de pedidos de clientes que ultrapassam o estoque limite; neste momento é enviado automaticamente um e-mail com alerta de consumo de estoque pré-agendado por pedidos que acabaram de entrar no setor comercial.

3.2.3.2 Baixa de materiais

Palmeira (2014) afirma que a empresa Haiala Metalúrgica trabalha com estoque aberto, ou seja, a baixa de materiais ocorre quando o PCP lança a ordem de produção, o sistema reconhece a quantidade necessária por meio da ficha técnica, já que estão cadastrados no sistema todos os itens utilizados para cada produto produzido e, automaticamente, ocorre a baixa conforme solicitação. Há também sobras de cortes no processo produtivo

que são recolhidos e pesados, desta forma são baixados a partir do peso total.

3.2.3.3 Controle de estoque

Conforme entrevista realizada (PALMEIRA, 2014), não há colaborador específico para o acompanhamento do estoque de segurança; o controle é realizado por meio do PCP em que as esquadrias de alumínio são devidamente inventariadas quinzenalmente e posteriormente analisado o lead time das mesmas.

3.2.3.4 Inventário de materiais

Segundo Palmeira (2014) a forma utilizada é o inventario rotativo e, de acordo com o cronograma da empresa é feito quinzenalmente, sempre no primeiro dia útil do mês e no primeiro dia útil da segunda quinzena; para os produtos acabados são feitos mensalmente, já a matéria-prima e acessórios sempre no primeiro dia útil do mês.

3.3 Processo de produção da linha Prática

De posse dos dados colhidos na pesquisa de campo Galvão (2014) explana sobre a realização do processo produtivo na linha "Prática", iniciando por meio da ordem de produção, seguindo para corte e usinagem, posteriormente consulta-se a ficha técnica e desenhos, prosseguindo no dia seguinte a montagem de componentes e depois é feita a junção das partes, fechamento e regulagem finalizando com a inspeção e embalagem. Nos dias atuais a produção diária chaga a 70 peças totais em alumínio entre linha Prática e Plena; esta produção

tende a crescer com a ampliação do novo espaço que está sendo desenvolvido, pretendendo chegar a 250 peças dia para atender o mercado, de acordo com o novo projeto de vendas em desenvolvimento.

- Depósito de matéria-prima

FIGURA 10 – Almoxarifado

FIGURA 11 – Almoxarifado

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- Máquina de corte e máquina de fazer frisos

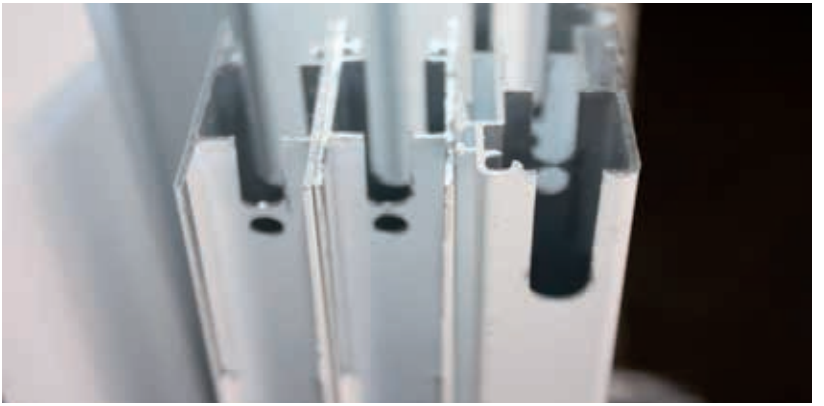
FIGURA 12 – Máquina de corte

FIGURA13 – Máquina de fazer friso

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- Peças separadas com frisos feitos

FIGURA 14 – Peças com frisos e furações



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- Peças montadas com acessórios e borracha de vedação

FIGURA 15 – Peças com acessórios

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- Montagem completa

FIGURA 16 – Peças montadas

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- Peças feitas o enquadramento, inspeção técnica e amarramento

FIGURA 17 – Fechamento

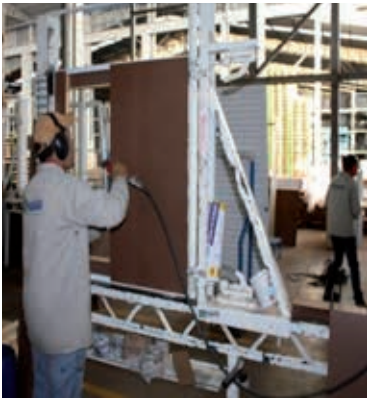


FIGURA 18 – Finalização do fechamento

Fonte: pesquisa de campo (2014)

- Peças prontas paletizadas e prontas para armazenagem no estoque de P.A

FIGURA 19 – Produto acabado

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- Depósito de produto acabado

FIGURA 20 – Depósito de produto acabado

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- Quadro de expedição

FIGURA 21 – Quadro informativo (expedição)

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- Carregamento

FIGURA 22 – Momento do carregamento

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

3.3.1 As sobras de corte e seu impacto no salário final

Segundo Palmeira (2014) a empresa com o objetivo de evitar desperdícios e melhorar o controle de estoque adota a política de benefícios à remuneração dos colaboradores diretamente envolvidos na produção; a mensuração das sobras de corte impacta no salário final, quando estas ultrapassam o limite permitido, ou seja, diante de uma tabela de peso de sobras instituída pela própria empresa há um limite permissível para as mesmas e quando este é ultrapassado, os colaboradores do setor perdem o bônus e, consequentemente, deixam de receber este benefício, agregado ao salário final.

FIGURA 23 – Sucata

FIGURA 24 – Sucata

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

3.3.2 As vendas como impacto na falta do produto acabado

Palmeira (2014) também explicou que a linha de janelas e portas em alumínio foi lançada em 2012, "Linha Plena", sendo mais sofisticada, direcionada para um público de um poder aquisitivo mais elevado, já a linha "Prática" foi lançada posteriormente, também com uma qualidade formidável, direcionada a um público classe média, no entanto surgiram falhas no decorrer do processo diante de um mercado ainda em construção em que a linha de esquadrias "Prática" superou

as expectativas de vendas, ocasionando atrasos nas entregas em virtude de um baixo fluxo de produção. O problema foi identificado quando os pedidos começaram a entrar no momento em que a falha do planejamento começou a aparecer, pois com a variedade de produtos da linha Prática é necessário adequar-se os gabaritos conforme pedidos para serem produzidos, tendo que parar outras produções para que seja usado o mesmo espaço físico e este processo vem gerando atraso nas entregas e, por consequência, falta do produto no momento do carregamento.

Explica Palmeira (2014) que a falha já foi identificada e tem-se projeto para ampliar o espaço físico e melhorar a produtividade do setor.

3.3.3 Descrição do processo de produção

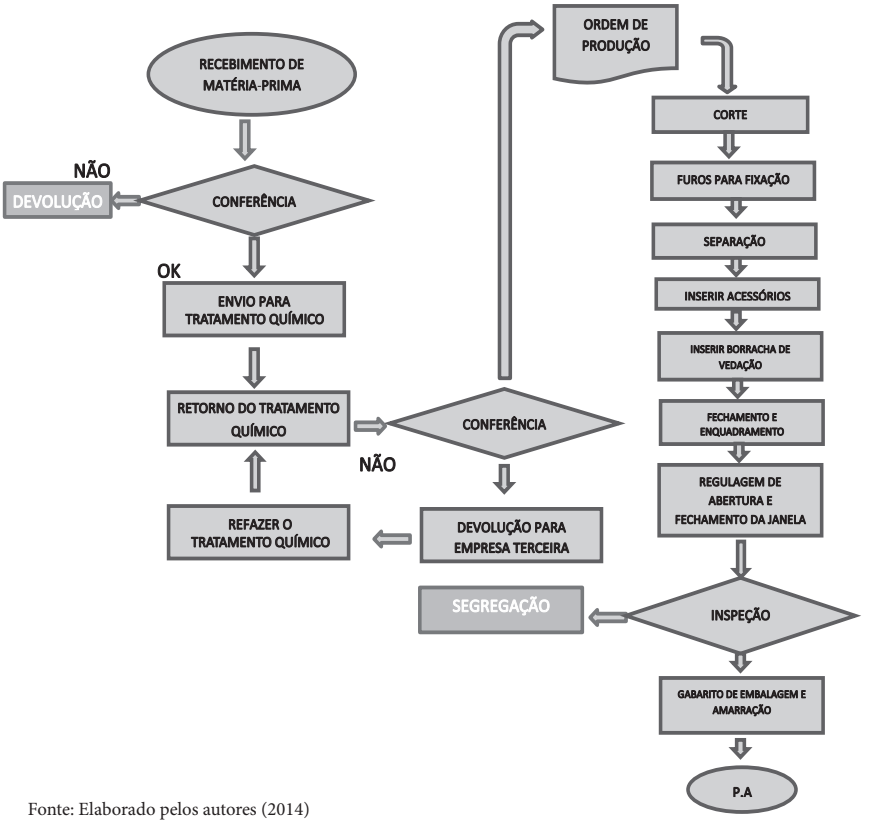
Em visita de campo realizada na Haiala Metalúrgica, Galvão (2014) explicou as várias etapas para a produção da linha "PRÁTICA" que se inicia pelo recebimento e conferência da matéria-prima, codificação de acordo com data de recebimento, posteriormente é feita uma separação conforme quantidade prevista em média de gasto nos últimos 3 meses, e o envio para processo de banho químico e pintura a ser realizado por empresas especializadas localizadas em Brasília e Goiânia, com tempo de retorno de 15 dias.

Ao chegar a mercadoria faz-se uma segunda conferência de medição para verificar a conformidade do serviço realizado, uma vez que o produto já vem em perfil específico para montagem da linha Prática e Plena; em seguida é feita a separação dos itens por meio da ordem de produção expedida pelo PCP, posteriormente inicia-se o processo produtivo começando pelo corte dos perfis, passando para outra fase em que são feitos os furos e recortes para serem parafusados e encaixados. Logo é feita uma nova separação e preparação para montagem com os acessórios de vedação,

passando para o enquadramento, seguindo para regulagem, depois para o gabarito onde são feitos os testes de funcionalidade,não estando em conformidade voltam para serem corrigidas as falhas. Estando em conformidade é feita a inspeção final de qualidade partindo para embalagem e amarração e finalizando com a paletização para estoque do produto acabado.

3.3.4 Fluxograma do processo

FIGURA 25: Fluxograma



Fonte: Elaborado pelos autores (2014)

3.3.5 Sistema de controle TI

Segundo Lima (2014), Supervisor de TI, com formação superior em Análise de Sistemas, o Software utilizado na empresa em todos seus processos é o sistema "MEGA", o qual comporta todos os programas de controle administrativo, contábil, financeiro, emissão de nota fiscal e controle de estoque. Informa também que o sistema é operado por colaboradores capacitados em seu todo e posteriormente treinados em sua área de atuação. Para desenvolver o trabalho do controle de estoque é necessário acompanhar a trajetória da mercadoria desde a entrada até a baixa. Para a iniciação gera-se o pedido de compra que é enviado ao fornecedor para a confirmação; quando chega a mercadoria é dada a entrada no sistema de acordo com a nota fiscal e caso a mercadoria não esteja conforme, é realizada a devolução por meio do Módulo de Distribuição.

Outra movimentação de entrada e saída do estoque é realizada por meio do módulo de Manufatura que se dá em decorrência das OP, "Ordens de Produção"; estas realizam a movimentação de entrada e saída do estoque da seguinte maneira: quando se emite a OP é para fabricação do que se chama de produtos semiacabados, ou produtos acabados e para fabricar estes produtos tem necessariamente que dar a saída em determinada quantidade de matéria-prima e/ou acessórios de acordo com a ficha técnica (relação do que é necessário para produzir determinado produto) dá-se a entrada no produto acabado que se produziu.

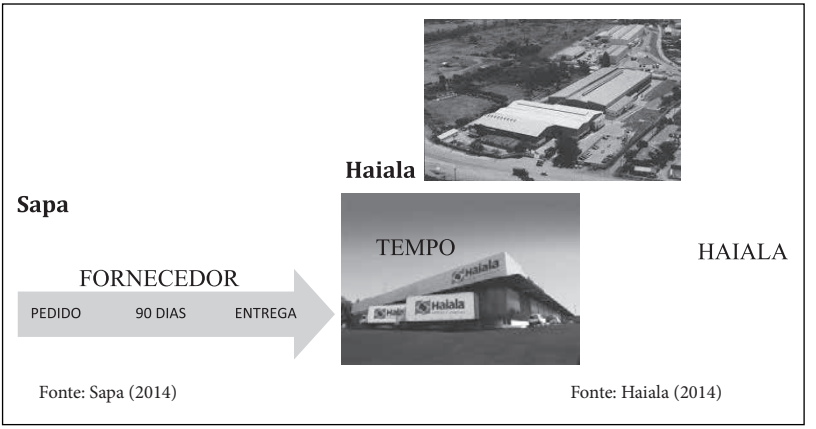
A movimentação da baixa do produto acabado é realizada por meio do módulo de distribuição que seria a realização de um pedido de venda, no sistema, denominado OE, "Ordem de

Expedição", o qual após a geração da OE que completa a carga de um caminhão são separados os produtos pertencentes a esta OE e após serem colocados e amarrados dentro do baú é encerrada a OE e emitida a NF de saída.

3.4 Análise do processo

De acordo com os dados coletados conclui-se que a falta do produto acabado se dá devido ao tempo de entrega da matéria-prima processada, uma vez que a mesma adquirida chega à empresa na sua forma *in natura* após 90 dias a contar da data do pedido, tendo que passar por outros dois processos de tratamento químico e pintura dos perfis em alumínio para inicialização do processo de produção, em contrapartida sofre em decorrência de uma crescente demanda no setor de alumínio, não estando no momento totalmente preparada para atender o fluxo.

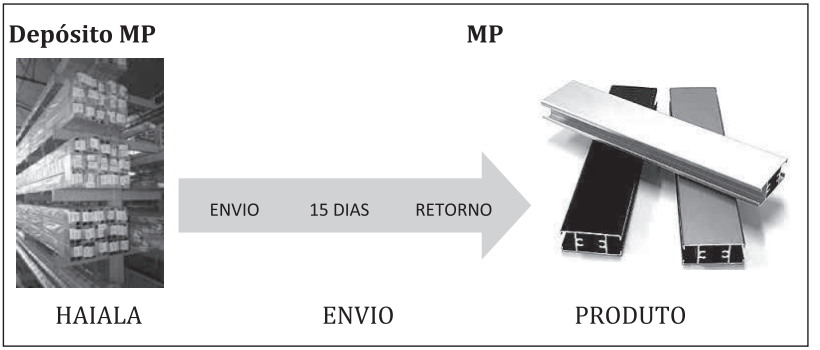
FIGURA 26: Indústrias Sapa e Haiala



Fonte: Sapa (2014)

Fonte: Haiala (2014)

FIGURA 27: Processo preparatório da matéria-prima



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Destaca que Chiavenato (2005, p. 31) "para que haja produção de produtos e serviços, existe sempre a necessidade de se processar matérias-primas que serão transformadas em produtos acabados ou serviços prestados ao longo do processo produtivo" e na empresa pesquisada em seu primeiro passo com relação ao pedido da matéria-prima *in natura* leva o prazo de 90 dias para chegar devido ao seu corte e medidas exclusivas para a Haiala Metalúrgica. Entretanto, verificou-se que não é este o ponto crítico, uma vez que há estoque suficiente para suprir a demanda, mas sim nos processos de tratamento químico em que há separação por quantidade e medidas para que o produto seja enviado para a empresa parceira para fazer o tratamento químico e pintura a fim de evitar corrosão. Em média o tempo gasto para este processo é de 15 dias; em seu retorno é realizado uma nova conferência e medição e estando em conformidade segue para o processo de produção; a não conformidade acarreta em retorno para refazer o processo, impactando diretamente na entrega do produto acabado.

Com relação à quantidade de matéria-prima a ser enviada para o tratamento químico e pintura, notou-se que esta tem como base a análise das vendas dos últimos três meses anteriores, podendo sofrer variações com relação a pedidos esporádicos com quantidade elevada fora da previsão, acarretando escassez da matéria-prima a ser utilizada. Chiavenato (2005) ainda afirma que para planejar e monitorar sistema de produção de modo a mantê-lo sempre dinâmico, saudável e fluente o PCP precisa colher dados e informações de todas as partes. Os dados e informações são reunidos para proporcionar uma abordagem integrada do funcionamento e de todo o sistema, principalmente onde estão localizados seus gargalos ou pontos de estrangulamento.

Palmeira (2014) afirma que outro gargalo é o *turnover* de colaboradores, perdendo profissionais já com um nível técnico avançado da linha de produção e este fato é devido à alta demanda da mão de obra. Com isso há demanda de um tempo para qualificação e capacitação dos novos colaboradores para desempenhar a função. Afirma Chiavenato (2002) que a integração entre o indivíduo e a organização não é problema recente, as primeiras preocupações surgiram com os antigos filósofos gregos.

Um dos agravantes analisados que também é motivo de perda na produtividade é a falta de espaço físico para a linha de produção Prática, já que no momento são desenvolvidos vários modelos em um mesmo espaço, "linhas de produção flexíveis", perdendo-se tempo em troca e regulagem de gabaritos. Afirma Galvão (2014) que um novo espaço físico já está sendo providenciado a fim de solucionar este problema.

Outro ponto agravante é a falta de acompanhamento da demanda de mercado, afirma Sr. Palmeira (2014), que não há

um histórico que possa comparar a demanda do produto no mesmo período de anos anteriores, apenas afirma que a venda deste produto é tendência de um crescimento significativo no mercado. Com base nessas informações conclui-se que a falta do produto acabado é devido a pedidos com quantidades elevadas, além do previsto para o período.

PALAVRAS FINAIS

O presente trabalho evidenciou a importância da utilização das ferramentas da administração no decorrer do processo a fim de obter resultados favoráveis à empresa, também explana a fluidez do processo de controle de materiais e linha de produção visando maior produtividade e controle, bem como coloca a relevância da seriedade com a finalidade da diminuição de falhas, trazendo transtornos de atrasos e falta do produto acabado.

Em meio a um comércio com um nível de qualidade em seus produtos cada vez mais equiparado, em que cada empresa busca a excelência na captura de mais clientes é de vital importância procurar usar ferramentas e informações para uma melhor gestão, afim de obter recursos para uma rápida e eficiente tomada de decisão.

Com a competitividade cada vez mais acirrada a empresa Haiala Metalúrgica e outras empresas se viram de certa forma forçadas a produzir cada vez mais produtos com boa qualidade e maior custo, por consequência redução dos lucros. Esta forma de trabalho requer maior treinamento e habilidade dos colaboradores, tendo em vista que o cliente final está mais exigente e observador diante do produto que lhe é oferecido.

O trabalho em questão apresenta um estudo de caso no qual demonstra sua importância na utilização dos processos e ferramentas no controle de materiais e linha de produção da empresa Haiala Metalúrgica, deixando claro o quanto é importante ter um processo de produção conciso, bem estruturado, que confere ao gestor o uso das ferramentas para melhor administração e controle, na contenção de falhas e desperdício de materiais.

Dentro do presente trabalho afirma-se que a hipótese principal não procede, uma vez que foi vista a eficiência dos processos de controle na gestão de materiais, em detrimento ao mesmo conclui-se que as falhas ocorrem com a falta do espaço físico, deixando a desejar na parte produtiva, também o *turnover*, evidenciando a falta de rendimento com um alto índice de rotatividade. Outro fator levantado foi o *lead-time* destacando um ponto fraco na inclusão de pedidos fora da média, enquanto a matéria-prima ainda está sendo preparada.

Em virtude desta pesquisa, por meio da coleta de dados, foi possível reunir informações no decorrer do processo de observação na gestão de materiais bem como linha de produção que ajudará a empresa na tomada de decisão a fim de sanar falhas e faltas por meio de ações efetivas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES José. **Gestão da qualidade**. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

ANDRADE, Maria Margarida; LAKATOS, Eva Maria. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. **Gestão da qualidade**:conceitos e técnicas. São Paulo. Atlas, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de materiais uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005.

CORREA, Edvaldo Fernandes. Presidente da Haiala Metalúrgica Ltda, 2014.

DIAS, Marco Aurelio P. **Administração de Materiais.** 4.ed. São Paulo. Atlas, 1995.

FACHIN, Odília, **Fundamentos de metodologia.** 5.ed. São Pulo. Saraiva, 2006.

GALVÃO, Ricardo dos Santos. Encarregado de produção e estoque da Haiala Metalúrgica Ltda, 2014.

GONÇALVES, Paulo Sergio. **Administração de materiais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HAIALA METALÚRGICA LTDA. **Haiala, uma empresa comprometida com você, o mercado e o país**. Disponível em: <http://www.haiala.com.br/?link=institucional>. Acesso em: 7 jun. 2014, 16:00:00.

LAKATOS, Marina de Andrade; MARCONI, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, João Batista, Supervisor de Tecnologia da Informação da Haiala Metalúrgica Ltda, 2014.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade teoria e prática**. 2.ed. São Paulo. Atlas, 2010.

PALMEIRA, Silas. Gestor da Controladoria da Haiala Metalúrgica Ltda, 2014.

SANTOS, José Mauricio, Encarregado Setor contábil da Haiala Metalúrgica Ltda, 2014.

SAPA, Sapa Aluminium Brasil S.A. **Planta industrial Itu**. Disponível em: <http://www.sapagroup.com/pt/extrusions-brazil/perfil-da-empresa/planta-industrial-itu/>. Acesso em: 7 jun. 2014.

SILVA, Lívia Marques. Supervisora de RH da Haiala Metalúrgica Ltda, 2014.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Direito

A NATUREZA DO TEXTO LITERÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PRAGMATISMO JURÍDICO: A POÉTICA NO DIREITO

THE NATURE OF LITERARY TEXT AND ITS IMPLICATIONS IN LEGAL PRAGMATISM: A POETIC IN LAW

Janice Ap. de Azevedo Fernandes[8]
Gilson Xavier de Azevedo[9]

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre um fato que tem ganhado a simpatia do público leigo no que diz respeito à linguagem jurídica. Sabe-se que os textos possuem natureza que atende às situações comunicativas em todas as instâncias sociais e cumprem assim, uma função social. Ao mesclar a linguagem poética às práticas jurídicas, alguns magistrados são alvo de estranhamento ou simpatia por parte do público leigo, público esse, arraigado à cultura popular, da qual provém o repente, a literatura de cordel, cujas estruturas composicionais poéticas sustentam muitos dos versos por meio dos quais magistrados têm deferido seus acórdãos.

Palavras-chave: Linguagem poética. Linguagem jurídica. Texto literário. Texto não literário. Acórdão.

[8] Licenciada em Letras (UEG)/ Especialista em Psicopedagogia (UEG)/ Docente concursada P4 do Estado de Goiás; Mestranda em Literatura e Crítica Literária pela PUC-Go, Bolsista FAPEG (janiceeduc@yahoo.com.br).

9 Bolsista FAPEG Mestrado. Doutorando em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014-2016). Mestre em Ciências da Religião pela PUC-GO (2013) e Professor Titular de Filosofia do Direito e Filosofia Empresarial pela FAQUI (2006-12); Ex-Coordenador do curso de Pedagogia da UEG Quirinópolis (2011-12). Filósofo (FAEME-2004), Pedagogo (UVA-ACARAÚ-2004) e Teólogo (MACKENZIE-2004), Pós-graduado em Administração Escolar (UVA-RJ, 2006), Ética e cidadania (UFG, 2012) e Filosofia Clínica (Inst. Packter/PUC, 2013) (gilsoneduc@yahoo.com.br).

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss a fact that has gained the sympathy of the general public with regard to legal language. It is known that the texts have nature that meets the communicative situations in all social levels and thus fulfills a social function. When merging the poetic language to legal practice, some judges are subject to alienation or sympathy from the general public, this public ingrained in popular culture, from which the sudden, Cordel literature, whose poetic compositional structures underpin many of the verses by whereby, judges have granted their judgments.

Keywords: Poetic language. Legal language. Literary text. Text not literary. Judgment.

PALAVRAS INICIAIS

Parece uma tarefa fácil definir o conceito de texto, porém não é tão simples como se pensa dado à multiplicidade de formas, gêneros e discursos por meio dos quais o texto se materializa. Segundo Koch & Travaglia (2006, p. 8) o texto deve ser entendido como:

> Uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão.

Sendo assim, torna-se complexo atribuir um conceito de texto como algo que se dá pelo engessamento da tradição, visto que nenhum sentido é fixo dado que se deve considerar

a situação comunicativa, os múltiplos sentidos e hibridismo que um gênero pode comportar, bem como os sujeitos em interação comunicativa.

Como se falou em hibridismo de texto, processo pelo qual se mescla em um único gênero características estruturais e discursivas de outro, deve se levar em conta que os gêneros do discurso são assim, metamórficos, embora Bakhtin os chame de formas relativamente estáveis de comunicação. Para Bakhtin (2011, p. 261) "todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua".

Outro fator que se deve levar em conta ao falar de linguagem na perspectiva dos gêneros do discurso é o fato da estabilidade de que trata o teórico Bakhtin. De acordo com Silva (2009) "dizer que os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados (Bakhtin, 1979/2003, p. 262) é, na prática, o mesmo que afirmar que eles são, ao mesmo tempo, estáveis e instáveis." Silva, relativizada a estabilidade de que trata Bakhtin ao considerar que um gênero discursivo pode transmutar-se e tornar-se instável à medida que se insere na prática discursiva o engenho particular e a necessidade de se fazer compreender ou relativizar, ou ainda, tornar menos tenso o momento da enunciação. Para Silva (2009):

> Os gêneros do discurso são, portanto, em sua forma básica de existência, simultânea e paradoxalmente, os mesmos e outros. São os mesmos porque, como diz Bakhtin, nenhum homem é um Adão bíblico que, pela primeira vez, rompe o silêncio com suas palavras: um discurso é sempre a repetição ou a retomada de um discurso anterior. São outros porque aquele que fala, ao repetir ou retomar um discurso, sempre o faz de uma maneira

> mais ou menos criativa, em função das circunstâncias da atividade comunicativa na qual está engajado e de acordo com seus objetivos no processo de interação verbal.

Sabendo que o uso da língua se dá em forma de enunciados, orais ou escritos, esses enunciados refletem as condições que lhe são inerentes bem como revelam pelo estilo de linguagem, seleção vocabular, construção composicional e o campo de comunicação ao qual estão ligados. Como o objetivo deste artigo é provocar uma reflexão quanto ao uso da linguagem poética na esfera jurídica, em decisões judiciais, há de se considerar que o enunciador ao elaborar seus enunciados o faz tendo em vista um público específico, bem como uma intenção comunicativa. Para Bakhtin (2011, p. 262) "Cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso".

Logo, percebe-se que ao utilizar-se da linguagem poética para proferir uma decisão judicial, o magistrado subverte uma prática discursiva concernente à práxis jurídica, pois constrói seu discurso numa estabilidade de campos de linguagem que oscila entre a subjetividade e a objetividade.

Atualmente, a concepção de gênero foi ampliada em decorrência de intervenções diversas e do interesse que esse campo de estudos despertou em pesquisadores. Para Marcuschi (2008, p. 142, apud Oliveira 2010), "além da concepção tradicional, de estrutura textual, destaca-se dentre as novas características assumidas pelo gênero, a de categoria cultural, esquema cognitivo, forma de ação social, forma de organização social, uma ação retórica".

A funcionalidade social de uma determinada comunidade ou meio social é que determina a prática discursiva de um

gênero. Marcuschi (2008, p. 142, apud Oliveira 2010) completa "Daí falharem os estudos meramente textuais ou estruturais dos gêneros".

1 DIFERENÇA ENTRE TEXTO LITERÁRIO E TEXTO NÃO LITERÁRIO

Os textos, agrupados em gêneros discursivos, ainda se dividem em texto verbal, não verbal e esses, por sua vez, em literários e não literários. Essa divisão, entre o que é um texto literário e o que não o é, leva em conta aspectos como figuratividade da linguagem, plurissignificação, ambiguidade, entretenimento, prazer estético, dentre outros para o texto literário; e imparcialidade, objetividade, clareza, ausência de atritos lógico-semânticos, dentre outros, para o texto não literário.

Para que um texto seja considerado literário, além do suporte em que esse vem publicado, elemento imprescindível para se operar uma leitura significativa, como um romance, uma peça teatral, um livro de poemas, a linguagem do texto precisa ter uma elaboração artística que se faz por meio de vários recursos, dentre eles: pontuação diferenciada, figuras de linguagem e vocabulário bem selecionado para transmitir o que se pretende. É comum que um texto elaborado com base nestes pressupostos revele emoção, pessoalidade, prazer estético e opera com a linguagem simbólica e outros artifícios que transcendem o limite do papel. Pode possuir também musicalidade, dada pelas rimas, assonâncias, aliterações, ritmo e pode ser organizado em prosa, estrutura que possui o parágrafo como unidade ou em verso, estrutura que tem a estrofe como unidade.

Tem-se como exemplo de textos literários em prosa: a crônica, as diversas modalidades de contos, a novela, o romance,

a fábula, o texto teatral, dentre outros, e na esfera do verso, tem-se o poema, as letras musicais, os hinos religiosos ou nacionais, ou ainda de times de futebol, dentre outros.

Por sua vez, os não literários são os textos que não possuem os elementos artísticos mencionados, são construções diferenciadas, sem plurissignificatividades ou recursos que o impessoalizem. Dentro da esfera dos textos não literários têm-se o universo dos textos jornalísticos, jurídicos, acadêmicos, administrativos e de outras áreas do conhecimento que visam à informação, o esclarecimento, ou qualquer outra prática discursiva que se vincule à objetividade. Para Palma (2007):

> A literatura, ou discurso literário, forma-se não só pelos seus aspectos intrínsecos, mas também pelo bom trabalho realizado pelo autor, evidenciando a sociedade e a cultura de sua contemporaneidade ou do passado. Isto não significa que um texto literário é bom porque representa bem uma determinada sociedade. Entende-se, sim, que um texto literário é bom porque é bem escrito, porque trabalha linguagem de forma criativa, porque utiliza os interstícios para enriquecer as possibilidades de leitura. O que se pretende evidenciar é que a literatura não é um fenômeno independente, ela é criada dentro de um contexto; numa determinada língua, num determinado país, numa determinada época, onde se pensa de uma determinada maneira, carregando em si marcas desse determinado contexto. Nesse sentido, o discurso literário pode não ser apenas ligado aos procedimentos adotados pelo autor, mas também, e talvez mais diretamente do que se pensa, ligado ao contexto sócio-cultural no qual está inserido, evidenciando-se, nem sempre claramente,uma influência das instituições que o cercam na escolha de determinados procedimentos de linguagem.

Assim, os textos a serem analisados neste trabalho, são da esfera jurídica, escritos em linguagem literária, portanto, estão

em suas formas constitutivas em universos bastante diferentes e desta forma são ressignificados pelo que Palma trata por evidência das instituições, neste caso, o caráter sisudo do Direito é traspassado pela sensibilidade literária. Para Bittar (2006, p. XVIII, apud Oliveira 2010) o direito:

> [...] é um discurso da culturalidade humana [...] é praticado por meio da comunicação, pois pressupõe a interação de agentes, a vida em sociedade e a necessidade de regulamentação de condutas num espaço determinado". O estudioso da filosofia do direito vê as práticas jurídicas como um fenômeno em constante mutação cujo sentido está em permanente reformulação, recriação, destruição, dentre outros processos reconstrutivos.

O trabalho proposto visa estabelecer uma discussão sobre o texto literário tomado como materialidade discursiva, sua materialidade cultural e histórica e a influência da cultura oral sobre tal discurso, bem como a tensa relação estabelecida entre a materialidade linguística dos textos e os processos históricos e as práticas sociais que participam de suas condições de produção.

2 OS GÊNEROS TEXTUAIS NO DIREITO

Como se sabe, o Direito é uma profissão de palavras, uma vez que a própria materialidade das leis são as palavras, assim, o jurista interpreta a lei para deliberar por meio de um código linguístico o que pode representar, linguisticamente, um fato. Assim, o acórdão, a própria consulta ao jurista, as defesas e os desacordos se dão por meio da materialidade da palavra. Logo, essa palavra numa interação comunicativa deve levar em conta o emissor e o receptor, dentre os outros elementos da comunicação.

Os magistrados, em suas sentenças, acórdãos e arestos, proferem decisões por meio do universo da linguagem, assim também, o próprio Ministério Público, em seus pareceres e intervenções na sessão do júri e em suas demais formas de atuação.

Para Oliveira (2010) "O conjunto de manifestações textuais do direito, que estariam em permanente processo de ressignificação social, a partir do fluxo e refluxo entre os discursos dos diversos sistemas sociais com os quais o direito mantém relações, é denominado pelo autor de 'juridicidade'.

Tais manifestações textuais no Direito atendem a uma normatividade textual que lhe dão certa complexidade comunicativa, muitas vezes distanciando a produção de sentido do texto lido de seu receptor. Há na tessitura jurídica uma semiótica operante e integral que se faz complexidade comunicativa, somente podendo ser compreendido em sua totalidade pelo que Bittar (2006, p. 60, apud Oliveira 2010) denomina "pragmática textual, como semântica textual e como sintática textual".

No que tange à textualidade jurídica, ou os textos que compõem o discurso jurídico e suas organizações textuais, pode-se citar como exemplos de gêneros no jurídico: Contestação, Declaração de carência ou pobreza, Denunciação da Lide,Embargos de declaração, esse por sua vez, no processo civil, trata-se de um pedido que se faz ao próprio juiz ou tribunal que emitiu a sentença, para que esclareça tópicos obscuros ou omissões apresentadas contra acórdãos proferidos pelos Tribunais de Justiça, caso se detecte ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, dentre outros.

Em tempo, Embargos de terceiros, Embargos infringentes do Julgado, Emenda da Inicial, Hábeas corpus, Libelo acusatório, Liquidação/Execução de sentença, Petição inicial,

Procuração, Reconvenção/contrapedido, Recurso Adesivo, Recurso Apelação, Recurso especial, Recurso Extraordinário, Recurso ordinário, Réplica, Representação, Rol de testemunhas, Acórdão, Sentença, Tréplica, dentre outros.

3 O POSITIVISMO JURÍDICO

Entende-se por positivismo jurídico ou jus positivismo a corrente da teoria do direito que procura explicar o fenômeno jurídico com base em normas positivas, as quais são determinadas pela autoridade soberana de uma sociedade e que são estabelecidas por aqueles que têm poder político para tal. Como método, o positivismo jurídico representa uma opção pela neutralidade do intérprete do direito, ou também impessoalidade, e defende que esta área do conhecimento não deve se posicionar relativamente aos conteúdos das normas, mas apenas descrevê-los, de modo a preservar a vontade política expressa por aqueles que criaram tais normas.

Assim, o modo como os juristas e as pessoas comuns usam a linguagem do Direito e de acordo com Hart (apud Stolz, 2007) a indeterminação é uma característica de todo intento de guiar a conduta humana mediante normas gerais formuladas linguisticamente e a ela não escapa o Direito. Se há no campo linguístico estabelecido para a área jurídica, na concepção dos autores citados, uma indeterminação que pode levar a uma interpretação discricionária, ou seja, atos realizados mediante critérios de oportunidade, conveniência, justiça e equidade, próprios da autoridade pública, o que é justificado por a norma jurídica apresentar-se lacônica e passível da interpretação discricionária, por meio da linguagem escrita. Para Santana (2012):

> O estudo da comunicação no sistema judiciário brasileiro tem, assim, privilegiado o enfoque à escrita em detrimento da oralidade, por isso é que os "operadores do Direito" foram "doutrinados" desde os bancos acadêmicos a acreditar que "o que não está nos autos não está no mundo". Portanto, a atividade jurisdicional se reduziu a um processo de comunicação quase exclusivamente escrita: juízes, advogados, promotores e escrivães parecem seres cujo único meio de comunicação é a escrita. Mesmo as reclamações trabalhistas e os depoimentos de partes e testemunhas precisam se converter à linguagem escrita e assim perdem muito em substância. Os tribunais valorizam mais a documentação dos julgados, sempre na linguagem escrita.

Sem querer equacionar a questão linguística no jurídico deve-se considerar que se essa existe em detrimento de um campo de enunciação e de discurso e que emissor e receptor quase sempre são díspares em suas formações linguísticas, há de se considerar também que, na convenção jurídica positivista a linguagem jurídica deve atender às normatividades que lhe são específicas, respeitando o campo do saber e seus vocabulários técnicos, o que não abriria margem para uma linguagem simbólica ou plurissignificativa, como é o caso da linguagem literária.

Embora tal campo do saber utilize-se de palavras de difícil compreensão para um público leigo e de termos jurídicos "exclusivos" para individualizar-se, a linguagem proferida por juristas em acórdãos ou outro gênero, por não se fazer compreendida pelo cliente ou leitor, dificulta ou impossibilita o ato comunicativo.

Segundo Fossey (2011):

> Há uma relação de restrição entre cena englobante e genérica. Nem todos os tipos de discurso podem se materializar em

> todos os gêneros: o discurso científico, por exemplo, nunca é veiculado na forma de um poema ou de uma novela. Esses são gêneros tipicamente literários. Espera-se que as 'descobertas' sejam comunicadas na forma de um paper que seja publicado em uma revista especializada, ou de um abstract nos anais de um congresso, ou de uma palestra em um encontro de especialistas.

A linguagem jurídica, enraizada na tradição cultural que ela reproduz, revela hermetismo e tradicionalismo linguístico. Porém, vinculá-la a uma práxis poética, embora a linguagem jurídica tenha sido bastante influenciada pela retórica tradicional e essa por sua vez, possui elementos retóricos próprios da poética, deve se admitir que seria um salto entre diferentes universos comunicativos, a transposição de acórdãos para a estrutura e para a linguagem poética.

4 DIREITO E POÉTICA: UMA RELAÇÃO LINGUÍSTICA CONFLITUOSA

Em sua concepção original, em Aristóteles, a poética é o estudo das obras literárias, e como tal procura esclarecer características que lhes são próprias como o grau de literalidade. A poética, embora não tenha caráter normativo, opera implícita ou explicitamente na criação artística. Surge na filosofia antiga com Aristóteles, que a trata como um dos métodos do discurso literário e assim é da sua natureza flexibilizar o uso que se faz da linguagem.

Como se percebe, o objeto de estudo da poética é bastante distinto do objeto de estudo jurídico no campo da linguagem. Enquanto a primeira opera com a subjetividade linguística, à outra não é conferido o estatuto subjetivo, bem ao contrário,

prima-se pela objetividade em decorrência de não se cair na arbitrariedade discricionária.

Sendo assim, serão apresentados três acórdãos em forma de versos, proferidos em épocas e lugares diferentes, para uma possível análise poética e também da identidade jurídica dos textos. O primeiro deles acórdão poético emitido por Maria Cesarineide de Souza Lima – desembargadora-relatora, em Porto Velho-RO, de 6 de abril de 2011. Na decisão a desembargadora negou pedido de indenização por danos morais e materiais a uma mãe que perdeu o filho vítima de acidente fatal em canteiro de obras de uma Usina de Jirau (www.espacovital.com.br).

Dói em mim, como relatora,
ter que lhe dizer,
mãe recorrente,
que a decisão monocrática,
infelizmente,
não há como reformar,
uma vez que não há nos autos elementos probatórios
que possam comprovar o alegado em seu petitório.
Não! Não pense que a juíza de primeiro grau,
que também é filha,
ou nós, juízes integrantes da 1.ª Turma deste Regional,
que somos também pais,
sejamos insensíveis, frios ou máquinas de dizer o direito.

Não! Não é essa a nossa trilha,
pois, além das leis dos homens, também rogamos a Deus sabedoria.
Todavia, não temos o dom para curar todos as males, todos os ais...
Somos apenas seres humanos,
cuja missão, embora vocacionada,
é árdua, é espinhosa,
e necessita, ao julgar,
ouvir, não apenas uma, mas todas as vozes que constam de um processo.

E sendo sabedores de sua imensa dor,
pois, como disse Giuseppe Ghiaroni
"perder o filho é como achar a morte,
perder o filho quando grande e forte,
quando já podia ampará-la e compensá-la,"
recorremos nós, julgadores,
mediante o recurso da oração,
à Mãe de Deus,
que assim como você, mãe recorrente,
perdeu seu filho Jesus tão precocemente.
Que Ela possa aliviar os seus sofrimentos,
ó mãe sofredora,
E com você atravessar esse vale da morte,
tornando-lhe uma mulher ainda mais aguerrida,
mais forte, apesar da dor e da saudade
que habitam seu coração,
que não calam no seu peito.

Entretanto, você precisa seguir em frente,
enxugue o pranto, saia do leito,
há outros filhos que necessitam dos seus feitos,
de sua devoção.

Que Deus lhe proteja, mãe recorrente,
Em todos os caminhos desta vida.
Às vezes sofrida,
mas, sempre querida,
E que Ele cure as suas mágoas, suas feridas.
(Proc. nº 0000749-32.2010.5.14.0008)

O acórdão poético acima se dá em forma de estrofes, unidade própria do verso. Como foi elaborado em primeira pessoa, há a manifestação subjetiva da linguagem que é própria do gênero lírico e literário. O Acórdão é composto de 47 versos e 5 estrofes irregulares. Na primeira estrofe, o 3º verso rima com o 5º, o 7º com o 8º e o 9º com o 11º. Como os versos são irregulares tanto na rima quanto no ritmo, o esquema de rima na primeira estrofe fica assim: A, B, C, D, C, E, F, F, G, H, G, I, J. A segunda

estrofe não apresenta nenhuma rima. A terceira apresenta rimas no 3º e 4º versos, 9º e 10º, e 3º e 4º com 13º verso e 7ºcom 16º. O esquema de rimas para esta estrofe é: A, B, C, C, D, E, F, G, H, H, I, J, C, K, L, F, M. Na quarta estrofe, composta de 4 versos, o 2º rima com a forma pluralizada do 3º e o esquema de rimas é A, B, B, C. Na quinta e última estrofe, composta de 5 versos, tem-se a rima entre o 2º, 3º, 4º e da forma pluralizada no 5º verso, decorrendo o seguinte esquema: A, B, B, B, B.

Conforme o explicitado, um dos recursos poéticos é a musicalidade e esse se faz por meio das rimas dentre outras manifestações. Além disso, a manifestação subjetiva da desembargadora manifesta-se já nos primeiros versos e em modalizador como "infelizmente", 5º verso, 1º estrofe. Embora, o texto acima não deixe margem para a ambiguidade, apesar dos recursos poéticos, recorre a argumentos falaciosos ao aproximar a perda do filho da recorrente à perda do filho divinizado e do corpo religioso.

O segundo acórdão a ser analisado foi proferido pelo Juiz Rafael Gonçalves de Paula, em Palmas TO, em 05 de setembro de 2003.

No dia cinco de outubro
Do ano ainda fluente
Em Carmo da Cachoeira
Terra de boa gente
Ocorreu um fato inédito
Que me deixou descontente.

O jovem Alceu da Costa
Conhecido por "Rolinha"
Aproveitando a madrugada
Resolveu sair da linha
Subtraindo de outrem
Duas saborosas galinhas.

Apanhando um saco plástico
Que ali mesmo encontrou
O agente muito esperto
Escondeu o que furtou
Deixando o local do crime
Da maneira como entrou.

O senhor Gabriel Osório
Homem de muito tato
Notando que havia sido
A vítima do grave ato
Procurou a autoridade
Para relatar-lhe o fato.

Ante a notícia do crime
A polícia diligente
Tomou as dores de Osório
E formou seu contingente
Um cabo e dois soldados
E quem sabe até um tenente.

Assim é que o aparato
Da Polícia Militar
Atendendo a ordem expressa
Do Delegado titular
Não pensou em outra coisa
Senão em capturar.

E depois de algum trabalho
O larápio foi encontrado
Num bar foi capturado
Não esboçou reação
Sendo conduzido então
À frente do Delegado.

Perguntado pelo furto
Que havia cometido
Respondeu Alceu da Costa
Bastante extrovertido
Desde quando furto é crime
Neste Brasil de bandidos?

Ante tão forte argumento
Calou-se o delegado
Mas por dever do seu cargo
O flagrante foi lavrado
Recolhendo à cadeia
Aquele pobre coitado.

E hoje passado um mês
De ocorrida a prisão
Chega-me às mãos o inquérito
Que me parte o coração
Solto ou deixo preso
Esse mísero ladrão?

Soltá-lo é decisão
Que a nossa lei refuta
Pois todos sabem que a lei
É prá pobre, preto e puta...
Por isso peço a Deus
Que norteie minha conduta.

É muito justa a lição
Do pai destas Alterosas.
Não deve ficar na prisão
Quem furtou duas penosas,
Se lá também não estão presos
Pessoas bem mais charmosas.

Afinal não é tão grave
Aquilo que Alceu fez
Pois nunca foi do governo
Nem sequestrou o Martinez
E muito menos do gás
Participou alguma vez.

Desta forma é que concedo
A esse homem da simplória
Com base no CPP
Liberdade provisória
Para que volte para casa
E passe a viver na glória.

Se virar homem honesto
E sair dessa sua trilha
Permaneça em Cachoeira
Ao lado de sua família
Devendo, se ao contrário,
Mudar-se para Brasília!!!

Este acórdão foi desenvolvido por meio de estrofes regulares, num total de 15 estrofes compostas de estância de seis versos. Normalmente, este tipo de composição da estrofe, por meio da sextilha, invoca outro procedimento da literatura popular que são os versos redondilhos ou de 7 sílabas poéticas. Tais estrofes em sextilhas operam com as rimas no segundo, o quarto e o sexto versos rimados. Este estilo é frequentemente usado em cantorias e em Literatura de cordel. No texto acima, alguns desses critérios são obedecidos e outros não. Por exemplo, A 7ª estrofe não atende à rima padrão, ou seja, 2º, 4º e 6º versos rimados entre si. Também as sílabas poéticas alternam-se entre 5, 7 e 8 sílabas, o que torna os versos irregulares quanto à silabação.

O outro acórdão a ser analisado foi escrito pelo juiz de direito, Afif Jorge Simões Neto, do Juizado Especial Cível de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, em 21 de jan. 2009.

"Este é mais um processo
Daqueles de dano moral
O autor se diz ofendido
Na Câmara e no jornal.

Tem até CD nos autos
Que ouvi bem devagar
E não encontrei a calúnia
Nas palavras do Wilmar.

Numa festa sem fronteiras
Teve início a brigantina
Tudo porque não dançou
O Rincão da Carolina.

Já tinha visto falar
Do Grupo da Pitangueira
Dançam chula com a lança
Ou até cobra cruzeira.

Houve ato de repúdio
E o réu falou sem rabisco
Criticando da tribuna
O jeitão do Rui Francisco

Que o autor não presta conta
Nunca disse o demandado
Errou feio o jornalista
Ao inventar o fraseado.

Julgar briga de patrão
É coisa que não me apraza
O que me preocupa, isso sim
São as bombas lá em Gaza.

Ausente a prova do fato
Reformo a sentença guerreada
Rogando aos nobres colegas
Que me acompanhem na estrada

Sem culpa no proceder
Não condeno um inocente
Pois todo o mal que se faz
Um dia volta pra gente.

E fica aqui um pedido
Lançado nos estertores
Que a paz volte ao seu trilho
Na terra do velho Flores."

Elaborado em forma de quadra, estrofes de quatro versos. Esta modalidade deu início ao que se conhece como literatura de cordel, embora tenha sido substituída pela sextilha, outra estrutura do verso. A sentença acima é composta de 10 quadras e as rimas se operam entre o 2º e o 4º verso de cada estrofe. Esta regularidade é mantida em todas as estrofes e quanto à silabação poética, na quadra tradicional ela se faz também com versos redondilhos maiores, ou seja, versos de 7 sílabas poéticas. No texto analisado há versos de 5 e versos de 6 e 7 sílabas poéticas.

De acordo com Jakobsom, as funções da linguagem são Referencial, Emotiva ou Expressiva, apelativa ou conativa, fática, poética e metalinguística. Para o autor citado, "Se analisarmos a linguagemdo ponto de vista da informação que veicula, não poderemos restringir da noção de informação ao aspecto cognitivo da linguagem" (JAKOBSON,1987, p. 124, apud SANTEE e SANTOS). Nesta perspectiva a emoção e o arranjo poético, frutos da função emotiva e poética, também comunicam na expressão subjetiva da linguagem.

Para esta análise importam as funções Referencial, Emotiva ou expressiva e a Poética. As atribuições de cada uma se dão da seguinte forma:

TABELA 01: Funções Lunguísticas

Função Referencial ou Denotativa	Referente é o objeto ou situação de que a mensagem trata. A função referencial privilegia justamente o referente da mensagem, buscando transmitir informações objetivas sobre ele.
Função Emotiva ou Expressiva	Esta função ocorre quando se destaca o emissor. A mensagem centra-se nas opiniões, sentimentos e emoções do emissor, sendo um texto completamente subjetivo e pessoal. A ideia de destaque do locutor dá-se pelo emprego da 1ª pessoa do singular, tanto das formas verbais, quanto dos pronomes. A presença de interjeições, pontuação com reticências e pontos de exclamação também evidenciam a função emotiva ou expressiva da linguagem. Os textos que expressam o estado de alma do locutor, ou seja, que exemplificam melhor essa função são os textos líricos, as autobiografias, as memórias, a poesia lírica e as cartas de amor. Essa é a função emotiva.
Função Poética	É aquela que se centra sobre a própria mensagem. Tudo o que, numa mensagem, suplementa o sentimento da mensagem através do jogo de sua estrutura, de sua tonalidade, de seu ritmo, de sua sonoridade. Essa função é capaz de despertar no leitor prazer estético e surpresa. É explorado na poesia e em textos publicitários.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fun%C3%A7%C3%B5es_da_linguagem

A função emotiva, ou expressiva, é centrada diretamente no remetente, sendo uma expressão da fala deste. Para Jakobson (1987, apud SANTEE e SANTOS) "o que interessa ao se definir a função de um texto é literalmente a finalidade a que ele se pretende e não o que decorre de sua recepção". No caso, a recepção centra-se no leitor e na concepção do autor citado, não

importaria o grau de subjetividade desta função, uma vez que a intenção dos magistrados é a finalidade de deferir a sentença.

Ainda nas observações do teórico formalista "A adaptação dos meios poéticos a algum propósito heterogêneo não lhes esconde a essência primeira, assim como elementos da linguagem emotiva, quando utilizados em poesia, conservam ainda sua nuança emotiva (JAKOBSON, 1987, p. 131 apud SANTEE e SANTOS)". É o que acontece nas manifestações ocorridas nas três sentenças em que se percebe a emotividade manifestada na primeira pessoa do discurso e na estrofação e organização do texto.

Contrariando as funções emotivas e poéticas, tem-se a referencial. Nessa a função da linguagem volta-se o contexto, ou referente. É o mais presente na maioria dos textos, especificamente de textos que primam pela linguagem denotativa. É comum também não existir de forma isolada, mas acompanhada de alguma outra. Para Chalhub (2002, p. 10 apud SANTEE e SANTOS), autor que também escreve sobre as funções da linguagem: z: "A ideia aqui é de transparência entre o nome e a coisa (entre o signo e o objeto), de equivalência, de colagem: a linguagem denotativa referencial reflete o mundo". Reflete, mas não o plurissignifca, não conota, não recria a realidade.

PALAVRAS FINAIS

Conforme se demonstrou, o universo do texto literário é marcado por particularidades que não coincidem nem na questão da intenção comunicativa, nem no que diz respeito à função dos textos de diferente universos, literário e não literário. Assim, fazer uma prática jurídica alicerçada em linguagem poética é desafiar o cânone jurista em seu processo de composição textual e correr o risco de uma má interpretação da sentença, dado o caráter ambíguo e desautomatizado da linguagem literária.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, MIKHAIL. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo. SP: Martins Fontes Ltda, 2011.

ESPAÇO VITAL. **Acórdão poético nega pedido de indenização por acidente do trabalho**. Disponível em: <http://www.espacovital.com.br/consulta/noticialer. php?id=23245>. Acesso em: 23 jan. 2014.

FOSSEY. Marcela Franco. Leitura além da língua. **Revista** Língua/dez./2011. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos/63/artigo249008-1.asp>. Acesso em: 23 mar. 2014.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual.** 17. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PALMA. Moacir Dalla Palma. **Discurso literário**: linguagem intrinsecamente diferenciada ou texto institucionalmente determinado? Terra Rosa e outras terras: Revista de estudos literários. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol9/9_7.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

SALGADO, Gisele Mascarelli. **Sentenças estranhas**? O direito judicial nos meios eletrônicos de comunicação. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_ leitura&artigo_id=11329&revista_caderno=15>. Acesso em: 23 mar. 2014.

SANTANA, Samene Batista Pereira. **A linguagem jurídica como obstáculo ao acesso à justiça**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_

artigos_leitura&artigo_id=12316&revista_caderno=24>. Acesso em: 02 mar. 2014.

SANTEE, Nellie Rego. SANTOS, Goiamérico Felício Carneiro dos. **Funções da linguagem na propaganda**. Fragmentos de Cultura, 2010. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/1367/913>. Acesso em: 23 de mar. 2014.

SILVA Kleber Aparecido da Silva. **A (trans) formação inicial do professor de línguas:** investigando a possível relação entre as teorias dos gêneros e as competências desejáveis**.** Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletras/artigos _r40/artigo_14.pdf>. Acesso em: 23 de mar. 2014.

TERRA Notícias. **Juiz profere decisão de processo em forma de poesia no RS.** Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/juiz-profere-decisao-de-processo-em-forma-de-poesia-no-rs,fa284999eed4b310VgnCLD200000bbcceb0Arcrd.html>. Acesso em: 23 mar. 2014.

ASPECTOS GERAIS SOBRE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA EM SAÚDE MENTAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

GENERAL HOSPITAL ON COMPULSORY IN MENTAL HEALTH IN THE LAST 10 YEARS: LITERATURE REVIEW

Maria Júlia Cota de Araújo Matos[10]
Aureliano Gonçalves Neto[11]
Diony Tarso Ferreira[12]

RESUMO

As internações psiquiátricas, cada vez mais presentes nos aspectos gerais de saúde pública, requerem o conhecimento técnico e legal dos profissionais de saúde mental para que orientem o enfrentamento desta questão. A internação psiquiátrica compulsória se dá em casos específicos e devem ter elo de comunicação entre profissionais de saúde mental e do poder judiciário. Tem por finalidade intervir em crises, estabilizando pacientes graves, garantindo sua segurança e das outras pessoas. Este estudo bibliográfico tem por objetivo identificar pesquisas científicas sobre internação compulsória no Brasil nos últimos dez anos. Para seu desenvolvimento foi realizada uma busca on-line nas bases de dados SCIELO e BVS, considerando as publicações

[10] Professora graduada em Letras Modernas com especialização em Administração Educacional e Língua Portuguesa; escritora, poetisa e contadora de histórias, atualmente estudante de Direito da FAQUI – Faculdade Quirinópolis.

[11] Professor graduado em História; Policial Civil e atualmente estudante de Direito da FAQUI – Faculdade Quirinópolis.

[12] Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás; Bacharel em Direito pela Universidade de Rio Verde: Pós-Graduado em História Social e Urbana: casos de família, sociedade e poder pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Quirinópolis; Pós- graduado em Processo Civil pela Universidade Anhanguera – UNIDERP; Advogado e professor da Faculdade Quirinópolis.

nacionais no período de 2002 a 2012, realizando-se a pesquisa científica e análise dos temas abordados. Foram encontrados poucos estudos específicos sobre internação compulsória, observam-se mais pesquisas sobre internação involuntária e psiquiatria forense. Os 09 artigos salientam questões sobre a Reforma Psiquiátrica e atuais modelos de internação, processo legal das internações, perfil histórico da loucura e de internação compulsória e a importância da comunicação entre profissionais de saúde e do poder judiciário. No contexto, ressaltam-se os direitos dos pacientes conforme Lei Federal 10.216/2001, que estabelece a proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. A internação compulsória no Brasil deve seguir a legislação, sendo determinada como medida de segurança quando coloca sua vida ou a de terceiros em risco, como fomenta a lei 10.216/2001. A situação é polêmica, pois recentemente os casos de dependência química, mais específicos do crack no Rio de Janeiro e São Paulo, têm sido alvo de discussão quanto à internação compulsória determinada ou estimulada pelo poder público local, reforçando aspectos de higienismo da história da loucura. Os resultados apresentados reforçam a necessidade de novas pesquisas que contribuam para o debate e construção da saúde mental voltada para a inclusão social.

Palavras-chave: Internação compulsória. Combate às drogas. Políticas públicas.

ABSTRACT

Psychiatric admissions, increasingly present in the general aspects of public health, require technical and legal knowledge of mental health professionals to guide face this issue. The compulsory

psychiatric hospitalization occurs in specific cases and should have a communication link between mental health professionals and the judiciary. Aims to intervene in crises, stabilize critically ill patients, ensuring their safety and others. This bibliographical study aims to identify scientific research on compulsory hospitalization in Brazil in the past ten years. For its development an online searching databases of SciELO and VHL data, considering national publications in the period 2002 to 2012, performing scientific research and analysis of the themes was conducted. Few specific studies on compulsory hospitalization were found, observe more research on involuntary hospitalization and forensic psychiatry. The 09 articles highlight issues on Psychiatric Reform and current models of hospitalization, legal process of admissions, historical profile of the folly and compulsory hospitalization and the importance of communication between health professionals and the judiciary. In context, we emphasize the rights of patients as Federal Law 10,216 / 2001, which establishes the protection and rights of people with mental disorders and redirects the mental health care model. The compulsory hospitalization in Brazil should follow the law and determined to be safe when you put your life or that of others at greater risk, as the law fosters 10216 /2001. The situation is controversial, because recently the more specific the crack in Rio de Janeiro and São Paulo, cases of addiction have been the subject of discussion as to certain compulsory hospitalization or encouraged by the local government, reinforcing aspects of the history of madness hygienism. The presented results reinforce the need for further research to contribute to the debate and construction of mental health focused on social inclusion.

Keywords: Compulsory hospitalization. Fighting drugs. Public policies.

PALAVRAS INICIAIS

O presente artigo aborda a internação compulsória como a melhor resposta à crescente dependência química que vem assustadoramente se alastrando no Brasil, com foco específico sobre a atual juventude.

Nesse sentido, é urgente que políticas públicas eficientes sejam implantadas visando à rápida recuperação desses jovens e ainda agindo preventivamente na busca da conscientização coletiva, antes que se iniciem no vício que coloca fim a vida daqueles que se aventuram nesse desastroso caminho.

1 A EVOLUÇÃO DO USO DAS DROGAS NO BRASIL

De acordo com estudos realizados pela advogada Alice Albino Costa, da Universidade Cândido Mendes, em Niterói, protrai-se no tempo a tradição do consumo de drogas. Em alguns momentos, o homem procurou na droga a nutrição física, noutros, andou à procura de remédio para as suas doenças, outros ainda, para alimentar sonhos ou alcançar o transcendente, influenciar o humor, buscar a paz ou a excitação, enfim, simplesmente para abstrair do mundo que o cerca e o perturba em dado momento da sua existência.

Curiosamente, até o século XIX, não havia no arcabouço jurídico brasileiro uma lei que tratasse da questão das drogas. Por outro lado, algumas substâncias já tinham venda controlada, como os venenos, os quais, antes mesmo da independência, já eram controlados.

A primeira lei que existe registro histórico sobre as drogas trata-se de uma postura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, datada de 4 de outubro de 1830, que regulamentava a venda de gêneros e remédios pelos boticários, como também proibia

a venda e uso do pito de pango. Era prevista uma multa ao vendedor e três dias de cadeia aos que usassem.

Segundo o sociólogo Paulo Cesar Pontes Fraga, o Código Penal do Império, de 1851, não tratava da questão de proibição, no entanto, regulava o uso e a venda de medicamentos, enquanto o Código Penal Republicano, de 1890, previa uma multa a quem vendesse ou ministrasse substância venenosa sem prescrição.

Certo é que não existia qualquer referência a determinadas substâncias como maconha, cocaína ou ópio. O decreto referido acima legislava a utilização do termo "substâncias venenosas" e estava atrelado à prática sanitária.

Aliás, a trajetória dos medicamentos sempre é usada como paralelo possível com a história das drogas. As drogas legais, aquelas que alteram a consciência, sempre estão entre as mais vendidas, mesmo com todas as exigências para a sua compra.

O professor Henrique Soares Carneiro, no artigo intitulado "Drogas, muito além da hipocrisia", citou o que para ele são as razões para o sucesso dessas vendas: o atual sistema de patentes que prioriza as grandes companhias farmacêuticas em detrimento do pequeno produtor que nunca fez segredo de suas descobertas; o monopólio médico da prescrição, que deixa na mão de uma classe específica o poder de receitar este ou aquele remédio e o mercado publicitário voltado tanto para quem toma como para quem ministra esses medicamentos, criando ou, pelo menos, reforçando novas demandas e necessidades. Também indispensável para o crescimento da venda de remédios é a proibição concomitante do uso de diversas plantas psicoativas de uso tradicional – como a *canábis*, a papoula e a coca. As funções psicoterapêuticas que elas têm em medicinas tradicionais passaram a ser substituídas por pílulas farmacêuticas, além disso, o maior número de usuários e dependentes de drogas na

sociedade contemporânea são os consumidores de produtos da indústria farmacêutica.

O Código Penal de 1890 passou a considerar crime expor à venda ou ministrar substâncias venenosas sem que houvesse legítima autorização e sem formalidades previstas nos regulamentos sanitários.

Até o começo do século passado o Brasil não tinha adotado nenhuma política sobre as drogas que eram consumidas, principalmente por jovens burgueses que frequentavam casas de prostituição da época.

Em 1911, o Brasil se comprometeu em Haia a fiscalizar o consumo de cocaína e ópio. Nesse momento, iniciou-se uma tentativa de controle. Porém, seu consumo já ocorria na sombra da sociedade e, assim sendo, proliferou-se entre os pardos, negros, imigrantes e pobres e começou a incomodar o governo.

Após 1914, o país foi invadido por uma onda de tóxicos e os dispositivos existentes deixaram de ser suficientes no combate. Por causa disso, foi criado o Decreto nº 4.294, de 6 de julho de 1921 posteriormente modificado pelo Decreto nº 15.683, seguindo regulamento aprovado pelo Decreto n. 14.969, de 3 de setembro de 1921.

A maconha somente foi proibida a partir de 1930 e, em 1933, ocorreram as primeiras prisões no Rio de Janeiro em razão do uso da droga. A partir daí as normas penais começaram a ser editadas na medida em que o tráfico de drogas avançava, com uma velocidade incrível na comunidade brasileira, instalando-se nas cidades tanto de pequeno como médio e grande porte.

Interessante destacar que na Carta Magna de 1824, idealizada pelo então Imperador Dom Pedro I, previa em seu artigo 8 a suspensão dos direitos políticos por incapacidade psíquica ou moral. Já o decreto 4.294/1921 prevê a pena de

internação de três meses a um ano para pessoas que embriagadas, causassem perigo a si próprias e aos demais, assim como à ordem pública, citando ainda a internação em estabelecimento correcional adequado.

O Decreto nº 4.294, de 06 de julho de 1921 ainda regulamentava a internação compulsória de usuários de substâncias entorpecentes, no seu artigo 6º. Criava também estabelecimento especial para atendimento desses casos.

Interessante também que nessa época já se relacionava o uso de entorpecentes à situação da ociosidade, tratando-se do trabalho, pois logo no "caput" do artigo abaixo relaciona o tratamento médico e regime de trabalho:

"Art. 6º O Poder Executivo criará no Distrito Federal um estabelecimento especial, com tratamento médico e regime de trabalho, tendo duas secções: uma de internados judiciários e outra de internandos voluntários.

§ 1º Da secção judiciária farão parte:

a) os condenados, na conformidade do art. 3º;

b) os impronunciados ou absolvidos em virtude da dirimente ao art. 27, § 4º, do Código Penal, com fundamento em moléstia mental, resultado do abuso de bebida ou substância inebriante, ou entorpecente das mencionadas no art. 1º, parágrafo único desta lei.

§ 2º Da outra secção farão parte:

a) os intoxicados pelo álcool, por substância venenosa, que tiver qualidade entorpecente das mencionadas no art. 1º, parágrafo único desta lei, que se apresentarem em juízo, solicitando a admissão, comprovando a necessidade de um tratamento adequado e os que, a requerimento de pessoa da família, forem considerados nas mesmas condições, sendo

evidente a urgência da internação para evitar a prática de atos criminosos ou a completa perdição moral.

[2]Cachimbo de barro para maconha, cujo hábito entre ex-escravos se estigmatizou entre os brancos.

§ 3º O processo para a internação na segunda secção com base em exame médico correrá perante o juiz de Órfãos com rito sumário e poderá ser promovido pelo curador de Órfãos, com ou sem provocação por parte da Polícia, dando o juiz curador a lide para defender os direitos do mesmo interditando".

O Decreto-lei 891, de 25 de novembro de 1938, em seu artigo 33, passou a prever a pena de prisão pelo comércio ilegal de entorpecentes:

Artigo 33 – Facilitar, instigar por atos ou por palavras, a aquisição, uso, emprego ou aplicação de qualquer substância entorpecente, ou, sem as formalidades prescritas nesta lei, vender, ministrar, dar, deter, guardar, transportar, enviar, trocar, sonegar, consumir substâncias compreendidas no art. 1º ou plantar, cultivar, colher as plantas mencionadas no art. 2º, ou de qualquer modo proporcionar a aquisição, uso ou aplicação dessas substâncias – penas: um a cinco anos de prisão celular e multa de 1:000$000 a 5:000$000.

§ 1º... Se o infrator exercer profissão ou arte, que tenha servido para praticar a infração ou que tenha facilitado – pena: além das supra indicadas, suspensão do exercício da arte ou profissão, de seis meses a dois anos.

§ 2º Sendo farmacêutico o infrator – penas: dois a cinco anos de prisão celular, multa de 2:000$000 a 6:000$000 – além da suspensão do exercício da profissão por período de três a sete anos.

§ 3º Sendo médico, cirurgião dentista ou veterinário o infrator – pena: de três a dez anos de prisão celular, multa

de 3:000$000 a 10:000$000 além da suspensão do exercício profissional de quatro a dez anos.

O artigo 35 do mesmo decreto ainda previa a pena de prisão para a conduta de "ter consigo qualquer substância," penalizando, assim, o usuário que fosse flagrado na posse de drogas.

Artigo 35 – Ter consigo qualquer substância compreendida no artigo primeiro e seus parágrafos, sem expressa prescrição de médico ou cirurgião dentista, ou possuir em seus estabelecimentos, sem observância das prescrições legais ou regulamentares qualquer das referidas substâncias entorpecentes – pena: um a quatro anos de prisão celular e multa de 1:00$0000 a 5:000$000.(sis)

Mais recentemente, foi decretada a Lei nº 6.368/76, que passou a prever como crime a conduta de adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio, passando a regular o uso da droga como crime;

"Art. 16. Adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa."

Por fim, a atual Lei 11.343/06 tratou o dependente e usuário da seguinte forma:

"Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I – advertência sobre os efeitos das drogas;

II – prestação de serviços à comunidade;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

I – admoestação verbal;

II – multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado."

Assim, vislumbra-se que a questão das drogas está ligada diretamente ao direito penal, porém afeta outros ramos do direito, como direito trabalhista, direito civil, direito previdenciário, direito internacional público e outros. Nesse intuito, espera-se dos profissionais do direito de todas as áreas um conhecimento prévio do assunto, no sentido de atuarem a favor da sociedade que compõem e para qual foram formados.

2 COMO A LEI DE DROGAS TRATA O USUÁRIO E DEPENDENTE

O Brasil, em sintonia com o modelo internacional de combate às drogas, capitaneado pelos Estados Unidos, passou a desenvolver ações de combate e punição para reprimir o tráfico.

A visão de que as drogas seriam tanto um problema de saúde quanto de segurança pública levou ao desenvolvimento de tratados internacionais na primeira metade do século XX, que paulatinamente foi traduzida para a legislação nacional. Até que, em 1940, o Código Penal brasileiro confirmou a opção do Brasil de não criminalizar o consumo. Estabeleceu-se uma "concepção sanitária do controle das drogas", pela qual a dependência passou a ser considerada como doença e, ao contrário dos traficantes, os usuários não eram criminalizados, mas estavam submetidos a rigoroso tratamento com internação obrigatória.

Porém, o golpe militar de 1964 e a Lei de Segurança Nacional deslocaram o foco do modelo sanitário para o modelo bélico de política criminal, equiparando os traficantes aos inimigos internos do regime. Com isso, a juventude passou a associar o consumo de drogas à luta pela liberdade e nesse contexto, da Europa às Américas, a partir da década de 60 a droga passou a ter uma conotação libertária, associada às manifestações políticas

democráticas, aos movimentos contestatórios e à contracultura, especialmente às drogas psicodélicas como maconha e LSD.

Em 1973, o Brasil aderiu ao Acordo Sul-Americano sobre Estupefacientes e Psicotrópicos e, com base nele, baixou a Lei n. 6.368/1976 que separou as figuras penais do usuário e do traficante. Além disso, fixou a necessidade do laudo toxicológico para que pudesse comprovar o uso. Finalmente, a Constituição Federal de 1988 determinou que o tráfico de drogas fosse crime inafiançável e sem anistia. Em seguida, a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) proibiu a concessão de indulto e a liberdade provisória, dobrando os prazos processuais, objetivando o aumento da duração da prisão provisória.

Já a Lei de Drogas atual (Lei 11.343/06) eliminou a pena de prisão para o dependente e usuário, ou seja, para aquele que usa a droga ou a planta para consumo pessoal. A legislação passou também a distinguir o traficante profissional do eventual, aquele que trafica pela necessidade de obter a droga para consumo próprio e que passou a ter direito a uma sensível redução de pena.

Já a criação da Força Nacional de Segurança e as operações nas favelas, principalmente, do Rio de Janeiro, iniciadas em 2007 e apoiadas pelas Forças Armadas, seguidas da implantação de unidades de Polícia Pacificadora, passaram a reforçar a repressão e levar a presença do Estado a regiões antes entregues ao tráfico, não apenas atendendo às críticas internacionais, mas também como preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Certo é que o uso de entorpecente não configura mais, hoje, uma conduta típica, já que as condutas tipificadas no artigo 28 da nova lei de drogas (Lei 11.134/06) são adquirir, guardar,

ter em depósito, transportar e trazer consigo, para uso pessoal, porém, a lei não pune o uso.

Com a nova lei de drogas surgiu um paradoxo entre as medidas educativas aplicáveis ao usuário flagrado com a droga, praticando um dos cinco verbos nucleares do artigo 28, e aquele que acabou de usá-la, isso porque este também é usuário e mereceria a atenção estatal para que soubesse dos efeitos nocivos da droga ou que frequentasse cursos ou palestras sobre os malefícios das drogas.

O artigo 28 se refere a penas, mas não são privativas de liberdade (detenção ou reclusão) ou penas restritivas de direitos. Tem-se um problema insuperável porque só se considera crime a infração penal que a lei cominar pena de reclusão ou detenção, alternativa ou cumulativamente com pena de multa. Portanto, é impossível concluir que o artigo 28, da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/06), trata da tipificação de crime, por isso Luiz Flávio Gomes (2008) ousa dizer que seria uma infração sui generis. Parte da doutrina entende, porém, que as hipóteses elencadas no artigo 28, da Lei n. 11.343/06, são verdadeiras *abolitio criminis* e os agentes condenados pelo artigo 16, da Lei n. 6.368/76, teriam direito à revisão criminal com intuito de cancelar todos os efeitos decorrentes da condenação.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal pacificou entendimento de que o artigo 28, da Lei n. 11.343/06 é tipo penal incriminador e, portanto, trata-se de crime.

Analisando os elementos constitutivos constantes do artigo 28, da Lei 11.343/06, tem-se como elemento subjetivo a destinação da droga para consumo pessoal. A antiga lei de drogas, Lei n. 6.368/76, artigo 37, exigia a observância de determinados parâmetros para análise da conduta do agente com relação à traficância ou uso próprio.

"Art. 37. Para efeito de caracterização dos crimes definidos nesta lei, a autoridade atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias da prisão, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Parágrafo único. A autoridade deverá justificar em despacho fundamentado as razões que a levaram a classificação legal do fato, mencionando concretamente as circunstâncias referidas neste artigo, sem prejuízo de posterior alteração da classificação pelo Ministério Público ou pelo juiz.

Já na nova lei de drogas o legislador explicitamente determina ao juiz que faça a análise da conduta, observando a natureza e a quantidade da substância apreendida, além do local e das condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e os antecedentes do agente.

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I – advertência sobre os efeitos das drogas;

II – prestação de serviços à comunidade;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

(...)

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Desta forma, observa-se que a quantidade é apenas um dos demais parâmetros que devem ser associados para chegar-se à definição do elemento subjetivo da conduta do agente, devendo o juiz, quando recebida a denúncia, após analisar os argumentos trazidos pela defesa técnica, emitir um juízo de valoração acerca da razoabilidade de estar configurado o tráfico, ou, em não havendo evidências para tanto, a hipótese é de desclassificação para o artigo 28.

Na nova lei de drogas o legislador primeiramente tratou da questão do usuário de drogas em título e capítulo próprios e com inspiração no ECA, o qual prevê medidas socioeducativas aos adolescentes infratores; o legislador imitou tais medidas na lei de drogas e mascarou uma forma de descriminalização do uso de drogas, já que apesar de o artigo 28 denominar como penas é manifesto que não podem ser chamadas de penas, vez que são medidas com caráter socioeducativo. Assim, observa-se que as medidas estabelecidas no artigo 28 não traduzem sanção própria do Direito Penal, já que não possuem natureza jurídico-penal, pois não condizem com as finalidades da pena, nem de prevenção geral e especial, nem de retribuição e, muito menos ainda, de sua função social realmente educativa, porque, por ausência de força coercitiva, poderá ter a execução frustrada se o agente não concordar em cumpri-la.

Deve ser ressaltado que além das medidas previstas no artigo 28, da Lei 11.343, a mesma lei em seu artigo 22, inciso III, mostra preocupação com a saúde do indivíduo, seja o mero usuário de droga ou, ainda, o dependente, com a previsão de encaminhamento do agente a tratamento terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para redução de riscos e danos sociais e à saúde.

"Art. 22. As atividades de atenção e as de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I – respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social;

II – a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais;

III – definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;

IV – atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais;

V – observância das orientações e normas emanadas do Conad;

VI – o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Para que essa previsão legal tenha aplicação, as instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas poderão receber recursos do Funad, condicionados à sua disponibilidade orçamentária e financeira, conforme dispõe artigo 25, também da Lei 11.343/06.

Art. 25. As instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de

drogas poderão receber recursos do FUNAD, condicionados à sua disponibilidade orçamentária e financeira".

Por sua vez, o usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, têm garantidos os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo sistema penitenciário, conforme artigo 26, da Lei de drogas.

Assim, seguindo a preocupação da lei de drogas com o usuário e dependente, o legislador no artigo 47, da referida lei, prescreve que, na sentença condenatória, o juiz, com base em avaliação que ateste a necessidade de encaminhamento do agente para tratamento, realizada por profissional de saúde com competência específica na forma da lei, determinará que a tal se proceda.

Diante de todo o exposto, verifica-se que a lei de drogas preocupa-se não só com o combate ao tráfico de drogas, mas, acima de tudo, com o usuário e dependente, dando a eles tratamento diferenciado para que possam ser submetidos a tratamento, no caso do dependente e, no caso do usuário, medidas socioeducativas que permitam a sua reinserção social.

Entretanto, não é possível concluir se essas medidas previstas na referida lei são bastantes e suficientes para garantir o tratamento do indivíduo dependente químico ou usuário de drogas.

3 A INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA COMO FORMA DE COMBATE ÀS DROGAS

A disseminação do uso das drogas é, certamente, o maior flagelo sofrido pela humanidade nos últimos 50 anos. O número de mortos que essa prática produz supera as estatísticas de qualquer conflito bélico que a história tenha registrado,

sobretudo porque os males não se limitam aos usuários, mas atingem vítimas inocentes.

A mudança de hábitos, a flexibilização dos padrões de conduta moral, a instantaneidade das informações e as facilidades da sociedade de consumo, a aparente normalidade do uso corriqueiro de bebidas alcoólicas e cigarros dentro de casa e nos ambientes sociais, a desagregação familiar, a falta de diálogo franco entre pais e filhos, a curiosidade, a necessidade de afirmação perante um grupo, a propagação da ideia de que existem drogas "inocentes" e, em especial, a ganância de alguns são, entre tantas, algumas das causas dessa explosão irracional do uso de álcool e narcóticos.

Mães e pais desesperados batem às portas de instituições ou do poder público e relatam que já perderam tudo: a paz, o sono, a saúde, o patrimônio. Agora, estão prestes a perder a esperança e a vida, levadas de roldão pelo comportamento suicida de um filho ou familiar que se atirou no poço profundo do vício, de onde não tem forças para sair.

São divergentes as opiniões acerca da melhor forma de combate às drogas e o seu tratamento, mas todos defendem que alguma intervenção terapêutica é sempre melhor do que a omissão. Qualquer atividade de atenção e reinserção social exige a observância de princípios legais, como o respeito ao dependente de drogas ou álcool, a definição de projeto terapêutico individualizado e o atendimento, ao doente e a seus familiares, por equipes multiprofissionais conforme artigo 22, da Lei 11.313/06.

"Art. 22. As atividades de atenção e as de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I – respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social;

II – a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais;

III – definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;

IV – atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais;

V – observância das orientações e normas emanadas do Conad;

VI – o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas."

São raríssimos os casos de adictos ativos que conseguiram se libertar sem o auxílio da família ou de terceiros, o que não significa que todos precisem de internação. Essa alternativa, de caráter extremo, deve ser sopesada por equipe profissional habilitada, de acordo com o grau de dependência do paciente, com a gravidade dos transtornos que ele apresenta, suas peculiaridades socioculturais, o nível de comprometimento familiar na busca da cura, a insuficiência de medidas anteriores menos agressivas, entre outros. O tratamento somático e psicossocial bem ajustado, no plano doméstico ou ambulatorial, é capaz de inibir o uso das drogas lícitas ou ilícitas, manejar a fissura, orientar sobre as possíveis recaídas e recuperar pessoas.

Mas a internação é, quase sempre, evocada pela família como a primeira e única porta de saída para a crise gerada pelo comportamento desregrado de um de seus membros.

Em contrapartida, é certa a existência de casos que, no mosaico dos programas de reinserção social, exija a internação como o único ou último recurso para um tratamento eficaz. Surge então o questionamento: é possível obrigar alguém a se submeter a um tratamento? É possível e útil a internação compulsória para tratamento de dependentes químicos?

O Código de Ética Médica afirma que o paciente ou seu representante legal tem o direito de escolher o local onde será tratado e os profissionais que o assistirão. O paciente pode decidir livremente sobre a sua pessoa ou seu bem-estar. Os Conselhos de Medicina enfatizam que obrigar o paciente a se submeter, contra a sua vontade, a um regime de confinamento institucional é sinônimo de ilícito penal (cárcere privado). O paternalismo ou o autoritarismo médico é, nesses casos, capaz de inibir ou contrariar direitos elementares de cidadania, próprios da condição humana.

No cotejo entre os direitos constitucionais do cidadão e a imperiosa necessidade de tratamento, a legislação que trata do doente mental permite que o juiz, em análise firmada na assessoria médico-pericial, possibilite ou imponha a internação. A lei antidrogas prevê que o agente considerado inimputável (por não entender, em razão da dependência, o caráter ilícito do crime) deve ser encaminhado pelo juiz a tratamento médico (art. 45). O magistrado poderá determinar ao poder público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado (art. 28, § 7º, da lei 11.343/06). Paralelamente, como medida de restrição a atos da vida civil, o Código Civil

também prevê a possibilidade de interdição de ébrios habituais e dos viciados em tóxicos (art. 1767, inc. III, CCB).

Especialistas em direito da Criança e do Adolescente que acompanham o assunto veem com ressalvas a eficácia da medida da internação compulsória que compreende as fases de recolhimento, triagem e decisão judicial pela internação.

Sustentando que todo indivíduo deve ter direitos, os quais todos os Estados devem respeitar e proteger, o Direito Internacional dos Direitos Humanos surgiu para instituir obrigações aos Estados para com todas as pessoas humanas, uma vez que a observância dos direitos humanos não é assunto de interesse particular do Estado, mas matéria de interesse internacional.

Acerca dessa concepção inovadora dos direitos humanos, atribuindo-lhes o caráter de unidade indivisível e interdependente, Flávia Piovesan transcreve trecho de Hector Gros Espiell, na obra *Los derechos económicos, sociales y culturales en el sistema interamericano* (San José: Libro Libre, 1986. P. 16-17):

"Só o reconhecimento integral de todos esses direitos pode assegurar a existência real de cada um deles, já que sem a efetividade de gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, os direitos civis e políticos se reduzem a meras categorias formais".

Inversamente, sem a realidade dos direitos civis e políticos, sem a efetividade da liberdade entendida em seu mais amplo sentido, os direitos econômicos, sociais e culturais carecem, por sua vez, de verdadeira significação. Esta ideia de necessária integralidade, interdependência e indivisibilidade quanto ao conceito e à realidade do conteúdo dos direitos humanos, que de certa forma está implícita na Carta das Nações Unidas, se

compila, se amplia e se sistematiza em 1948, na Declaração Universal de Direitos Humanos, e se reafirma definitivamente nos Pactos Universais de Direitos Humanos, aprovados pela Assembleia Geral em 1966, e em vigência desde 1976, na Proclamação de Teerã de 1968 e na Resolução da Assembleia Geral, adotada em 16 de dezembro de 1977, sobre os critérios e meios para melhorar o gozo efetivo dos direitos e das liberdades fundamentais (Resolução n. 32/130).

No campo da saúde pública é fundamental reconhecer que as normas de Direito Sanitário não se amoldam aos modelos clássicos, fincados na certeza e segurança jurídicas, mas a uma outra ética, dentro da qual os fins definem os meios para sua consecução. Essa ética vem do Estado Social intervencionista, que inclui o Direito Regulatório, o qual "especifica coercitivamente a conduta social em ordem à consecução de determinados fins materiais"15, primando pela racionalidade material, e é comandada pelas exigências de direção e conformação social inerentes ao Estado Social.

A internação involuntária do dependente que perdeu sua capacidade de autodeterminação está autorizada pelo art. 6º, inciso II, da Lei 10.216/2001, como meio de afastá-lo do ambiente nocivo e deletério em que convive. Tratamento para dependente químico, para dar certo, precisa contar com a iniciativa do dependente, uma vez que quando se trata de tratamento compulsório, a taxa de recaída é muito alta. Infere-se que esse tipo de internação a ser proposta pelas prefeituras tem um grande apelo político, já que é um cartão de visitas para o agente público, sem dúvida. E para a população, de um modo geral, parece uma solução mágica, entretanto, muitas vezes o objetivo é tirar o problema dos olhos de quem se incomoda com ele.

Apreender crianças e adolescentes compulsoriamente não resolve se não houver, na retaguarda, políticas públicas para enfrentar o problema. E não existe uma retaguarda dessas na rede pública do país. Aquele que tem dinheiro vai para clínica de recuperação e, na rede Pública, em caso de drogadição, a equipe de atendimento deve ter atenção, além de uma abordagem respeitosa para fazer isso.

Deve se chamar atenção, ainda, para o fato de que o ECA prevê que colocar criança em abrigo é medida excepcional, aplicável como forma de transição para família substituta (guarda, tutela e adoção) e, por ser medida que não configura privação de liberdade, não há incidência do artigo 230, do ECA, ou seja, não há que se falar em crime. Entretanto, a permanência desses menores em abrigos, ainda que com o intuito de tratamento compulsório, tecnicamente, poderia ser enquadrado como crime na forma do artigo 230, do ECA, já que está incorrendo da privação de liberdade deste menor, o que é inadmitido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, o que se entende, hoje, é pela admissão do instituto da internação compulsória.

PALAVRAS FINAIS

Conclui-se, portanto, que no Brasil não existe uma política pública eficiente de combate às drogas, que cumulativamente garanta os princípios constitucionais de direito à liberdade e ao mesmo tempo proteção à vida e saúde.

Os institutos de combate às drogas existentes na Lei de Drogas, Lei 11.343/06, são totalmente ineficientes, uma vez que ao prever penas alternativas para o uso da droga prioriza que o usuário passe a ter conhecimento sobre os malefícios da droga, entretanto, sabe-se que na prática tais medidas alternativas não

são eficazes, trazendo uma verdadeira descriminalização do uso da droga, já que as penas alternativas impostas em nada combatem o uso da droga.

Não se contesta o aumento desordenado da população usuária de drogas, principalmente o crack, bem como a dependência que as drogas causam, levando o usuário a um estado de total ausência de discernimento. Entretanto, em que pese à internação compulsória surgir como alternativa viável em prol da melhoria da qualidade de vida daqueles que se veem assolados pelo mal causado pelas drogas, com intuito de facilitar seu tratamento, visando a sua reinserção social e o convívio harmonioso com os demais cidadãos, tal instituto descuida dos aspectos ligados ao direito.

Ademais, aqueles estudiosos do comportamento humano chamam a atenção para a ausência de eficiência de um combate às drogas com uma internação que não seja desejada pelo paciente.

Os especialistas alertam que o tratamento compulsório não é válido, já que todo tratamento deve ser voluntário, sob pena de ineficácia. Há de se ressaltar, ainda, que tecnicamente a internação compulsória pode ser considerada como crime, pois está havendo privação indevida do direito de ir e vir do indivíduo.

Outra questão trazida à tona é a ausência de regulamentação para a implementação prática da internação compulsória, vez que não há qualquer dispositivo legal que preveja esta possibilidade, sendo que a sua aplicação pode configurar a privação da liberdade do indivíduo que, ao contrário, é amplamente garantido constitucionalmente.

Assim, analisando os princípios que norteiam o direito brasileiro, é possível visualizar a nítida violação do princípio da liberdade de ir e vir pela internação compulsória.

Dessa forma, remata-se que a visão pessimista daqueles que visam a defender o direito à liberdade do indivíduo a qualquer custo retarda a implementação de mecanismos de efetivo combate às drogas, os quais permitiriam conferir uma melhor qualidade de vida ao dependente químico, sobretudo àqueles que compõem a população de baixa-renda. Ante a alegação da ausência de regulamentação legal para a aplicação do instrumento da internação compulsória tem-se a sua desnecessidade, já que pela mera interpretação constitucional é possível concluir-se pela sua constitucionalidade.

Assim, é inegável que a permissão da internação compulsória visa a trazer benefícios no combate às drogas, porém não se pode olvidar que essa deve ser acompanhada de trabalhos sociais de prevenção, tratando-se o combate às drogas como questão de saúde pública e, não somente, como instrumento de higienização de grandes cidades.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice; CUNHA, Rogério Sanches; OLIVEIRA, William Terra. *Lei de drogas comentada. Lei 11.343, de 23.08.2066.* 3.ed. Rio de Janeiro: RT, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais.* São Paulo. Ed.: RT, 2010.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos.* São Paulo: Max Limonad, 1998.

TOJAL, Sebastião Botto de Barros. *A Constituição Dirigente e o Direito Regulatório do Estado Social*: O Direito Sanitário. *In*

Curso de Especialização a distância em Direito Sanitário para membros do Ministério Público e da Magistratura Federal, / Ministério da Saúde, Programa de Apoio ao fortalecimento do controle social no SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002, p.38.

BRASIL. Lei n. 10.216, de 06 abr. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm.> Acesso em: 05 set. 2011.

BRASIL. Decreto lei n. 4.294, de 06 jul. 1921. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/leidrogas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. Decreto lei n. 891, de 25 nov. 1938. Disponível em http://www.anvisa.gov.br/legis/decreto_lei/891_38.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. Lei nº 6.368, de 21 out. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htm>. Acesso em: 20 de mar. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 20 de mar. 2012.

CAPEZ, Fernando. *Drogas:* Internação compulsória e educação. Disponível em: <http://capez.taisei.com.br/capezfinal/index.php?secao=27&con_id=5921>. Acesso em: 03 de out. 2011.

CARNEIRO, Henrique. *Drogas:* muito além da hipocrisia. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2011/05/25/drogas-muito-alem-da-hipocrisia/>. Acesso em: 20 mar. 2012.

GOMES, Luiz Flávio. *Nova Lei de tóxicos*: descriminação da posse de droga para consumo pessoal. Disponível em: <http://www.ultimainstancia.uol.com.br> Acesso em: 09 abr. 2012.

GONÇALVES, Júnior Arles. Internação compulsória de dependentes químicos. Disponível em:<http://www.conjur.com.br/2011-ago-05/internacao-compulsoria-dependentes quimicosconstitucional>. Acesso em: 03 set. 2011.

MARTINS, Lourenço A. G. *A história internacional da droga*. Disponível em: <http://www.encod.org/info/HISTORIA-INTERNACIONAL-DA-DROGA.html>. Acesso em: 20 mar. 2012.

MARX E A POSSIBILIDADE DE FIM DO ESTADO

MARX AND THE POSSIBILITY OF THE END OF STATE

Gilson Xavier de Azevedo[13]

RESUMO

O presente artigo constitui o segundo ensaio da análise de filósofos alemães na perspectiva da filosofia jurídica e sua contribuição para a construção do direito na modernidade frente às proposições apontadas por esses expoentes. A modernidade centrada no avanço do conhecimento (homo tecnicismo liberal) e na afirmação racional do mundo (Neo-iluminismo) gerou muitas derivações (mutações) individualistas; além da supremacia (totalitarismo) da racionalidade e das leis. O fim do Estado é para Marx uma possibilidade real e depende apenas da organização das classes.

Palavras-chave: Marx. Marxismo. Estado. Lutas de Classes. Manifesto comunista.

ABSTRACT

This article is the second test of the analysis of German philosophers from the perspective of legal philosophy and its contribution to the construction of modernity in the right front of the propositions outlined by these exponents. Modernity

[13] Doutorando em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014-2016-BOLSISTA FAPEG). Mestre em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014 - BOLSISTA FAPEG). Filósofo (Dom Felício, 1998/FAEME, 2007), Pedagogo (UVA-ACARAÚ, 2004) e Teólogo (FAETEL, 2002/MACKENZIE, 2006), Pós-graduado em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica (UVA-RJ, 2006), Ética e cidadania (UFG, 2012) e Filosofia Clínica (Inst. Packter/PUC, 2013). Professor Titular de Filosofia do Direito e Filosofia Empresarial pela FAQUI (desde 2006); Ex-Coordenador do curso de Pedagogia da UEG Quirinópolis (2011-12). (gilsoneduc@yahoo.com.br).

focused on advancing knowledge (homo liberal technicality) and rational affirmation of the world (Neo-Enlightenment) generated many leads (mutations) individualists; besides supremacy (totalitarianism) rationality and laws. The end state is for Marx a real possibility and depends only on the organization of classes.

Key-works: Marx. Marxism. State. Class Struggles. Communist Manifest.

INTRODUÇÃO

Intelectual alemão considerado um dos fundadores da Sociologia. Influenciou igualmente a filosofia, economia, história já que o conhecimento humano, em sua época, não estava fragmentado em diversas especialidades da forma como se encontra hoje. Teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário, sendo que ambos (Marx e o movimento operário) influenciaram uns aos outros durante o período em que o autor viveu.

É bastante difícil analisar a sociedade humana sem referenciar-se, em maior ou menor grau, à produção de Karl Marx, mesmo que a pessoa não seja simpática à ideologia construída em torno de seu pensamento intelectual, principalmente em relação aos seus conceitos econômicos.

1 A LUTA DE CLASSE EM MARX

Dentro de qualquer análise científica causal, um teórico que não passa despercebido é Karl Heinrich Marx (1818-1883). Grande parte da história moderna é na visão de muitos um legado de Marx. O segundo alemão a ser pensado nesse artigo percorreu boa parte da França e Inglaterra como jornalista; seu

pensamento já em sua época provocou inúmera mudanças nas legislações dos séculos XIX e XX.

Marx era filho de advogado judeu e conselheiro de justiça. Nascido em Treves, cursou direito em Bonn, mas não chegou a concluí-los tendo em vista seus interesses pelos campos de história e filosofia. Na Universidade de Berlim, recebeu forte influencia do pensamento ateu e liberal democrático.

O pensamento marxista não surge do nada ao que possa parecer. O Socialismo enfrentava alguns problemas de ordem estrutural na Alemanha, de modo que o comunismo anti-capitalista de Marx atacava tudo o que se contrapunha aos interesses comuns do proletariado representando sempre esses interesses em seu conjunto.

Por tais precedentes, a teoria marxista nunca foi vista como simpática; longe disso, recebe constantes ataques que movimentos neo-socialistas, leninistas e stalinistas. Isso sem apontar a principal antítese inspiradora de Marx que foi o pensamento Hegeliano que mereceu até uma publicação por Marx. Sobretudo a ideia de um Estado como Momento máximo da história delineando assim a direita idealista de Hegel.

A partir de 1840, Marx estreita os laços com o movimento operário alemão e francês; das tantas reuniões e fundações anti-exploratórias, surge a projeção que já na época Marx começava a ganhar. Junto a Engels, amplia seus horizontes sociais permitindo depois a construção da obra: "A ideologia Alemã". Em 1948 terminam a sua mais famosa e controversa obra: O Manifesto comunista. Ele ainda irá escrever obras específicas sobre Estado e Política como "O Capital".

Ao contrário do que teria afirmado Sartre, o marxismo não parou; existiram retomadas históricas como da Escola de Frankfurt. Além do que, o abandono das estruturas econômicas

ou políticas como objetos centrais da teoria foi acompanhado por um deslocamento do marxismo europeu para a filosofia.

Em Marx o homem se destaca como ser engajado. Suas concepções teóricas dos comunistas não se baseiam em ideias ou princípios por ele formulados.

Assim como em Kant, a pergunta que norteia esta reflexão é: o que vem a ser sociedade? Seria produto ocasional ou ação humana programada? Para Marx a forma de sociedade que temos atualmente não é mais que aquilo que o comércio e as forças produtivas determinaram. A força produtiva sempre irá corresponder à forma de comércio e subsistência, à organização familiar, à estrutura de classes em vigência e de forma ampla à sociedade civil. Para Marx: "A uma sociedade civil determinada corresponde uma situação política determinada que, por sua vez, nada mais é que a expressão oficial dessa sociedade civil" (BITTAR, ALMEIDA, 2006, p. 309).

O que se viu em São Paulo no dia 16 de Outubro de 2008 não foi somente o retrato de uma sociedade caótica em decorrência de conflitos das forças produtivas, mas o retrato de toda uma sociedade estruturada sobre as forças de controle de capital como indicara Marx:

> Policiais civis entram em choque com a PM em SP. Os manifestantes tinham um carro de som. Um deles estava com a bandeira da Força Sindical. O confronto começou quando o governo concordou em enviar um representante para negociar com os grevistas. Às 16h, os policiais civis romperam o primeiro bloqueio da PM. Em pouco tempo, atingiram a segunda barreira. O que se viu a partir daí foram quase 15 minutos de intenso confronto. 'Não sei quantos estão feridos, todos policiais, irmãos, independente das fardas que usam', declarou um homem. Feridos dos dois lados, até agora 24, segundo os hospitais da região. O confronto desta quinta foi o momento de

> maior tensão de um movimento que começou há exatamente um mês. Eles pedem 15% de reajuste salarial este ano, 12% em 2009 e mais 12% 2010. O governo oferece reestruturação da carreira com recursos de R$ 500 milhões para a polícia. Em nota oficial, a CUT e a Força Sindical protestaram contra a violência da Polícia Militar (JN, 16/10/08).

De outro modo uma sociedade caótica é exatamente uma sociedade construída individualmente assim. A história do desenvolvimento desta sociedade está edificada por esse e outros fatos suspensos nas relações materiais que levam ao absurdo de duas forças proteção se enfrentarem. É um afastamento do idealismo e um aproximar-se da práxis.

Dentro das críticas dirigidas aos idealistas, a mais clássica é a de que esses só se preocuparam em interpretar o mundo; explicá-lo ou mesmo entendê-lo de forma racional, mas nunca em modificá-lo. Em sua crítica Marx não poupa o historicismo, nem o evolucionismo, quanto mais o materialismo. Em "Teses sobre Feuerbach" Marx afirma: "A vida social essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão desta prática" (in: Obras selecionadas, 1960, p. 210).

A questão da fome e miséria perdurou sobre toda a idade média; os servos, dos servos, dos servos do Rei, ou seja, Nobreza, Clero e Burguesia, ficavam com um pouco do que era produzido pelos vassalos que só podiam esperar a morte como fim dos sofrimentos. Assim, Marx inaugura um novo mecanismo de produção da história chamado **luta de classes**, que tenta reordenar a produção em todos os meios em que era possível um equilíbrio social.

A história para Marx se faz por meio de sujeitos concretos que estão às voltas com as relações econômicas, trabalho, produção e modificação da natureza. De tal análise, o marxismo lança sua crítica econômica, materialista e dialética, que vive em tensões periódicas em torno dos modos de enriquecimento.

Se de fato é a luta de classes que move a história, esse motor está sujeito a um primeiro chamado *meios de produção* e ou *forças produtivas*. Esse fato denota uma Europa ainda longe desse patamar de construção histórica, onde em Paris por exemplo 1% da população na segunda década do século XVIII possuíam 30% dos bens. Assim, Marx constata que a história não é linear e contínua, mas um processo intenso de mudanças que se sucedem graças às muitas contradições produtivas[14].

Essas mudanças históricas não acontecem somente no campo profissional, mas em todas as áreas, pois trata-se de um espírito revolucionário sobre o qual o próprio Marx afirma ser um espectro que ronda a Europa. No fato jornalístico a seguir é possível observar isso na medida das lutas de classe:

> **Estudantes e funcionários tomam a reitoria da USP**. Estudantes e funcionários da Universidade de São Paulo se recusam a acatar uma decisão da Justiça. Eles ocupam o prédio da reitoria há duas semanas. Na frente da reitoria da maior universidade pública do país, lonas, sacos de areia e faixas. Há duas semanas, um grupo de alunos ocupa o prédio. E, desde ontem, parte dos estudantes está em greve. Eles reivindicam, entre outros itens, a contratação de professores, 600 novas vagas nos alojamentos estudantis e que a reitoria não cumpra um decreto do governador de São Paulo, José Serra, que determina a publicação das contas das universidades estaduais (JN, 17/05/07).

[14] Para o **Materialismo Histórico**, a evolução histórica, desde as sociedades mais remotas até à atual, se dá pelos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da "exploração do homem pelo homem". A teoria serve também como forma essencial para explicar as relações entre sujeitos. Assim, como exemplos apontados por Marx, temos durante o feudalismo os servos que teriam sido oprimidos pelos senhores, enquanto que no capitalismo seria a classe operária pela burguesia (WKP, 2009).

A construção de direitos e deveres se deu por meio de intensas manifestações e por vezes como o caso já citado, com coragem, dor e sofrimento. É praxe do comunismo da época apoiar qualquer movimento revolucionário contra o estado de coisas em vigência.

Só quem estava ameaçado nesse processo eram os burgueses, uma vez que os explorados ou se rebelavam ou permaneciam na condição em que estavam. No final da obra "O manifesto comunista", Marx conclama os operários a unir-se à causa do Estado do Proletariado.

2 DA ALIENAÇÃO CAPITALISTA

Marx entende que a lógica do capital só pode resultar em uma verdade: a coisificação dos indivíduos. O que é produzido é valor de uso de quem detém o capital e não de quem de fato produz; esse quando muito vende sua força por pouco dinheiro, o que anula em definitivo a criatividade e o valor do homem[15].

Além da mais valia, Marx anteviu um problema que se tornaria o grande vilão e determinador das relações de produção chamado: fetiche[16]. Um dos efeitos mais evidentes hoje desse fetichismo é um valor subestimado a marcas e não a produtores destas, os quais também não têm grande retorno financeiro em tais sistemas de produção:

---

[15] **Mais-valia** é o nome dado por Karl Marx à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que seria a base da exploração no sistema capitalista. Ao analisar a gênese do lucro capitalista, Marx toma como ponto de partida as categorias da Escola Clássica Inglesa: já Adam Smith havia observado que o trabalho incorporado em uma mercadoria (o seu custo de produção em termos de salários), era inferior ao "trabalho comandado" (aquilo que a mercadoria podia, uma vez vendida, "comprar" em termos de horas de trabalho). Para Smith, esta discrepância é que explicava a existência do lucro, mas não suas causas. Smith considerava que o lucro estava associado à propriedade privada do Capital, na medida em que a renda de um empresário dependia menos do seu trabalho como gerente do que do volume dos seus investimentos, mas tal não explicava a existência do lucro como um overhead sobre os custos de produção em termos de salários (WKP, 2009).

[16] O **Fetichismo** é o fenômeno social e psicológico no qual as mercadorias aparentam ter uma vontade independente de seus produtores. Segundo Marx, o fetichismo é uma relação social entre pessoas mediatizadas por coisas. O resultado é a aparência de uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas. As pessoas agem como coisas e as coisas, como pessoas (Ib).

> **O grande salto das marcas**. A força do consumo popular e o bom momento da economia elevam o valor das principais grifes nacionais a quase R$ 1,5 trilhão. [...] A Coca consegue conquistar corações e mentes de cada nova geração. Para monitorar os sentimentos de seus consumidores, a empresa ouve mensalmente milhares deles, na faixa etária de 12 a 59 anos, em mais de 74 países (Castanheira, Isto é Dinheiro, 11/6/2008).

Para Marx, à medida que aumenta o capital produtivo mais se estrutura a divisão do trabalho e o uso de máquinas e mais a concorrência entre operários se amplia, diminuindo gradativamente a qualidade dos salários. O problema real deste contexto é que uma pequena parcela detém os meios de produção, sobrando à grande maioria somente a capacidade de trabalho. No processo de desenvolvimento da mais valia o lucro deve aumentar às vezes à custa da diminuição do salário.

Esta e outras distorções econômicas representavam a ameaça apontada por Marx à sociedade civil. Em "A origem da Família, da propriedade privada e do Estado" Engels e Marx (p. 141) afirmam que "desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é um retrocesso na condição da classe oprimida".

A história que é fruto destas contradições é fruto das lutas de classes e a sociedade civil é o retrato de tais relações. Assim Marx (apud BITTAR, ALMEIDA, 2006, p. 318) define Sociedade Civil: sistema de relações sociais que organiza a produção econômica, realizando-se através de instituições sociais. É o espaço onde as relações sociais e suas formas econômicas e institucionais são pensadas, interpretadas e representadas por um conjunto de idéias morais, religiosas, políticas, jurídicas e

etc. De tal concepção, se surgirem várias formas de exploração injusta da trabalho humano chegando ao absurdo de condições que caracterizam semi-escravidões:

> **Exploração Laboral**. Porto, 19 Jul (Lusa) – A eurodeputada do PCP Ilda Figueiredo acusou hoje o grupo português produtor de cogumelos Sousacamp de estar a 'explorar' as trabalhadoras da fábrica de Paredes, mas o administrador da empresa, Artur Sousa, negou à Lusa qualquer tipo de exploração. 'As trabalhadoras estão a ser obrigadas a trabalhar todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados. Trabalham em média nove a 10 horas por dia, e nalguns dias 14 e 15 horas', afirmou Ilda Figueiredo, em conferência de imprensa na sede do PCP/Porto (RTP, 19 JUl, 2008).

O mais insípido disso é que segundo Marx o que caracteriza os seres humanos não é sua consciência racional, nem sua habilidade política, mas o fato de serem capazes de produzir seu próprio alimento ou suas condições de vida material e intelectual. De outro modo o Capitalismo perverte a noção de trabalho pensada por Karl e instrumentaliza o trabalho para a aquisição do capital tornando o homem um ser servilizado; pelo menos é o que mostra a matéria a seguir:

> **Blitz contra o trabalho escravo no interior de SP**. Na blitz realizada numa lavoura de laranja em pederneiras, os procuradores encontraram 26 pessoas num alojamento improvisado dentro de uma oficina mecânica. Três casais de trabalhadores com seis crianças ficavam sob o mesmo teto. Eles preparavam os alimentos no chão. O Ministério Público, que fez as imagens, diz que ficou comprovado trabalho escravo. Os procuradores dizem que todos viviam como prisioneiros e que eles tinham que pagar R$ 15 de diária para cobrir as despesas. Esse valor é maior do que o recebido pelo dia de colheita da laranja: R$ 5 (JN, 14/06/08).

Apesar de inumanas, essas condições refletem o pensamento de Marx sobre a realidade humana frente ao trabalho na era liberal, ou seja, a de que o operário se vê obrigado a vender seu trabalho e a si mesmo como mercadoria, sendo o salário justamente o que permite que o proletário sobreviva alienado.

> Este mínimo de salário, da mesma forma que a determinação do preço das mercadorias pelo custo de produção em geral, é válido para a espécie e não recebem o bastante para subsistir e produzir, entretanto, o salário de toda a classe operária é, dentro de suas oscilações, igual a este mínimo (MARX, 1956, p. 77).

O comunismo atingiria plenamente sua capacidade social se a ditadura do proletariado viesse a assumir o poder. Para Marx o comunismo deveria libertar as pessoas econômica e socialmente. Trata-se de uma revolução dialética, onde o trabalho liberta e não escraviza o homem.

3 A FILOSOFIA DA PRÁXIS

O pensamento marxista está diretamente relacionado ao hegelianismo, sobretudo de esquerda. Feuerbach teve o reconhecimento de Marx por ter retomado a reflexão filosófica sobre o homem, mas recebeu também as críticas. Mas, mesmo tendo considerado o problema antropológico proposto pelos alemães, Marx vai em busca do homem que está além do ser real, individual e corporal; para ele o homem não consegue se perceber nas relações humanas.

O homem não conhece o homem e não se conhece também em tais relações[17].

[17] O homem apreende-se socialmente, nas relações sociais, históricas, produtivas que o conformam. de modo que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Feuerbach não concebe os homens em sua realidade social. Segundo Marx, ficam junto aos jovens hegelianos, apenas na abstração, uma vez que transferem ao Estado uma existência irreal que é a do poder. O Estado hegeliano era o momento superior da história e daria à população a inserção comercial desejada. Em "Teses sobre Feuerbach"[18] Marx que nunca chegou a publicar o manuscrito faz considerações precisas sobre sua posição frente ao idealismo alemão, as quais expomos a seguir:

> I. A principal insuficiência de todo o materialismo até aos nossos dias é que as coisas, a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sobre a forma do objeto ou da contemplação; mas não [são tomados] como atividade sensível humana, praxes, não subjetivamente. Por isso aconteceu que o lado ativo foi desenvolvido, em oposição ao materialismo, pelo idealismo – mas apenas abstratamente, pois que o idealismo naturalmente não conhece a atividade sensível, real, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis realmente distintos dos objetos do pensamento; mas não toma a própria atividade humana como atividade objetiva.

Para Marx, Feuerbach desconsidera a realidade latente da exploração dos seres humanos no processo histórico. Nas teses 2 e 6, Marx identifica a questão da pesquisa meramente intelectual e sem pressupostos:

> II. É na praxe que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da praxe é uma questão puramente escolástica. VI. Feuerbach resolve a essência religiosa na essência humana. Mas, a essência humana não é

[18] As "'Teses sobre Feuerbach" são onze curtas notas filosóficas escritas por Karl Marx (provavelmente) em 1845. Eles explicitam a crítica das idéias de Marx sobre seu colega filósofo jovem hegeliano, Ludwig Feuerbach. Mas o texto é comumente visto como mais ambicioso do que isto, criticando o materialismo comtemplativo dos Jovens Hegelianos juntamente com todas as formas de idealismo filosófico. Elas identificam a ação política como a única forma verdadeira de filosofia (WKP, 2009).

> uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais.

De mesmo modo, Marx ataca veementemente o fato do não comprometimento real dos hegelianos ao postular a 11ª Tese, no qual se afirma que a filosofia deve fazer mais que o simples e intelectual filosofar conforme segue: "VIII. A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na praxe humana e no compreender desta praxe. IX. Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo".

Na realidade da época do escrito Marx faz seu ultimate no subjetivismo, já que o homem só existe nas relações de trabalho e produção; pode-se fazer qualquer outra distinção entre seres humanos, consciência, religião, mas estes somente passam à condição de homens quando começam a produzir sua subsistência.

O homem basicamente é o seu trabalho, o que ele produz, o que faz, mas em um dado momento, aceita não ser livre para se realizar. O que ele faz não coincide com sua produção, bem como com a forma dessa produção; de outro modo o que o ser é emparelha-se com o que este produz.

Para Mascaro (2006, p. 101): "Marx inscreverá o homem em seu trabalho, em sua relação objetiva com a natureza, como produtor. Consegue [...] ultrapassar a barreira filosófica que limitava o homem [...] a sua subjetividade".

No mundo grego a ideia de práxis estava situada sob três prismas: era entendida como reflexão teórica conhecida por qeoria, o que perdurou por toda a Escolástica. O sentimento burguês por sua vez adotara um seguimento material de

produção científica chamada poiésis. Já Marx entendia que o foco do conhecimento deveria estar além desses dois, focando-se no que ele irá chamar de práxis[19]. Esta não é nem mera contemplação, nem mecanismo instrumental.

A Práxis em Marx tem uma forte conotação política, uma vez que é a atividade concreta na qual o homem se afirma e passa a existir por ela. O homem constrói e é construído, produz e é produzido pela história. Nas relações de produção está a historicidade humana conforme afirma o próprio Marx (1959):

> Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. [...] Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização.

[19] Praxis é o processo pelo qual uma teoria, lição ou habilidade é executada ou praticada, se convertendo em parte da experiência vivida. Na Sociologia pode ser resumida como as atividades materiais e intelectuais exercidas pelo homem que contribuem à transformação da realidade social. Nos escritos do teórico e ativista marxista Georg Lukács, o trabalho da organização política é estabelecer uma disciplina profissional sobre a praxis política diária, designando conscientemente a maneira de mediar mais adequada de aclarar as interações entre teoria e prática (WKP, 2009).

Cabe assim perguntar se o homem realmente se realiza no trabalho ou se este foi criado realmente para desenvolver o ser humano. Com tais questões o que se antevê é uma nova saída da "caverna" apontada por Platão na obra "A República':

> Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam, ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX e ENGELS 1989, p. 37).

De modo que o diferencial marxiano irá incidir justamente em sua notória diferença do pensamento hegeliano, ou seja, "A Dialética".

4 O MÉTODO DIALÉTICO

Qual é o espírito que move a história? Esta seria realmente um movimento? Para Marx, e ao contrário do que ele aponta em Hegel, seria. O que move a história é o processo que ele identifica como dialética. Para Marx a dialética será o processo história de contradição da realidade e não da consciência que nesse caso nem é moral (KANT).

> [...] meu método dialético não é apenas diferente do de Hegel, senão é diametralmente oposto ao dele. Para Hegel, o processo do pensamento – o qual é transformado até mesmo sob o nome de idéia, em um sujeito autônomo – é o demiurgo da realidade, que apenas constrói a sua manifestação exterior. Para mim, inversamente, o ideal nada é senão o material, transposto e traduzido na cabeça do ser humano. [...] critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana (MARX, 1971).

Para Marx, um fato é muito mais que isso, é a negação das possibilidades reais. Assim o trabalho assalariado é um fato, mas também a condição de aprisionamento das necessidades humanas. Assim o é a propriedade privada.

A dialética[20] em Marx é a própria práxis, ou tudo o que impede o ser humano de se projetar na história: o trabalho, a propriedade privada e de forma bem controversa, a família. Na sociedade de classes identificada por Marx, só existe a contradição se houver a relação, em que os dois lados podem dialogar e daí a palavra dialética. "Encontramos então contradições que exigem uma solução [que se desenrola] numa sucessão real de fatos, ocorridos real e efetivamente em alguma época" (MARX, 1978, p. 310).

A dialética de Marx está firmada assim em três pontos; parte da mudança da quantidade produtiva para a qualidade de vida profissional, o que pode exigir pouca energia e, nesse caso, será uma Reforma ou muito esforço, o que caracterizaria uma Revolução. A história então se faz por meio do terceiro momento dialético ou a negação da negação que é a negação da contradição dos elementos apontados.

A dialética de Marx não só tinha forte conotação política, mas era ela mesma a nova política. O Estado não é então a encarnação da racionalidade, mas este conforma-se à sociedade formando a instância estatal. Conforme os teóricos afirmam:

> O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tão pouco é 'a realidade

[20] A dialética hegeliana é idealista, aborda o movimento do espírito. A dialética marxista é um método de análise da realidade, que vai do concreto ao abstrato e que oferece um papel fundamental para o processo de abstração. Engels retomou, em seu livro, "A Dialética da Natureza", alguns elementos de Hegel, concebendo a dialética como sendo formada por leis; esta tese será desenvolvida por Lênin e Stálin. Por outro lado, outros pensadores irão criticar ferrenhamente esta posição, qualificando-a de não-marxista. Assim, se instaurou uma polêmica em torno da dialética. As regras básicas da dialética seriam: ação recíproca, unidade polar ou "tudo se relaciona"; mudança dialética, negação da negação ou "tudo se transforma"; passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários. mas, deve-se ressaltar que essas regras da dialética são exclusivamente adotadas pela dialética marxista (WKP, 2009).

> da idéia moral', ou 'a imagem e a realidade da razão', como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais, é o Estado (p. 227).

O Estado nasce para combater o antagonismo e não para legitimá-lo. Se a riqueza foi quem gerou a sociedade, com a pobreza vieram os problemas. Assim, o Estado romano manteve os escravos, o feudal possibilitou à nobreza o subjugo dos servos e o Estado moderno serve ao capital que explora o assalariado conforme o próprio Marx sinaliza. A burguesia tende a aliar-se à aristocracia, com o fim de isolar, desarmar e massacrar o proletariado revolucionário.

A burguesia organiza-se segundo Marx adquirindo um status de emancipadora da propriedade privada já fora da sociedade civil. Por tais pressupostos, Marx conclui que o Estado não possui mais nenhuma função efetiva e propõe seu fim:

> Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade. Estamos agora nos aproximando, com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à produção mesma. As classes

> vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze (1977, p. 195-6).

Marx levanta a questão de que as armas que a burguesia utilizou contra a corrente feudal estão voltadas para ela mesma, uma vez que ela forjou não só as armas, mas seus manejadores.

A perspectiva jurídica de Marx

As diversas relações que Marx estabelece entre o Estado e o cidadão incidem diretamente no mundo jurídico. Mas que se faça aqui a ressalva de que em Marx a orientação jurídica passa pela realidade dos fatores sociais e econômicos.

O Estado ganha em Marx uma imagem quase satanizada; uma forma de violência concentrada e organizada da sociedade. Marx identifica numa sociedade desigual e sem respeito à condição humana, com total impossibilidade de romper com as estruturas proletárias.

Direito e Estado são vistos como superestruturas que legitimam a vontade dos dominadores pelos dominados. O poder ideológico e Marx ocupam muitas páginas que desqualificam a pseudo segurança que o Estado daria. O Estado não passa aqui de um servo forte da burguesia que detém os recursos materiais, intelectuais, militares, políticos e jurídicos.

Em outros termos, a dialética de Marx é um antídoto contra a Ideologia[21] de Hegel. Na ditadura do proletariado

[21] Ideologia é um termo usado no senso comum contendo o sentido de "conjunto de idéias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas". A ideologia, segundo Karl Marx, pode ser considerada um instrumento de dominação que age através do convencimento (e não da força), de forma prescritiva, alienando a consciência humana e mascarando a realidade (WKP, 2009).

deverá ocorrer a demolição do Estado. Assim como na Antiga Roma em que se vivia um período com regime cerrado a fim de se reorganizar a estrutura.

Nesse contexto, a propriedade privada não é posta como um direito de todos, mas uma conquista da busca de equilíbrio social.

> A propriedade é vista como o ingrediente que diferencia os homens entre si, que causa distorções entre classes sociais, que assegura a manutenção dos interesses do poder e de alienação do proletariado pela servilidão do trabalho [...] uma forma de exploração [...] A abolição da propriedade privada é a regra comunista que, apesar de contrariar muitas ideologias e razões [...] (BITTAR; AMLMEIDA, 2006, p. 324).

O próprio Marx completa esse raciocínio aqui exposto:

> Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está abolida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que ela existe para vós. Acusai-nos, portanto, de querer abolir uma forma de propriedade que só pode existir com a condição de privar de toda propriedade a imensa maioria da sociedade. Em resumo,acusam-nos de querer abolir vossa propriedade. De fato, é isso que queremos (MARX; ENGELS, 1956, p. 71).

O Estado Proletário seria a supremacia da razão humana que oxidaria de vez a estrutura arcaica de exploração. Assim, a expropriação dos latifúndios, a abolição da herança, a multiplicação das fábricas e a educação pública seriam alguns dos itens dessa revolução. O Direito como o dito, é servo do Estado e do Poder.

A conclusiva de Mar seria dar a cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade. Enquanto a

figura mais controversa do século XVIII escreve sobre ele num depoimento de Friedrich Engels:

> O Direito em Marx evolui na circunstancialidade do sistema produtivo, "na circulação da produção, na exploração da mais-valia[22], no lucro, no contrato [...]"; assim pode-se afirmar que o direito desempenha o papel de legitimação e ampliação da pobreza. A lógica do direito se liga diretamente à práxis, porém não na realidade atual. Somente os membros da sociedade burguesa possuem os reais direitos civis, pois são Marx era, antes de tudo, um revolucionário. Sua verdadeira missão na vida era contribuir, de um modo ou de outro, para a derrubada da sociedade capitalista e das instituições estatais por esta suscitadas, contribuir para a libertação do proletariado moderno, que ele foi o primeiro a tornar consciente de sua posição e de suas necessidades, consciente das condições de sua emancipação. A luta era seu elemento. E ele lutou com uma tenacidade e um sucesso com quem poucos puderam rivalizar. [...] Como conseqüência, Marx foi o homem mais odiado e mais caluniado de seu tempo. Governos, tanto absolutistas como republicanos, deportaram-no de seus territórios. Burgueses, quer conservadores ou ultrademocráticos, porfiavam entre si ao lançar difamações contra ele. Tudo isso ele punha de lado, como se fossem teias de aranha, não tomando conhecimento, só respondendo quando necessidade extrema o compelia a tal. E morreu amado, reverenciado e pranteado por milhões de colegas trabalhadores revolucionários – das minas da Sibéria até a Califórnia, de todas as partes da Europa e da América – e atrevo-me a dizer que, embora, muito embora, possa ter tido muitos adversários, não teve nenhum inimigo pessoal (apud WKP, 2009).

Assim, dentro de um Estado moderno, o direito não deve apenas corresponder à situação econômica geral e constituir sua expressão legítima: deve além disso ser uma expressão coerente

[22] Mais-valia é o nome dado por Karl Marx à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que seria a base da exploração no sistema capitalista (WKP, 2009).

em si mesma, e que não se volte contra si mesma através de contradições internas. Para chegar a isso, a fidelidade do reflexo das condições econômicas se desvanece cada vez mais. E isso ainda mais porque só muito raramente um Código constitui a expressão rude, sincera, autêntica da supremacia de uma classe: isso seria, de fato, atentar contra o conceito do direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Eduardo, ALMEIDA, Guilherme. **Curso de Filosofia do Direito**. São Paulo:Atlas, 2004.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach** in: Obras selecionadas, 1960.

_____. **Obras escolhidas**, vol. 3 .Rio de Janeiro, RJ: Editora Vitória, 1963.

_____. **Para a Crítica da Economia Política (a Contribuição)**. Trad. Edgar Malagodi, in Marx, col. Os Pensadores, Abril.

_____. **Salário, Preço e lucro**. 1956.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. In: MARX; ENGELS. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-ômega, s.d. v. 1.

MASCARO, A. L. B. . Introdução à filosofia do direito: dos modernos aos contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 01. 144 p.

Conteúdo On-line

Marx. **Teses sobre Feuerbach.** Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/img/obras/feuerbach.rtf>. Acesso em: 10 Jan. 2009.

NÓTICIAS RPT. **Exploração Laboral.** Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=363957&visual=26&tema=1>. Acesso em: 10 Jan. 2009.

Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, 1859. Disponível em: <http://www.moreira.pro.br/marx.htm>. Acesso em: 10 Jan. 2009.

WKP-Wikipedia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki>. Acesso em: 25 Jan. 07.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) E SUAS CONVENÇÕES/ REFLEXOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF JOB (ILO) AND CONVENTIONS REFLECTIONS IN BRAZILIAN LAW

Kaio de Bessa Santos[23]

RESUMO

As normas internacionais produzem efeito no ordenamento jurídico pátrio, em todo ele. Nessa vertente o presente estudo abordará o papel da Organização Internacional do Trabalho na confecção de algumas destas normas jurídicas em especial as realizadas por meio de Convenções Internacionais, que produzirão efeitos na orbe jurídica trabalhista. Para esmiuçar o tema optou-se por definir a atuação e os pilares basilares deste organismo internacional, especificando a data de sua constituição, quantidade de membros, órgãos integrantes e diferenciar os instrumentos normativos por eles realizados, além de especificar como ocorre sua recepção no ordenamento jurídico e posteriormente apresentar os reflexos dessas produções normativas nas leis existentes, principalmente na Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT e na Constituição Federal de 1988, deste modo apresentar-se-ão dispositivos legais que tiveram sua criação espelhada em Convenções realizadas no órgão triparte OIT e ratificadas pelo Brasil, atentando-se sobre as influências legislativas internas e externas por ser o Direito

[23] Advogado - Brasil/GO; Professor do Curso de Direito da FAQUI- Faculdade Quirinópolis; Pós Graduado em Direito Civil e Processo Civil- FACUNICAMPS, e-mail: kakbessa@hotmail.com.

fruto de mudanças sociais tendo como papel precípuo regular as relações sociais, por tais premissas faz-se imprescindível conhecer suas fontes dentre elas as Convenções Internacionais. O método de pesquisa utilizado foi análise bibliográfica.

Palavras-chave: Organização Internacional do Trabalho. Convenções Internacionais. Ordenamento Jurídico Brasileiro. Convenções Internacionais.

ABSTRACT

International standards have an effect on the national legal system, around him. In this aspect this study will address the role of the International LabourOrganisation in making some of these laws in particular those carried out through international conventions, which take effect on labor legal orb. To scrutinize the theme we chose to set the action and the basic pillars of this international organization, specifying the date of its establishment, number of members, members and organs differentiate normative instruments played by them as well as specifying their receipt occurs within the legal system and then present the reflections of these normative production in existing laws especially in the Consolidation of Labor laws – CLT and the Federal Constitution of 1988, thereby presenting themselves will provisions that had its inception in mirrored Convention held at ILO tripartite body, and ratified by Brazil, attending up on internal and external influences laws to be the right result of social changes taking regular primary role as social relations, for such premises it is essential to know their sources among them the International Conventions. The researchmethodusedwasliteraturereview.

Keywords: International Labour Organization, International Conventions, Brazilian Legal System and International Conventions.

1 PALAVRAS INICIAIS

Em 1º de maio de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, os trabalhadores não tinham garantias trabalhistas e organizavam greves e manifestações com o intuito de melhores condições de trabalho, especialmente a redução das jornadas de trabalho de 13 para 8 horas. Nesse dia, a polícia entrou em choque com os grevistas e uma pessoa não identificada jogou uma bomba na multidão, matando quatro manifestantes e três policiais. Oito líderes trabalhistas foram presos e julgados responsáveis. Um deles suicidou-se na prisão, quatro foram enforcados e três foram libertados depois de sete anos de prisão. Posteriormente, os governos e os sindicatos resolveram escolher o 1º dia de maio como Dia do Internacional do Trabalho.

O caso narrado é apenas um dos muitos acontecimentos que marcaram o início dos direitos inerentes aos trabalhadores; em cada país ao seu modo os Direitos Trabalhistas foram se consolidando e aspecto comum entre todos eles foi a árdua luta dos trabalhadores, parte vulnerável na relação empregatícia, pela submissão ao poder econômico, até a normatização de seus direitos básicos.

Neste cenário, vislumbra-se a existência de um organismo internacional que pela atividade desenvolvida teve papel de destaque na garantia da dignidade do trabalhador como expressão dos Direitos Humanos. Trata-se da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Brasil teve representação neste organismo internacional a partir de 1950 e desde então a legislação trabalhista brasileira sofreu grande influência por meio das resoluções, convenções e recomendações expedidas pelo órgão e ratificadas pelo país.

2 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

A Organização Internacional do Trabalho, pessoa jurídica de direito público externo, segundo classificação do Código Civil Brasileiro vigente, foi criada por meio do Tratado de Versalhes que pôs fim à Primeira Guerra Mundial e criou-se a Sociedade das Nações (antecedente a ONU) e a Organização Internacional do Trabalho como organismo vinculado a ela.

Após a Segunda Guerra Mundial dissolvida a Sociedade das Nações, a OIT continuou existindo. Em 1944 em sua 26º sessão aprovou a Declaração referente aos fins e objetivos da OIT, aumentando a abrangência de seus objetivos para incluir os problemas econômicos e financeiros vinculados aos problemas sociais.

A OIT funciona como organização permanente, constituída pelos estados membros, com sede em Genebra. Goza no território de seus membros de privilégios e imunidades de jurisdição. Vincula-se à ONU como organismo especializado (OIT, 2014).

Tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável (OIT, 2014).

Portanto, Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu segmento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social (OIT, 2014).

Para desenvolver os pilares institucionais a OIT possui alguns órgãos, sendo eles:

a) Conferência Internacional do Trabalho, reunião anual da Organização, composta pela Assembleia Geral, órgão deliberativo, que elabora a regulamentação internacional do trabalho por meio das recomendações, convenções e resoluções; esta assembleia realiza-se anualmente no mês de julho em Genebra, no Palácio das Nações;
b) Conselho de Administração, tendo como incumbência promover o cumprimento das deliberações, escolha de temas das conferências e elaboração de orçamento da entidade;
c) Comissões especializadas, sendo elas: Comissão de Programa e Orçamento e Administração, Comissão de Programas e atividades, Comissão de Atividades Industriais, Comissão de Organismos Internacionais, Comissão de Regulamentação e Aplicação das Convenções e Recomendações, Comitê de Rateio de

Contribuições, Comitê de Liberdade Sindical,Comitê sobre discriminação;

d) Repartição Internacional do Trabalho – RIT recolhe informações e estuda antecipadamente as questões submetidas à conferência (GANDRA, 2008).

É a única agência tripartite das Nações Unidas por ser composta com representes do governo, empregador e trabalhadores. Esta estrutura tripartida da OIT faz um fórum único em que os governos e os parceiros sociais da economia de seus Estados-Membros podem livre e abertamente debater e elaborar normas de trabalho e políticas.

Atualmente a OIT dispõe de 185 Estados-Membros.

Todos os países que desejarem se tornar membros da OIT deverão comunicar ao Diretor-Geral sua aceitação formal às obrigações constantes na Constituição de Organização do órgão internacional. Pode-se ainda admitir membros na Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho pelo voto de dois terços dos delegados presentes à sessão, incluindo dois terços dos delegados governamentais presentes e votantes.

3 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – INFLUÊNCIA INTERNACIONAL E MECANISMOS UTILIZADOS

Inicialmente, desprende-se que a elaboração de materiais normativos por parte da OIT pode ocorrer anualmente, principalmente em se tratando de recomendações e resoluções; tais instrumentos são elaborados com o resultado de deliberações que ocorrem nas conferências realizadas pelo órgão ou por meio de relatórios que são enviados pelos países membros a fim de relatar as dificuldades encontradas no cumprimento

dos pilares básicos do organismo denominados de Convenções fundamentais, sendo elas: Convenção de nº 29 e 105, que dispõem sobre a Abolição do Trabalho Forçado, Convenções de nº 87, e 98 dispõem sobre Liberdade Sindical, Sindicalização e Negociação Coletiva, Convenção de nº 100, dispõe sobre a Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres, Convenção de nº 111, dispõe sobre Não Discriminação do Emprego ou Ocupação, Convenções de nº 138 e 182 Erradicação do Trabalho Infantil, isto porque existe um instrumento normativo elaborado em Assembleia Geral com participação de todos os países membros que têm direito a voto, apresentar sugestões, emendas, que são discutidas na Assembleia Geral, garantindo a todos os integrantes (países), por meio de sua representação tripartite (Empregados, Empregadores e representantes estatais) a isonomia de condições; esse instrumento denomina-se Convenção e tem força de norma/lei, após passar pelo devido processo de recepção no país correspondente.

De modo que as recomendações são propostas de normas a serem transformadas em leis pelos países-membros, as resoluções traçam diretrizes complementares às convenções, consequentemente as convenções são "*Tratados-lei*[24], *multilaterais e abertos, que visam regular as relações de trabalho*" (GANDRA, 2008, p. 401) Para se tornarem direito interno dos Estados-Membros devem ser ratificadas.

Nascimento (2008 p.97) aduz que as:

> Convenções internacionais são normas jurídicas emanadas da Conferência Internacional da OIT, destinadas a constituir regras gerais e obrigatórias para os Estados deliberantes,

[24] Art. 1º Da Convenção da ONU sobre os Direitos dos Tratados "Significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica".

> que as incluem no seu ordenamento interno, observadas as respectivas prescrições.

Sendo, portanto, as Convenções, Recomendações e Resoluções conhecidas como instrumentos veiculadores de normas internacionais do trabalho.

Por sua própria composição e pela missão proposta, estando aliada ao trabalho desenvolvido pela Organização das Nações Unidas– ONU, pela sua abrangência e influência tendo como membros 185 países, incluindo Brasil, Japão, México, Angola, Itália, Cuba, China, Estados Unidos, Rússia, França, Serra Leoa, dentre outros, aliado a produção normativa, com a finalidade de difusão da dignidade do trabalhador assegurando seus direitos humanos, a Organização Internacional do Trabalho tem desenvolvido trabalho ímpar na solidificação de suas Convenções Fundamentais e outras de igual destaque, despertando no cenário do Direito Internacional discussões sobre as garantias conferidas aos trabalhadores; projeção econômica das ações implementadas e as adequações jurídicas necessárias suscitando os mais diversos reflexos nos países que ratificam os instrumentos normativos criados.

4 CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS

As convenções internacionais começam a vigorar e produzir efeitos no ordenamento jurídico após respeitarem o devido processo de elaboração de modo que 12 meses, após o registro de duas ratificações, concordância de dois países em aplicar as regras contidas no documento normativo, na RIT – Repartição Internacional do Trabalho, data que será comunicada pelo Diretor da RIT a todos os Estados– Membros, qualquer

país poderá ratifica-la. Com a ratificação os Estados-Membros terão 12 meses para adequar suas regras internas, pois este será a *vacatio legis* da Convenção internacional, estando após esse deslinde temporal pronta para viger.

Para Dimoulis (2011) a vigência é uma característica da norma que indica o lapso de tempo no qual a conduta por esta prescrita é exigível. Em outras palavras, a vigência indica o período no qual as prescrições jurídicas têm efeito.

Portanto, para ter exigibilidade a convenção deve inicialmente ter a ratificação de dois países membros, assim ela já poderá ser aceita por outros países membros, começando a espargir seus efeitos após 12 meses da aceitação (ratificação).

Ratificação trata-se de um ato unilateral com que a pessoa jurídica de direito internacional, signatária de um tratado, exprime definitivamente, no plano internacional, sua vontade de obrigar-se. É um ato discricionário, isto é, a parte contratante decide livremente sobre a sua conveniência e oportunidade. No plano interno dos Estados, costuma ser ato, também discricionário, do Poder Executivo (MELLO, 2004).

Em relação à ratificação urge asseverar que só pode ser feita no todo, não se admitindo ratificação de apenas uma parte da convenção, conhecida como *Claúsula de Reserva*, que nada mais é do que uma manifestação de vontade parcial, uma vez que o Estado não se obriga a todas as disposições, mas apenas por uma parte delas como, por exemplo, em um tratado que contivesse vinte regras, um Estado se dispusesse a aceitar e cumprir apenas dezenove delas, ou menos (SILVA, 2002).

De modo que após a ratificação os países integrantes estão obrigados a submeter-se às convenções ratificadas, sendo a autoridade competente no direito interno responsável por tomar

medidas pertinentes à adequação da Convenção ratificada às normas existentes.

As convenções podem ser revistas e substituídas por outras novas, nesse caso, a antiga continua vigente para os países que já ratificaram, mas já não estará aberta para novas ratificações.

A forma de extinção da Convenção, Tratado-Lei, será por meio da denúncia, que somente poderá ser feita após 10 anos da ratificação.

A denúncia, a exemplo da ratificação, é um ato unilateral, mas com efeito jurídico antagônico, inverso. Através dela, manifesta o Estado sua vontade de deixar de ser parte no acordo internacional (REZEK, 2008).

Rezek (apud MAZZUOLI, 2008) ensina que, por ser a denúncia um ato unilateral, quando houver um acordo bilateral, tal acordo se extingue, por razão óbvia, porque afeta diretamente a sua vigência, encerrando o compromisso.

Conhecendo-se as caraterísticas das Convenções, resta nos entender como dar-se-á sua recepção no ordenamento jurídico brasileiro.

5 CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E RECEPÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Para Bobbio, em seu livro *Teoria da Norma Jurídica*, fontes do direito são "aqueles fatos ou atos aos quais num determinado ordenamento jurídico atribui a idoneidade ou a capacidade de produzir norma jurídica" (BOBBIO, 2003, p. 26).

Partindo-se do princípio de que o ordenamento jurídico internacional é constituído por um conjunto de normas, os tratados e convenções internacionais são uma das principais formas de manifestação desse ordenamento no plano internacional, no que tange as fontes formais (SILVA, 2005).

Por conseguinte para que as Convenções da OIT se tornem fonte normativa no Brasil, após a ratificação, faz-se necessário sua inclusão no sistema jurídico brasileiro, que atualmente é feito pelo processo legislativo, regulamentado, inicialmente, pela Constituição Federal de 1988 em artigos 59 a 75.

De toda sorte, o processo legislativo não é objeto central desta dissertação, restringe-se no presente tópico a esclarecer qual a hierarquia normativa de uma Convenção Internacional, e qual o procedimento legislativo a ser utilizado.

A reforma do judiciário, trazida pela Emenda Constitucional nº 45/2004, introduziu ao artigo 5º da CF/1988 o parágrafo 3º com a seguinte redação:

> **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> **§ 1º (...)**
> **§ 2º (...)**
> **§ 3º** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Assim para ter validade no ordenamento jurídico brasileiro os tratados-lei terão de ser aceitos pelo procedimento disposto as emendas constitucionais, artigo 60 e ss CF/88, conforme previsão do artigo 5º, § 3º CF/88.

Devendo ser proposta por no mínimo 2/3 dos membros da Câmara dos deputados Federais ou do Senado Federal, do

Presidente da República, sendo votada e discutida em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando aprovada se obtiver 3/5 dos votos dos respectivos membros, com promulgação pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com respectivo número de ordem.

Em relação a sua hierarquia muito tem-se discutido, inclusive nos órgãos superiores de justiça como Supremo Tribunal Federal, sem exaurir o tema filia-se ao entendimento vaticinado por Bonfim (2008, p. 87): "Considera, a emenda constitucional hierarquicamente inferior à Constituição da República, na medida que é submetida a controle constitucional, quando ferir o núcleo imodificável".

Por ser, para autora o Direito do Trabalho, espécie do gênero Direitos Humanos, que é considerado norma internacional, a questão deve ser analisada pelo aspecto material, de modo que o importante não será a origem da norma, internacional ou nacional, mas o conteúdo nela disposto, respeitando o princípio da dignidade humana. Em suma as Convenções Internacionais serão recepcionadas como emendas a Constituição Federal, pelo procedimento previsto na CF/88, em relação à hierarquia; segundo a autora e o Supremo Tribunal Federal será hierarquicamente inferior a Constituição Federal de 1988, desde que não trate de assuntos que transgridam o princípio da dignidade humana, que constitui princípio fundamental do Estado Democrático Brasileiro, em que nesse caso equiparam-se hierarquicamente à CF/88.

Apimentando ainda mais as discussões tem-se suscitado se as Convenções Internacionais ratificadas antes da emenda n 45/2004 tem *status* constitucional ou deverão preencher o requisito de maioria qualificada para adquiri-lo. A cizânia

persiste posto que antes da emenda 45/2004 o procedimento utilizado era outro.

A solução veio em aplicação analógica à utilizada ao Código Tributário Nacional– CTN; esse códex foi promulgado em 1966, antes da Constituição Federal de 1967 a qual introduziu no país a denominação lei complementar, tendo em vista que o CTN trata de matéria reservada à lei complementar considerou-se que ele tenha sido materialmente recepcionado como lei complementar, embora permaneça formalmente como lei ordinária; esta tese também aplica-se sob a égide da Constituição Federal atual.

Para Lupi (2006) o argumento consiste na possibilidade de distinguir a recepção formal e material e aplicá-la por analogia aos tratados já aprovados no Brasil o procedimento realizado no CTN, ante a inexistência do critério qualitativo do art. 5, § 3º, da CF/88, no momento de sua apreciação e promulgação, ostentando o status de Emendas a Constituição.

Conclui-se que as Convenções Internacionais recepcionadas antes da emenda nº 45 /2004 possuem status de Emenda Constitucional por aplicação analógica a interpretação dada ao CTN, assimila-se ainda que as Convenções Internacionais devem passar pelo procedimento das emendas a constituição para terem vigência no Brasil e que estão hierarquicamente inferiores aos postulados da CF/88 a não ser que tratem de assuntos relacionados à Dignidade da Pessoa Humana e do Trabalhador quando se equiparam hierarquicamente.

Sendo ratificadas e recepcionadas pelo ordenamento jurídico brasileiro as Convenções da OIT estão prontas para espargir seus efeitos no ordenamento jurídico brasileiro.

6 INFLUÊNCIA DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A rigor, cabe-nos informar que em matéria trabalhista tem-se como fonte formal heterônoma a Consolidação das Leis trabalhistas de 1973 que consiste em uma consolidação dos principais postulados, leis, referentes a práticas laborais, daquela época, em um único instrumento normativo, CLT constitui uma norma híbrida por possuir normas de caráter material e processual.

Tem-se, como fonte formal do direito trabalhista brasileiro os costumes, as Convenções e Acordos Coletivos, os regulamentos das empresas, como rememora Bonfim (2008), a fonte formal não significa norma escrita e sim norma positivada.

A sobrepesar a CLT ser uma norma híbrida, o ordenamento jurídico consiste em um sistema normativo, no qual as mais diversas normas se interligam para assegurar o bem estar social e o atendimento de seus fins, art. 5º da Lei de Introdução as Normas Brasileiras-LINB, de modo que outros "campos" "esferas" do Direito também socorrem as normas trabalhistas sendo eles em destaque o Código de Processo Civil, com aplicação subsidiária a CLT, assim como a lei de Execução Fiscal nº 6.830/80, e o Código Civil, esses em maior preponderância.

Por dedução lógica é também fonte heterônoma do direito do trabalho a Constituição Federal de 1988, que como se viu em linhas ulteriores é nossa Lei Magna, estando hierarquicamente acima das demais, aliás, na CF/88, especificamente no artigo 7º, dentro do capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais existe previsão de direitos básicos aos trabalhadores, que são respeitados pelo próprio texto especializado, CLT. Ainda no

texto constitucional existe a previsão do trabalho como direito social, de segunda geração pareado ao ideal de igualdade difundido pela Revolução Francesa.

As súmulas do Tribunal Superior do Trabalho e as Orientações Jurisprudências expedidas por suas turmas têm papel de destaque no ordenamento jurídico, vez que fazem a hermenêutica das normas existentes que normalmente estão defasadas, outrora são evasivas ou possuem lacunas.

Nesse delinear as Convenções Internacionais da OIT ratificadas e recepcionadas pelo Brasil são fontes formais do Direito do Trabalho, tendo promovido mudanças no texto legal, principalmente na Constituição Federal e na Consolidação das Leis Trabalhistas, alterações estas que representam a efetivação da dignidade do trabalhador.

Explicitar-se-á com alguns exemplos.

6.1. Convenção nº 87 da OIT de 1948 –à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito de Sindicalização e Convenção de nº 98 Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva

A Convenção de nº 87 tem como tema a liberdade sindical e a proteção ao direito de sindicalização foi convocada em São Francisco pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, como também reunida naquela cidade em 17 de junho de 1948 em sua trigésima primeira reunião.

A partir de sua vigência trouxe algumas obrigações aos países que a ratificassem garantindo a liberdade sindical, com a possibilidade da criação de sindicatos, de filiação e desfiliação dos mesmos, além de lhes garantir independência vedando a intervenção estatal em sua organização.

Desmontar-se-á, Convenção nº 87 da OIT:
"(...) **Artigo 2.** Os trabalhadores e os empregadores, sem nenhuma distinção e sem autorização prévia, têm o direito de constituir as organizações que estimem convenientes, assim como o de filiar-se a estas organizações, com a única condição de observar os estatutos das mesmas. **Artigo 3** 1. As organizações de trabalhadores e de empregadores têm o direito de redigir seus estatutos e regulamentos administrativos, o de eleger livremente seus representantes, o de organizar sua administração e suas atividades e o de formular seu programa de ação. 2. As autoridades públicas deverão abster-se de toda intervenção que tenha por objetivo limitar este direito ou entorpecer seu exercício legal. **Artigo 4.** As organizações de trabalhadores e de empregadores não estão sujeitas a dissolução ou suspensão por via administrativa. **Artigo 5**
As organizações de trabalhadores e de empregadores têm o direito de constituir federações e confederações, assim como de filiar-se às mesmas e toda organização, federação ou confederação tem o direito de filiar-se a organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores. **Artigo 6.** As disposições dos artigos 2, 3 e 4 desta Convenção aplicam-se às federações e confederações de organizações de trabalhadores e de empregadores. **Artigo 7.** A aquisição da personalidade jurídica pelas organizações de trabalhadores e de empregadores, suas federações e confederações, não pode estar sujeita a condições cuja natureza limite a aplicação das disposições dos artigos 2, 3 e 4 desta Convenção. **Artigo 8** 1. Ao exercer os direitos que lhes são reconhecidos na presente Convenção, os trabalhadores, os empregadores e suas organizações respectivas estão obrigados, assim como as demais pessoas ou coletividades organizadas, a respeitar a legalidade. 2. A legislação nacional não menoscabará nem será aplicada de forma que menoscabe as garantias previstas nesta Convenção. **Artigo 9.** 1. A legislação nacional deverá determinar até que ponto aplicar-se-ão às forças armadas e à polícia as garantias previstas pela presente Convenção. 2. Conforme os princípios estabelecidos no parágrafo 8 do artigo 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, a ratificação desta Convenção por um membro não deverá considerar-se que menoscaba em modo algum as leis, sentenças, costumes ou acordos já existentes que concedam aos membros das forças armadas e da polícia, garantias prescritas

> na presente Convenção. **Artigo 10.** Na presente Convenção, o termo organização significa toda organização de trabalhadores e de empregadores que tenha por objeto fomentar e defender os interesses dos trabalhadores e dos empregadores. **PARTE II – PROTEÇÃO DO DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO Artigo 11.** Todo Membro da Organização Internacional do Trabalho para o qual esta Convenção esteja em vigor, obriga-se a adotar todas as medidas necessárias e apropriadas para garantir aos trabalhadores e aos empregadores o livre exercício do direito de sindicalização(...).

Apesar do Brasil não ter ratificado a referida convenção, ratificou a Convenção de nº 98 em 18 de novembro de 1952 e ambas serviram de parâmetro para redação do artigo 8º da CF/88, tendo em vista que no texto legal existe previsão da liberdade sindical do Direito a Sindicalização e da Negociação Coletiva, aos moldes das convenções supracitadas, que atualmente constituem princípio básico do Direito Coletivo do Trabalho, ver-se-á:

Constituição Federal de 1988, artigo 8º:

> "Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, **vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;** II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município; III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas; IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei; V –

> ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato; VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais; VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei. Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer". Negritou-se.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 todos os dispositivos constantes na CLT que contrapunham a liberdade sindical e a negociação coletiva e os direitos sindicais garantidos pelo artigo 8º e seus incisos foram tacitamente revogados pela interpretação em consonância com a Constituição Federal. Indubitavelmente a presença de tais dispositivos legais promoveu mudanças no ordenamento jurídico no sentido de solidificar a representação sindical de empregados e empregadores na busca de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

6.2 Convenção de nº 45 – Emprego de Mulheres nos Trabalhos Subterrâneos das Minas, Convenção de nº 89 – Trabalho Noturno das Mulheres na Indústria e Convenção de nº 100 – Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor, Convenção de nº 103 Amparo à Maternidade

Todas as Convenções acima descritas foram ratificadas pelo Brasil e a aceitação destas e de outras proporcionaram a proteção do trabalho da mulher. Especificamente na Carta

Constitucional tem-se a equiparação das mulheres aos homens em direitos e obrigações, art. 5º inciso I, observa-se ainda no artigo 7º a materialização destas Convenções em nosso sistema jurídico art. 7º inciso IX "*Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno*" *no inciso XVIII "licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias" XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;*

Na CLT não foi diferente, sendo inclusive mais antiga do que a atual constituição federal já dispunha de um capítulo inteiro, capítulo III Da Proteção do Trabalho da Mulher, tratando dos direitos das mulheres no mercado de trabalho, artigos 372 ao 401 fazendo referência à duração de sua jornada de trabalho, práticas abusivas em detrimento das mulheres, como a exigência de atestados de esterilidade e de gravidez, proibição de revistas íntimas, períodos de descanso, proteção a gestação e maternidade e adoção, com enfoque no direito à vida, e possíveis penalidades.

Tais desdobramentos legais são provenientes da mudança social e a adequação das leis, atendendo o princípio da Dignidade Humana e os Direitos Humanos tendo como viga mestre as Convenções mencionadas, tendo em vista a data de suas ratificações em meados dos anos 1934 a 1952.

É notório ressaltar que a Declaração Universal dos Direitos do Homem redigida em 1948 também teve papel de destaque na consolidação de muitas de nossas garantias fundamentais, influenciando nosso ordenamento jurídico na proteção do homem que a partir da edição desse importante documento histórico foi visto como fim e não como

meio da produção legislativa dos países. Sendo a mulher expressamente contemplada no aclamado documento, o que até então não ocorria.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, resolução 217 A, Assembleia Geral das Nações Unidas:

> Artigo II– Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Artigo XVI - 1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. 2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

Por meio das transcrições observa-se, novamente, a real influência das Convenções e Resoluções internacionais no processo legislativo brasileiro.

6.3 Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho

A OIT editou algumas Convenções que foram denominadas como fundamentais para garantia da Dignidade do Trabalhador, sendo elas as seguintes:

a) Convenções sobre a abolição do trabalho forçado de nº 29 e 105;

b) Convenções de nº 87, e 98 dispõem sobre Liberdade Sindical, Sindicalização e Negociação Coletiva;

c) Convenção de nº 100 dispõe sobre a Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres;
d) Convenção de nº 111 dispõe sobre Não Discriminação do Emprego ou Ocupação;
e) Convenções de nº 138 e 182 Erradicação do Trabalho Infantil;

Igualmente, observa-se nas convenções enumeradas a existência no ordenamento jurídico pátrio uma gama de normas positivadas que tratam sobre a temática das Convenções Fundamentais, como o próprio artigo 7º da Constituição Federal de 1988, ocupando status de como direitos fundamentais, imutáveis, conhecidos como cláusulas pétreas.

Por esse norte estão alguns dos postulados da CLT como, por exemplo:

a) O Capítulo IV da Proteção do Trabalho do menor a partir do artigo 402 da CLT indicando as atividades a serem desenvolvidas e como devem ser feitas com atuação integrada entre empregadores, pais e entes públicos, Ministério Público do Trabalho, Juiz da Infância de Juventude e outros;
b) Artigo 461 no Capítulo II, Da Remuneração, que dispõe sobre a equiparação salarial, vedando qualquer discriminação salarial, no exercício de mesmas funções independente de sexo, nacionalidade ou idade. Em completo a Súmula 6 127 e 159 do TST ambas dispondo sobre a temática;
c) Título V da CLT tratando de Organização Sindical, juntamente com o Título VI do mesmo diploma legal que preceitua sobre Convenções Coletivas do Trabalho,

sempre interpretados com os preceitos do artigo 8º CF/88 sob a exegese do princípio da liberdade sindical.

Esses são apenas alguns dos muitos dispositivos legais que direta ou indiretamente são influenciados ou tiveram origem em normas internacionais que integram ou norteiam nosso ordenamento jurídico por meio da ratificação de Convenções Internacionais, em enfoque as elaboradas pela Organização Internacional do Trabalho.

7 PALAVRAS FINAIS

O que se pretendeu com o presente relato em nenhum momento foi exaurir o tema, e sim despertar no público em geral a importância que as normas internacionais tem em nosso ordenamento jurídico para que se entenda que as atuais leis não surgiram somente das experiências vividas em nosso solo, mas de anseios internacionais que constituem a história do direito.

Na concepção moderna de análise dos fatos e atos jurídicos nada é por acaso. Os fatos, atos jurídicos e fenômenos sociais nascem dos anseios mais íntimos de seus reais possuidores em um ato de delegação nem tão legítimo como deveria ser, mesmo assim no Direito não há que se falar em coincidências, meros acasos da vida em sociedade, já que tudo, absolutamente tudo, faz parte da interpretação macro. Não existe uma única peça frouxa ou solta e ainda que exista ela deve ser conectada a esse grande sistema, que é o ordenamento jurídico; hoje têm-se os mecanismos adequados, só para citar e não exaurir, a própria Lei de Introdução as Normas Brasileiras e nesse desencadear de eventos estão as Convenções Internacionais, especificamente as produzidas pela OIT, que são normas jurídicas sim senhor! E

não obstante a esse fato são aptas e produzem efeitos, os mais diversos, em nossa vida, em nossa legislação.

Em suma detalhou-se a Função da Organização Internacional do trabalho, sua influência mundial, como produz leis e como elas são recebidas em nosso ordenamento jurídico; fez-se breve comparação de leis nacionais com leis internacionais, apresentando ainda as convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho.

Então comecemos a ver nosso sistema jurídico como de fato é, cheio de influências internas e externas e tão a nossa cara, pois é patente que às vezes essas influências transpassam o campo legal e confundem-se com o campo moral.

8. REFERÊNCIAS

CASSAR**,** Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho.** 2. ed. Niteói, RJ: Impetus, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da Norma Jurídica**. Trad. Fernando Pavan Batista e Ariani Bueno Sudatti. Apres. Alaôr Caffé Alves. 2. ed. rev. São Paulo: EDIPRO, 2003.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho.** Decreto – lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. aprova a consolidação das leis do trabalho.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____ . **Emenda Constitucional 45**. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93,95, 98,99,102,103,104,105,107,107,11,

112,114,115,125,126,129,128,129,134, e168, da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A, e 130-A, e da outras providências. Promulgada em 08.12.2004. DOU de 08.12.2004.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.** 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Grabriela Neves. **Doutrinas Essenciais Direito do Trabalho e da Seguridade Social.** Volume III, Revista dos Tribunais, 2012.

DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito.** 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: RT, 2011, p. 192.

FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GANDRA, Ives da Silva Martins Filho. **Manual Esquemático de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

JÚNIOR, Antenor da Costa Silva. Denúncia de tratados internacionais no Brasil. *In*: **Possibilidade de Controle Parlamentar da Denúncia de Tratados Internacionais Exercida pelo Chefe do Executivo.** Disponível em: <em http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4362>. Acesso em: 12 jan. 2014.

MAZZUOLI ,Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público.** 3. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público.** 15. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, **Curso de Direito do Trabalho**, 24. ed. Sã Paulo: Saraiva, 2009.

OIT. **Organização Internacional oo Trabalho.** Provendo o trabalho docente. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/who-we-are/tripartite-constituents/lang--en/index.htm>. Acesso em: 12 jan. 2014.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público:** curso elementar. 11. ed. inteiramente rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público** / G.E. do Nascimento e Silva e Hidelbrando Accioly. 15. ed. rev. e atual. Paulo Barbosa Casella. São Paulo: Saraiva, 2002.

DA POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO NEGÓCIO JURÍDICO NULO E DA CRISE EM CONTRATO COM CLÁUSULA DE DESISTÊNCIA PELO CONFRONTO DE NORMAS QUE DECLAREM O OBJETO ILÍCITO

FROM THE POSSIBILITY OF CONVERTING VOID LEGAL BUSINESS AND CRISIS INTO AN ABANDONMENT CLAUSE CONTRACT THROUGH THE CONFRONTATION OF RULES THAT MAKE IT ILICIT

Marcelo Divino de Oliveira[25]

RESUMO

O presente artigo versa sobres elementos estruturais do negócio jurídico, analisados sob a ótica triplanar tratada por Pontes de Miranda e nos permite a análise em planos da convalidação negocial, notadamente quanto à existência, validade e eficácia dos pactos contratuais formalizados, aplicando-os em situações concretas, conforme demonstrado nos casos hipotéticos aqui vivenciados. Muito embora a lei traga situações de nulidade, de forma taxativa, é possível convalidar e converter certos negócios, através da interpretação contratual, reconhecendo-o por contrato preliminar, e este servir de base para o contrato efetivo. Outrossim, evitar o prejuízo do contratante que se subjugou a cláusula penal por desistência

25 Graduado em Direito pela FESURV – Universidade de Rio Verde/GO, 2007. Pós-graduando em Direito Processual: Grandes Transformações pela Universidade Anhanguera - UNIDERP em parceria com a Rede de Ensino LFG. Pós-graduando em Direito Civil, Negocial e Imobiliário, pela Universidade Anhanguera - UNIDERP em parceria com a Rede de Ensino LFG. Advogado Militante na Comarca de Quirinópolis/GO. Professor na Faculdade Quirinópolis – FAQUI, desde gosto de 2008 nos cursos de Administração e Direito, nas disciplinas: Direito Tributário e Social; Direito Civil I e II; Direito Comercial I e II; História do Direito; Direito do Trabalho II e Prática Cível I. Delegado da ESA – Escola Superior da Advocacia – Subseção de Quirinópolis – triênio 2013/2015. Email: newcelao@hotmail.com

– multa, em contrato que contenha cuja cláusula contra lei superior, bastando para tanto, declará-lo nulo.

Palavras-chave: Convalidação. Conversão. Elementos. Negócio Jurídico.

ABSTRACT

This article discusses the structural elements of legal business, analyzed from the perspective treated by Pontes de Miranda, which allows us to analyze plans of a negotiating ratification, especially regarding the existence, validity and effectiveness of formalized contractual agreements, applying them in concrete situations, as shown in hypothetical cases experienced here. Even though the law may exhaustively bring situations of invalidity, it is possible to ratify and convert certain business through contractual interpretation, recognizing them as a preliminary contract, which may serve as a basis for an effective one. Furthermore, one may also avoid injury of the contractor who subdued the penalty clause for withdrawal – fine, in a contract containing a clause against a higher law, by simply declaring it null.

Keywords: Ratification. Conversion. Elements. Legal business.

PALAVRAS INICIAIS

Os negócios jurídicos remontam a épocas em que o homem passou a desenvolver a agricultura e a domesticação de animais, fazendo com que a troca – permuta – entre eles, por tais bens de consumo, fomentassem a estrutura inicial da compra e venda, chamada de escambo.

Hammurabi, rei da Babilônia, ao instituir os elementos de unificação, utiliza-se, dentre eles, do direito, correspondendo a

uma codificação de leis, oriundas das leis de Ur-Namu e Eshuna, e dos costumes da sociedade acadiana para que os povos conquistados obedecessem a um padrão legal babilônico. Neste Código, que leva o nome do Rei que o determinou, encontramos normas relativas ao comércio praticado à época, portando as primeiras regras positivadas acerca do negócio jurídico.

O Direito Romano, dentre outras culturas jurídicas, dão azo aos nuances negociais que estão agregados em nosso ordenamento jurídico.

O Código Civil Brasileiro elenca como elementos de validade, sobre os quais Pontes de Miranda decanta um estudo tripartido, em planos distintos, possibilitando uma melhor compreensão de cada instituto de existência-validade-eficácia do negócio jurídico.

Aplicando os conceitos da Escada Ponteana, ante aos vícios que os negócios jurídicos possam apresentar, tais ocorrências podem ser mais ou menos intensas, ocasionando, respectivamente, a nulidade ou a anulação do negócio jurídico.

Sobre o enfoque destes conceitos é possível aplicá-los em situações negociais reais para a solução de eventuais crises, de modo a preservar e dar guarida à segurança jurídica.

1 NEGÓCIO JURÍDICO, ESTRUTURA, PLANOS E ELEMENTOS

O direito nasce da necessidade que o homem vislumbrou de tutelar as relações interpessoais, quando a convivência em clãs se tornou sobremaneira essencial à subsistência humana perante o meio em que vivia. Diante do convívio social os conflitos entre os componentes sociais fizeram com que regras de conduta se tornassem necessárias ao balizamento de condutas entre eles, buscando, desta feita, a pacificação social, a qual, através do

direito, como ferramenta propícia à normatização de situações envolvendo o ente para com toda a sociedade, bem como para com outro particular.

Em um primeiro momento histórico, na era do paleolítico, os grupos eram nômades, o que significa que transitavam, permanentemente, em busca de alimento – como caça e pesca – e não havia, naquela época, estocagem de alimentos. Ao compreenderem elementos acerca da domesticação de animais e cultivo de plantas alimentícias, os grupos passaram a fixar local de moradia, evoluindo, de seminômades para uma vida sedentária, vez que, na chamada "nova idade da pedra" – neolítico.

Neste momento histórico o homem deu início à prática comercial de forma simplificada, denominada, escambo, trocando produtos de alimentação por outro. Tal prática, a princípio, ocorreu tão somente de uma unidade para outra. Com a evolução desta sociedade e da cultura comercial, e ainda, em razão da farta quantidade de certos alimentos e a escassez de outros, a troca passa a levar em consideração a lei da oferta e procura.

Com a fixação de um grupo acadiano às margens dos rios Tigre e Eufrates, local que hoje compreende o Iraque e uma parte do Irã, estes homens erigiram grandes construções e nesta região conhecida por Crescente Fértil, nasceu a Babilônia de Hammurabi.

O destaque se torna plausível por conta do registro que de tal sociedade surge a primeira codificação legal, oriunda das leis de Eshuna e Ur-Namu, com a adoção dos costumes ali praticados. Com a expansão territorial, o Rei Hammurabi compreende que, como forma de controle dos povos conquistados, era necessária a aplicação de três elementos de unificação: a língua (acadiano),

a religião (panteão de deuses) e o direito – através do código por ele elaborado e que levava seu nome.

A referida codificação tratava de assuntos diversos, dentre eles normas acerca do comércio marítimo, tais como: Contratos de Depósito, de Transporte, de Empréstimo, de Mediação, de Comissão e de Navegação e Responsabilidade do Dono da Embarcação.

Extrai-se, portanto, que os primeiros negócios jurídicos de que se tem notícia estão enraizados no escambo, praticado, ainda, no período neolítico, ao passo em que, o negócio com normatização específica e positivada advém desde o Código de Hammurabi.

As nuances que hoje regem os negócios jurídicos em nosso ordenamento remontam princípios que, em sua grande maioria, estão arraigados no Direito Romano, no que tange às relações entre a pessoa e a coisa, gerando obrigações e direitos diversos.

A compreensão acerca do negócio jurídico passa pela distinção de fato, ato e o próprio negócio jurídico. O que os diferencia, precipuamente, é a gradação do elemento volitivo, ou seja, o *quantum* de vontade negocial está empregado no ato praticado.

O fato jurídico decorre de um evento natural, o qual, embora possa constituir um direito, não há intervenção direta humana. Como ocorrem na aluvião e na avulsão, fatores de aquisição imobiliária por força natural, previstas no Código Civil, em seus artigos 1.250 e 1251, respectivamente:

> Art. 1.250. Os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, pertencem aos donos dos terrenos marginais, sem indenização.

> Art. 1.251. Quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, se indenizar o dono do primeiro, ou, sem indenização, se, em um ano, ninguém houver reclamado.

Existindo participação humana, consubstanciando na aquisição, modificação ou extinção de algum direito, há a caracterização do ato jurídico, também conhecido por ato jurígeno ou humano, e dentre estes atos de ação, ou de omissão – quando se denota a necessidade da ação e esta não é praticada –, a intensidade da expectativa do resultado negocial a que se propôs o ente descreve a constituição de ato jurídico *stricto sensu*, ato-fato jurídico ou o negócio jurídico.

Na definição de Tartuce[26]:

> (...) ATO JURÍDICO *STRICTO SENSU* – configura-se quando houver objetivo de mera realização da vontade do titular de um determinado direito, não havendo a criação ode instituto jurídico próprio para regular direitos e deveres, muito menos a composição de vontade entre as partes envolvidas. (...)
> (...) pode-se dizer que o *ato-fato jurídico é um fato jurídico qualificado por uma vontade não relevante juridicamente em um primeiro momento; mas que se revela relevante por seus efeitos.* (...)
> (...) NEGÓCIO JURÍDICO – Ato jurídico em que há uma composição de interesses das partes com uma finalidade específica. (...)

Corrobora com este entendimento, Azevedo[27] quando se posiciona relatando que "o negócio jurídico constitui a principal

[26] TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil.** v. único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2011, p.170 a 173.

[27] AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico. Existência, validade e eficácia.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p.16.

forma de exercício da autonomia privada, da liberdade negocial (...)".

O Código Civil Brasileiro elenca três elementos para constituição de negócio jurídico válido: agente, objeto e forma. Por sua vez, Pontes de Miranda aponta a necessidade da avaliação do Negócio Jurídico em três planos para estruturação de um negócio jurídico válido, a partir do estudo dos elementos essenciais, naturais e acidentais.

Sob a ótica da *Escada Ponteana* nasce a análise de três planos – Existência, Validade e Eficácia, pois não se concebe o estudo de um negócio jurídico inexistente (plano de existência), e por mais que seja válido, há de se verificar se o referido negócio jurídico tenha ou não eficácia.

O Plano de Existência aborda elementos essenciais, basilares, tais como se existe agente, vontade, objeto e forma, sem se aprofundar na particularidade de cada um destes elementos, no negócio jurídico em estudo. Para Tartuce[28], "não havendo algum desses elementos, o negócio jurídico é inexistente (...), conforme defendem aqueles que seguem à risca a teoria de Pontes de Miranda".

Superada tal análise, ultrapassa-se para o segundo degrau, para aí sim, se ater às nuances de cada elemento.

Aqui, perscrutando o Plano de Validade, intensifica-se o estudo sobre os elementos naturais deste negócio jurídico, atentando-se à capacidade do agente, a liberdade de consentimento, a licitude, possibilidade e determinabilidade do objeto, bem como à obediência à forma necessária ao ato. Para que tenham validade as condições inerentes ao agente, à licitude do objeto e a forma devem estar superadas, nos termos descritos no artigo 104 do Código Civil, a saber:

[28] Ob. cit. p.178

> Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:
> I – agente capaz;
> II – objeto lícito, possível, determinado ou determinável;
> III – forma prescrita ou não defesa em lei

O agente deverá estar em plena condição de capacidade, e se esta não se convalidar, diretamente (incapacidade absoluta ou relativa), deverá ser aprimorada através dos institutos de suprimento de incapacidade: representação – para os absolutamente incapazes – ou, assistência – para os relativamente incapazes. Outrossim, nos casos em que a lei exija, deverá se apresentar a legitimação, que para Venosa[29] é a "competência específica para praticar o ato".

Corrobora com este entendimento Diniz[30]:

> A capacidade especial ou *legitimação* distingue-se da capacidade geral das partes, para a validez do negócio jurídico, pois para que ele seja perfeito não basta que o agente seja plenamente capaz; é imprescindível que seja parte legítima, isto é, que tenha competência para praticá-lo, dada a sua posição em relação a certos interesses jurídicos. Assim a falta de legitimação pode tornar o negócio nulo ou anulável.

Quanto ao objeto, este deve ser lícito – permitido ou não proibido pela legislação –, cuja licitude deve ser averiguada no momento da constituição negocial. A possibilidade advém da ideia de que, na implementação negocial, o objeto seja contemplado pelo adquirente, quer seja material ou imaterial, muito embora no momento da contratação este, ainda, poder-se-á não existir. Quanto à determinabilidade

[29] VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** parte geral. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2012. (Coleção de Direito civil). p.370.

[30] DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro:** teoria geral do direito civil. ed. rev. e atual. De acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002) e Projeto de Lei n. 6.960/2002. São Paulo: Saraiva, 2004, p.404.

esta também é verificada na entrega efetiva da coisa, ao prazo assinalado, pois pode ser o bem em específico ou, o bem, conforme amostra apresentada.

Contempla requisito de validade a forma que, em nosso ordenamento, acompanha a Teoria *Ad solemnitatem*, a qual preleciona que a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, salvo se a lei expressamente a exigir. Em suma, a forma é mera solenidade, mas se a lei exigir forma específica, esta será essência do ato, conforme artigo 107 do Código Civil. Exemplo disso a exigibilidade da escritura pública contida no artigo 108 do CC, nos negócios jurídicos envolvendo direitos reais sobre imóveis com valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário mínimo vigente no país, senão vejamos:

> Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é **essencial** à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País. (g.n.)

Complementando a exigência do inciso III, do supracitado artigo 104, CC, a forma não deverá ser defesa em lei, ou seja, nas palavras de Tartuce[31], "a expressão 'não defesa' significa 'não proibida'".

Todavia, não basta existir e ter validade, o negócio jurídico deve ser eficaz, pois é o que se espera dele. Os requisitos de eficácia passam por elementos acidentais, que podem ser apostos pelas próprias partes envolvidas, tais como condição, termo, as consequências do inadimplemento negocial (juros, multas, perdas e danos), bem como outros elementos, diversos.

[31] Ob. cit. p.185.

Ultimado os "três degraus" de análise do negócio jurídico e estes se apresentando de forma concisa e irrepreensíveis, a Escada Ponteana se demonstra convalidada, dando robustez à diretiva de validade estipulada no artigo 104 do Código Civil.

Imperioso destacar que a teoria adotada aqui faz referência aos estudos defendidos por Pontes de Miranda, o qual não concebe uma análise de negócio jurídico inexistente e, como parte da doutrina entende que, como efeito de nulidade, o negócio jurídico poder-se-ia ser considerado inexistente. Ora, se houve uma análise sobre os elementos, julgando-os em nulos, por uma ou outra ocasião, seria contradizente afirmar que este não existiu. Ora, existiu, todavia, por conta de nulidade que macula sua condição de validade, este somente não deverá causar nenhum efeito no "mundo" jurídico e caso os tenham existido que sejam extirpados ou ressarcidos.

2 NEGÓCIOS NULOS E ANULÁVEIS

Superada a análise triplanar do negócio jurídico, as causas de nulidade ou anulabilidade de negócio jurídico em crise por sua constituição, denotam do grau de intensidade de mácula neste negócio jurídico, às partes envolvidas e/ou à própria sociedade, como forma de proteção jurídica aos entes envolvidos (partes, coisa e sociedade).

Ambos os fenômenos condizem com a invalidade do negócio jurídico, seja ela parcial ou total, com efeitos *erga omnes* (aquela que aproveita à toda coletividade) ou *inter parts* (somente aos contratantes), e ainda, *ex nunc* (cujos efeitos nunca retroagem à constituição do negócio, partindo da eficácia do comando legal que o determinou – sentença ou acórdão – por conta da ocorrência de seu trânsito em julgado) ou *ex tunc* (aqueles que retroagem desde o pacto negocial).

Não se confunda com ineficácia do negócio jurídico, pois esta se condiz com crise no Plano de Eficácia, dentre aqueles elementos apostos pelas próprias partes na constituição negocial.

As causas que tornam o negócio jurídico nulo estão adstritas ao comando legal contido no artigo 166 do Código Civil, a saber:

> Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:
> I – celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
> II – for ilícito, impossível ou indeterminável o objeto;
> III – o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;
> IV – não revestir a forma prescrita em lei;
> V – for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
> VI – tiver por objetivo fraudar lei imperativa;
> VII – a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.

A nulidade repousa em causas de ordem pública, cujas quais, e sua função é tornar sem efeito o ato ou o negócio jurídico. Trata-se de vício relevante que impede o ato de produzir efeito por desobediência a um dos requisitos legais supracitados. Por ter relação com a ordem pública sua decretação interessa a toda a coletividade, não pode ser suprida ou ratificada pelo Juiz e qualquer interessado ou o Ministério Público poderá requerê-la.

Prescinde de Ação Declaratória de Nulidade, resultante em sentença de natureza declaratória (onde o Estado-Juiz reconhece e declara a nulidade), com efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.

Os motivos que dão ensejo de certa forma são autoexplicativos. Todavia, salienta-se:

– no caso do inciso I, se o ato for praticado por absolutamente incapaz, sem a devida representação, este estará maculado;

– caso venha a ferir as condições de licitude, possibilidade ou determinabilidade exigidas pelo inciso II do artigo 104, do Código Civil, este se encontrará viciado;

– quanto ao motivo determinante, este deverá ser comum a ambas as partes envolvidas, para não se confundir com erro ou dolo. Ou seja, a vontade impregnada pelos negociantes, não deve se fundar em ilicitude;

– a forma, como requisito essencial, quando for exigida por lei e restar desprestigiada, ensejará a nulidade do negócio;

– de mesma forma, se preterida alguma solenidade, por força da Teoria *Ad Solemnitatem,* caso exista exigência expressa legal, sua inobservância gerará a nulidade do ato ou negócio jurídico;

– a contratação contra *legis* também exsurge a nulidade do pacto, posto que norma inferior não pode se opor à norma superior;

– e caso haja nulidade expressa (textual) – que a lei impõe sanção –, ou a nulidade implícita (virtual) – cuja lei não impõe sanção diretamente no texto, mais proíbe a prática.

Por sua vez, a anulabilidade do negócio jurídico, ou nulidade relativa (negócio jurídico anulável), é mais tenaz, por não causar efeito tão trágico ao negócio, podendo, ser convalidado ou ratificado pelas partes ou pelo tempo.

É uma sanção mais branda ao negócio jurídico que contenha vícios. E por repousar em causas de ordem particular, de interesse privado, somente o interessado poderá suscitá-la, através de Ação Anulatória, que objetivará uma sentença constitutiva negativa, com efeitos *inter parts* e *ex nunc*.

As razões que ensejam a anulabilidade do negócio jurídico repousam no artigo 171 do Código Civil, a saber:

> Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:
> I – por incapacidade relativa do agente;
> II – por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

Ressalte-se que o negócio jurídico poderá ser anulado pela incapacidade relativa do agente, desde que este não tenha sido assistido por seu representante legal e não tenha ocorrido a convalidação e/ou ratificação (seja expressa ou tácita) do ato.

E os vícios de consentimento do elemento volitivo, consubstanciados em erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores também ensejam a anulabilidade do negócio. Insta salientar que diante do que se propõe o presente artigo entende-se não ser imprescindível o detalhamento acerca de cada um destes vícios.

3 DAS PROBLEMÁTICAS SUSCITADAS: DA POSSIBILIDADE DA CONVERSÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO NULO EM NEGÓCIO JURÍDICO VÁLIDO; E, DA POSSIBILIDADE DA DESONERAÇÃO DE MULTA CONTRATUAL PELA CRISE NO NEGÓCIO JURÍDICO FORMULADO EM CONFRONTO DE NORMAS

Superadas as considerações acerca dos elementos constitutivos do negócio jurídico e das causas que resultam na nulidade ou anulabilidade do negócio jurídico enfrentam as problemáticas adiante suscitadas.

Tratam-se de questões hipotéticas que colocam, de certa forma, em contraposição dispositivos legais, mas que visam proteger certas situações negociais que podem ocorrer, eventualmente.

3.1 Da possibilidade da Conversão de Negócio Jurídico Nulo em Negócio Jurídico Válido

Imaginemos uma compra e venda de imóvel, cujo valor tenha sido superior ao limite estipulado no artigo 108 do Código Civil, para fins de essencialidade da escritura pública para sua validade, cujas partes não tenham se atentado à exigência legal, tendo, somente, entabulado contrato particular de compra e venda de imóvel. E que após este negócio, haja um novo traslado comercial. Surge, hipoteticamente, uma crise no negócio jurídico anterior, posto que se ele não obedeceu aos preceitos relativos a forma, não haveria de se conceber por válida a transação ocorrida naquela ocasião, pois se trata de vício passível de nulidade, à luz do artigo 166 do Código Civil, conforme descrição em linhas volvidas.

Sendo nulo, com os efeitos adstritos à nulidade, não há, outrossim, possibilidade de subsistir a nova transação.

Como então proceder?

Uma solução jurídica aponta para que seja considerado o contrato original de compra e venda, da primeira negociação, como simples promessa de compra e venda, interpretando-o, desta feita, de modo a solicitar a convolação deste, na espécie de contrato preliminar para efetivá-lo, mediante escritura pública de compra e venda, fazendo com que, assim, seja convalidado e regularizada a negociação preliminar.

Segundo Coelho[32] "também pode ter caráter preliminar o negócio jurídico unilateral referente à celebração do contrato,

[32] COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, 3. Contratos.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p.105.

ou seja, a promessa de contratar", arremata ainda, verberando: "o exemplo corriqueiro é o da opção de compra ou de venda".

Neste sentido, se posiciona Gonçalves[33]:

> O contrato, (...), é um acordo de vontades que tem por fim criar, modificar ou extinguir direitos. (...) Algumas vezes resulta de uma prolongada e exaustiva fase de conversações ou negociações preliminares. Outras vezes, malgrado o consenso alcançado, não se mostra conveniente aos contraentes contratar de forma definitiva, seja porque o pagamento será feito de modo parcelado em elevado número de prestações, seja pela necessidade de se aguardar a liberação de um financiamento, seja ainda por algum outro motivo de natureza particular, ou mesmo de mera conveniência. Nesse caso, podem os interessados celebrar um contrato provisório, preparatório, no qual prometem complementar o ajuste, celebrando o definitivo. Essa avença constitui o *contrato preliminar*, que tem sempre por objeto a efetivação de um contrato definitivo. Contrato *preliminar* ou *pactum de contrahendo* (como era denominado no direito romano), ou ainda *contrato-promessa*, é aquele que tem por objeto a celebração de um contrato definitivo.

A solução apontada, anteriormente, passa pela análise conjunta dos artigos 108, 170 e 462, ambos do Código Civil, conforme seguem:

> Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
> Art. 170. Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.

[33] GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** contratos e atos unilaterais. v.3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

> Art. 462. O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

A possibilidade da conversão encontra raízes no Direito Romano, como aponta Del Nero[34], em sua tese de doutoramento ao mencionar acerca dos digestos de Ulpiano.

O instituto da conversão adveio ao nosso ordenamento, através do artigo 170 do Código Civil, mediante o qual, salvaguardados alguns pressupostos, será possível.

Conforme se extrai do artigo de Brasil[35] postado no sítio da internet âmbito jurídico, são requisitos para a conversão:

> **a) Negócio Jurídico Nulo**
> O art. 170, diferentemente do dispositivo lusitano, refere-se expressamente aos negócios jurídicos nulos, não abrangendo os atos anuláveis. Há, entretanto, uma forte tendência doutrinária no sentido de que a conversão deva se estender também aos negócios jurídicos anuláveis.
> Com toda a vênia, em contraste aos atos nulos, os atos anuláveis são passíveis de ratificação e convalidação. Neste sentido, é muito mais prático optar pela confirmação a mover o aparelho estatal, uma vez que a conversão pressupõe ato judicial
> Bigliazzi-Geri, citado por Del Nero (2001, p. 358) conclui: 'Deve pois, deduzir-se que a conversão pode referir-se apenas a negócios nulos. Mas isso não significa que se refira a qualquer um, seja qual for a causa de nulidade'.
> Nesta mesma oportunidade, Del Nero preconiza que para que os atos sejam passíveis de conversão, não devem ser contrários aos bons costumes, isto é, a finalidade deve ser lícita.
> Lembrando a análise do negócio jurídico em planos de Azevedo, temos que os vícios que acometem o negócio jurídico não devem ser tão graves a ponto de comprometer sua

[34] DEL NERO, João Alberto Schützer. **Conversão substancial do Negócio Jurídico.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

[35] http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5207. **Conversão do negócio jurídico:** Da possibilidade de aproveitamento de atos negociais nulos. Natália Moreira Brasil. Acesso em: 21 jul. 2014; 14:00 hs.

existência, visto que atos inexistentes não adentram o mundo jurídico. Logo, os negócios jurídicos nulos encerram vícios de validade e não de existência.

b) Ignorância da nulidade

Segundo lição de Miranda (2001, p. 105), a conversão pressupõe que as partes não tivessem conhecimento da nulidade, pois se assim o fosse, presumir-se-ia que esta fosse premeditada, ou seja, que eles quiseram o negócio jurídico nulo para que este não produzisse efeitos.

c) Forma

Nos casos em que a lei prevê uma forma específica para aquele determinado ato, a mesma deverá ser atendida. Ou seja, se o negócio jurídico precedente contiver vícios de forma, o negócio sucedâneo não se desincumbe de observar solenidade a ele imputada.

A conversão só é possível e legítima quando há, dentro do sistema jurídico, um modelo negocial com menos exigências formais que o anteriormente celebrado. Verificando-se que o negócio jurídico nulo atende às formalidades de um outro negócio em que há identidade de efeitos entre ambos os modelos, transforma-se aquele viciado em um outro perfeito em sua forma.

d) Identidade de efeitos

A identidade de efeitos, por sua vez, justifica-se pelo próprio princípio norteador do instituto, o princípio da conservação. Ora, se este instituto se opera para preservar ao máximo o fim que as partes perseguiam, seria ilógico que o negócio posterior não produzisse os efeitos equivalentes ao originalmente celebrado, pois se assim o fosse, estaríamos diante de figura diversa, como novação objetiva ou modificação do negócio jurídico.

e) Ato decisório

Incumbe ao magistrado analisar quanto a operabilidade da conversão, efetivando-a a partir de decretação de sentença.

Sobre a questão, preceitua Del Nero (2001, p.375) que o ato decisório em questão implica na "qualificação jurídica em que o grau de correspondência isomórfica ou homóloga entre o negócio jurídico e um outro modelo jurídico é menor que aquele *prima facie* identificado" (g.n.)

Suscita-se, portanto, pela via judicial, que o Estado-Juiz interprete e reconheça que o instrumento particular da primeira venda, declarando ele como contrato preliminar, autorizando, pela mesma via, a constituição do contrato definitivo de compra e venda, pela escritura pública, olvidando, desta feita, prejuízo maior às partes, quanto da desconstituição, pela nulidade, dos efeitos nos negócios coligados. Note-se que a intenção da declaração não será para desonerar as partes de cumprirem com a estipulação acerca da essencialidade da escritura pública no negócio jurídico em questão, e sim converter o negócio jurídico anterior eivado de vício passível de declaração de nulidade para um negócio jurídico válido, convalidando, por via transversa, os demais oriundos daquele.

3.2 Da possibilidade da desoneração de multa contratual pela crise no negócio jurídico formulado em confronto de normas

Outro caso hipotético que se propõe a enfrentar é a de um contrato de locação de prédio urbano, comercial para a instalação de indústria, em local em que há vedação legal expressa pelo Código de Postura do Município. Todavia, ao pactuar, nenhuma das partes tinham conhecimento deste proibitivo legal.

Salienta-se que o contrato hipotético, este é expresso para instalação de indústria, e prevê uma multa por quebra de contrato no valor de 50% do valor total do pacto, que se dá em tempo e valores consideráveis.

Assentidos os contratantes e firmadas tais declarações o locatário procura a Prefeitura para retirada do alvará de funcionamento, recebendo a negativa, justamente, por conta da norma municipal.

Indaga-se, uma vez firmado o compromisso, a desistência por qualquer uma das partes comportaria na incidência da multa. Como desonerar o locatário que, de boa fé, assim como o próprio locador, contratou objeto que se tornou impossível por norma superior, sem que incida a multa?

Pois bem, a situação contratual *inter parts* não fere direito pessoal. Todavia, em confronto com norma superior, há vedação legal ao cumprimento relativo ao objeto.

A singela alegação do locatário perante o locador de que o desconhecimento da norma municipal o desoneraria da multa não deve prevalecer. Por outro lado, arcar com a multa, sobre uma locação que não se implementou, também não soa justa.

À luz do disposto no artigo 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Verificando o inciso II, do artigo 166, do Código Civil, é nulo negócio jurídico quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto, como se aparenta no presente caso, visto que o objeto do contrato de locação é o prédio comercial com sua respectiva destinação, a qual, friso, consta no instrumento, que seria para instalação de indústria.

Além disso, não há de se conceber a exigência legal de cumprimento contratual contra *legis*, diante da ilicitude virtual contida no Código de Postura do Município.

Diante de tais ponderações o referido contrato poderá ser objeto de tutela do Estado-Juiz, declarando-o nulo, em sua totalidade, cessando, desde sua constituição, seus efeitos, desonerando, desta feita, o locatário quanto ao pagamento da multa em comento.

PALAVRAS FINAIS

Diante da evolução histórica acerca dos negócios jurídicos, passando desde os primórdios do escambo pelo Direito Acádio e Romano até os dias atuais a evolução de elementos do negócio jurídico visam dar guarida à segurança jurídica nas relações negociais entre as pessoas.

Sobre a estrutura do negócio jurídico normatizado em nosso ordenamento Pontes de Miranda aponta um estudo avançado para averiguação das condições de existência, validade e eficácia do negócio jurídico, com atenção aos vícios que possam macular tal negócio no plano da validade, maculando-o de tal forma que o torne nulo, ou menos intenso, que o declare anulável.

Não se concebe, à luz do pensamento enfocado pela Escada Ponteana que um negócio jurídico nulo passe a ser inexistente, haja vista que se houve a necessidade de um procedimento para averiguação de sua validade, corroborado pela nulidade não se admite ignorar quem em algum momento tal negócio tenha existido.

O regramento, em linhas gerais, delimita que um negócio jurídico que apresente vício passível de nulidade, este não terá qualquer efeito no "mundo jurídico".

Todavia, mesmo que um negócio jurídico a princípio se apresente com vício que inquine à nulidade, diante de eventual conversão, poder-se-á admitir a convolação em novo negócio jurídico aproveitando, para tanto, o negócio originário como contrato preliminar, vinculando as partes ao cumprimento do pacto.

Por outro lado, mesmo que um contrato tenha força de norma entre os contratantes as cláusulas contidas neste pacto não podem estar em desconformidade com a lei, o que resultaria em nulidade do negócio jurídico. Se de boa fé os contratantes entabularam instrumento que contraria dispositivo legal

superior, não podem, por conta da restrição contida na LINDB, se furtarem ao cumprimento.

Sendo assim, o caminho que se apresenta para livrar tais contratantes da multa por desistência existente no contrato é suscitar a contrariedade legal do pacto, frente ao inciso II, do artigo 166, do Código Civil, a fim de declarar nulo o contrato por conta de ilicitude do objeto contratual.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico.** Existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MOREIRA, Natália. Conversão do negócio jurídico: **Da possibilidade de aproveitamento de atos negociais nulos**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php? n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5207>. Acesso em: 21 jul. 2014.

CASTRO, Flávia Lages. **História do Direito Geral e Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**, 3. c*ontratos*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Direito Romano**: o direito romano e o direito civil brasileiro no Novo Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DEL NERO, João Alberto Schützer. **Conversão substancial do Negócio Jurídico.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro:** teoria geral do direito civil. ed. rev. e atual. De acordo com o novo

Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002) e Projeto de Lei n. 6.960/2002. – São Paulo: Saraiva, 2004.

_____ . **Curso de Direito Civil Brasileiro**: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. v.3. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: contratos e atos unilaterais. v. 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**, 5: direito das obrigações, 2ª parte/Washington de Barros Monteiro, Carlos Alberto Dabus Maluf, Regina Beatriz Tavares da Silva. 37.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. v. único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2011.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: *parte geral*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012 (Coleção de Direito civil).

_____. **Direito Civil**: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009 (Coleção de Direito Civil; v. 2).

_____. **Direito Civil**: contratos em espécie. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005 (Coleção de Direito Civil; v. 3).

Vade Mecum / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. 14. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

USUCAPIÃO URBANO FAMILIAR E O PRINCÍPIO DA MORADIA DIGNA E PROTEÇÃO DOS FILHOS

ADVERSE POSSESSION URBAN FAMILY AND THE PRINCIPLE OF DECENT HOUSING AND PROTECTION OF CHILDREN

Paulo Henrique Garcia Andrade[36]
Adalgisa da Silveira Sousa[37]

RESUMO

O direito de família é um dos temas mais polêmicos e relevantes do direito brasileiro, seja pela sua antiguidade ou pelos conflitos emocionais, afetivos e patrimoniais que marcam a sua existência. Assim, estamos diante de um novo e polêmico preceito legal que conjuga o direito de família e direitos reais, previsto no artigo 1.240-A do Código Civil consistente na Usucapião Urbano Familiar, tema que nos propomos a estudar. Este trabalho traça um histórico da família e da usucapião, além de esmiuçar o texto legal trazendo as características do instituto e real intenção do legislador. A finalidade deste estudo é demonstrar a necessidade de assegurar aos filhos do casal a proteção e a moradia digna que são fundamentos da dignidade da pessoa humana prevista Constitucionalmente. A metodologia empregada é a releitura bibliográfica, com enfoque nos direitos e princípios constitucionais e infraconstitucionais que orientam o tema, além da apresentação de posicionamentos

[36] Advogado militante na Comarca de Quirinópolis-GO, Coordenador e Professor de Processo Civil do Curso de Direito da Faculdade Quirinópolis – FAQUI, Pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil.

[37] Advogada militante na Comarca de Quirinópolis-GO, Egressa da Faculdade Quirinópolis – FAQUI.

doutrinários divergentes. Embora a doutrina majoritária defenda a impropriedade deste preceito legal, sob o argumento de sua inconstitucionalidade, restou demonstrado que ele atende satisfatoriamente o interesse dos filhos do casal, seja garantindo dignidade humana e protegendo o direito de moradia por meio da ponderação de bens e valores e da proporcionalidade em detrimento do direito individual de propriedade daquele que abandonou o lar conjugal e não tratou de resolver a questão patrimonial no prazo hábil de dois anos.

Palavras-chave: Dignidade. Família. Moradia. Usucapião.

ABSTRACT

Family law is one of the most controversial and relevant topics of Brazilian law, either for their antiquity or the emotional, affective and property conflicts that mark its existence. Thus, we face a new and controversial legal precept that combines family law and property rights, which is provided for in Article 1240 – A of the Civil Code in Urban consistent Usucaption Family theme we propose to study. This work traces a history of the family and adverse possession, and scrutinize the legal text bringing the features of the institute and real intention of the legislature. The purpose of this study is to demonstrate the need to ensure the couple's children protection, and decent housing that are the foundations of human dignity Constitutionally provided. The methodology is bibliographic rereading, focusing on rights and constitutional and infra-constitutional principles that guide the subject, beyond the presentation of divergent doctrinal positions. Although the majority doctrine defend the impropriety of this legal provision on the grounds of its unconstitutionality, remained satisfactorily demonstrated that

it serves the interests of the couple's children, is guaranteeing human dignity and protecting the right to housing, through the weighting of goods and values and proportionality, to the detriment of individual property rights that he left the marital home and did not try to resolve the equity issue in a timely manner within two years.

Keywords: Dignity. Family. House. Prescription.

PALAVRAS INICIAIS

A ideia de escrever sobre usucapião surgiu ao tomar conhecimento da inovação trazida pela Lei nº 12.424/2011, no sentido de demonstrar que o instituto da Usucapião Urbano Familiar atende ao requisito constitucional de moradia digna e tem aplicação satisfatória na atualidade com relação à proteção dos filhos.

Assim trabalha-se com a hipótese de que o artigo 1.240-A ao Código Civil garante moradia digna ao cônjuge e, principalmente aos filhos abandonados, amenizando as consequências do lar desfeito com o rompimento do vínculo familiar.

Nesse sentido, a pesquisa/releitura bibliográfica (teórica) busca conhecer mais sobre a usucapião urbano familiar, sua finalidade e os motivos que levaram os legisladores a acrescentar este instituto ao ordenamento jurídico, com destaque no enfoque constitucional da matéria e os posicionamentos doutrinários conflitantes.

Assim, a abordagem passará por temas como histórico da família; aquisição da propriedade por meio da usucapião; usucapião urbano familiar e artigo de Lei que garante esse direito, além de tratar da culpa extirpada do sistema pela Emenda

Constitucional 66/2010; análise da questão constitucional e princípios que amparam esse direito; correntes pró e contra ao instituto e, por fim, defendendo e aplicabilidade do instituto com fundamento no direito à moradia digna e a proteção aos filhos por meio da ponderação de bens/valores e a proporcionalidade.

Para implementar a tese perseguida será utilizada a revisão de literatura acerca do tema, de modo que não há a intenção de se provar algo novo, e sim condensar o que já foi escrito, assim as conclusões já são implicitamente conhecidas e esperadas sendo somente confirmadas.

1 HISTÓRICO

1.1 A origem da família

Do ponto de vista cristão a mais antiga entidade familiar de que se têm notícias foi formada pelas figuras históricas de Adão e Eva. Somente mais tarde em Roma passou a falar em família nos moldes conhecidos, conforme destaca Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2013, p. 50):

> Em Roma, a família pautava-se numa unidade econômica, política, militar e religiosa, que era comandada sempre por uma figura do sexo masculino, o pater famílias.

A figura masculina, como líder familiar é uma cultura que atravessa gerações, sendo evidente o importante papel que o homem exerceu e até hoje exerce no núcleo familiar como chefe que orienta as decisões mais importantes do grupo.

Fato é que desde o seu surgimento a família já se mostrava propensa a trazer consigo vários conflitos, o que foi objeto de observação por Gagliano e Filho (2013, p. 38) que a esse respeito filosofam: "A família é sem sombra de dúvida, o elemento propulsor de nossas maiores felicidades e, ao mesmo tempo, é na

sua ambiência em que vivenciamos as nossas maiores angústias, frustrações, traumas e medos". Corrobora desse entendimento Maria Helena Diniz (2011, p. 27):

> Deve-se, portanto, vislumbrar na família uma possibilidade de convivência, marcada pelo afeto e pelo amor, fundada não apenas no casamento, mas também no companheirismo. (...). É ela o núcleo ideal do pleno desenvolvimento da pessoa. É o instrumento para a realização integral do ser humano.

Não há como negar que no passado a única entidade familiar respeitada pelo povo e pela igreja era aquela derivada do casamento, mas esse conceito radical encontra-se ultrapassado e Dias (2013, p. 10) relata essa mudança:

> Cada vez mais a ideia de família afasta-se da estrutura do casamento. O divórcio e a possibilidade do estabelecimento de novas formas de convívio revolucionaram o conceito sacralizado de matrimônio.

Nesse cenário evolutivo o casamento civil e religioso tão prestigiado pela Igreja Católica deu espaço à união estável que mesmo mal vista por anos não se pode negar sua existência, como pondera a doutrinadora:

> Apesar da rejeição social e do repúdio do legislador, vínculos afetivos fora do casamento sempre existiram. (...) Tantas reprovações, contudo, não lograram coibir o surgimento de relações afetivas mesmo sem amparo legal (DIAS, 2013, p. 173).

Sabe-se que o Estado somente deixou de interferir na constituição e dissolução do casamento em 1977, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 9/1977 e a partir daí cada família passou a decidir sobre a união e dissolução de

seus lares, prova disso é que hoje a Constituição Federal em seu artigo 226 e parágrafos oferece tutela ampla à família. Outro marco histórico evolutivo se deu em 2011 com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº4.277 pelo Supremo Tribunal Federal que reconheceu a união homoafetiva como um modelo legítimo de entidade familiar aplicando a esses casais os preceitos da união estável.

Como não poderia ser diferente as relações familiares fazem e se desfazem a todo momento e o rompimento do vínculo familiar gera uma série de direitos e deveres aos cônjuges e um deles é o previsto no artigo 1.240-A do Código Civil, totalmente atrelado ao direito de família com caráter protetivo que será aqui estudado.

1.2 A Origem da usucapião

O termo usucapião trata-se de um vocábulo de origem latina, do gênero feminino, derivado da palavra *usucapio,* do verbo *capio* ou *capere* que significa tomar pelo uso, ou ainda adquirir pelo uso e sua essência é perseguir um direito real sobre coisa alheia, adquirindo sua propriedade mediante posse mansa e pacífica da coisa e o preenchimento dos requisitos legais. Tem sua fonte primária no Direito Romano e no Brasil foi tratada pela primeira vez na Consolidação elaborada por Teixeira de Freitas, de modo que seu texto cuidou para que aquele que possuísse de má-fé não se beneficiasse em detrimento do proprietário legítimo.

Trata-se de um marco do direito de propriedade previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso XXII.Conceito simplificado encontramos na obra de Venosa (2011, p. 207) que define: "usucapião o modo de aquisição da propriedade mediante a posse suficientemente prolongada

sob determinadas condições". Sobre a posse já se pronunciou Venosa (2011, p. 208):

> A posse é o fato que permite e possibilita o exercício do direito de propriedade. Quem não tem a posse não pode utilizar-se da coisa. (...) Estabeleceram-se então os seguintes requisitos para a usucapião, mantidos na lei e na doutrina modernas: res habilis (coisa hábil), iusta causa (justa causa), bona fides (boa-fé), possessio (posse) e tempus (tempo).

Dessa forma, o direito busca agraciar com a usucapião aquele que usa adequadamente o bem, fazendo com que ela atinja a sua função social, em detrimento daquele que mesmo sendo o legítimo proprietário deixa seu bem abandonado. Nesse contexto, Araújo (2013) define a usucapião como instituto paradoxal, pois na mesma medida que cria, destrói, simultaneamente, o direito de propriedade.

Há no Brasil previsão legal da aquisição da propriedade, seja móvel ou imóvel, por meio da usucapião em nosso texto constitucional que abriga duas modalidades, urbana e rural, cada uma delas com subdivisões, requisitos e prazos diferenciados às quais não serão aqui abordadas pela lógica do objeto de estudo.

2 USUCAPIÃO URBANO FAMILIAR

2.1 A Lei nº 12.424/2011e o artigo 1.240-A do Código Civil

O foco deste trabalho é a inovação legislativa trazida pelo artigo 9º da Lei 12.424/2011 que regulamenta o programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal e acrescentou o artigo 1.240-A ao Código Civil, modalidade de usucapião especial urbana, com foco no direito de família, com a seguinte redação:

> Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011).
> § 1o O direito previsto no caput não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
> § 2o (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011). (BRASIL. 2002, s.p.).

Assim, detalhadamente será tratado o artigo supracitado a fim de esmiuçar sua essência e a intenção do legislador ao apresentar o projeto de lei que culminou com a implantação deste polêmico artigo no Código Civil.

2.2 Características e a questão da culpa

Convém esclarecer que a usucapião familiar, direito real de propriedade umbilicalmente ligado ao direito de família, com prazo reduzidíssimo tem o fito de garantir primordialmente o direito à moradia, conforme leciona Araújo (2013, p. 368):

> (...) a previsão da usucapião em prazo abreviadíssimo representa autêntico desdobramento da usucapião especial urbana, especialmente quando visualizada dentro do contexto normativo em que foi inserida.

Para Ribeiro e Fonseca (2012) o prazo considerado reduzido do instituto não se trata de uma novidade, pois tem sido uma tendência a redução de prazos no ordenamento jurídico brasileiro. Além do prazo, para se beneficiar do instituto

é necessário que aquele que busca o direito permaneça na posse direta do bem por dois anos sem oposição e com exclusividade e ainda divida a propriedade com o ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família. Nesse sentido Ribeiro e Fonseca (2012, p. 230) lecionam:

> Apesar da expressão 'utilizando-o para sua moradia ou de sua família' sugerir que a moradia poderia ser utilizada pela família do interessado (sem a posse direta deste), essa não nos parece a melhor interpretação. Apesar da utilização do 'ou' como conjunção alternativa, em qualquer situação, o interessado deve exercer posse direta sobre o imóvel.

Outro requisito é a área de 250 m^2, que na lição de Ribeiro e Fonseca (2012) já vem previsto na usucapião do artigo 183 da Constituição Federal e do artigo 1240 do Código Civil, e se refere ao tamanho do terreno ou da área construída, não podendo um ou outro exceder o limite.

Importante consignar ainda que para a plena aplicabilidade do instituto é necessário que os cônjuges dividam não apenas o teto, mas sim a propriedade do imóvel constante da matrícula perante o Cartório de Registro de Imóveis, não importando segundo Ribeiro e Fonseca (2012) o regime de bens, desde que tenha sido adquirido por ambos, antes do casamento ou da união estável, pois aplicável ao companheiro em razão do reconhecimento pela Constituição Federal de 1988, da união estável como entidade familiar.

A questão mais polêmica desse instituto reside no "abandono do lar", pois segundo Yussef Said Cahali (2005) o divórcio embora danoso à família e, em especial aos filhos, não é a causa da ruptura da vida conjugal e sim a consequência

de uma sociedade conjugal mal constituída, despreparada ou degenerada pelas condições do mundo moderno, assim, saber o que configura ou não o abandono do lar vai muito além e depende do caso concreto.

Não basta que os requisitos já elencados sejam cumpridos, é preciso ainda que aquele que permanecer no imóvel o utilize para sua moradia ou de sua família; ainda é importante esclarecer que é vedada a concessão desse direito mais de uma vez à mesma pessoa, o que segundo Ribeiro e Fonseca (2012) impede a especulação imobiliária que desnaturaria o espírito da norma.

Sabido é que essa inovação legislativa foi duramente criticada por alguns juristas pelo fato de reacender os conflitos com relação à culpa de cada cônjuge na separação, questão superada pela aprovação da Emenda Constitucional 66/2010 que afastou de uma vez por todas a necessidade de aferição da culpa para encerramento do vínculo, seja ele afetivo ou patrimonial.

Num passado não muito distante essa questão da culpa era intensificada por força da imposição da Igreja Católica que via no casamento uma instituição eterna que jamais poderia ser desfeita, senão pela culpa de um dos cônjuges. Mas a lei não fala em culpa segundo esclarecem Ribeiro e Fonseca (2013, p. 231): "Para configuração do abandono de lar é imprescindível que o cônjuge ou companheiro deixe o lar conjugal de forma não constrangida, sem consentimento ou provocação do outro, e sem intenção de retorno".

Segundo Araújo (2013, p. 370) "o instituto não se volta para os casais que estão separados provisoriamente por problemas de relacionamento. A separação fática sem o 'animus de rompimento' não caracteriza o abandono".

Nesse aspecto até parece razoável a preocupação majoritária, mas a inércia pura é que conduz ao direito, assim ainda é comum aquele que ficou no imóvel, alugar o mesmo e procurar um espaço menor para a família. Nesse ponto Farias e Rosenvald (2010) esclarecem que ninguém pode adquirir o direito de propriedade pela habitação no local por outra pessoa, pois tal tentativa fere o propósito constitucional.

A melhor saída é resolver em tempo hábil toda a questão patrimonial, até porque a nova modalidade de usucapião do artigo 1240-A do Código Civil não viola a regra do artigo 197, inciso I do mesmo dispositivo legal, que prevê que não corre a prescrição entre os cônjuges na constância do casamento. Aliás, Araújo (2013) comenta que a separação temporária e transitória não deve ser computada para fins de permitir a fluência do prazo, pois apenas a separação definitiva é que constitui o marco inicial da prescrição.

Por fim, considerando a existência de polêmica a respeito da constitucionalidade do artigo 1.240-A do Código Civil necessária se faz uma análise do mesmo à luz dos princípios constitucionais supremos que serão tratados adiante.

3 A QUESTÃO CONSTITUCIONAL E OS PRINCÍPIOS

3.1 Princípio da dignidade da pessoa humana

Sabido que há a possibilidade de realizar uma interpretação em benefício de ambas as partes sob o prisma constitucional, notadamente o princípio da dignidade da pessoa humana que Ingo Wolfgang Sarlet (2001, p. 60) assim descreveu:

> Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável (...).

Corrobora com esse entendimento Gagliano Pamplona e Filho (2013, p. 76) ao defendem que: "...dignidade traduz um valor fundamental de respeito à existência humana, segundo as suas possibilidades e expectativas, patrimoniais e afetivas, indispensáveis à sua realização pessoal e à busca da felicidade".

Nesse prisma, não parece razoável alguém alegar que aquele que perdeu apenas o patrimônio tenha tido sua dignidade humana violada frente àqueles que perderam o teto, a moradia e o conforto do lar, perdendo mais que isso, a sensação de proteção e apoio mútuo típico de um ambiente familiar.

3.2 A proteção integral às crianças, adolescentes e jovens

Quanto aos princípios inerentes ao direito de família importante trazer à baila o Princípio da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, previsto no artigo 227, caput da Constituição Federal de 1988 e artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90; estes prevem que a condição da criança e do adolescente deve ser sempre levada em conta, oferecendo às crianças e adolescentes prioridade absoluta. Sobre o tema pondera Eliane Araque Santos (2016, p. 130):

> Crianças e adolescentes são sujeitos especiais porque pessoas em desenvolvimento. O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, a serem protegidos pelo Estado, pela sociedade e pela família com prioridade absoluta,

> como expresso no art. 227, da Constituição Federal, implica a compreensão de que a expressão de todo o seu potencial quando pessoas adultas, maduras, tem como precondição absoluta o atendimento de suas necessidades enquanto pessoas em desenvolvimento.

Não obstante as críticas em torno dessa modalidade de usucapião é preciso reconhecer que houve por parte do legislador certa preocupação em resguardar crianças e adolescentes grupo geralmente exposto a vários tipos de abuso.

3.3 O melhor interesse da criança e do adolescente

Outro princípio de ordem familiar é o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, previsto no artigo 227, caput da Constituição Federal de 1988, e também nos artigos 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A esse respeito Lima (apud DILL, CALDERAN, 2010) pondera que o dever de criação abrange as necessidades biopsíquicas do filho, vinculadas à satisfação das demandas básicas, tais como os cuidados na enfermidade, a orientação moral, o apoio psicológico, as manifestações de afeto, o vestir, o abrigar, o alimentar, o acompanhar física e espiritualmente ao longo da vida.

Importante frisar que, para que sejam garantidos todos os direitos inerentes à formação da criança e do adolescente, não se faz necessária a coabitação com ambos os pais, desde que estes cumpram seus papéis de forma efetiva.

3.4 A proibição de retrocesso social

A proibição de retrocesso social tem sua origem na jurisprudência europeia e no Brasil seu estudo foi atribuído a José Afonso da Silva e diz respeito à vedação implícita à supressão ou redução de direitos fundamentais sociais já

alcançados e garantidos a níveis inferiores. Segundo Narbal Antônio Mendonça Fileti (2009, s.p.) ele tem o:

> [...] propósito de ampliar, progressivamente e de acordo com as condições fáticas e jurídicas (incluindo as orçamentárias), o grau de concretização dos direitos fundamentais sociais. Não se trata de mera manutenção do status quo, mas de imposição da obrigação de avanço social.

No plano concreto, este princípio foi observado de modo que há o reconhecimento de uma perda patrimonial por um lado, mas a garantia do mínimo existencial ao núcleo familiar do outro. O juiz federal Sérgio Renato Tejada Garcia (2010, s.p.) em artigo sobre o tema leciona:

> O princípio da vedação de retrocesso, também conhecido como princípio da aplicação progressiva dos direitos sociais, constitui-se em proteção do núcleo essencial dos direitos sociais já realizados e efetivados através de medidas legislativas, vedando quaisquer medidas tendentes a anular, revogar ou aniquilar esse núcleo essencial sem a criação de esquemas alternativos ou compensatórios.

Aplicando esse princípio na ótica da usucapião familiar vislumbramos que só haverá prejuízo àquele que abandonou o lar se este permanecer inerte, não havendo punição conforme defendido por outros doutrinadores e sim uma perda patrimonial consentida.

4 CORRENTES PRÓ E CONTRA A USUCAPIÃO URBANO FAMILIAR

Assunto tão polêmico não poderia deixar de trazer opiniões divergentes a exemplo do argumento favorável ao novo

instituto, lançado pelo professor Adriano Marteleto Godinho, em seu artigo (2011, s.p): "A medida teria o mérito de extinguir o regime de condomínio incidente sobre um imóvel que, até então, pertence conjuntamente a duas pessoas que já não mantêm a condição de casadas ou companheiras".

Coaduna desse entendimento o professor Douglas Phillips Freitas (2011)que descreve como interessante o novo artigo, pois levanta a possibilidade do estudo da prescrição no direito de família o que não era até então discutido. Outro ponto por ele levantado, é que a simples menção "abandonou o lar" contido na letra da lei por si só não reacende a discussão de culpa, pois considerando a evolução social e a vedação do retrocesso, inócua essa análise, devendo o termo ser entendido como "separação de fato" é o que autoriza a aquisição do direito.

Não obstante àqueles que são a favor do instituto encontramos uma grande parcela que discorda a exemplo de Dias (2013, p. 344) que se filia à corrente da inconstitucionalidade da norma e pondera que "a lei busca assegurar o uso social da propriedade, protegendo o direito à moradia. Mas dispõe de nítido caráter protetivo, ao punir quem abandona o lar".

Também se posiciona contra o professor Roberto Rosio Figueredo (2011, s.p.), vejamos:

> O novo regramento torna ainda mais doloroso e difícil o processo de divórcio, acrescentando armas para o embate familiar em busca da aquisição da propriedade imóvel pertencente ao casal, dificultando as chances de restauração do casamento ou união estável.

Opina também contra a usucapião familiar, em breve passagem do seu artigo o professor universitário Adriano Marteleto Godinho (2011, s.p.):

> Em tempos em que se prega a extinção da discussão sobre a culpa para a dissolução dos casamentos e uniões estáveis, esta nova previsão pode acirrar as disputas entre casais, agora em busca da aquisição da propriedade integral do imóvel em que residiam antes da ruptura do relacionamento.

O escritor Afonso Feitosa (2012), em palestra sobre o tema reconhece a dificuldade de lidar com a nova lei após a edição da EC 66/10, mas orienta que há a possibilidade de obstar o decurso do prazo de dois anos por meio da notificação do outro cônjuge ou ainda a propositura da ação de separação de corpos com brevidade.

Sob outro prisma, Cardoso (2011) descreve o instituto como negativo para os cônjuges, pois acabam por evitar o rompimento da relação por medo de perder o bem, o que criaria um cenário propenso à violência doméstica, pois não haveria mais qualquer sentimento senão o desejo de resguardar o patrimônio.

Assim, as opiniões se dividem, mas a primeira impressão é que há divergências e o caso concreto é fundamental para definir o melhor caminho.

5 DIREITO DE PROPRIEDADE x MORADIA DIGNA/ PROTEÇÃO AOS FILHOS

Sabido é que o direito de propriedade tal qual o direito à moradia encontra previsão constitucional e são considerados cláusulas pétreas que não podem sofrer alterações por meio de emendas. Dessa forma, os direitos e garantias individuais estão divididos em dimensões. Logo no grupo de direitos individuais e coletivos com previsão no artigo 5º temos o direito de propriedade. Já no artigo 6º da Constituição Federal estão contemplados os direitos sociais entre eles a moradia.

Assim, ambos os direitos discutidos nesse contexto (propriedade e moradia) encontram-se no mesmo patamar de direito fundamental e há um conflito pelo fato da Constituição Federal amparar ambos ao mesmo tempo, e diante da existência de conflitos de direito fundamental, sabe-se que simples aplicação da norma jurídica não faz sentido sendo necessária profunda interpretação da norma.

Utiliza-se em casos tais a ponderação de bens como critério de solução de tensões entre direitos fundamentais, que segundo Canotilho (apud PACHECO, 2007) decorre da necessidade de encaixar o direito ao caso concreto, como meio de solucionar as tensões existentes entre bens juridicamente protegidos.

Corrobora com esse entendimento Luciano Sampaio Rolim:

> (...) em alguns casos de colisão, a realização de um dos direitos fundamentais em confronto é reciprocamente excludente do exercício do outro. Nesta hipótese, o princípio da proporcionalidade indica qual o direito que, na situação concreta, está ameaçado de sofrer a lesão mais grave caso venha a ceder ao exercício do outro, e, por isso, merece prevalecer, excluindo a realização deste (colisão excludente) (ROLIM, 2002, s.p.).

Dessa forma, mostra prudente por meio da ponderação e da proporcionalidade reconhecer que o direito à moradia deve ser resguardado em detrimento do direito de propriedade, pois sabe-se que é conhecida a previsão do direito à moradia digna como um direito humano desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 corroborado pelo Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de 1966 e ainda ampliado para a Constituição Federal de 1988,

sendo inserido no bojo do artigo 6º por meio da Emenda Constitucional n° 26 de 14/02/2000.

É do conhecimento geral que muitas das previsões constitucionais deveriam ser implementadas por políticas públicas, mas considerando a real impossibilidade cabe ao particular fazer o que se encontra ao seu alcance, pois a perda da moradia é drástica e Dias (2013) a descreve como a quebra da última proteção humana.

Diante de tais ponderações, não obstante as críticas e entendimentos divergentes nos arriscamos neste trabalho a defender que, do ponto de vista principiológico constitucional, o instituto da usucapião urbano familiar garante a dignidade da pessoa humana, a moradia digna e a proteção dos filhos. Tal conclusão decorre da existência de princípios em colisão com outros direitos, em que estão em confronto o princípio da dignidade da pessoa humana, o direito social à moradia e o direito individual à propriedade, tidos como cláusula pétrea, tão importantes quanto princípios, e neste caso, impõe a ponderação de bens defendida pela doutrina majoritária.

Assim dada a incompatibilização entre os mesmos, a dignidade da pessoa humana há de prevalecer conforme passagem do livro de Alexandre Ernesto de Almeida (2011) que brilhantemente fecha esta tese à qual nos filiamos, de que não há princípio que melhor representa a ideia de direito e justiça encontrado no direito brasileiro, senão o da dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS FINAIS

A família que é a base da sociedade envolve conflitos que ultrapassam gerações e persistem até os dias de hoje, sejam eles afetivos, emocionais e patrimoniais em que se encaixa a figura da usucapião urbano familiar.

É certo que quando se fala em propriedade mexe muito com o homem moderno, todavia não se pode esquecer que a sobrevivência humana de forma digna supera qualquer questão patrimonial e não deve ser relegada a um segundo plano.

Assim, embasando nos princípios constitucionais e aqueles previstos na legislação infraconstitucional, notadamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi possível ao fim defender a tese de forma satisfatória respondendo à questão central proposta de demonstrar que o instituto atende o principio constitucional de moradia digna e, mais que isso, confere proteção aos filhos.

Por fim, fica registrada a importância da análise do instituto com base no lado mais fragilizado que são os filhos, deixando de lado a forte tendência ao Capitalismo, sob pena de violação das garantias constitucionais já conquistadas, utilizando a ponderação dos valores em discussão, bem como a proporcionalidade das medidas que devem ser tomadas em um caso prático sob a análise do julgador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. Alexandre Ernesto de. **Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. Excelência em Instituição Jurídica. Goiânia: Kelps, 2011.

ARAÚJO, Fabio Caldas de**. Usucapião**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.424 de 16 de junho de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm>. Acesso em: 16 jun. 2013.

BRASIL**. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406. htm>. Acesso em: 18 jun. 2013.

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 26**, de 14 de fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm>. Acesso em: 25 mar. 2014.

CAHALI. Yussef Said. **Divórcio e separação.** 11. ed. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2005.

CARDOSO, Simone Murta. Uma nova modalidade de usucapião. **Jus Navigandi,** Teresina, ano 16, n. 2948, 28 jul. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19662>. Acesso em: 10 abr. 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DILL, Michele Amaral; CALDERAN, ThanabiBellenzier. **Os deveres intrínsecos ao poder familiar e a responsabilidade dos pais pelo descumprimento.** 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8315&n_link=revista_ artigos_leitura>. Acesso em: 04 maio 2014.

DINIZ. Maria Helena de. **Curso de Direito Civil Brasileiro** – Direito de Família. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FARIAS. Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direitos Reais.** 6. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

FEITOSA, Afonso. **Usucapião Familiar.** Youtube, 08 mar. 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=JA7b3AWQaYs>. Acesso em: 14 abr. 2014.

FIGUEREDO, Roberto Rosio. **Usucapião conjugal:** requisitos e críticas da nova modalidade de usucapião. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2948, 28 jul. 2011. Disponível em: <http://jus. com.br/artigos/19663>. Acesso em: 7 abr. 2014.

FILETI, Narbal Antônio Mendonça. O princípio da proibição de retrocesso social. Breves considerações. **Jus Navigandi,**

Teresina, ano 14, n. 2059, 19 fev. 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/12359>. Acesso em: 1 maio 2014.

FREITAS, Douglas Phillips. **Usucapião e Direito de Família.** Youtube, 29 set. 2011. Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?v=DAR9HF99nFY>. Acesso em: 14 abr. 2014

GAGLIANO, Pablo Stolze. FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil.** Direito de Família. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GARCIA, Sérgio Renato Tejada. O princípio da vedação de retrocesso na jurisprudência pátria – análise de precedentes do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Regionais Federais e da Turma Nacional de Uniformização. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 36, jun. 2010. Disponível em:<http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao036/sergio_tejada.html>. Acesso em: 04 maio 2014.

GODINHO, Adriano Marteleto. Primeiros apontamentos sobre a nova modalidade de usucapião prevista pelo art. 1.240-A do Código Civil. **Jus Navigandi,** Teresina, ano 16, n. 2935, 15 jul. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19573>. Acesso em: 10 abr. 2014.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais.** 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

PACHECO, Eliana Descovi. **Colisão entre direitos fundamentais e formas de solucionar a questão juridicamente.** 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/

index.php?n_ link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=4228%3E>. Acesso em: 26 jun. 2014.

RIBEIRO. Paulo Hermano Soares; FONSECA. Edson Pires da. **Casamento e divórcio na perspectiva civil constitucional.** São Paulo: J. H. Mizuno. 2012.

ROLIM, Luciano Sampaio. **Uma Visão Crítica do Princípio da Proporcionalidade.** Advogado em Recife, 2002. Disponível em: <http://www.jusnavegandi.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2014.

SANTOS, Eliane Araque. **Criança e adolescente:** sujeitos de direitos. 2006. Disponível em:<http://www.ibict.br/revistainclusaosocial/include/getdoc.php?id=303&303article=57&mode=pdf>. Acesso em: 04 maio 2014

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** Direitos Reais. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO DE TER O NOME DO PAI NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO: ESTUDO DE CASO – ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE QUIRINÓPOLIS - GOIÁS EM 2014

THE RIGHT TO ADD THE FATHER'S NAME ON THE BIRTH CERTIFICATE: A CASE STUDY - STUDENTS OF MIDDLE AND HIGH PUBLIC SCHOOL IN QUIRINÓPOLIS - GOIÁS.

Autora: Fernanda Rosa Moraes Barbosa[38]
Orientador: Camilo Barbosa Vieira[39]

RESUMO

O artigo em questão aborda sobre direito de ter o nome do pai na certidão de nascimento. O problema elencado na pesquisa é quanto ao número de estudantes da rede pública de ensino de Quirinópolis - Goiás que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento. O objetivo primordial é averiguar o número de estudantes, menores de 18 anos que tiveram esse direito personalíssimo privado, ficando evidente que os resultados atenderam ao objetivo geral do trabalho que é apresentar o mapeamento desses estudantes das escolas públicas do referido município que não têm o direito de gozar de todas as garantias asseguradas pela Lei 6.015/73. Foram utilizadas nesse

[38] Graduada em Biologia pela UEG; Bacharel em Direito : FAQUI; Especialista em Ciências da Natureza (Unb) e Biologia Geral (UFLA). Professora da rede pública do Estado de Goiás no CPMG Dr. Pedro Ludovico e professora do Colégio Estadual Independência; Advogada..

[39] Graduado em Direito; Bacharel em Direito; Professor de Direito Civil na FAQUI e Coordenador do Curso de Direito na Faculdade Objetivo em Rio Verde.

estudo as pesquisas bibliográficas, estudo de caso e pesquisa de campo como forma de adquirir informações necessárias para o seu bom desenvolvimento e mediante consulta dos documentos dos alunos em todas as instituições públicas de ensino regular da cidade de Quirinópolis – Goiás foi possível levantar o número total de matriculados nessas instituições, bem como o percentual dos estudantes que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento. O TCC está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro reserva-se à fundamentação teórica, o segundo à metodologia e o terceiro à analise e discussão dos resultados. A pesquisa permite afirmar que 5,29% dos estudantes matriculados na rede pública de ensino de Quirinópolis – Goiás não têm o nome do pai na certidão de nascimento, assim exigindo providências do Poder Público.

Palavras-chave: Estudantes. Pai. Direito. Certidão de Nascimento.

ABSTRACT

This article tackles about children's right to add the father's name on their birth certificate. The problem of this research refers to the number of students from public schools in Quirinópolis - Goiás that don't have the father's name on the birth certificate. The principal objective looks for determine the number of students under 18 who have had this personal right avoided, it was evident that the results met the overall objective of this work that present the mapping of these public schools students of this city that haven't the right to enjoy all the privileges guaranteed by Law 6.015/73. A bibliographical research, case studies and field research was used in this study, as a way of acquiring necessary information for the

proper development as well as, students documents checking in all regular education public schools of the Quirinópolis - Goiás city, it was possible to check the total number of enrolled students in these schools, as well as the percentage of students who don't have the father's name on the birth certificate. This TCC is divided into three chapters, the first was reserved to the theoretical foundation, the second to the methodology and the third was an analysis and discussion of results. The research suggested that 5.29% of students that are enrolled in public schools of Quirinópolis - Goiás don't have the father's name on the birth certificate, thereby requiring action from the Government.

Keywords: Students. Father. Law. Birth certificate.

PALAVRAS INICIAIS

Este trabalho intitulado Direito de ter o nome do pai na certidão de nascimento: estudo de caso – estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de Quirinópolis - Goiás em 2014 apresenta um tema recorrente no judiciário e tem convocado diversas áreas, não só jurídica, mas especialmente a área social. É um tema que teve sua discussão recentemente reaberta por se tratar de um direito constitucional e protegido pelo estatuto da criança e do adolescente. O Ministério Público em todo o país tem se mobilizado a fim de garantir o direito à criança e ao adolescente de ter o nome do pai na certidão de nascimento, bem como todas as garantias inerentes a esse direito personalíssimo. Vários estados brasileiros têm desenvolvido projetos a fim de mobilizar a população sobre o exercício desse direito. O tema é de interesse de toda a população e impressiona não apenas pelo constrangimento de alguns adolescentes,

estudantes da rede pública de ensino da cidade de Quirinópolis, Goiás de não terem o nome do pai na certidão de nascimento, mas também por terem muitos direitos privados em decorrência de um descuido e/ou falta de informação da mãe.

O trabalho tem por objetivo geral levantar dados do número de estudantes que frequentam a rede pública de ensino da cidade de Quirinópolis – Goiás e que não têm o nome do pai na certidão de nascimento e como objetivos específicos verificar o percentual de estudantes que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento, analisar os dados e construir um banco de dados municipal, além de alertar o Ministério Público sobre o fato.

Esse estudo é um estudo de caso, sendo possível o levantamento dos dados pessoais de todas as crianças regularmente matriculadas na rede de ensino público de Quirinópolis, Goiás.

O primeiro capítulo é uma revisão da literatura disponível especificamente sobre o nome civil, histórico do nome civil, elementos integrantes do nome, natureza jurídica do nome, registro civil e filiação, consequências do reconhecimento do filho e Projeto Pai Presente. O segundo capítulo apresenta e discute os resultados angariados na pesquisa de campo.

A pesquisa permite afirmar que a porcentagem de estudantes que não têm o nome do pai na certidão de nascimento é alta, totalizando 5,29%, ou seja, 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) alunos de um total de 8.781 (oito mil, setecentos e oitenta e um) estudantes, levando em consideração que a população de Quirinópolis, segundo o Censo do IBGE de 2010 (com estimativa para 2013) é de 46.187 (Quarenta e seis mil, cento e oitenta e sete) habitantes, tendo em vista que a pesquisa restringiu-se às escolas públicas estaduais e municipais, urbanas e rurais.

A pesquisa não se esgota com este levantamento de dados, já que pode-se realizar a mesma envolvendo também as escolas particulares e faculdades presentes no município – FAQUI, UEG e UNIUBE, bem como as instituições que oferecem cursos profissionalizantes. O leitor está convidado a conhecer as leis que amparam o indivíduo a ter o nome do pai na certidão de nascimento e garantir o direito personalíssimo a todos.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOME CIVIL

O nome civil é um dos principais elementos individualizadores da pessoa natural. Trata-se de um símbolo da personalidade do indivíduo capaz de particularizá-lo no contexto da vida social e produzir reflexos na ordem jurídica.

Maria Helena Diniz (2011) compreende que a identificação da pessoa se dá pelo nome, e a individualização pelo estado, que define a posição na sociedade política e na família, como indivíduo, bem como pelo domicílio, que é o lugar de sua atividade social. O nome integra a personalidade por ser o sinal exterior pelo qual se designa, individualiza e reconhece a pessoa no seio da família e da sociedade, daí ser inalienável, imprescritível e protegido juridicamente (artigos 16, 17, 18 e 19, Código Civil; artigo 185, Código Penal).

Pablo Stolze Gagliano e Pamplona Filho (2011) designa o nome como sinal exterior mais visível da individualidade, sendo por meio dele que se identifica a pessoa natural no seu âmbito familiar e no meio social.

No mesmo sentido para Carlos Roberto Gonçalves (2014) o nome é a designação ou sinal exterior pelo qual a pessoa identifica-se no seio da família e da sociedade, destacando-se um aspecto público e um aspecto individual.

> O nome atribuído à pessoa é um dos principais direitos incluídos na categoria de direitos personalíssimos ou da personalidade. A importância do nome para a pessoa natural situa-se no mesmo plano de seu estado, de sua capacidade civil e dos demais direitos inerentes à personalidade. Afirma ainda que é uma forma de individualização do ser humano na sociedade, mesmo após a morte. Sua utilidade é tão notória que há a exigência para que sejam atribuídos nomes a firmas, navios, aeronaves, ruas, praças, acidentes geográficos, cidades, etc. O nome, afinal, é o substantivo que distingue as coisas que nos cercam, e o nome da pessoa a distingue das demais, juntamente com outros atributos da sociedade. É pelo nome que a pessoa fica conhecida no seio da família e da comunidade em que vive. Trata-se da manifestação mais expressiva da personalidade (VENOSA, 2010, p.183).

Mediante afirmações de diferentes autores é possível perceber de forma clara que no estudo do nome destacam-se os aspectos público e individual. O primeiro tem origem no fato de que o Estado tem o interesse em que os indivíduos sejam, inquestionável e perfeitamente, individualizados no seio da sociedade por meio do nome; o segundo refere-se ao direito personalíssimo do nome e de ser reconhecido mediante o mesmo. O Estado encontra no nome fator de estabilidade e segurança para identificar as pessoas; quanto ao direito privado é essencial para o exercício regular dos direitos e do cumprimento das obrigações.

O Código Civil, 2002, no artigo 16 estabelece que "toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos, o prenome e o sobrenome".

Dessa maneira, as pessoas, sejam naturais ou jurídicas, têm direito ao nome, à identidade pessoal, dada a sua condição de sujeitos de direitos; sob o ponto de vista da ordem pública

têm a obrigação de ter um nome para identificá-las perante a sociedade.

O nome civil é formado basicamente pelo nome individual (conhecido como prenome) e o nome de família (patronímico, apelido, sobrenome ou cognome), devendo o declarante mencioná-lo de forma completa no ato do registro do recém-nascido.

Silvio de Salvo Venosa (2010) ratifica que o nome é um atributo da personalidade, sendo um direito que visa proteger a própria identidade da pessoa com o atributo da não patrimonialidade. Com o direito da personalidade o nome guarda suas principais características: indisponibilidade, inalienabilidade, imprescritibilidade, intransmissibilidade, irrenunciabilidade. É atributo obrigatório de todo ser humano e que, em nosso meio, é, em princípio imutável, ressalvadas as exceções.

O direito ao nome (Lei nº 6.015/73, artigos, número 54 e 55) está ligado ao seu uso e é obrigatório o seu registro oficial no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e como integrante do direito da personalidade o nome é indisponível. Uma vez registrado um indivíduo não poderá ele dispor, ceder, alienar ou renunciar a seu nome civil. É, também, imprescritível, sendo certo que o indivíduo não perde seu nome pelo desuso nem o adquire em virtude de posse.

1.1 Histórico do nome civil

Desde o tempo em que o homem passou a verbalizar seus conceitos e pensamentos, começou a dar denominação às coisas e a seus semelhantes (VENOSA, 2010).

Mendes (2014) adverte que o emprego do nome vem dos primórdios da humanidade, atendendo tanto ao interesse do indivíduo como da sociedade. À medida que as pequenas comunidades sociais foram aumentando e as relações entre os indivíduos tornando-se mais complexas fez-se necessária a complementação do nome individual por restritivos que melhor caracterizassem o sujeito. Na concepção de Venosa (2010, p.186).

> Nas sociedades rudimentares, um único nome era suficiente para distinguir o indivíduo no local. À medida que a civilização torna-se mais burilada e aumenta o número de indivíduos, passa a existir a necessidade de complementar o nome individual com algum restritivo que melhor identifique as pessoas.

Ainda segundo Mendes (2014) entre os hebreus, em princípio, usava-se apenas um nome e com o crescimento e a multiplicação das tribos, surgindo muitos indivíduos, passaram a distingui-los com a indicação do respectivo progenitor. No Novo Testamento, na indicação dos apóstolos, encontramos Jacobus Zebedaei (Tiago de Zebedeu, filho de Zebedeu) e Pedro, Simão BarIona (Simão, filho de Jonas). Os romanos aplicavam um sistema mais complexo, distinguindo no nome completo quatro elementos a saber, o nomen, o praenomen, o cognomen e o agnomen.

Para Venosa (2011) os gregos, também a princípio, tinham um único nome. Posteriormente, com a maior complexidade das sociedades, passaram a deter três nomes, desde que pertencessem a família antiga e regularmente constituída, sendo um nome particular, outro o nome do pai e o terceiro o nome de toda a gens.

Ainda segundo o mesmo autor, em Roma, o nome dos patrícios era de formação bastante complexa, pois os romanos tinham três nomes próprios para distinguir a pessoa, o prenome, o nome e o cognome.

Mendes (2014) afirma que na Idade Média era comum também algumas famílias adotarem sobrenomes de origem religiosa na esperança de que estes nomes trouxessem saúde e prosperidade, além de afirmarem suas posições como bons cristãos: Cruz, Santos, de Jesus.

Segundo Venosa (2011), na Idade Média, o nome duplo surge entre as pessoas de alta condição, nos séculos VIII e IX, mas só se torna geral no século XIII.

1.2 Dos elementos integrantes do nome

Os elementos integrantes do nome, segundo o Código Civil 2002,são o prenome e o sobrenome.

Carlos Roberto Gonçalves (2014) salienta que em alguns casos usa-se também o agnome, sinal que distingue pessoas pertencentes a uma mesma família e têm o mesmo nome.

O prenome, segundo Carlos Roberto Gonçalves (2014), é o nome próprio de cada pessoa e serve para distinguir membros da mesma família, podendo ser simples ou composto. Irmãos não podem ter o mesmo prenome, a não ser que seja duplo, estabelecendo a distinção. Pode ser livremente escolhido pelos pais, desde que não exponha o filho ao ridículo.

No mesmo sentido Pablo Stolze Gagliano e Pamplona Filho (2011) aduzem que o prenome trata-se, como se infere da própria etimologia da palavra, do primeiro nome que corresponde ao chamado nome de batismo. Pode ser simples ou composto, sendo imutável, salvo exceções legais.

Já Maria Helena Diniz (2011) defende que o prenome pode ser livremente escolhido, desde que não exponha o portador ao ridículo, caso em que os oficiais do Registro Público poderão recusar-se a registrá-lo.

Portanto, o nome próprio é escolhido pelos pais na ocasião do registro de nascimento e serve para individualizar seu portador. Pode ser simples ou composto.

Quanto ao sobrenome Maria Helena Diniz (2011, p.185) descreve que:

> O sobrenome é sinal que identifica a procedência da pessoa, indicando sua filiação ou estirpe, sendo, por isso, imutável, podendo advir do apelido de família paterno, materno ou de ambos. Pode ser simples ou composto, podendo ser acompanhado das partículas de, do, da, dos, das, que dele fazem parte, indicando, às vezes, procedência nobre. A aquisição do sobrenome pode decorrer também de ato público, como adoção, casamento, por parentesco de afinidade em linha reta ou por ato de interessado, mediante requerimento ao magistrado.

No mesmo sentido Pablo Stolze Gagliano e Pamplona Filho (2011) defendem que o sobrenome ou patronímico deva ser sempre registrado e não há obrigatoriedade legal de registro do nome dos dois pais, conforme se pode verificar da interpretação do artigo 55, caput, combinado com o artigo 60 da Lei 6.015/73, embora seja essa a prática mais comum.

Carlos Roberto Gonçalves (2014) ratifica que sobrenome é sinal que identifica a procedência da pessoa, indicando a sua filiação ou estirpe. É o característico de sua família, transmissível por sucessão.

O sobrenome ou patronímico tem como finalidade indicar a procedência da pessoa, sua origem e ligação familiar. Não é

exclusivo do portador, já que é comum em uma mesma família. Pode ser simples ou composto, já que normalmente tem origem paterna e materna. Dessa forma infere-se que o todo indivíduo possui um prenome e um sobrenome.

1.3 Da natureza jurídica do nome

Várias correntes e teorias foram lançadas a fim de estabelecer a natureza jurídica do nome. Entretanto, prevalece aquela que considera o nome ligado aos direitos da personalidade (PEREIRA, 2008).

Seguindo o entendimento de renomados autores como Maria Helena Diniz e Pablo Stolze Pamplona Filho o nome é uma marca do indivíduo que o identifica dentro da sociedade e da própria família, capaz de ser tutelado erga omnes. A lei brasileira assegura o direito ao nome bem como seu registro a fim de particularizar a pessoa no mundo jurídico.

José Roberto Neves Amorim (2003) noticia que, classificado entre os direitos da personalidade, o nome é inerente à própria pessoa que, como já dito, a individualiza em si mesma e nas suas ações. O ordenamento jurídico tutela a identidade pessoal, protegendo-a de possíveis danos morais e materiais. O nome também tem sua importância reconhecida à medida que a pessoa tenha reputação conhecida por distinção na sociedade.

Silvio de Salvo Venosa (2005), por sua vez, aduz que o nome é uma forma de individualização do ser humano na sociedade, mesmo após a morte. Sua utilidade é tão notória que há a exigência para que sejam atribuídos nomes a firmas, navios, aeronaves, ruas, praças, acidentes geográficos, cidades, dentre outros. O nome, afinal, é o substantivo que distingue as coisas que nos cercam e o nome da pessoa a distingue das demais,

juntamente com outros atributos da sociedade. É pelo nome que a pessoa fica conhecida no seio da família e da comunidade em que vive. Trata-se da manifestação mais expressiva da personalidade.

Corrobora tal teoria a posição topográfica dos artigos do Código Civil relativos ao nome civil, localizado no Capítulo II (Direitos da Personalidade), do Título I (Das Pessoas Naturais), do Livro I (Das Pessoas) da Parte Geral do diploma civil de 2002.

O nome é direito da personalidade e, como tal, protegido, pois individualiza a pessoa distinguindo-a de outras, devendo de preferência incluir o sobrenome da mãe e do pai.

1.4 Do registro civil e filiação

O registro civil é a anotação oficial de todos os dados relativos a casamentos, nascimentos e óbitos feita por funcionário civil (AURÉLIO, 2014).

O registro de nascimento constitui prova de filiação e de nacionalidade brasileira e é pré-requisito para a obtenção de outros documentos brasileiros. Além de ser um documento de identificação é a primeira garantia de cidadania e direito de todos os brasileiros.

Com a Certidão de Nascimento a criança terá direito de ser atendia em todos os serviços públicos como, por exemplo, hospitais, postos de saúde, escolas e outros. Para que esses direitos possam ser exigidos desde os primeiros dias de vida todas as crianças devem ser registradas logo após seu nascimento.

Maria Helena Diniz (2011) entende que o registro de nascimento é uma instituição pública destinada a identificar os cidadãos, garantindo o exercício de seus direitos. Todo nascimento que ocorre no território nacional deve ser dado a

registro, no local onde se deu o parto ou no local da residência dos pais. O artigo 52, Lei número 6.015/73, apresenta um ordem sucessiva dos que têm a obrigação de fazer a declaração de nascimento.

> *Art. 52. da Lei número 6.015/73*
>
> *São obrigados a fazer declaração de nascimento:*
> *1º) o pai;*
> *2º) em falta ou impedimento do pai, a mãe, sendo neste caso o prazo para declaração prorrogado por quarenta e cinco (45) dias;*
> *3º) no impedimento de ambos, o parente mais próximo, sendo maior achando-se presente;*
> *4º) em falta ou impedimento do parente referido no número anterior os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;*
> *5º) pessoa idônea da casa em que ocorrer, sendo fora da residência da mãe;*
> *§ 1° Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.*
> *§ 2º Tratando-se de registro fora do prazo legal o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao Juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.*

Pablo Stolze Gagliano e Pamplona Filho (2011) afirmam que o sistema de registros públicos visa, principalmente, a conferir publicidade aos atos jurídicos em geral. Todos os fatos constitutivos, modificativos ou extintivos do estado das pessoas exigem reconhecimento oficial pelo sistema de registros públicos a luz dos princípios da legalidade, veracidade e publicidade.

Ainda para o mesmo autor os episódios mais importantes da vida do homem (pessoa natural) refletem-se no registro civil: nascimento, casamento, separação, divórcio e morte.

A Lei 6.015/73 prevê nos artigos 50 e 51 o prazo para o registro de nascimento.

> *Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.*
> *§ 1º Quando for diverso o lugar da residência dos pais, observar-se-á a ordem contida nos itens 1º e 2º do art. 52.*
> *§ 2º Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios.*
> *§ 3º Os menores de vinte e um (21) anos e maiores de dezoito (18) anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.*
> *§ 4° É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento.*
> *§ 5º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados.*
> *Art. 51. Os nascimentos ocorridos a bordo, quando não registrados nos termos do artigo 65, deverão ser declarados dentro de cinco (5) dias, a contar da chegada do navio ou aeronave ao local do destino, no respectivo cartório ou consulado (PLANALTO, 2014, s.p).*

A primeira via da certidão de nascimento é gratuita, conforme o artigo 30 da Lei nº 9.534/97 e a segunda via também é gratuita para os reconhecidamente pobres, portanto não há justificativa para que a criança não tenha seu registro de nascimento.

A filiação é a ligação de um ser humano a outro a partir do reconhecimento da paternidade ou maternidade do mesmo, ou seja, a ligação do filho com seus pais, seja biologicamente ou por adoção.

> Filiação é o vínculo existente entre pais e filhos; vem a ser a relação de parentesco consanguíneo em linha reta de primeiro grau entre uma pessoa e aqueles que lhe deram a vida, podendo, ainda ser uma relação socioafetiva ente pai adotivo e institucional e filho adotado ou advindo de inseminação artificial heteróloga (DINIZ, 2011, p.478).

Ainda segundo a mesma doutrinadora a filiação pode ser classificada apenas didaticamente em:

a) Matrimonial, se oriunda da união de pessoas ligadas por matrimônio válido ao tempo da concepção, se resultante de união matrimonial que veio a ser anuladas posteriormente, estando ou não de boa-fé os cônjuges, ou se decorrente de uma união de pessoas que, após o nascimento do filho, vieram a convolar núpcias;

b) Extramatrimonial, provinda de pessoas que estão impedidas de casar ou que não querem contrair casamento, podendo ser espúria ou natural.

> Um dos temas que mais sofreu influência dos valores consagrados pela Constituição Federal de 1988 foi o da filiação, que consiste, em síntese conceitual na situação de descendência direta, em primeiro grau. O reconhecimento da igualdade dos filhos, independentemente da forma como concebidos, culmina por se desdobrar na importante noção

> de veracidade de filiação. O reconhecimento da filiação pode ser voluntário ou mediante provocação judicial (DINIZ apud STOLZE, 2012, p.621-2).

O reconhecimento voluntário ou espontâneo da filiação se dá em geral extrajudicialmente. As formas de reconhecimento voluntário aplicam-se especialmente aos filhos havidos fora do casamento, eis que os matrimoniais são presumidamente "filhos do cônjuge", conforme estabelecem as regras do artigo 1597, Código Civil de 2002.

> *Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:*
> *I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;*
> *II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;*
> *III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;*
> *IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;*
> *V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.*

Pablo Stolze e Pamplona Filho (2011) consideram o reconhecimento voluntário ato formal, de livre vontade, irretratável, incondicional e personalíssimo, praticado pelo pai. Afirmam ainda que o reconhecimento judicial do vínculo de paternidade ou maternidade dá-se especialmente por meio de ação investigatória, podendo ser de paternidade ou maternidade.

Em 1992, o então atual Presidente da República Itamar Franco, sancionou a Lei Número 8.560/1992 que regula

a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

Diante do exposto constata-se que o registro civil das pessoas naturais garante o nome, filiação, estado civil, se maior ou menor, se sofre alguma espécie de interdição, dentre outros, repercutindo nas relações pessoais, familiares e com terceiros. O indivíduo encontra nos registros civis meios de provar seu estado e situação jurídica.

Há também a sua importância para os governos, na medida em que figuram como principal referência estatística do Estado, servindo de base na definição de estratégias e políticas a serem adotadas.

O conhecimento estatístico das variações populacionais com a tabulação permanente de nascimentos e mortes é importante na medida em que informa, entre outras, a orientação política da nação.

No tocante aos registros civis de pessoas naturais, não só os oficiais de registro possuem obrigações, mas também os cidadãos.

1.5 Consequências do reconhecimento de filho

A utilização do patronímico paterno é um direito do filho, o qual se baseia no vínculo de parentesco que se estabelece pela filiação biológica ou socioafetiva, sendo um efeito de seu reconhecimento.

O poder familiar (antigo pátrio poder), desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, passou a ser exercido de forma igualitária entre os pais, "traduzindo, assim, a concepção de que não mais subsiste a superioridade paterna no âmbito familiar" (PEREIRA, 2006, p.273).

Maria Helena Diniz (2011) afirma que o reconhecimento voluntário ou judicial de filho havido fora do matrimônio produz efeitos extunc, pois retroagem até o dia do nascimento do filho ou mesmo de sua concepção se isto for de se interesse, que são:

> Estabelecer liame de parentesco entre o filho e seus pais;
> Impedir que o filho, reconhecido por um dos cônjuges, resida no lar conjugal sem anuência do outro (CC, artigo 1611);
> Dar ao filho reconhecido, que não reside com o genitor que o reconheceu, direito a assistência e alimentos;
> Sujeitar o filho reconhecido, se menor, ao poder familiar;
> Conceder direito a prestação alimentícia tanto ao genitor que reconhece como ao filho reconhecido (CC, artigo 1.694);
> Equiparar, para efeitos sucessórios, os filhos de qualquer natureza;
> Autorizar o filho reconhecido a propor ação de petição de herança e a de nulidade de partilha, devido a sua condição de herdeiro;
> Equiparar a prole reconhecida, tanto para efeito de clausulação de legítima (CC, artigo 1.848) como para o de indignidade (CC, artigo 1.848) ou deserção (CC 1.962), ao descendente havido em casamento.

Sílvio de Sávio Venosa (2005) endossa que o reconhecimento da paternidade tem efeito declaratório, com eficácia erga omnes, refletindo tanto para os que participaram do ato de reconhecimento, voluntário ou judicial, como em relação a terceiros.

O reconhecimento a filiação gera efeitos patrimoniais. Os filhos reconhecidos equiparam-se em tudo aos demais, gozando de direito hereditário, podendo pedir alimentos, pleitear herança e propor ação de nulidade de partilha. O reconhecimento sujeita

o filho menor ao poder familiar e que o filho reconhecido posteriormente pelo pai, estando registrado com o nome da família da mãe, pode adotar o sobrenome paterno, mantendo ou não o nome da mãe (VENOSA, 2005).

Reconhecido o filho, declarada, portanto, a relação de parentesco cria-se a obrigação de prestar alimentos, obrigação recíproca entre pai e filho, nos termos do artigo 397 do Código Civil de 1916 (art. 1.696, CC de 2002), extensiva a todos os ascendentes e subsidiariamente aos parentes colaterais (PEREIRA, 2006).

Vale destacar que "o mais importante dos efeitos do reconhecimento é a atribuição ao filho de direito sucessório; é a capacidade por ele adquirida para herdar *ab intestato* do pai e dos parentes deste" (PEREIRA, 2006, p.335).

E completa este mesmo autor (2006, p. 335) que "(...) quaisquer filhos, inclusive os que na linguagem das Ordenações eram considerados de "danado coito", ou simplesmente "espúrios" herdarão, em igualdade de condições com os havidos das relações de casamento (...)" (2006, p.335).

Como verificado, o reconhecimento da paternidade gera efeitos fundamentais ao indivíduo, que na falta desse direito é privado e cabe não só à mãe, mas ao Estado garantir esse direito a todo cidadão.

1.6 Projeto Pai Presente

O Ministério da Educação, por meio do "Educacenso", informou que no Brasil, no ano de 2012, existiam 5.494.257(cinco milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete) estudantes menores de 18 anos sem registro paterno na certidão de nascimento.

A única fonte de dados demográficos que permite uma estimativa do número de filhos sem o reconhecimento paterno é o censo escolar, levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação. Desde 2007 passou-se a coletar o nome do pai ao lado do nome da mãe. O censo escolar tem cobertura nacional e capta informações de todas as pessoas que frequentam estabelecimentos educacionais públicos e privados (creches e escolas) de todas as idades e níveis de aprendizagem. O censo escolar 2010 contabilizou cerca de 53 milhões de estudantes de todas as idades.

As informações sobre cada estudante são prestadas pelo próprio estabelecimento educacional que as fornece consultando os arquivos da própria escola. A informação sobre filiação deve ser extraída diretamente da cópia do registro de nascimento que de praxe as escolas solicitam no momento da matrícula.

Esse tema tem importante relevância social já que direito à paternidade é garantido pelo artigo 226, § 7º, da Constituição Federal de 1988 e diante disso a Corregedoria Nacional da Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deu início ao Projeto "Pai Presente", criado por meio do provimento número 12, de 06 de agosto de 2010, do órgão CNJ.

O projeto tem como principal objetivo assegurar e facilitar a todos aqueles que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento a possibilidade de reconhecimento de sua paternidade.

Em 06 de agosto de 2010 o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Gilson Dipp, no uso de suas atribuições legais e regimentais por meio do provimento número 12 determinou que

fosse remetida a todas as 27 Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil uma cópia dos dados do censo escolar do ano de 2009 com os nomes e endereços dos alunos que, naquela unidade da Federação, não possuíam paternidade estabelecida, segundo os dados do Censo escolar. Cada corregedoria deveria selecionar e enviar as informações de cada indivíduo que não tivesse o nome do pai na certidão de nascimento aos juízes responsáveis pelas comarcas, os quais providenciariam a notificação das mães e dariam início ao procedimento constantes nos artigos 1º e 2º da já citada Lei Federal 8.560, de 20 de dezembro de 1992. Tais artigos determinam a averiguação oficiosa sobre a paternidade do indivíduo.

Em 17 de fevereiro de 2012 a então Ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional da Justiça, assinou o provimento 16, o qual determina que as mães cujos filhos não possuam o nome do pai na certidão de nascimento poderão recorrer a qualquer cartório de registro civil do país para dar entrada no pedido de reconhecimento de paternidade. O mesmo procedimento poderá ser adotado pelo pai que desejar espontaneamente fazer o registro do seu filho.

Nesse provimento ficou estabelecido que caso o menor tivesse sido registrado apenas com o nome da mãe esta poderá pessoalmente procurar o Cartório de Registro Civil e apontar o suposto pai. Caso o próprio filho for maior e estiver na mesma situação poderá ele mesmo procurar o Cartório de Registro Civil e apontar o suposto pai.

Diante da manifestação de vontade da mãe do menor que não possui o nome do pai na certidão de nascimento ou do próprio filho, quando maior, o oficial do cartório de registro

deverá preencher um termo em que devem constar todos os dados da mãe e do suposto pai, devendo a mãe ou o próprio filho maior assinar o próprio termo. Neste deverão constar todos os dados necessários à identificação do pai, não sendo necessário o comparecimento no mesmo cartório onde filho foi registrado, mas em qualquer Cartório de Registro Civil. Além do termo deverá ser apresentada certidão de nascimento autenticada para ser anexada ao formulário.

O próximo passo é o encaminhamento do formulário para o magistrado responsável pela comarca para que este tome as devidas providências. O juiz ouvirá a mãe, sempre que possível, sobre as alegações da suposta paternidade e em seguida notificará o suposto pai. É imprescindível que a notificação aconteça por meio de segredo de justiça, a fim de preservar o menor.

Caso o suposto pai reconheça de forma espontânea a paternidade, será lavrado um termo de reconhecimento e este documento será encaminhado ao Cartório de Registro Civil para a devida averbação. No caso do suposto pai negar a paternidade ou não atender a notificação no prazo de 30 (trinta) dias o juiz remeterá os autos ao Ministério Público ou Defensoria Pública para que tome as devidas providências em relação à investigação de paternidade.

Em 29 de agosto de 2009 a Ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça, assinou o provimento de número 19 que estabelece regras para a averbação gratuita requerida por pessoa reconhecidamente pobre, do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento.

No ano de 2012, no dia 12 de dezembro, o Ministro Francisco Falcão, Corregedor Nacional da Justiça, assinou o

provimento número 29 determinando que fossem enviados a toda Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado e do DF os dados dos alunos obtidos com o Educacenso, para que fossem tomadas as providências estabelecidas pelos provimentos 12/2010, 16/2012 e 19/2012 da Corregedoria Nacional da Justiça.

O programa Pai Presente, da Corregedoria Nacional de Justiça, possibilitou o reconhecimento voluntário de paternidade de pelo menos 9.851 pessoas que não possuíam o nome do pai na certidão de nascimento. Desde que o projeto foi criado, em agosto de 2010, com o objetivo de fomentar o reconhecimento de paternidade em todo o País, mais de 10 mil audiências foram realizadas em diferentes estados brasileiros para que os pais que não haviam registrado seus filhos na época do nascimento fossem identificados e tivessem a oportunidade de assumir de forma espontânea essa responsabilidade.

Desde agosto de 2010, os tribunais notificaram mais de 120 mil mães na tentativa de chegar ao suposto pai e pelo menos 10,6 mil audiências foram realizadas. Em caso de dúvida ou negativa por parte do pai o magistrado toma as providências necessárias para que seja realizado o exame de DNA ou iniciada ação judicial de investigação de paternidade. Como resultado do programa foram realizados pelo menos 1,5 mil exames de DNA, enquanto cerca de 8 mil investigações de paternidade foram abertas.

Os fatores que dificultam a identificação dos pais são múltiplos, desde razões pessoais que fazem não ser da vontade da mãe este reconhecimento, passando pela baixa mobilização de autoridades locais. Ainda que o projeto seja federal e vise especialmente a identificação da paternidade dos menores de idade o CNJ se limitou a enviar aos juízes CDs onde estão

relacionados os nomes das crianças/adolescentes, das mães e o endereço de contato para a avaliação da situação caso a caso. Quando o projeto foi lançado, em 2010, todas estas informações foram obtidas a partir do censo escolar de 2009. O processo de abordar as mães e checar o interesse de identificar o pai da criança é feito por autoridades locais que podem eleger o projeto como prioridade nº 1 ou considerá-la de difícil execução dependendo do quadro de funcionários, as demandas das tarefas cotidianas e a logística que o processo de reconhecimento de paternidade envolve. Somado a tudo isso há também as situações em que as mães de fato não sabem o paradeiro do pai da criança levando em consideração também a grande mobilidade geográfica de certos grupos sociais, por vezes pais e filhos já não residem no mesmo município ou Estado, sendo necessária a atuação coordenada entre autoridades de mais de um Estado para a localização do pai e realização de exame de DNA, caso existam dúvidas sobre a paternidade.

Como visto, o Projeto Pai Presente caracteriza-se por um conjunto de iniciativas que visa facilitar e estimular o reconhecimento de paternidade para aquelas pessoas, menores ou maiores, que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

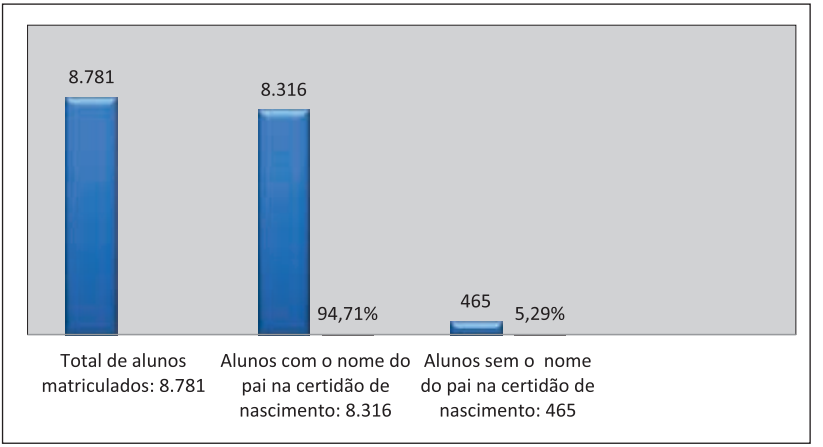
A pesquisa de campo do referido trabalho de conclusão de curso foi realizada entre os dias 06 e 21 do mês de março de 2014. Realizou-se consulta nos documentos pessoais de todos os alunos devidamente matriculados nos estabelecimentos públicos de ensino de Quirinópolis – Goiás a fim de verificar-

se na certidão de nascimento dos pesquisados consta ou não o nome do pai.

A consulta, mediante apresentação do pré-projeto aprovado pela Faculdade Quirinópolis - FAQUI foi autorizado e a mesma feita na secretaria de cada escola, na presença de um funcionário, para ter conhecimento de dados referentes ao sexo e data de nascimento de cada aluno. Os resultados foram tabulados e estão apresentados por meio de gráficos assim facilitando a visualização dos dados obtidos.

A amostra soma 8.781 (oito mil, setecentos e oitenta e um) alunos matriculados na rede pública de ensino de Quirinópolis. Desse total 8.316 alunos possuem o nome do pai na certidão de nascimento, o que corresponde a 94,71%. Entretanto, 465 alunos não possuem o nome do pai na certidão de nascimento, correspondendo a 5,29%, conforme o gráfico 1.

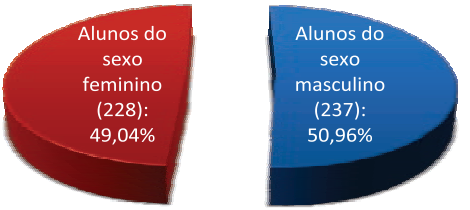
GRÁFICO 1: Estudantes da rede pública de Quirinópolis - Goiás matriculados no primeiro semestre de 2014



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Foi constatado também que desse total de 465 alunos 228 são do sexo feminino (49,04%) e 237 do sexo masculino (50,96%).

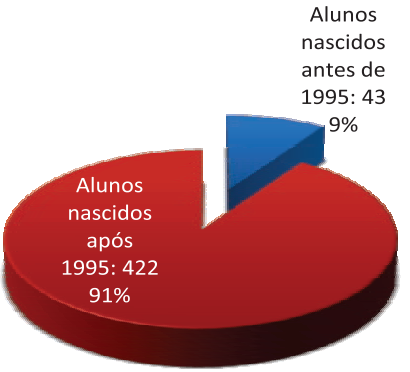
GRÁFICO 2: Estudantes da rede pública de Quirinópolis matriculados no primeiro semestre de 2014 que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Do total de 465 alunos, 422 são menores de 18 anos, ou seja, 91%, e os demais 43 (9%) possuem mais de 18 anos, como mostra o gráfico seguinte.

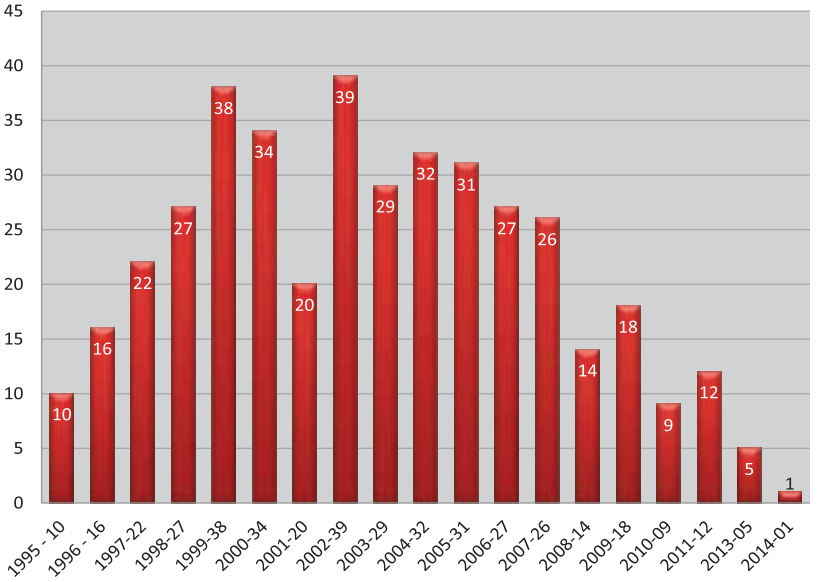
GRÁFICO 3: Percentual de estudantes nascidos antes e após 1995



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

O ano que apresenta o maior índice é o ano de 2002, com 39 alunos. Entretanto, esse dado não revela a realidade, visto que muitos que nasceram nos últimos anos ainda não frequentam a escola como se pode verificar no gráfico 4.

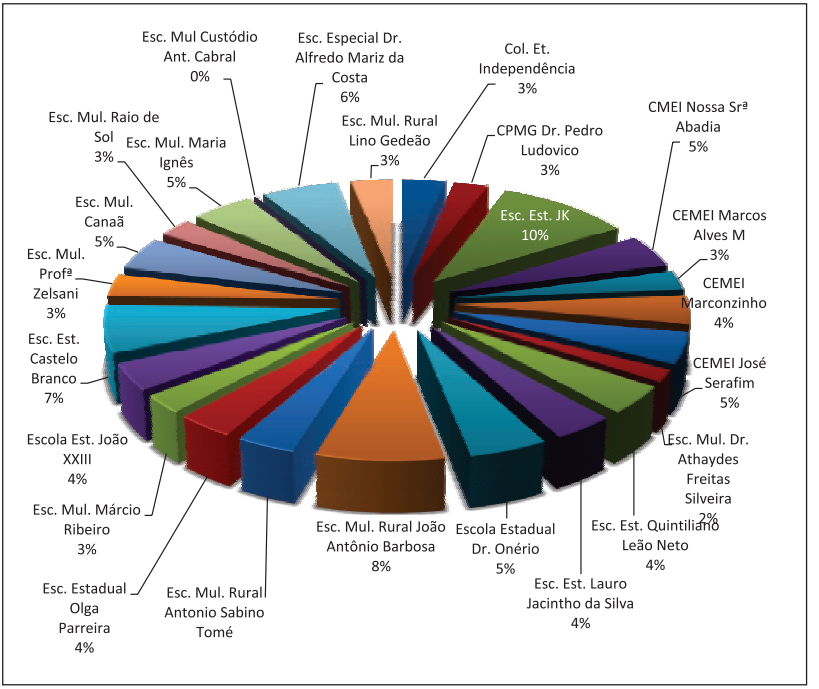
GRÁFICO 4: Estudantes que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento nascidos após 1995 – Índice Anual



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Outro fato interessante é que a escola com o maior índice de alunos sem o nome do pai é a Escola Estadual Juscelino Kubitschek, com 13% e a com menor índice é a Escola Municipal Custódio Antônio Cabral na microrregião do Salgado, com nenhum aluno sem o nome do pai. Observe o gráfico abaixo a fim de cotejar os dados referentes a cada escola pesquisada.

GRÁFICO 5: Estudantes que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento – Índice por escola



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Quando se depara com aproximadamente 500 alunos sem o nome do pai na certidão de nascimento percebe-se que em relação ao total da população do município de Quirinópolis, Goiás, totalizando 46.187 (quarenta e seis mil, cento e oitenta e sete), de acordo com o Censo do IBGE de 2010 (com estimativa para 2013) os dados são preocupantes, já que a pesquisa restringiu-se às escolas públicas de Quirinópolis (municipais e estaduais) e 5,29% dos estudantes regularmente matriculados

não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Interessante é também averiguar os motivos pelos quais eles têm apenas o nome da mãe no referido documento, assim o leitor está convidado a continuar a investigação e pesquisar as prováveis causas destes estudantes não terem o nome do pai na certidão de nascimento e/ou ainda as consequências provenientes desta constatação. Válido também é pesquisar se há dados relativos ao Projeto Pai Presente em Quirinópolis.

PALAVRAS FINAIS

A proposta deste TCC era averiguar a porcentagem de estudantes regularmente matriculados nas instituições públicas de ensino de Quirinópolis - Goiás em 23 escolas municipais e estaduais, totalizando 13 municipais e 10 estaduais. O objetivo foi alcançado porque mapeou-se o município neste quesito. Das escolas pesquisadas apenas uma não queria participar, mas cedeu os dados mediante explicação da importância da pesquisa para o município e todas as demais mostraram-se interessadas, visto que não tinhas dados relativos a esse assunto.

Segundo dados coletados em todas as escolas públicas do município de Quirinópolis – Goiás, até momento, estão matriculados nessas instituições 8.781 (oito mil, setecentos e oitenta e um) alunos acima de quatro meses de idade, visto que os CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil) são entidades de ensino e também fazem parte da amostra. Desse total de alunos 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) não possuem o nome do pai na certidão de nascimento, representado 5,29% do total de alunos matriculados. Desses 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) alunos 422 (quatrocentos e vinte e dois) são menores de 18 anos.

A situação exige que providências sejam tomadas, visto que desde 1992 a Lei 8.560/1992 determina que em registro de nascimento de menor, apenas com a maternidade estabelecida, o oficial deverá encaminhar ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação. Vale destacar que todo esse processo é gratuito.

O Conselho Nacional de Justiça, com o Projeto Pai Presente desde 2010, por meio de provimentos determinou que fossem remetidos a todas as Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil uma cópia dos dados do censo escolar com os nomes e endereços dos alunos que, naquela unidade da Federação, não possuíam paternidade estabelecida. Cabia a cada corregedoria selecionar e enviar as informações de cada indivíduo que não tivesse o nome do pai na certidão de nascimento aos juízes responsáveis pelas comarcas, os quais providenciariam a notificação das mães e dariam início ao procedimento constante nos artigos 1º e 2º da já citada Lei Federal 8.560 de 20 de dezembro de 1992. Contudo, diante dos dados coletados, observa-se que isso não é cumprido.

Além disso, as mães cujos filhos não possuem o nome do pai na certidão de nascimento poderão recorrer a qualquer cartório de registro civil do país para dar entrada no pedido de reconhecimento de paternidade. Nessa ocasião o oficial do cartório de registro deverá preencher um termo que posteriormente será enviado ao magistrado responsável pela comarca; e neste devem constar todos os dados da mãe e do suposto pai, devendo a mãe ou o próprio filho maior assinar o próprio termo. Neste deverão constar todos os dados necessários

à identificação do pai, não sendo necessário o comparecimento no mesmo cartório onde o filho foi registrado, mas em qualquer Cartório de Registro Civil. O juiz ouvirá a mãe para que essa alegue sobre a suposta paternidade, e em seguida, notificará o suposto pai para que o reconhecimento de paternidade prossiga.

Durante a realização da pesquisa os funcionários das unidades públicas de ensino quando questionados sobre a situação desses alunos nas escolas de Quirinópolis- Goiás, afirmaram que dados dos alunos não foram requeridos pelo poder público para que algo fosse feito. Afirmam também que muitas mães nem sabem quem são os pais da criança ou não querem que a paternidade seja reconhecida por motivos estritamente pessoais. Somente em duas escolas, no último ano foi apresentada nova certidão de nascimento de alunos que tiveram a paternidade reconhecida. Em todas as escolas, sem exceção, nenhum funcionário sabia do Projeto Pai Presente.

Outro fato relevante é sobre o Educacenso. Os funcionários fornecem os dados, mas não possuem uma planilha na escola sobre os dados dos alunos. Não sabiam que esses dados podiam ser usados para contribuir com o Projeto Pai Presente ou cumprimento da lei que garante o nome do pai na certidão de nascimento da criança. Mostravam-se ainda surpresos com a constatação, realizada na pesquisa sobre o número de estudantes que não tinham o nome do pai na certidão de nascimento. Em um dos CEMIs que nem estava funcionado, estavam realizando matrículas e começaria a funcionar no final do mês de março foi constatado 6 (seis) crianças sem o nome do pai.

Entretanto, até o presente momento, mesmo com a vigência da 8.560/1992 e o Projeto Pai Presente que caracteriza-

se por um conjunto de iniciativas que visa facilitar e estimular o reconhecimento de paternidade para aquelas pessoas, menores ou maiores, que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento, ainda existem muitos estudantes sem reconhecimento da paternidade, não só na cidade de Quirinópolis – Goiás, mas em todo o Brasil, refletindo o descuido e falta de informação das mães e descaso do poder público. Justamente por isso os dados desta pesquisa serão encaminhados ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências necessárias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

AMORIM, José Roberto Neves. **Direito ao nome da pessoa física**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Pearson Education, 2000.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: direito de família. 26.ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: teoria geral do direito civil. 28.ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2014.

LAKATOS, Marina de Andrade; MARCONI, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Futura, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Reconhecimento de Paternidade e seus Efeitos**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** direito de família. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Direito Civil**: parte geral. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Direito Civil:** parte geral. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WEBGRAFIA

AURÉLIO (**Dicionário**). Disponível em: http://www.dicionariodoaurelio.com/. Acesso em: 19 jun.2014.

BRAGA, Mariana. **Agência CNJ de Notícias**. Reconhecimento da Paternidade é facilitado. 20 de fev. 2012. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18371-corregedoria-facilita-reconhecimento-de-paternidade>. Acesso em: 14 jun. 2014.

Certidão de Nascimento. Disponível em: http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=423%3Acertidao-de-nascimento&catid=47%3Anascimento&Itemid=76. Acesso em: 27 jun. 2014.

IBGE. Disponível em:http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun

=521850&search=goias|quirinopolis|infograficos:-informacoes-completas. Acesso em: 19 jun. 2014.

LEI 8.560/1992 (LEI ORDINÁRIA) 29/12/1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8560.htm>. Acesso em: 14 jun. 2014.

LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 14 jun. 2014.

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm. Acesso em: 15 jun. 2014.

LEI Nº 9.534, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9534.htm. Acesso em: 27 jun. 2014.

MENDES, Clóvis. **O nome civil da pessoa natural**. Direito da personalidade e hipóteses de retificação. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, número 2178, 18 jun.2009. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/13015>. Acesso em: 31 mai. 2014.

PEREIRA, Rafael D'Ávila Barros. **Nome civil:** características e possibilidades de alteração. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1811, 16 jun. 2008. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/11345>. Acesso em: 31 mai. 2014.

Programa "Pai Presente". Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1256> Acesso em: 14 jun. 2014.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

Enfermagem

REVISÃO LITERÁRIA DA SÍNDROME DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO

LITERATURE REVIEW OF THE SYNDROME OF OBSTRUCTIVE SLEEP APNEA

Nilo Vieira Borges[40]
Vinícius Alves Bernardo[41]

RESUMO

Trata-se de uma revisão de literatura, sendo pesquisados livros, artigos e periódicos sobre a síndrome da apneia obstrutiva do sono (SAOS) entre os anos de 1987 a 2014. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a SAOS; dentre os objetivos específicos o respectivo trabalho se propõe analisar a etiologia da SAOS, assim como os diferentes meios de diagnóstico e tratamentos para esta enfermidade. Esta patologia caracteriza-se por uma ausência de respiração durante o sono, com interrupção do fluxo de ar, normalmente durando, pelo menos de 10 a 15 segundos. As apneias são caracterizadas como centrais, obstrutivas ou mistas. Pacientes com SAOS podem mostrar alterações na personalidade, perda de memória e concentração, disfunção sexual, dores de cabeça e depressão. Alguns indivíduos com apneia do sono tornam-se hipóxicos durante seus períodos de apneia, o que pode levar a acidente vascular cerebral, ataques cardíacos, arritmias, pressão sanguínea elevada e insuficiência cardíaca. A obstrução conduz à hipoventilação e à hipóxia,

[40] Fisioterapeuta Especialista em Ortopedia e Traumatologia, professor da Faqui – Faculdade Quirinópolis. E-mail: nilofisio@gmail.com

[41] Enfermeiro Especialista em Urgência Emergência e Unidade de Terapia Intensiva. Coordenador do Curso de Enfermagem da Faqui – Faculdade Quirinópolis. E-mail: viniciusenf10@gmail.com

que de alguma forma desencadeiam episódios apneicos que agravam ainda mais a hipóxia e a hipercapnia. Existe uma grande relação entre a obesidade, o sexo masculino, doenças cardiovasculares e a SAOS, embora gestantes e crianças também possam desenvolver a doença. Sabe-se que a SAOS pode estar relacionada a acidentes automobilísticos, mas atualmente não existem dados conclusivos. Dentro do diagnóstico clínico existe uma relação entre a SAOS, o ronco e sono excessivo diurno. É utilizado atualmente o exame de Polissonografia para a avaliação e diagnóstico da SAOS. O tratamento não cirúrgico consiste na utilização de pressão positiva contínua da via aérea (CPAP), aparelhos ortodônticos e exercícios físicos. É questionável a utilização de fármacos em alguns casos. Devem ser evitadas as drogas que deprimem o controle ventilatório central como sedativos, barbitúricos, narcóticos, analgésicos sedantes, relaxantes musculares e álcool. O tratamento cirúrgico deve ser considerado sempre que houver presença de uma obstrução anatomecânica, os quais incluem a traqueostomia, uvulopalatofaringoplastia, glossotomia, cirurgia de avanço da mandíbula ou expansão hioide.

Palavras-chave: Apneia. Apneia obstrutiva do sono. Distúrbios do sono e polissonografia.

ABSTRACT

This is a review of the literature, where books, journals and articles about obstructive sleep apnea (OSA) between the years 1987 to 2014 were surveyed This work has as main objective to analyze the OSA; among the specific objectives, their work aims to analyze the etiology of OSA, as well as the various means of diagnosis and treatments for this disease. This pathology

is characterized by an absence of breathing during sleep interruption of air flow, typically lasting at least 10 to 15 seconds. Apneas are characterized as central, obstructive or mixed. OSA patients may show personality changes, memory loss and concentration, sexual dysfunction, headaches and depression. Some individuals with sleep apnea become hypoxic during their periods of apnea, which can lead to stroke, heart attacks, arrhythmias, high blood pressure and cardiac insufficiency. The obstruction leads to hypoventilation and hypoxia, which somehow triggers that apneic episodes exacerbate hypoxia and hypercapnia. There is a strong relationship between obesity, male sex, cardiovascular disease and OSA; although that pregnant women and children can also develop the disease. It is known that OSA may be related to automobile accidents, but there are currently no conclusive data. Within the clinical diagnosis, there is a relationship between OSA, snoring and excessive daytime sleep. Examination of polysomnography for assessment and diagnosis of OSAS is currently used. The nonsurgical treatment is the use of continuous positive airway pressure (CPAP), orthodontic appliances and exercise. It is questionable to use drugs in some cases. Should be avoided drugs that depress the central ventilatory control, such as sedatives, barbiturates, narcotics, analgesics, sedatives, muscle relaxants and alcohol. Surgical treatment should be considered whenever there is presence of an anatomecânica obstruction, which include tracheostomy, uvulopalatopharyngoplasty glossotomia, advancement surgery of the jaw or hyoid expansion.

Keywords: Apnea. Obstructive sleep apnea. Sleep disorders and polysomnography.

1 MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica caracterizada como estudo descritivo que utilizou livros, artigos e manuais sobre apneia pesquisados nos seguintes bases de dados: Lancet, Scielo, Lilacs, Medline, Pubmed e Efdeports. Foram usados os seguintes descritores para seleção dos artigos: apneia, apneia obstrutiva do sono, distúrbios do sono, obesidade e polissonografia. Quanto aos idiomas foram pesquisados artigos em português e inglês, entre os anos de 1987 e 2014. A pesquisa bibliográfica é a explicação de um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos científicos, livros ou documentos, buscando conhecimento e análise de um determinado assunto, tema ou problema (CERVO, 2002).

Primeiramente, foi realizada uma análise de títulos e conteúdos selecionando de acordo com os descritores e descartando os artigos que não estavam no contexto do tema; em seguida a seleção se deu por uma leitura minuciosa do material que melhor se adequasse à proposta pesquisada, levantando todos os aspectos relevantes para a produção da pesquisa.

2 PALAVRAS INICIAIS

O sono é definido em termos como uma suspensão normal do consciente e possui critérios eletrofisiológicos com ondas encefálicas específicas. O sono consome um terço da nossa vida, por isso nos últimos anos as patologias do sono ou suas implicações clínicas tornaram-se prioridade de estudo pela maioria da comunidade científica (CORDERO *et al.*, 2013).

A apneia do sono caracteriza-se por uma ausência de respiração durante o sono, sendo este o distúrbio mais comum que causa sonolência diurna excessiva (SDE). A síndrome

da apneia obstrutiva do sono (SAOS) refere-se a episódios de colapso completo ou parcial das vias aéreas durante o sono que levam a períodos de interrupção do fluxo de ar, normalmente durando, pelo menos de 10 a 15 segundos. É normal que ocorram episódios ocasionais de apneia, mas quando um indivíduo passa por episódios múltiplos durante a noite, induzindo sintomas como sonolência diurna, a condição é anormal e deve ser investigada (SCHENCK, 2003).

As apneias são caracterizadas como centrais (ou seja, neurogênicas), obstrutivas (periféricas) ou mistas. Na apneia central uma condição incomum relacionada a distúrbios do sistema nervoso central, os esforços para respirar cessam ou tornam-se mínimos. A apneia central caracteriza-se pela cessação do impulso respiratório proveniente dos centros cerebrais, de modo que as incursões diafragmáticas se interrompem por períodos de 10 a 30 segundos. O motivo pelo qual indivíduos obesos tendem a este quadro não é conhecido (WYNGAARDENP et al., 1993).

Na apneia obstrutiva, a forma mais comum de apneia do sono, os esforços respiratórios persistem e até mesmo se tornam incomumente proeminentes, porém ineficazes pela obstrução das vias aéreas superiores. A apneia do sono também pode ocorrer como uma manifestação tardia das doenças periféricas neuromusculares crônicas, incluindo a distrofia muscular miotônica e os distúrbios do neurônio motor (WYNGAARDENP et al., 1993).

Como ocorre em outros distúrbios do sono os pacientes podem mostrar alterações na personalidade, perda de memória e concentração, disfunção sexual, dores de cabeça e depressão. Entre os atletas a apneia do sono pode ser manifestada através de movimentos desajeitados durante os treinos, dificuldade

para lembrar de táticas e diminuição no desempenho escolar ou profissional. Alguns indivíduos com apneia do sono tornam-se hipóxicos durante seus períodos de apneia, o que pode levar a acidente vascular cerebral, ataques cardíacos, arritmias, pressão sanguínea elevada e insuficiência cardíaca (SCHENCK, 2003).

Na maioria dos pacientes o parceiro de cama ou de quarto observa episódios de cessação da respiração seguida por resfolego e suspiro. Alguns pacientes tornam-se conscientes das experiências de sufocamento noturno. Podem ocorrer movimentos corporais excessivos durante o sono, diaforese, enurese secundária, cefaleias precocemente pela manhã e impotência sexual (WYNGAARDENP et al., 1993).

Pacientes com SAOS sintomática apresentam, no mínimo, hipertensão arterial moderada e obesidade. A hipóxia e a retenção do dióxido de carbono associadas com eventos apneicos noturnos eventualmente podem induzir policitemia, hipertensão pulmonar, cardiomegalia, insuficiência do lado direito do coração, arritmias cardíacas persistentes, prejuízo cognitivo, desconforto psicológico e ruptura psicossocial (WYNGAARDENP et al., 1993).

A apneia do sono aumenta os riscos de acidentes automobilísticos, que é provavelmente resultado do motorista estar menos alerta enquanto dirige. Os resultados de um estudo com pacientes que tinham mais de 20 episódios de apneia por hora indicaram uma taxa de mortalidade de 37% em um período de oito anos (SCHENCK, 2003).

De acordo com Prado (2001), no Brasil, ainda não existem estatísticas das causas desses acidentes, por precariedade dos dados, o que leva à falta de adequada política para prevenção de

acidentes por motivo de sono. O sono é fator importante como causa de acidentes, mesmo quando imputado ao álcool, pois o efeito deste é aumentado pela privação do sono.

Nóbrega (1987) relata que nas crianças a SAOS pode ser causa da síndrome de morte súbita infantil (morte no berço). Quase todas as crianças até três meses, principalmente os prematuros, podem apresentar eupneias e apneias durante o sono. Tem relevância patológica aquelas crianças que durante o sono param de ventilar por mais de 10 segundos, tornam-se cianóticas, com arritmia cardíaca e acordam e precisam ser ressuscitadas.

Em alguns países foram desenvolvidos onerosos centros de treinamento de ressuscitação e tratamento para essas crianças, pois apesar de grande investimento ressuscitar um caso hígido em todos os outros aspectos tem grande compensação. São colocados alarmes no tórax destas crianças que sinalizam quando a expansão pulmonar deixa de ocorrer por tempo crítico, para que a criança seja ressuscitada prontamente (NÓBREGA, 1987).

Gestantes que apresentam uma história de sonolência diurna e a queixa, pelo parceiro, de um ronco ruidoso devem reforçar a suspeita de apneia do sono. Além disso, nas mulheres grávidas obesas, pode ser difícil a intubação da paciente durante a anestesia geral e, ainda, há um aumento da incidência de apneia do sono após o parto (QUEENAN, 2003).

É evidente o relato na literatura de uma diversidade de padrões respiratórios. De acordo com Magge (2005), Lippincott e Wilkins (2008) e Prentice (2012), os mesmos classificam-se em:

Tabela1: Principais Padrões da Respiração:

Termo	**Descrição**	**Possível Etiologia**
Eupnéia	Frequência e ritmo normais.	Respiração normal.
Hiperpnéia	Aumento anormal da profundidade e da frequência dos movimentos respiratórios.	
Dispneia	Dificuldade de respirar.	Obstrução da passagem de ar.
Taquipneia	Respirações rápidas, a frequência se eleva com a temperatura corporal em aproximadamente 4 incursões/ minuto para cada 0,6 C acima do normal.	Pneumonia, alcalose respiratória compensatória, insuficiência respiratória.
Apneia	Períodos de ausência de respiração.	Obstrução mecânica da via aérea. Condições que afetam o centro respiratório cerebral na parte lateral da medula oblonga.
Hiperventilação	Hiperpneia prolongada e rápida acarretando diminuição do nível sanguíneo de CO2.	Mesencéfalo, ponte.
Respiração em salva	As respirações sucedem numa sequencia desordenada com pausas irregulares entre elas.	Ponte, medula oblonga.

Fonte: MAGGE (2005); LIPPINCOTT, WILKINS (2008); PRENTICE (2012).

3 ETIOLOGIA

Wyngaardenp et al. (1993) relatam que múltiplos fatores em adição à obesidade podem contribuir para a etiologia da apneia do sono, inclusive predisposição inerente, hipotireoidismo e uma redução na menopausa dos efeitos estimulantes respiratórios dos hormônios progestacionais. A inspeção clínica habitualmente não detecta anormalidades anatômicas das vias aéreas superiores. Não obstante, áreas faríngeas menores foram demonstradas em alguns casos. A obstrução crônica vasomotora e a nasal podem aumentar a frequência de episódios apneicos. A ingestão de álcool, a bronquite por tabagismo e a privação do sono podem aumentar o número e a gravidade dos eventos apneicos do sono.

4 FATORES DE RISCO E EPIDEMIOLOGIA

Wyngaardenp et al. (1993) e Schenk (2003) relatam que a SAOS é um distúrbio de origem orgânica geralmente predominante em homens de meia-idade, em associação com obesidade e problemas cardiovasculares como hipertensão arterial. A obesidade e o sexo masculino são realmente fatores de risco, mas a condição tem sido observada com frequência cada vez maior entre homens e mulheres de todas as idades.

Ainda de acordo com Schenk (2003) e Prado (2001) a SAOS ocorre em 2 a 4% da população adulta, sendo a prevalência duas vezes mais comum em homens (4%) do que em mulheres (2%).

Além do mais, pesquisadores americanos revelam que apenas 3% dos portadores de distúrbios do sono procuram um médico especialista para tratar esta patologia (PRADO, 2001).

De acordo com Negrão e Barreto (2010) e Johannson (2011) dados epidemiológicos demonstram haver uma intensa ligação à obesidade com a apneia do sono e problemas respiratórios. Altos pesos corporais estão também associados com aumento em todas as causas de mortalidade. De todas as pessoas com apneia obstrutiva do sono cerca de 60-70% estão com sobrepeso ou obesos.

Para Wyngaardenp*et* et al. (1993) a relação entre a obesidade e a apneia do sono é muito clara, uma vez que os indivíduos com maior grau de obesidade não são necessariamente os mais afetados. Em obesos as vias respiratórias altas seriam obstruídas por um grande acúmulo local de tecido adiposo, muitas vezes em associação com micrognatismo e aumento das amígdalas e das adenoides.

A obstrução conduz à hipoventilação e a hipóxia que de alguma forma desencadeiam episódios apneicos que agravam ainda mais a hipóxia e a hipercapnia. Estes pacientes beneficiam-se da perda de peso e, algumas vezes, de ressecção cirúrgica de parte de tecidos obstrutivos. A sonolência diurna é comum nos pacientes obesos com apneia, devendo-se em parte à hipóxia e, em parte, à perturbação contínua do sono noturno, visto que tentem a acordar após cada episódio de apneia (WYNGAARDENP et al., 1993).

A alta prevalência da SAOS tem sido relatada em pacientes severamente obesos com doença hepática gordurosa não alcoólica (DHGNA). Em um recente estudo foram considerados 159 pacientes com DHGNA histológica e índice de massa corporal (IMC) <35 Kg/m2, e 80 pacientes controles pareados por idade, sexo e IMC. Risco de SAOS foi determinada pela positividade para Questionário de Berlim (QB) e sonolência diurna pela Escala Epworth de Sonolência (EES). Lesões no

fígado foram avaliadas de acordo com o escore de atividade da DHGNA. Em pacientes com DHGNA em risco de SAOS e sonolência observou-se uma maior prevalência de esteatose hepática não alcoólica (EHNA, 11/13, 85 % vs 72/146 , 49% , p = 0,018) e de fibrose clinicamente significante (estágio > 1 , 9 /13, 69 % vs 39/146 , 27% , p = 0,003). Ainda não se sabe a relação de causa e efeito (PULIXI *et al.,* 2014).

Em um ensaio clínico randomizado, publicado no British Journal Medicine, 63 homens com idades entre 30-65, com índice de massa corporal (IMC) de 30-40 e grave SAOS, definida como um índice de apneia-hipopneia > 15 (eventos / hora), todos tratados com CPAP, foram submetidos a um programa de perda de peso com duração de um ano, consistindo de uma dieta hipocalórica por um período de nove semanas, seguido de um programa de manutenção da perda de peso (JOHANSSON et al., 2011).

Dentre os 63 pacientes que iniciaram o programa, 58 completaram o período de dieta hipocalórica e iniciou o programa de manutenção de peso. Além do mais, 44 pacientes completaram o programa de forma integral. No início do estudo a média do índice de apneia-hipopneia foi de 36 eventos / hora (JOHANSSON et al., 2011).

Ainda no que se refere a este estudo Johansson *et al.* (2011) observaram que após o período de dieta hipocalórica houve uma diminuição do índice de apneia-hipopneia para menos de 21 eventos / hora (intervalo de confiança de 95% – 17 a – 25) e uma diminuição do peso em torno de 18 kg (-16 a –19; ambos p <0,001). Após um ano o índice de apneia-hipopneia tinha melhorado para menos de 17 eventos / hora (-13 a –21) uma diminuição do peso em torno de 12 kg (-10 a –14).

Após um ano de acompanhamento, foi observado que 30 pacientes dentre os 63 envolvidos (48%, 95%intervalo de confiança de 35% a 60%) não foi mais necessário utilizar o CPAP e 6 pacientes dentre os 63 pacientes envolvidos (10%, 2% e 17%) tiveram remissão total da SAOS (índice apneia-hipopneia <5 eventos / hora). Chegou-se à conclusão que a redução do peso corporal está diretamente relacionada à presença de SAOS (JOHANSSON, K. et al., 2011).

5 DIAGNÓSTICO

O diagnóstico clínico da SAOS inclui a quantificação do número de eventos apneicos, o grau de dessaturação de oxigênio associado, e o quadro clínico total do paciente (WYNGAARDENP et al., 1993).

De acordo com Prado (2001) o achado mais característico da apneia obstrutiva do sono é o ronco, resultado da vibração nas regiões palatofaríngeas ou esofagofaríngeas. O ronco sempre está presente em casos de apneias obstrutivas, mas podemos ter casos de roncos sem apneias, que denominamos roncos primários, sendo que apenas 20% dos indivíduos com ronco apresentam apneia.

O ronco e a apneia apresentam estágios contínuos da dificuldade de passagem do ar pela via aérea superior. Entre os dois extremos distingue-se quadro chamado de síndrome da hiper-resistência das vias aéreas superiores. O ronco, assim como a apneia, tende a aumentar com a idade. Estima-se que 60% dos homens e 40% das mulheres roncam regularmente entre 60 e 65 anos de idade (PRADO, 2001)

Os pacientes com apneia do sono obstrutiva caracteristicamente informam sonolência excessiva diurna, ataques de sono e repetitivas cessações de respiração noturna,

seguidas por breves despertares (provavelmente relacionados ao sufocamento ou à hipercapnia); a respiração retorna acompanhada por um resfolego ruidoso e sons de arfada. O distúrbio habitualmente tem seu início antes da idade de 40 anos (WYNGAARDENP et al., 1993).

Uma avaliação completa da suspeita de apneia do sono começa com uma história completa do sono. Uma história clínica e um exame clínico completo com avaliação otorrinolaringológica deve ser feito, além de medição do hematócrito, radiografia do tórax, eletrocardiografia e monitoração do ECG por 24 horas. Uma história familiar de ronco ruidoso ou sonolência diurna excessiva fornece um indício clínico importante. Deve ser avaliado o funcionamento psicossocial e vocacional do paciente. Por fim, o médico depende do resultado de uma avaliação laboratorial do sono com registro da respiração e uma oximetria para confirmar o diagnóstico e a sua gravidade (WYNGAARDENP et al., 1993).

Atualmente, exames clínicos sofisticados estão sendo amplamente utilizados para a avaliação e diagnóstico da SASO. Um destes exames é a polissonografia.

A polissonografia (PSG) é o estudo do sono realizado em laboratório e tem sido utilizado como padrão de referência para o diagnóstico de SAOS. Consiste no registro simultâneo de variáveis eletrofisiológicas, como a atividade elétrica cerebral (eletro-encefalograma), movimento dos olhos (eletro-oculograma), atividade dos músculos (eletromiograma), frequência cardíaca, fluxo e esforço respiratório, oxigenação do sangue (oximetria), ronco e posição corpórea (Health Quality Ontario, 2006).

A polissonografia mede diversas variáveis do sono, um dos quais é o índice de apneia-hipopneia (IAH) ou índice de

distúrbio respiratório (RDI). O IAH é definido como a soma de apneias e hipopneias por hora de sono. O IDI é definido como a soma de apnéias, hipopnéias e eventos respiratórios anormais por hora de sono. Muitas vezes, os dois termos são usados alternadamente. O IAH tem sido amplamente utilizado para diagnosticar SAOS. Geralmente, um IAH de mais do que cinco eventos por hora de sono é considerada anormal e o paciente é considerado como tendo um distúrbio do sono. Um IAH anormal acompanhado por sonolência diurna excessiva é a marca para o diagnóstico SAOS (Health Quality Ontario, 2006).

Em janeiro de 2005, o Colégio de Médicos e Cirurgiões de Ontário publicou que a polissonografia é considerada o teste padrão atual para os indivíduos nos quais se suspeita de SAOS (baseado em sinais e sintomas clínicos). A polissonografia num laboratório de sono é demorada e cara (Health Quality Ontario, 2006).

Com a evolução da tecnologia surgiram dispositivos de monitoração que estão disponíveis para uso domiciliar. Há uma discussão considerável a respeito de qual equipamento específico deve ser usado e quando um monitor portátil pode ser usado no lugar de um estudo formal. Um médico familiarizado com distúrbios do sono pode determinar se é necessário um estudo formal ou se o paciente pode usar um dispositivo de monitoração em casa. As dificuldades surgem, no entanto, ao tentar avaliar e comparar a eficácia diagnóstica em casa contra o PSG em laboratório (SCHENCK, 2003).

Balbani e Formigoni (1999) mencionam em seu trabalho o exame chamado de Manobra de Muller. Este exame consiste na inspiração forçada com o nariz e a boca fechados, enquanto o fibroscópio é posicionado em dois níveis diferentes: na nasofaringe

e hipofaringe, determinando-se o ponto de maior estreitamento. De acordo com a tabela 2, podemos observar a graduação do colabamento em cada nível, de acordo com a redução da área de secção transversal da via aérea durante a manobra:

Tabela 2: Graduação da Manobra de Muller.

Graduação	**Grau I**	**Grau II**	**Grau III**
Redução da luz da via aérea	Colapso mínimo	Redução de 50% da luz da via aérea	Redução de 75 a 100% da luz da via aérea
Nível do Colabamento	Retropalatal	Retropalatal e retrolingual	Retrolingual

FONTE: Balbani e Formigoni (1999).

Um estudo de Petri et al. mostrou que numa série de 30 pacientes submetidos a essa avaliação não foi encontrado nenhum indivíduo com colabamento de hipofaringe sem fechamento velofaríngeo associado (BALBANI, FORMIGONI, 1999).

Não existem critérios claros para quando um tratamento com uma terapia específica deve ser usado. O nível dos sintomas, a presença de obstrução, o índice de apneia e a quantidade de dessaturação de oxigênio (diminuição de oxigênio na corrente sanguínea) devem ser, todos, considerados quando o médico está tentando determinar que tipo de tratamento recomendar e o quanto deve ser agressivo. Os tipos de tratamento incluem medidas gerais, tratamento farmacológico, tratamento cirúrgico e tratamento com dispositivos mecânicos (SCHENK, 2003).

6 TRATAMENTO NÃO CIRÚRGICO

É recomendável o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar no tratamento da SAOS, já que a ela são atribuída diversas razões de causa como obesidade, problemas cardiovasculares e orais, sendo necessário o acompanhamento de médicos, nutricionistas, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas e educador físico (DOMINGOS et al., 2011).

Atualmente têm siso usados dispositivos mecânicos para tratar a apneia do sono, incluindo aparelhos odontológicos e pressão positiva contínua nas vias aéreas (PPCVA) nasais. Por outro lado, o PPCVA pode ser tão eficaz quanto uma traqueostomia (um orifício permanente na garganta para respirar) na maioria dos pacientes (SCHENK, 2003).

A PPCVA usa uma máscara que sela o nariz, fornecendo pressão constante nas vias aéreas para evitar que os tecidos moles sofram colapso e obstruam as vias. Além de reduzir os sintomas da apneia do sono, a PPCVA reduz as complicações associadas, incluindo hipertensão, arritmias e insuficiência cardíaca (SCHENK, 2003).

O CPAP é utilizado por meio de uma máscara nasal. É o tratamento padrão para a SAOS. Este equipamento age como uma tala pneumática que mantém a permeabilidade das vias aéreas superiores durante o sono e impede a oclusão das vias respiratórias. Os pacientes tratados com CPAP apresentam melhor troca gasosa noturna, menos sonolência diurna e fadiga. Geralmente o CPAP nasal é bem tolerado (BRADLEY; SHAPIRO 1993).

O tratamento com a aplicação de máscara de ar com CPAP não leva em consideração o local da obstrução, pois a pressão do CPAP será em toda a via aérea, desde o nariz até a traqueia e os brônquios. Porém utiliza-se naqueles casos com

índice de apneia acima de 40 eventos por hora de sono, ou seja, nos casos graves, pois o paciente com índice baixo de apneia não tolera bem a máscara e dificilmente aceita essa modalidade de tratamento. Já o paciente com índice alto de apneia tolera bem o aparelho por apresentar melhora imediata. Tanto a apneia obstrutiva como alguns casos de apneia central respondem bem ao CPAP (PRADO, 2001).

Vários aparelhos odontológicos têm sido estudados e embora existam poucos bons resultados provando a sua utilidade podem ser considerados em casos leves ou quando outras terapias provarem-se ineficazes (SCHENK, 2003).

A abordagem conservadora que ganhou popularidade devido à sua eficácia no tratamento de distúrbios respiratórios do sono é o uso de aparelhos de reposicionamento mandibular. Estes aparelhos foram aceitos pelo American Sleep Disorders Association Standards of Practice Committee em 1995; a ideia é aumentar o fluxo de ar através da orofaringe através do reposicionamento da mandíbula para baixo e para frente. Entre as condições para a utilização de aparelhos de reposicionamento mandibular os pacientes devem ter um número mínimo de dentes em boas condições para manter os aparelhos no local e não deverão ter problemas na articulação temporomandibular, o que poderia piorar usando esses aparelhos (DOMINGOS et al., 2011).

Um estudo publicado no Brazilian Journal of Otorhinolaryngology demonstrou a aplicabilidade do uso de aparelhos ortodônticos no tratamento da SASO. No caso, um paciente do sexo masculino, 33 anos e IMC de 21.5, apresentava ronco, irritabilidade e sonolência diurna. Um exame otorrinolaringológico revelou otoscopia normal bilateralmente; desvio de septo nasal à esquerda; a manobra de Müller positiva

na orofaringe; laringe, com aspecto normal; boca e orofaringe: dentes em bom estado, palato, úvula e língua dentro dos limites normais; amídalas de grau II Malampati; sem alterações ósseas craniofaciais (DOMINGOS et al., 2011).

Ainda no que se refere a este estudo Domingos et al. (2011) relatam que o exame odontológico revelou condições dentárias, periodontais e temporomandibulares satisfatórios. Posteriormente, este paciente foi submetido ao exame de polissonografia e os resultados foram: IAH – 33 / h; 2 apnéias / h e 31 hipopnéias / h ; 86 % de saturação de oxi-hemoglobina mínimo. O IAH foi classificado como grave.

Após a avaliação clínica e otorrinolaringológica, foi concluído que o paciente não teve alteração anatômica significativa que poderia justificar a cirurgia, ou que poderia explicar o aumento do IAH. Por isso, decidiu-se usar um aparelho de reposicionamento mandibular. Após o exame clínico odontológico, colocação do aparelho de reposicionamento mandibular e controle o paciente foi submetido a uma segunda polissonografia, que produziu os seguintes resultados: IAH – 2 / h durante o uso do aparelho, 0 apnéias / h e 2 hipopnéias / h , 90 % de saturação de oxi-hemoglobina mínimo. O IMC neste exame foi de 21. 8. (DOMINGOS et al., 2011).

Medidas gerais como perda de peso e abstenção de substâncias que agravem a apneia do sono devem ser recomendadas para todos os pacientes sintomáticos. Condições contribuintes como hipotireoidismo devem ser tratadas. Dormir em decúbito dorsal tende a aumentar os sintomas e dormir de lado tende a diminuí-los, por isso os pacientes devem tentar diferentes posições para dormir. Embora a perda de peso seja difícil de conseguir, pode reduzir o número de episódios de apneia e deve ser encorajada. Faixas nasais comercializadas

que ajudam a abrir as passagens das vias aéreas geralmente são inúteis porque a obstrução que causa a apneia do sono costuma ser mais distal que o nariz (SCHENCK, 2003).

Eliopoulos (2001) considera ainda que deve ser evitado dormir em supino porque esta posição possibilita que a língua vá para trás e bloqueie a via aérea. Álcool e outras substâncias com efeitos depressivos devem ser evitadas, pois podem piorar o problema ao diminuir o impulso respiratório e relaxar os músculos da garganta.

6.1 Tratamento Cirúrgico

O tratamento cirúrgico deve ser considerado sempre que houver presença de uma obstrução anatomecânica. O tipo de cirurgia deve ser orientado pela localização da obstrução. A remoção de pólipos nasais, tonsilas avolumadas e adenoides ou correção cirúrgica de outras anormalidades podem ser muito bem sucedidas quando realizadas na população adequada de pacientes (SCHENCK, 2003).

O tratamento cirúrgico da SAOS inclui traqueostomia, uvulopalatofaringoplastia, glossotomia, cirurgia de avanço da mandíbula ou expansão hioide. A uvulopalatofaringoplastia por laser (LAUP) está indicada para casos de ronco sem ou com grau leve de apneia (PRADO, 2001).

A traqueostomia deve ser usada como última alternativa de tratamento. Ela é altamente eficaz para indivíduos geralmente afetados nos quais outras opções de tratamento falharam (SCHENCK, 2003).

Os tratamentos cirúrgicos devem ser reservados para os casos cujo tratamento clínico seja inviável ou quando existe doença cirúrgica que contribua decididamente para o distúrbio respiratório e que seja por si só passível de correção cirúrgica.

Exemplificando, contribuindo de maneira importante para o aparecimento de apneia, principalmente em crianças. Nesse caso, a amigdalectomia está indicada e plenamente justificada (PRADO, 2001).

7 FÁRMACOS

Tanto Schenck (2003) quanto Prado (2001) corroboram em seus estudos que o tratamento farmacológico em geral não é especialmente útil.

Protriptilina (Vivacitil®) é um antidepressivo tricíclico não-sedativo que parece trazer algum benéficio e pode ser considerado em casos leves ou quando outras terapias não são toleradas. O uso de oxigênio suplementar para minimizar os efeitos nocivos de baixa saturação de oxigênio também pode ser considerado para pacientes com dessaturações significativas (SCHENCK, 2003).

Para alguns casos de SAOS medicamentos antidepressivos tricíclicos apresentam sua eficácia ao aumentar o tônus muscular da orofaringe, além de suprimirem o sono REM, particularmente útil nos casos de apneias restritos a esse estágio do sono. A teofilina® e aminofilina® são úteis em casos de apneia central. A progesterona também tem sido utilizada como agente estimulante respiratório e é útil em alguns casos de apneia central. A acetazolamida pode ser usada em casos de apneia obstrutiva em pacientes obesos. Elevar a cabeceira da cama aproximadamente 15 cm pode reduzir as apneias em alguns casos e funciona como método auxiliar no tratamento (PRADO, 2001).

Wyngaarden (1993) e Schenk (2003) também concordam que devem ser evitadas as drogas que deprimem o controle ventilatório central como sedativos, barbitúricos, narcóticos, analgésicos sedantes, relaxantes musculares e álcool.

PALAVRAS FINAIS

A realização deste estudo permitiu obter informações relevantes sobre a SAOS. De todo o exposto, pode-se identificar que a SAOS é predominantemente uma patologia associada a homens de meia idade. Os altos índices de obesidade, acidentes automobilísticos e doenças cardiovasculares estão diretamente relacionados a SAOS. Por outro lado, crianças e mulheres também podem desenvolver a doença. A SAOS é uma patologia preocupante e está predominante em 4% dos homens e 2% das mulheres. Pode-se afirmar que o ronco está diretamente associado à SAOS, fato este se deve devido à obstrução das vias aéreas superiores. Infelizmente, este índice aumenta com a idade, já que 60% dos homens e 40% das mulheres roncam regularmente entre 60 e 65 anos de idade. O meio de diagnóstico habitualmente utilizado é a avaliação clínica, quando pacientes com SAOS apresentam sonolência diurna, ronco e problemas cardiovasculares. Além do mais, o sofisticado exame de polissonografia está amplamente utilizado para o diagnóstico e avaliação da SAOS. Nesse contexto, durante o tratamento é recomendado à perda de peso (dieta e exercícios físicos) e a não ingestão de drogas supressoras do SNC. Fármacos geralmente não possuem efeitos significativos. É recomendável o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar no tratamento da SAOS, já que a ela são atribuídas diversas razões de causa como obesidade, problemas cardiovasculares e orais, sendo necessário o acompanhamento de médicos, nutricionistas, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas e educador físico. O tratamento convencional utilizando o CPAP e aparelhos ortodônticos para corrigir o reposicionamento da mandíbula surtem grande efeito. O tratamento cirúrgico para retirar tonsilas e adenoides (obstrução das vias aéreas), traqueostomia

e uvulopalatofaringoplastia por laser está recomendado após uma criteriosa avaliação médica. Enfim, são sugeridos mais estudos criteriosos na área com a finalidade de aprimorar o conhecimento na evolução e tratamento da patologia descrita.

REFERÊNCIAS

BALBANI, A. P. S.; FORMIGONI, G. G. S. Ronco e síndrome da apnéia obstrutiva do sono. **Rev. Assoc. Med. Bras**. vol.45 n.3 São Paulo July/Sept. 1999.

BRADLEY T. D., SHAPIRO C. M**. ABC of sleep disorders. Unexpected presentations of sleep apnoea: use of CPAP in treatment.** BMJ 1993; 306:1260 (Published 08 May 1993).

CERVO, A. L.; BEVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hal, 2002, 223p.

CORDERO M. J. A. et al. **Influencia de un programa de actividad física en ninos y adolescentes obesos com apnea del sueno;** protocolo de estúdio. Nutrición Hospitalaria. 2013; 28(3):701-704 ISSN0212-1611 – CODEN NUHOEQ S.V.R. 318.

DOMINGOS, R. G.; DOLCI, J. E. L.; HARASHIMA, T. **Obstructive sleep apnea**: clinical results of a case treated with an oral appliance. Braz. j. otorhinolaryngol. (Impr.) vol.77 no.4 São Paulo July/Aug. 2011

ELIOPOULOS. C**. Enfermagem Gerontológica**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

HEALTH QUALITY ONTARIO. **Polysomnography in patients with obstructive sleep apnea**: an evidence-based analysis. Ont. Health Technol. Assess. Ser. 2006; 6 (13):1-38. Epub, 2006 Jun 1.

JOHANSSON, K. et al. **Longer term effects of very low energy diet on obstructive sleep apnoea in cohort derived from randomized controlled trial:** prospective observational follow-up study. British Medical Journal 2011;342:d3017.

LIPPNINCOTT, W.; WILKINS. **Fundamentos de Enfermagem.** Série Incrivelmente Fácil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MAGEE D. J. **Avaliação musculoesquelética**. 4. ed. Barueri: Manole; 2005.

NEGRÃO, C. E.; BARRETO A. C. P. **Cardiologia do exercício**: do atleta ao cardiopata. 3. ed. Barueri, SP : Manole, 2010, p.408.

NÓBREGA. F. J. **Clínica Pediátrica.** Rio de Janeiro – RJ: Guanabara Koogan S. A., 1987.

PRADO, F. C.; RAMO, J.; VALLE, J. R. **Atualização Terapêutica**. 2. ed. São Paulo – SP: Artes Médicas LTDA, 2001.

PRENTICE E. W. **Fisioterapia na Prática Esportiva**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

PULIXI, E. A. et al. Risk of obstructive sleep apnea with daytime sleepiness is associated with liver damage in non-morbidly obese patients with nonalcoholic Fatty liver disease.**PLoS One.** 2014 Apr 24;9(4):e96349. doi: 10.1371/journal.pone.0096349. eCollection, 2014.

QUEENAN. J.T. **Gestação de Alto Risco**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Roca; 2003.

SCHENCK JR. **Medicina Esportiva** – Treinamento Atlético. 3. ed. São Paulo: Roca, 2003.

WYNGAARDEN. SMITH. BENNET. **Cecil Tratado de Medicina Interna**. 19. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1993. Vol 1 e 2. P. 2108

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Gestão Ambiental

AVALIAÇÃO SISTÊMICA DO CÓRREGO CAPELA VELHA – QUIRINÓPOLIS (GOIÁS)[42]

SYSTEMIC EVALUATION OF STREAM CAPELA VELHA– QUIRINOPOLIS (GOIÁS STATE)

Mírian Maria de Paula [43]
Indomar Lopes de Moraes Filho [44]

RESUMO

Quirinópolis, município localizado no Sudoeste Goiano, está em ascensão devido à chegada da indústria da cana-de-açúcar. A industrialização e o crescimento urbano vieram ocasionando grandes modificações no setor nordeste/norte da cidade. O estudo da avaliação ambiental do Córrego Capela Velha que hoje faz parte do meio urbano-rural visa observar a ocupação através do processo de urbanização que tem alterado a paisagem e interferido na qualidade dos recursos hídricos, caracterizando uma visível degradação ambiental em seus 4.624 metros de curso. O curso d'água do Córrego Capela Velha abrange loteamentos que estão em processo de construção civil acelerada, com implantação de infraestrutura de pavimentação e galerias pluviais, onde foi possível observar impactos significantes nas suas margens devido às ações antrópicas. Os métodos para a pesquisa se basearam em roteiros e visitas técnicas em campo, a identificação dos impactos ambientais

[42] Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Quirinópolis.

[43] Geógrafa. Mestre em Análise Ambiental. Coordenadora e Professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAQUI e Professora do Curso de Geografia da UEG/Quirinópolis. E-mail: miriangeo_ueg@yahoo.com.br

[44] Acadêmico Egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Quirinópolis. E-mail:indomarlopes@hotmail.com

com registro fotográfico auxiliado de imagens de satélite (Google Earth) e para localização das áreas do córrego utilizou o equipamento portátil GPS (Sistema de Posicionamento Global). Como resultados foram identificados em todo seu percurso, impactos ambientais relacionados à retirada da cobertura vegetal, acelerado processo de assoreamento, impermeabilização do solo, impactos significativos na saída das galerias pluviais, o uso inadequado da água e, por fim, o acúmulo de resíduos sólidos com grande presença de sacolas plásticas e garrafas pet. Percebe-se então que o ponto mais frágil em seu percurso são as galerias pluviais, que além da passagem da água da chuva existe o fato da limpeza das residências, automóveis e quando há o entupimento do esgoto há o vazamento de toda aquela água oriunda das residências, comércio e indústria que, além disso, libera mau cheiro.

Palavras-chave: Avaliação ambiental. Córrego Capela Velha. Urbanização.

ABSTRACT

Quirinópolis, is a city located in the Southwest of Goiás, and the city is growing because of the sugar cane industry installed in the city. The industrialization and urban growth came causing major changes in the northeast / north sectors of the city. The study of the environmental evaluation of the Old Chapel stream, which is now part of the urban-rural aims to observe the occupation through the urbanization process that has changed the landscape and affected the quality of water resources, featuring a visible environmental degradation in its 4624 meters of its course. The Old Chapel stream covers allotments that are in civil acceleration construction process by the deploying of infrastructure with paving and pluvial sewers, where we could

see significant impacts on its shores because of the human actions. The methods for this research were based on scripts and countryside visits and, to help to identify the environmental impacts it were used photographic resources and satellite images (Google Earth) and to identify the stream areas it was used a portable resource called GPS (Global Positioning System). The results that were identified throughout the stream course are: environmental impacts related to the vegetation removal, the fast process of sedimentation, soil sealing, significant impacts on the pluvial sewers exits, improper use of water, and to top it off the accumulation of solid wastes including a large number of plastic bags and plastics bottles. So it could be noticed that the weakest point in its course are the pluvial sewers, which beyond the Rainwater passage, the housecleaning water, the cars cleaning water and when there is no sewage obstruction there is a leakage of all that water coming from the houses, the markets, and industries, which also, liberates a bad smell.

Keywords: Environmental evaluation. Old Chapel Stream. Urbanization.

1 PALAVRAS INICIAIS

O rápido aumento de pessoas no meio urbano é fato da industrialização e o acelerado crescimento demográfico de uma região. Os povos mais antigos buscavam locais que ofereciam melhores condições de vida, terras férteis, uso dos recursos naturais, a prática da agropecuária, a dessedentação de animais e abastecimento público. Como a maioria das cidades se desenvolve em meio às margens de córregos e rios, veio o problema dos impactos ambientais sobre os recursos hídricos, por isso a importância de conservar esses ambientes. A cidade de Quirinópolis-Go, como outras cidades não foi planejada, cresceu e se expandiu sem um plano de urbanização.

É preocupante a cidade se desenvolver sem um planejamento adequado. O município sofre com relação à qualidade de vida da população. Com isso gera uma série de conseqüências negativas como aumento dos veículos no perímetro urbano, consumo dos recursos naturais, desenvolvimento desordenado, pobreza, transporte e educação.

O Córrego Capela, objeto de estudo do presente trabalho, se situa a montante do Lago Sol Poente em Quirinópolis. O que vem ocorrendo são grandes transformações no meio antrópico em seu entorno. Entre essas transformações se caracterizam:

- A ocupação de áreas às margens do córrego;
- Assoreamento e erosão no corpo d'água e na saída de tubulações em galerias de águas pluviais;
- Dessedentação de animais;
- Escoamento superficial com arraste de solo.

Este estudo visa avaliar os danos ambientais e seus impactos decorrentes de escoamento das águas pluviais e uso e ocupação do solo. Ajuda a entender as causas e conseqüências dessa urbanização acelerada sem planejamento.

É importante ressaltar que a água, assunto relevante de pesquisa, necessita de sua preservação já que é à base de tudo no planeta terra. Nós seres humanos, animais e vegetais necessitamos desse bem precioso, faz parte de todo o processo da vida, é a sustentação do planeta, só que a cada dia vem perdendo sua qualidade devido à péssima utilização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pós-época Revolução Industrial, as indústrias mudaram seus planos de produção, impulsionando assim a economia e obrigando a investir em mão-de-obra. Algumas se destacaram

migrando para cidades menores, ou seja, a atividade comercial incentivou o ressurgimento da vida urbana. Assim, houve a vinda de trabalhadores do campo para a cidade, com isso o campo foi perdendo suas características. Melhores condições de vida, educação, emprego, saúde e a troca de máquinas pelo homem foram um dos fatores que contribuiu para esse processo.

Ao mesmo tempo em que algumas pessoas foram para as cidades após o fracasso agrícola, com a esperança de encontrar emprego no setor industrial, é possível observar o outro lado da transformação rural "[...] os moradores mais ricos das cidades expandindo sua atividades econômicas e investimentos nas áreas rurais" (MORAN, 2010, p. 155).

A Resolução CONAMA 01/86 define impacto ambiental como:

> [...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Todo e qualquer tipo de modificação no meio ambiente negativa, positiva, grande ou pequena, é o resultado de atividades antrópicas e de fatores naturais. São vários tipos de atividades de impactos negativos significativos, exploração, instalação, extração e outros que apesar de gerar pouco impacto é considerado como impacto ambiental. Antes mesmo de fazer uma exploração de madeira ou instalação de uma indústria é fundamental o estudo de impacto ambiental, para que antes possa haver prevenção no ambiente que poderá sofrer com a execução.

Para Sanchez (2008) se o impacto ambiental é uma alteração do meio ambiente provocada por ação humana, então é claro que tal alteração pode ser benéfica ou adversa. Mais que isso, um projeto típico trará diversas alterações, algumas negativas, outras positivas.

O estudo de impacto ambiental julga o controle dos danos ambientais e se comprovado perigo a meio ambiente o mesmo deve expor sobre os meios de minimizar ou evitar o prejuízo. Faz-se a exigência de elaborar um relatório feito por profissionais de diversas áreas com uma linguagem técnica e que contenha os tipos de atividades no projeto, acompanhado da avaliação de impacto ambiental (AIA).

A cidade, especialmente a metrópole, exerce uma atração sobre a população de sua região de influência: seu crescimento demográfico é, assim, superior ao seu crescimento vegetativo. Esta atração define migrações definitivas nas quais os migrantes acabam tornando-se citadinos (CORRÊA, 1989).

A grande cidade pode também investir recursos no campo e em cidades menores, criando, assim, trabalho. O desenvolvimento agrícola, a difusão da indústria na região de influência, a extensão das zonas de residência Peri – urbana, a organização de áreas de recreação e de reservas naturais e a promoção dos habitantes da região aos níveis de renda semelhantes aos dos habitantes da grande cidade seriam resultados positivos dos investimentos realizados pela cidade. A ideia da cidade como centro difusor do desenvolvimento regional está assim presente entre os geógrafos que trabalharam a temática cidade-região (CORRÊA, 1989).

2.1 Problemas do Urbanismo

Urbanismo ou urbanização está inserido na sociedade em um processo de crescimento demográfico que parte de estudos

de uma cidade, que corresponde a uma pressão da sociedade, enfrentando e mostrando seus problemas. O termo urbanismo pode ser entendido como conjunto de práticas e caracteriza-se a ideia do capital de uma região, são famílias migrando da zona rural para os centros urbanos. Lira (2006, p. 50) afirma:

> Nos países subdesenvolvidos e nos países em desenvolvimento como o nosso, a ocupação do espaço urbano se faz marcada pelo déficit habitacional, pela deficiência de qualidade dos serviços de infraestrutura,pela ocupação predatória de áreas inadequadas, pelos serviços de transporte deficientes, estressantes e poluentes, pela agressão frontal ao meio ambiente natural e ao meio ambiente construído [...]

Nas grandes cidades podem-se destacar vários problemas do urbanismo, o tráfego que é "o conjunto das trocas de toda a espécie, materiais e espirituais, entre a cidade, sua região, o vasto mundo e no interior dela própria, é a manifestação mais tangível da vida urbana". A movimentação no meio urbano seja pela terra, ou ar trouxe consigo várias consequências à vida urbana; esses acessos do meio local se caracteriza por uma estrada, ferrovia e até então o acesso à água. Em outros tempos a rua podia preencher duas funções, sendo que a primeira consistia em canalizar o tráfego e a segunda em vertebrar o retalhamento do solo. Atualmente é necessário separar o caminho dos pedestres da trajetória dos veículos (BARDET, 1990).

A urbanização gera enormes problemas: "deteriora o meio ambiente urbano, provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico e modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana" (SILVA, 2010, p. 27).

Durante a urbanização os espaços permeáveis, inclusive áreas vegetadas e bosques, são convertidos para usos que, geralmente, provocam o aumento de áreas com a superfície

impermeável, resultando no aumento de volume de escoamento superficial e da carga de poluentes (ARAÚJO et al, 2011).

Os problemas de higiene e de conforto não são diferentes e na concepção de Bardet (1990) ao estabelecer uma aglomeração devemos nos distanciar dos solos que possam conter emanações perigosas ou água em excesso, carreiras abandonadas ou minas, penhascos roídos pelo mar, meandros e dunas móveis e, de maneira geral, de toda posição topográfica não estabilizada. Sabe-se que a água como necessidade de toda vida é o grande efeito uma fixação das aglomerações que surgem.

Esses movimentos migratórios são intensos devido à industrialização e urbanização, assim que esses movimentos se concentram em áreas periféricas das cidades, em condições precárias de sobrevivência e em estado de total desorganização social.

Os grandes centros urbanos hoje enfrentam grandes problemas em qualquer setor; pode-se perceber que é fácil identificar a grande desigualdade social. Na periferia não há infraestrutura adequada, não há tratamento da água, recolhimento do lixo doméstico diário, então quanto maior uma cidade mais endividada ela é, deixando assim de mostrar sua função social e econômica.

O afluxo das populações operárias para as cidades modernas levou à noção, contemporânea e desumana, de subúrbios exclusivamente operários. Os problemas econômicos e sociais impulsionaram assim a uma obrigação de organização do espaço, a necessidade de pôr ordem igualmente levou a considerar as zonas ditas industriais separadas das zonas residenciais, bem como a preservar as pequenas casas de campo da vizinhança indesejável dos prédios de aluguel (BARDET, 1990).

2.2 Meio Ambiente

A política nacional do meio ambiente (PNMA) estabelecida pela lei n°6.938 de 1981, define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

O direito à moradia nas cidades brasileiras envolve o conhecimento da ocupação e crescimento das cidades. Processo de urbanização e industrialização contribuiu para o desequilíbrio da cidade e desigualdade social.

Muitas cidades brasileiras são fruto de ocupações irregulares, acabam provocando um aumento populacional nas áreas urbanas e a cidade não mais suporta. Então algumas pessoas acabam invadindo áreas de preservação ambiental para estabelecer suas moradias, deixando de lado o perigo e riscos que esses locais oferecem.

É importante que a cidade viva com atenção para a defesa do meio ambiente, por isso o Poder Público deve adotar medidas urgentes e investir em melhores condições de vida, saúde, emprego, lazer, educação ambiental para as presentes e futuras gerações. O mais preocupante é que a geração atual vem mostrando que não tem controle para a preservação do meio ambiente que sofrerão as próximas gerações.

3 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO

Foram feitas visitas em um trecho delimitado conhecido como Córrego Capela Velha, que também faz parte de um dos cursos d'água que drena a cidade, localizado na área urbano-rural de Quirinópolis – Goiás. A vegetação do local é composta pelo cerrado tipo savana, tendo em seu entorno atividades

agropecuárias e área urbana da cidade; o clima é tropical, sendo que a região só possui duas estações definidas, verão (chuva) e inverno (seco). Se tratando de geomorfologia, a região está localizada na Bacia Sedimentar do Paraná no domínio morfoestrutural, o solo predominante do local é o latossolo e podzólico. A temperatura oscila entre 20° C a 27° C. O local é um dos principais pontos turísticos da cidade, onde são realizados todo ano eventos organizados pela prefeitura.

Foi possível observar e registrar em fotos os problemas ambientais existentes. Mostra alguns pontos críticos de impacto, atividades antrópicas existentes, uso do solo e outros aspectos ambientais negativos. A fim de identificar o quanto esses tipos de atividades existentes durante o percurso estudado estão contribuindo para a degradação ambiental.

FIGURA 1: Localização do Córrego Capela Velha

FONTE: Google Earth (2012). Organização: LOPES (2012)

4 METODOLOGIA

Serviu como base para a elaboração do presente trabalho, o Córrego Capela Velha que faz parte do meio urbano do município de Quirinópolis – Goiás. A cada dia este apresenta uma grande concentração populacional, ocasionando assim uma maior impermeabilização da área.

A metodologia da pesquisa envolveu revisão bibliográfica, identificação de imagem de satélite da área drenada pelo Córrego Capela, identificação do uso antrópico, vistoria ao longo do córrego e fotografias com a identificação dos impactos ambientais. Foi utilizado aparelho GPS, câmera fotográfica KODAK M351, blocos para anotações e computador para digitalização dos dados obtidos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se considerar que o Córrego Capela Velha já faz parte da cidade e persiste no contraste urbano-rural. Jardim Vitória e Bairro Morumbi situam as margens do Córrego Capela, ambos estão 100% concluídos toda sua infraestrutura. Ainda estão sendo implantados dois bairros, Bairro Santo Antônio e Jardim Vitória.

Verificou-se 10 chácaras à direita do córrego, todas tendo como atividade principal agropastoril, com o cultivo de hortaliças, criação de gado, porcos, entre outros, em pequeno porte que mesmo assim influenciam em todo o córrego, na qualidade da água e em matas de galeria.

Os Pontos 01 e 02 (Figuras 2 e 3) podem ser considerados os pontos com melhor conservação. As áreas estão bem protegidas, principalmente o Ponto 02 onde a água da represa sai e percorre uma área de reserva legal de aproximadamente 114 metros, com características de cerradão. Já o Ponto 03 é uma segunda represa à jusante do Lago e não há indícios de degradação ao seu redor.

FIGURA 2: Represamento das águas da primeira nascente do Córrego Capela Velha

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

FIGURA 3: Nascente principal do Córrego Capela Velha

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

O Ponto 03 (Figura 4) mostra uma grande falha no sistema de drenagem do bairro, já que as galerias abaixo não suportaram a quantidade de resíduos recebidos. Este local já tem alterada a sua estrutura física e futuramente irá ter um evento constante porque até mesmo o bairro está sendo ainda ocupado; não há

100% de ocupação (residências), e com o aumento a demanda será maior e até mesmo pior.

FIGURA 4: Falha no sistema de drenagem no loteamento à margem esquerda do Córrego Capela Velha

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

No Ponto 04 (Figura 5) podem-se observar as erosões na saída da tubulação da galeria de águas pluviais.

FIGURA 5: Galeria pluvial na margem esquerda do Córrego Capela Velha

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

O ponto 5 mostra a forma como alguns usuários usufruem da água de maneira incorreta (Figura 6), assim indicando danos ambientais às águas superficiais do Córrego Capela Velha.

FIGURA 6: Local conhecido com "Biquinha", no Córrego Capela Velha.

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

É possível notar que em todo local que for feita a construção de casas habitacionais a vegetação é retirada, ficando somente exposta a terra sem nenhum tipo de barreira como as plantas e gramíneas (Ponto 6) (Figura 7). Essa área sem proteção pode ficar até seis meses ou mais exposta a períodos chuvosos e/ou secos, sendo que essa terra toda é carregada diretamente para o córrego, comprometendo assim alguns trechos do mesmo (Ponto 7) (Figura 8). Nesse caso, no trecho assoreado foi feito uma abertura para a instalação de uma galeria pluvial.

FIGURA 7: Local que mostra a retirada da vegetação nativa para loteamento

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

FIGURA 8: Curso do Córrego Capela Velha com processo de assoreamento

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

O Ponto 8 (Figura 9), ponto já crítico e impossível de ser solucionado o problema, pois a parte assoreada serve apenas de pouso de aves e procura de alimentos.

FIGURA 9: Parte do Lago que mostra processo de assoreamento

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

No percurso do córrego foi fácil encontrar várias atividades antrópicas. Percebeu-se a pouca preocupação com a degradação ambiental como o assoreamento, a forma de usufruir a água, a saída das galerias de águas pluviais sem nenhuma proteção, tendo conhecimento que essa água da rua é contaminada por agentes presentes em solos urbanos. O Lago Sol Poente localizado nas coordenadas geográficas (18°26'31.68"S, 50°27'43.45"O) situa-se na parte baixa da cidade onde em seus arredores se localizam o Conjunto Capelinha, Bairro Tonico Bento e alguns sítios que se caracterizam como atividade de pastagem. Constata-se que

o lago acima é totalmente eutrofizado, é possível perceber grandes quantidades de garrafas pet, sacos plásticos, matéria orgânica e a dessedentação de animais e raro se ver a prática da pesca e lazer (Ponto 09) (Figura 10).

FIGURA 10: Lago poluído

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Considerado crítico o Ponto 10 (Figura 11), visto que é impossível a prática da pesca, lazer e dessedentação, isso porque o lago é totalmente coberto de plantas aquáticas. Durante período de seca e calor intenso é possível notar a presença de capivaras e outros animais silvestres e nativos do cerrado, é um local de lazer não só para o homem mas também para os animais. Isso deve-se à pouca preocupação da população e órgão público em relação às questões ambientais.

FIGURA 11: Lago eutrofizado

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Córrego Capela Velha encontra-se em uma área que atualmente está sujeita às ações da urbanização acelerada; é possível verificar os impactos ambientais e a degradação em seu curso d'água que está extremamente ligado à ação antrópica. São identificadas pequenas propriedades rurais que exercem atividades agropastoris de subsistência e paralelamente estão os loteamentos.

Considera-se de que a maiorias das cidades são formadas a margens de rios, então a vegetação é retirada e colocadas em risco as matas de galerias, impondo assim a essas margens um risco maior de deslizamento, afetando a qualidade da água. Sem contar que em épocas de chuvas a água escorre nas áreas impermeáveis levando consigo o lixo e vários agentes químicos presentes.

O leito do córrego é o destino de dois lançamentos de água pluvial dos setores e nenhum possui estrutura de dispersão, assim contribuindo para a aceleração da degradação ambiental. Há uma necessidade de controle de ocupação e melhora da infraestrutura no meio físico. Verifica-se então que a identificação dos pontos mostra os valores de conservação do ambiente natural.

Nesse sentido é fato a necessidade do órgão público trabalhar em benefício do meio ambiente. Os impactos devem ser minimizados e a cada dia os problemas gerados dentro de sua bacia devem ser estudados. Sugere-se ainda investir em educação ambiental a fim de conscientizar a população e assim preservar.

REFERÊNCIAS

BARDET, Gaston. **O Urbanista.** Campinas, SP: Papirus, 1990. 144 p.

BRASIL. Decreto-Lei n° 6938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Presidência da república. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03 /leis/L6938.htm>. Acesso em: 23 nov. 2012.

BRASIL. Resolução CONAMA n°1, de 23 de Janeiro de 1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>. Acesso em: 22 nov. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989. 96 p.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em: 22 jan. 2013.

MORAN, Emilio F. **Meio ambiente e florestas.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

Revista Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. LIRA, Ricardo Pereira. Direito urbanístico, estatuto da cidade e regularização fundiária. In: BONIZZATO, Luigi; COUTINHO, Ronaldo. **Direito da cidade**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. P. 03 – 15.

SANCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo: Oficina de textos, 2008.

SANTOS, Luciano Miguel Moreira dos Santos. **Avaliação ambiental de processos industriais.** 4. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro.** 6. ed. São Paulo: Malheiros editores, 2010. 472 p.

IMPACTOS DECORRENTES DO LIXO DEPOSITADO INADEQUADAMENTE NAS MARGENS DO RIBEIRÃO DAS PEDRAS NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS/GO (2012).[45]

IMPACTS ARISING OUT OF GARBAGE AT THE MARGINS OF IMPROPERLY DEPOSITED RIBEIRÃO DAS PEDRAS IN THE CITY OF QUIRINÓPOLIS/GO

Mírian Maria de Paula [46]
Poliana Neves Moreira [47]

RESUMO

O presente artigo tem como temática a visualização de impactos ambientais gerados pela deposição inadequada de resíduos sólidos em alguns pontos do Ribeirão das Pedras situado no município de Quirinópolis – Goiás, provocada pela ocupação do homem, sua má atuação e a falta de conscientização para com o meio ambiente. Foram explorados e registrados os impactos negativos causados pelo descarte de resíduos sólidos em lugares inadequados que degradam o meio ambiente em seu todo principalmente quando este ocorre perto de rios, ribeirões, e nascentes. Os dados foram coletados dentro de uma pesquisa qualitativa e utilizou-se para a elaboração desse artigo de literaturas em livros, dissertações e outros materiais relevantes ao tema sobre degradação do meio ambiente, principalmente pela poluição. Ao final do contexto foi traçada

[45] Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Quirinópolis.

[46] Geógrafa. Mestre em Análise Ambiental. Coordenadora e Professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAQUI e Professora do Curso de Geografia da UEG/Quirinópolis. E-mail: miriangeo_ueg@yahoo.com.br

[47] Acadêmica Egressa do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Quirinópolis. E-mail: poliana.moreira_@hotmail.com

uma linha de resultados e provas obtidas da pesquisa de campo e, posteriormente, discussões sobre estes. Nas visitas a campo pôde-se verificar o descarte de diferentes tipos de resíduos sólidos, tais como restos de construção, garrafas pet, sacos plásticos, carcaça de animais e outros. Esses materiais foram encontrados em pontos mais próximos da área urbana ou em locais mais frequentados pela população. Para garantir uma melhor qualidade de vida ressaltam-se os cuidados que se deve ter com o descarte do lixo doméstico, esclarecer a importante missão de zelar do meio ambiente, transpor e traçar uma educação ambiental que traga benefícios para os indivíduos, exercendo sua cidadania e conscientização, transformando aprendizagem em valores socioecológicos, zelando pelo meio onde se vive.

Palavras-chave: Impacto ambiental. Ribeirão das Pedras. Resíduos sólidos.

ABSTRACT

This article is thematic considerations and objectives regarding certain critical environmental impacts related to pollution of the river stones, caused by the occupation of the man, his poor performance and lack of awareness towards the environment. Were explored and reported negative impacts caused by the disposal of solid waste in inappropriate places that degrade the environment as a whole especially when it occurs near rivers, streams, and springs. In the course of the work was collected in qualitative research, data and dissertations published articles and books printed by various authors, relevant to the topic of research of environmental degradation, mainly by pollution. At the end of a line was drawn context of results and evidence from field research, and discussions about these later. This paper

aims to ascertain the reality that is degrading the stream of stones located in the municipality of Quirinópolis – Goiás, later emphasize / teach the importance and need for environmental awareness throughout the city's population, to guarantee a better quality of life for all and for future generations, also emphasize the care that must be taken with the disposal of household waste and municipal somehow clarify the important task of ensuring environmental, transpose and trace environmental education population that brings benefits to individuals exercising their citizenship and awareness, transforming learning in socio-ecological values, for a population better, enabling better citizen, caring environment where the lives and survives.

Keywords: Environmental Impact. Ribeirão das Pedras. Solid waste.

1 PALAVRAS INICIAIS

Este artigo foi elaborado para retratar a qualidade ambiental do Ribeirão das Pedras que se encontra em mau estado de conservação ambiental. Este ribeirão circunda o município de Quirinópolis/GO e é um manancial de abastecimento público, ou seja, abastece a cidade, sendo assim de extrema importância aos moradores do município com grande relevância em discussões sociais.

Na pesquisa foi feito levantamento com a demarcação de pontos de amostragem, com o uso de GPS e câmera fotográfica a fim de registrar a atual situação da degradação do mesmo devido à ação antrópica em que o ambiente deve adaptar-se ao homem, mas na verdade deve ser uma base de troca, já que utilizam desse bem ambiental para uso do solo e também para desfrutar de momentos de lazer e diversão. O objetivo desse trabalho foi avaliar o índice de poluição encontrada em vários pontos próximos e às margens do curso d'água.

Com o decorrer do tempo o assunto a respeito dos impactos ambientais urbanos vem sendo discutido por vários profissionais a fim de entender os problemas relacionados entre as atividades e o espaço do homem que se reflete na qualidade de vida e também na preservação ambiental (BEZERRA, 1996, citado por MOREIRA, 1997).

Tem sido uma preocupação da sociedade o impacto que o meio ambiente vem sofrendo e em alguns países, estados, regiões, já se percebe a escassez de alguns recursos naturais como a água, por exemplo, que é fonte fundamental de sobrevivência de qualquer ser vivo. Os pequenos impactos ou grandes influenciam direta/indiretamente na existência humana e todo o ecossistema; apostas em soluções renováveis, conscientização ambiental, programas de coleta seletiva do lixo, reciclagem têm sido os caminhos mais eficazes para prevenir a atual geração e também as futuras da má qualidade de vida (VIOLA, 1991, citado por MOREIRA, 1997). Diante de todo desenvolvimento que o homem vem tendo, o progresso industrial, o crescimento das cidades e mudanças culturais é necessário um foco direto e de empenho nas questões ambientais; problemas éticos atuais devem ser levados em pauta. Segundo Franco (2001, p. 33 citado por PAULA, FERREIRA, 2006):

> [...] A necessidade de adoção de padrões éticos que delimitem o grau das interferências humanas nos biomas terrestres é de tal ordem que fazem com que os conceitos, considerados uma utopia romântica do século XIX, passem a ditar os preceitos de preservação e conservação nas agendas de desenvolvimento sustentável prognosticadas para o século XXI. Contudo devido o descaso, e a falta de consciência do homem, estas soluções socioecológicas de preservação ainda não são totalmente eficazes para controlar os impactos que estão acontecendo e que podem acontecer, consequências

> de gerações e gerações anteriores, indústrias, poluições, uso inadequado de recursos naturais, desmatamento, destruição de nascentes, e áreas úmidas para pastagem, ou plantio (MUCELIN, BELLINI, 2008).

O indivíduo urbano, ou melhor, dizendo, o homem em geral, independendo de classe social, almeja viver em um ambiente que apresente as melhores qualidades de vida: ar puro, desprovido de poluição, água pura em fartura, dentre outros tidos como fundamentais para uma boa qualidade de vida.

Contudo, notar um ambiente urbano implica em perceber que o homem possui crenças e hábitos que não ajudam e não promovem este tipo de qualidade; o lixo que é jogado inadequadamente em beira de rodovias, trevos das cidades, encostas de propriedades rurais próximas e até em lotes baldios. Estas ações contraditórias promovem alterações ambientais e impactos significativos no ecossistema urbano. Essa circunstância é compreendida como crise e pode refletir futuramente em uma calamidade, então é fundamental uma melhora ecológica (BARSA, 2005, citado por PAULA; FERREIRA, 2006).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Resíduos sólidos no contexto urbano

No contexto urbano brasileiro, os problemas ambientais têm se multiplicado e a sua lenta resolução tornou-se de conhecimento público pelo seu impacto – aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado destes em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais. Impactos cada vez maiores são observados através da contaminação das águas, tanto na quantidade quanto na qualidade disponível e também o agravo da qualidade do ar (JACOBI, 2008). O

descarte inadequado é um dos principais problemas e causas de degradações em locais sem manutenção de coleta com acúmulo de resíduos. Segundo Grippi (2006) o lixo é matéria-prima fora do lugar. A forma com que uma sociedade trata o seu lixo, idosos, meninos de rua e doentes mentais atesta o seu grau de civilização. O tratamento do lixo doméstico, além de ser uma questão com implicações tecnológicas, é antes de tudo uma questão cultural. A industrialização trouxe consigo, naturalmente, materiais a serem descartados, assim como o aumento do consumo atrelado ao crescimento populacional geram também cada vez mais lixo para ser descartado. O fato de o homem existir traz consigo a existência do lixo na mesma proporção.

Segundo Grippi (2006) gerenciar lixo, na concepção da palavra, significa cuidar dele do berço ao túmulo. Esta expressão define bem como deve ser o gerenciamento do lixo nos dias de hoje: desde sua geração, a seleção e finalmente sua disposição final. Atrelado a isto, vem o aumento da poluição do solo, das águas subterrâneas e de superfície e do ar, levando a um contínuo e acelerado processo de deterioração do meio ambiente, com uma série de implicações na qualidade de vida de seus habitantes e bens naturais.

O resultado entre a desproporção e a disposição correta do lixo faz com que grande parte dele não seja coletada, permanecendo junto aos logradouros ou sendo descartado em locais públicos, terrenos baldios, encostas ou cursos de água. O lixo destinado de forma incorreta é danoso para o meio ambiente e a saúde pública (SOUSA, 2007).

O lixo e sua produção em demasia devido ao crescimento populacional é um problema sério dentro da sociedade, o mau tratamento dele, desde a coleta até o seu destino final causa grandes problemas ambientais. Sousa (2007, s/p) cita:

> O lixo é um problema crônico em nossa sociedade. E o seu mau gerenciamento acaba causando grandes problemas ao meio ambiente dentro dos municípios brasileiros. Quando tiramos o lixo de nossas casas não estamos acabando com o lixo, mas estamos tirando-os de nossas vistas, ele continua existindo e ocupando espaço.

Ainda em Souza (2007) observa-se que a Agenda 21 firmou um dos compromissos da Conferência Mundial do Meio Ambiente – ECO 92; este compromisso foi direcionado ao que propõe o lixo, resíduos sólidos que geralmente são descartados em áreas inadequadas ambientalmente. Assim esse programa visa a um tratamento que é conhecido como 3Rs, seguindo assim um ciclo de hierarquia: 1º Reduzir, 2º Reutilizar e 3º Reciclar.

Este programa é uma apelação para que a população se conscientize dos danos causados ao meio ambiente, ao meio em que vive e isso durante décadas impulsionou uma mudança social de hábitos consumistas que leva um gasto excessivo de produtos supérfluos e, posteriormente, torna-se material descartado em pouco tempo, deixado à deriva em locais não permitidos ecologicamente, manipulando e atrapalhando o funcionamento natural do ecossistema em que se vive.

2.2 Impactos ambientais gerados por resíduos sólidos

Para Fernandez (2004) citado por Mucelin e Bellini (2008):

> As alterações ambientais ocorrem por inumeráveis causas, muitas denominadas naturais e outras oriundas de intervenções antropológicas, consideradas não naturais. É fato que o desenvolvimento tecnológico contemporâneo e as culturas das comunidades têm contribuído para que essas alterações do ambiente se intensifiquem especialmente no ambiente urbano.

O lixo urbano, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, está associado a vários problemas de ordem ambiental, sanitária, social e econômica, conforme afirma Pacheco (2005). Percebe-se que a maioria dos resíduos sólidos gerados no meio urbano são dispostos em condições sanitárias inadequadas, tais como em fundos de vale, às margens de ruas ou cursos de água, conduzindo a impactos ambientais, a algum tipo de desequilíbrio ecológico e danos a saúde pública, decorrentes da contaminação de corpos da água, assoreamento, enchentes, proliferação de vetores transmissores de doenças. Soma-se a isso a poluição visual, mau cheiro e contaminação do ambiente.

Segundo Bonfim (2008) só a educação ambiental resgata a cidadania de um povo ao ter consciência da importância da preservação do meio, influindo diretamente na sua qualidade de vida. Os rios constituem sistemas naturais com importância ecológica, social e econômica. "As características físico-químicas e biológicas da água dos rios são resultado da influência do clima, geologia, vegetação, ocupação humana e uso da terra da bacia hidrográfica" (PAULA, 2011).

Os impactos ambientais causados pelo mau tratamento dos resíduos sólidos produzidos pela sociedade são variáveis: dejetos jogados à beira de asfalto perto de matas ciliares, cantos e lotes baldios, trevos e também perto de nascentes causando um impacto de poluição e degradação de rios, ribeirões, nascentes. A fauna e a flora sofrem com essa invasão agressiva, os impactos são tantos e tantas intensidades, que a única conclusão é que o ecossistema está gerando consequências, transtornos naturais, catástrofes.

A única solução para uma melhor qualidade de vida para todos é diante da educação, conforme salienta Sousa (2007, s/p):

> A educação ambiental se apresenta como uma das alternativas para minimizar o impacto antrópico na natureza, aumentando a qualidade de vida dos cidadãos. Através do ensino os problemas ambientais podem ser abordados sob diferentes perspectivas (históricas, econômicas, sociais e ecológicas) criando um ambiente profícuo para a busca conjunta de soluções compatíveis com a realidade da comunidade local.

A educação aliada às práticas ambientais é a melhor forma para influenciar o ser humano a ter uma consciência crítica ambiental, de valores sociais para uma formação de um caráter de prevenção e cuidado para com o seu ambiente, pois destruindo o meio ambiente se destrói a própria espécie e todo o ecossistema.

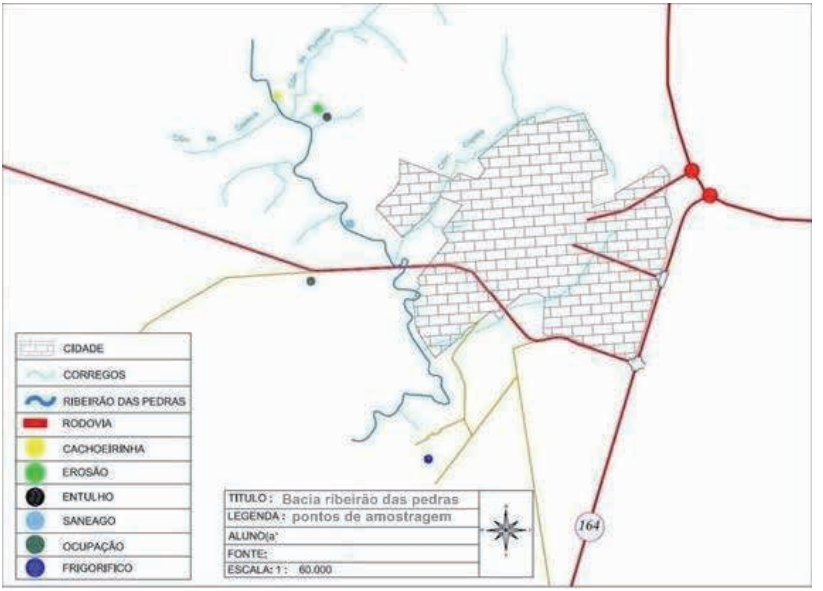
3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quirinópolis – Goiás é um município que tem alcançado um grande crescimento econômico nas últimas décadas devido à implantação de indústrias sucroenergéticas. Esse crescimento tem expandido tanto a área urbana quanto a área cultivada com a monocultura da cana-de-açúcar. Diante disso, Mucelin e Bellini (2008) afirmam que à medida que a cidade se expande, frequentemente, ocorrem impactos com o aumento da produção de sedimentos pelas alterações ambientais das superfícies e produção de resíduos sólidos; deterioração da qualidade da água pelo uso nas atividades cotidianas e lançamento de lixo, esgoto e águas pluviais nos corpos receptores.

Para realizar esse estudo, a área escolhida foi a Bacia do Ribeirão das Pedras (Figura 1), localizada no município

de Quirinópolis – GO, entre as coordenadas geográficas 18°20'21" latitude Sul (S) e 50°37'20" longitude Oeste (O) e, 18°27'05" latitude S e 50°28'40" longitude O, abordando também a área de captação de água da empresa de Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO, sendo afluente da margem esquerda da Bacia Hidrográfica do Rio Preto, pertencente à área de planejamento da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH/Paranaíba.

FIGURA 1 – Localização do Ribeirão da Pedras – Quirinópolis – Goiás (Pontos de Amostragem)



FONTE: Google Earth, pontos coletados pelo GPS Garmim. Organização: Mayksuel Tornich Martins (2013)

O município de Quirinópolis está localizado na Mesorregião Sul Goiano. Possui uma área territorial de 3.780,17

km2, equivalente a 1,11% do Estado de Goiás (SIEG, 2013). De acordo com o IBGE (2010) Quirinópolis possui uma população estimada em 42.216 habitantes.

Para a coleta de dados e posterior elaboração desse artigo realizou-se às margens do Ribeirão das Pedras uma verificação in loco com utilização de GPS e câmara para registro fotográfico. Os pontos que apresentaram maior impacto ambiental foram aqueles onde foi possível também observar uma maior quantidade de disposição inadequada de resíduos. Esses pontos serão apresentados a seguir.

Segundo Paula (2011) as rotas preferenciais dos fluxos superficiais ou subsuperficiais definem os mecanismos erosivo-deposicionais preponderantes e resultam da interação dos diversos fatores bióticos (flora e fauna), abióticos (clima, rocha, solo e posição topográfica) e antrópicos (uso da terra) que compõem o respectivo ambiente de drenagem. Alterações na composição destes fatores podem induzir modificações significativas na dinâmica espaço-temporal dos processos hidrológicos.

Esse fato pode ser observado no local visitado, conhecido como Cachoeirinha do Ribeirão das Pedras (Figura 2) definido como Ponto 1, que se localiza a uma altitude de 488m, sob as coordenadas geográficas: 18º25’39,1” latitude Sul e 50º29’39,3” longitude Oeste.

FIGURA 2 – Cachoeirinha do Ribeirão das Pedras – Ponto 1.

FONTE: PAULA, (2011)

O local é um ponto turístico frequentado pelos moradores da cidade que desfrutam do local para se refrescar nas águas do Ribeirão (Figura 3).

FIGURA 3 – Ponto de lazer na Cachoeirinha do Ribeirão das Pedras.

FONTE: Acervo pessoal/pesquisa de campo.

Porém, ao fazer uso do local, as pessoas deixam ali suas marcas através do lixo que é deixado na localidade (Figura 4).

FIGURA 4 – Lixo às margens da Cachoeirinha do Ribeirão das Pedras.

FONTE: Acervo pessoal/pesquisa de campo.

Foram encontrados no local: sacos de carvão, copos descartáveis, garrafas pet, embalagens de chiclete, pontas de cigarro, baldes, latas de alumínio, sacolas plásticas, dentre outros tipos de lixo. Outra prática observada é que os frequentadores do local removem rochas para fazerem pequenas churrasqueiras (Figura 5), o que pode provocar posterior processo erosivo.

FIGURA 5 – Remoção de rochas para fazer churrasqueiras improvisadas.

FONTE: Acervo pessoal/pesquisa de campo.

Associado a isso observa-se também que o local está bastante pisoteado por gado bovino que utiliza a água para sua dessedentação, o que vem provocando o início de uma pequena voçoroca que segue até uns 30m acima da margem esquerda do curso d'água no local.

O uso antrópico constata que o meio ambiente utilizado de uma forma irregular com desmatamento, poluição, retira certamente a proteção do solo. Assim, quando ocorrem as chuvas grandes enxurradas são formadas, fazendo com que as ladeiras e o solo, que não possuem mais uma proteção vegetal, sofram com erosões de todo porte. Tal característica foi observada no Ponto 2, onde existe uma pequena nascente na margem esquerda do Ribeirão das Pedras, a 495 metros de altitude e coordenadas definidas por 18°25'47,1" de latitude Sul e 50°29'09,6" de longitude Oeste (Figura 6).

FIGURA 6 – Erosão em uma nascente da margem esquerda do Ribeirão das Pedras.

FONTE: Acervo pessoal/pesquisa de campo.

Segundo Paula (2011, s/p):

> A falta de cobertura vegetal é fator importante na remoção de sedimentos no escoamento superficial e na perda de solo, minimiza os impactos das gotas, diminuindo a formação de crostas no solo, reduzindo a erosão, o que proporciona melhor proteção nas áreas com chuvas de maior intensidade.

Nesse local foi observada grande quantidade de madeiras de construção, pedaços de gesso, televisão, entulhos de construção, portas, papelão, dentre outros (Figura 7).

FIGURA 7 – Entulhos observados no Ponto 2.

FONTE: Acervo pessoal/pesquisa de campo.

Entre os impactos ambientais negativos que podem ser originados a partir do lixo urbano produzidos estão os efeitos decorrentes da prática de disposição inadequada de resíduos sólidos em fundos de vale, às margens de ruas ou cursos d'água. Afirmam Mucelin e Bellini (2008) que essas práticas habituais podem provocar contaminação de corpos d'água, assoreamento, enchentes, proliferação de vetores transmissores de doenças, dentre outros. Soma-se a isso a poluição visual, mau cheiro e contaminação do ambiente.

As margens de todos os cursos d'água e também a do Ribeirão das Pedras deveriam ser preservadas com a manutenção da mata ciliar ou galeria. Mas o que se observa no Ponto 3, localizado nas coordenadas 18°25'52,9" latitude Sul e 50°29'03,9" de longitude Oeste, numa altitude de aproximadamente 497 metros, é uma grande quantidade de resíduos sólidos de difícil decomposição (Figura 8) no local como roupas, pneu, sacos, sacolas plásticas, latas de refrigerante, dentre outros.

FIGURA 8 – Local contaminado por resíduos sólidos – Ponto 3.

FONTE: Acervo pessoal/pesquisa de campo.

É possível observar que na maioria dos casos os cursos de água são usados como locais de disposição final de lixo, um hábito inadequado e culturalmente incorreto pelos seres humanos que degradam seu próprio meio, local de sustentação de sua sobrevivência.

Na área próxima ao local de captação de água para o abastecimento urbano da população quirinópolitana (Ponto 4) foi possível observar a presença de mata ciliar na área de preservação permanente da margem direita do Ribeirão das Pedras (Figura 9). Porém a margem esquerda, no mesmo ponto, encontra-se totalmente desprovida de vegetação, pois nesse local existe uma grande área com pastagem, característica marcante da ocupação da terra na maioria das áreas drenadas pela Bacia do Ribeirão das Pedras.

FIGURA 9 – Margens do Ribeirão das Pedras próximo à área de captação de água para o abastecimento urbano.

FONTE: Acervo pessoal/pesquisa de campo.

Na Figura 9 é possível observar o início de processo erosivo na margem esquerda do Ribeirão. Paula (2011) em pesquisa realizada na área da Bacia do Ribeirão das Pedras afirma que a forma de uso da terra da bacia, a qual tem como atividade prioritária a pastagem de gado bovino que usa as águas da bacia para a dessedentação, pisoteia as margens dos cursos d'água provocando processos erosivos e lixiviação.

O Ponto 5 (latitude 18°27'35,4" Sul e longitude 50°29'14,4" Oeste, com altitude de 478 metros) trata-se de uma área ocupada por chácaras (Figura 10) para criação de gado bovino, galinhas, cavalo, porcos, dentre outras atividades desenvolvidas pelo homem nas proximidades do Ribeirão das Pedras.

FIGURA 10 – Chácara próxima à margem esquerda do Ribeirão das Pedras.

FONTE: Acervo pessoal/pesquisa de campo.

Nesse local pode ser observada grande quantidade de resíduos sólidos que associados à criação de animais podem trazer vários riscos à saúde da população.

Existe um trecho do curso d'água do Ribeirão que passa por uma área onde está instalado um frigorífico, o qual se encontra desativado nos últimos anos. Esta área ficou identificada como Ponto 6 para o registro dos dados aqui descritos, a qual insere-se sob as coordenadas 18º29'28,2" de latitude Sul e 50º27'55,6" de longitude oeste e altitude de 461 metros (Figura 11).

FIGURA 11 – Degradação ambiental e processo inicial de lixiviação na margem esquerda do Ribeirão das Pedras.

FONTE: Acervo pessoal/pesquisa de campo.

O trecho do Ribeirão das Pedras, no Ponto 6, apresenta uma pequena mata ciliar, porém com a presença de bastante entulho, que podem ser caracterizados como resto de construção civil, galão para armazenamento de produtos de limpeza e um visível processo de lixiviação do solo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o atrelado crescimento e desenvolvimento da sociedade o homem tem usado a natureza como refúgio de descanso nas áreas que proporcionam momentos de lazer e contato com a natureza. A natureza é algo admirado por muitos, porém o homem em si desfruta dos recursos naturais de forma antrópica e inadequada, possui historicamente um descaso com a preservação do meio ambiente.

A sociedade utiliza de forma ilimitada todos os recursos que o meio ambiente oferece, sem repor o que tirou e também agride este de forma agressiva poluindo cada vez mais, destruindo cada vez mais, desta forma a natureza não tem como se proteger, nem ao menos de situações naturais como chuvas e outros eventos.

O que falta é a conscientização, a educação ambiental, a vontade de preservar o que faz parte da sobrevivência de todos, é uma colaboração social, o exercício da cidadania de valores e princípios do bem. Cuidando do meio ambiente se cuida também da sobrevivência dos seres vivos dentro do seu ecossistema.

De acordo com o registro elaborado no local, o Ribeirão das Pedras é alvo de descarte inadequado, no qual se encontram inúmeros resíduos que se acumulam e se espalham junto a sua margem. Os ecossistemas aquáticos sofrem diariamente a ação de uma série de variáveis ambientais e humanas que são capazes de alterar sua dinâmica natural.

Medidas simples de educação ambiental seriam capazes de solucionar o problema e amenizar os danos existentes tanto para os visitantes, quanto para as pessoas que habitam próximo a área. Outra possível solução é as autoridades locais intensificarem a fiscalização e elaborar projetos de conscientização perante os moradores do município a fim de zelar pela qualidade do meio ambiente e preservar os recursos hídricos existentes na região, zelando assim por uma melhor qualidade de vida.

5 REFERÊNCIAS

BONFIM, Manoel. **A poluição dos rios.** Disponível em: <http://palavrastodaspalavras. wordpress.com/2008/03/17/a-poluicao-dos-rios-por-manoel-bonfim-ribeiro/>. Acesso em: 05 jan. 2013.

GRIPPI, Sidney. **Lixo, reciclagem e sua história.** 2. ed. São Paulo: Interciência, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <http://www. ibge.gov.br/home/disseminacao/online/catalogo2/catalogo.php#carta>. Acesso em: 24 jan. 2013.

JACOBI, Pedro. **Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil.** Inovação com inclusão social, 2008.

MANO, Eloísa Bisassoto; PACHECO, Élen Beatriz A. V.; BONELLI, Cláudia Maria Chagas**. Meio ambiente, poluição e reciclagem**. São Paulo: Blucher, 2005.

MOREIRA, Antônio C. M. L. **Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano**. São Paulo: FAU-USP, 1997.

MUCELIN, Carlos A. BELLINI, Marta. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza.** Uberlândia, 20 (1): 111-124, jun. 2008.

PACHECO, H.R.A. **Viabilidade Comercial dos Materiais Reciclaveis do Lixo de Palmas-TO**. Interface. Porto Nacional/To, v.2, p.156-165, maio 2005. Disponivel em: <http://revista. uft. edu.br/index.php/interface/article/viewFile/340/237>. Acesso em: 03 jan. 2013.

PAULA, Mírian Maria de. **Análise da água e das condições ambientais da bacia hidrográfica do Ribeirão das Pedras, 2011.** Disponível em: <http://posgeo.jatai.ufg. br/uploads/180/original_Disserta%C3%A7%C3%A3o_M%C3%AMirian_Maria_de_Paula.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2012.

PAULO, Alaércio Aparecido; FERREIRA, Marlette C. O. **Ações de responsabilidade sociais voltadas à reciclagem de embalagens e resíduos da produção.** Ourinhos – SP: Faculdade Estácio de Sá, 2006.

SIEG. Sistema Estadual de Estatística e Informações Geográficas de Goiás. Disponível em: <http://www.simego.sectec.go.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2013.

SOUSA, Eliane M. C. **Análise de inserção do lixo.** Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2007.

PERFIL SOCIAL DO COLABORADOR DA ASSOCIAÇÃO DAS REVENDAS DE INSUMOS E AGROTÓXICOS DO SUDOESTE GOIANO EM QUIRINÓPOLIS, ENTRE 2010 E 2012[48]

SOCIAL PROFILE OF THE EMPLOYEE'S ASSOCIATION OF resellers INPUTS AND PESTICIDES OF SOUTHWEST GOIANO IN QUIRINOPOLIS, BETWEEN 2010 AND 2012

Sérgio Martins de Oliveira[49]
Julyelen Alves Moura Mouzinho[50]

RESUMO

Com o objetivo de atender a população do município de Quirinópolis e região e amenizar os impactos ambientais surgiu em 2003 a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos (ASSIASGO), para que produtores rurais, empresas privadas e entidades tivessem um local adequado para destinar as embalagens vazias de insumos agrícolas e agrotóxicos, diminuindo assim o risco para a saúde das pessoas e contaminação do meio ambiente. Para sua instalação foi utilizada a Resolução nº 334/03 do conselho Nacional de Meio ambiente (CONAMA), que institui procedimentos de licenciamento ambiental destinado à destinação de embalagens de agrotóxicos, estabelecendo assim um elo entre normas e responsabilidade social. Uma das finalidades das atividades desenvolvidas da ASSIASGO é a destinação ambientalmente

[48] Artigo apresentado ao Curso Superior em Tecnologia de Gestão Ambiental da Faculdade Quirinópolis – FAQUI.

[49] Engenheiro agrônomo. Mestre em Agronomia. Professor do Curso Superior em Tecnologia de Gestão Ambiental da FAQUI. E-mail: sergiomartins_63@yahoo.com.br

[50] Acadêmica Egressa do Curso de Gestão Ambiental da FAQUI. E-mail: julyelenam@hotmail.com

correta das embalagens vazias e consequente preservação da natureza. Além de estar colaborando com o meio ambiente existe a preocupação com a saúde ocupacional dos colaboradores que vivenciam o dia a dia de uma central de coleta de embalagens de agrotóxicos. Para isso, são utilizados treinamentos constantes para o aprendizado e a conscientização dos colaboradores sobre a importância do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), os quais protegem o trabalhador de contaminações e futuras doenças prejudiciais à saúde. A ASSIASGO dispõe de métodos que influenciam as pessoas a cuidarem do meio ambiente como palestras nas escolas e empresas e outros instrumentos de conscientização.

Palavras-chave: Embalagens de agrotóxicos. Central de recebimento. Colaboradores.

ABSTRACT

Having the objective to serve the population of Quirinópolis city and region and mitigates environmental impacts, it was born in 2003 the Receiving Center of Pesticide Empty Containers (ASSIASGO), intended for farmers, private companies and entities a suitable area to dispose the empty containers of agricultural supplies and pesticide, reducing this way, the risk to human health and environmental contamination. A resolution number 334/03 of the National Environment Council (CONAMA) was established to install it, that introduced environmental licensing procedures for the disposal of pesticide containers, thereby establishing a link between standards and social responsibility. One of the purposes of the activities of *ASSIASGO* is the correct disposal of empty containers to protect the environment and preserve the nature. Besides collaborating

with the environment, there is a great concern about employees occupational health who lives the daily life of a collect center of pesticide containers. Therefore, constant training is used for learning and awareness of employees, as well as the importance of using Personal Protective Equipment (PPE), that protect the employee of contamination and future diseases harmful to health. The *ASSIASGO* has methods that influence people to take care of the environment by speeches in schools and companies, and other awareness instruments.

Keywords: Pesticides containers. Receiving center. Employees.

PALAVRAS INICIAIS

A Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos (ASSIASGO) surgiu por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Quirinópolis-GO, a qual solicitou por meio de um compromisso de termo de ajustamento e conduta às empresas a responsabilidade de instituir uma associação que se adequasse à destinação final das embalagens de produtos agrotóxicos e atendesse às necessidades da cidade e região.

Após o surgimento da Associação instituiu-se o convênio de cooperação mútua entre Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), Prefeitura de Quirinópolis e ASSIASGO. O objetivo é a parceria entre as entidades privadas e públicas que viabilizam a retirada das citadas embalagens do meio rural dando a elas destinação final ambientalmente adequada (reutilização, reciclagem e incineração) e o desenvolvimento de programas educativos sobre lavagem adequada, mecanismos de controle e estímulo à devolução das embalagens vazias por parte dos usuários.

Mediante este convênio o inpEV ficou responsável por representar a indústria fabricante no que se refere ao programa nacional de gestão de embalagens vazias de produtos fitossanitários e afins, possibilitando que suas empresas associadas possam cumprir com as responsabilidades legais, além de injetar recursos financeiros.

Ela também é responsável por efetuar o treinamento dos funcionários com o objetivo de implantar procedimentos operacionais padronizados e com segurança, fornecer embalagens acondicionadoras *(Big Bag)* para transporte das embalagens não lavadas, já a prefeitura responsabilizou-se pela viabilização da área adequada necessária para implantação da central de recebimento, bem como implantar infraestrutura para a instalação de telefone e energia elétrica. A responsabilidade da ASSIASGO é ampliar a central de recebimento de embalagens vazias dentro dos requisitos do licenciamento ambiental, determinados pelo órgão ambiental competente e requerer licenças ambientais necessárias à devida instalação da central de recebimento, gerenciar a unidade e responsabilizar-se pelo adequado funcionamento, bem como aplicar os recursos financeiros recebidos dos conveniados.

A ASSIASGO tem por finalidade congregar e representar todas as revendas de insumos e agrotóxicos de Quirinópolis e região que estiverem filiadas a ela, defendendo os direitos e interesses dos mesmos, promovendo e participando de reuniões de âmbito regional, estadual, nacional e internacional, tendo como principal finalidade a preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável regional.

1 OS AGROTÓXICOS

A palavra agrotóxico surgiu da conjunção das palavras agro que significa campo cultivado e tóxico que se refere a veneno, ou seja, uma substância extraída do campo com atributos de veneno. Na realidade é um veneno com moléculas sintetizadas que se borrifa sobre as plantas com a finalidade de afetar reações bioquímicas de insetos, microrganismos, animais e plantas que se deseja controlar ou extinguir; seu efeito normalmente atinge não somente o organismo desejado, mas todos os seres do ambiente onde foi lançado (MATSUMOTO et al., 2012).

Considerado um tipo de insumo agrícola, pois geralmente são utilizados para a fabricação de outros bens na agricultura, os agrotóxicos são quaisquer produtos de natureza biológica, física ou química que têm a finalidade de exterminar pragas ou doenças que ataquem as culturas agrícolas. Os mais utilizados são os organo-sintéticos, cuja toxidade é considerável à saúde, porém persiste por vários anos nos ecossistemas (MATSUMOTO et al., 2012).

Os agrotóxicos foram definidos, pela Lei nº 7.802 de 1989, como:

> Produtos químicos destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (MATSUMOTO et al., 2012, p. 3).

No caso das embalagens de agrotóxicos, sua definição está no Decreto nº 4.074 de 2002 (BRASIL, 2002, p.1), como "invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinado a conter, cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter os agrotóxicos, seus componentes e afins". As embalagens de agrotóxicos são divididas como laváveis, aquelas rígidas que transportam agrotóxicos líquidos futuramente diluídos em água, e as embalagens não laváveis, também rígidas que não utilizarão água e todas as embalagens flexíveis (MATSUMOTO et al., 2012).

No final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX ocorreu um intenso uso de produtos químicos constituídos por compostos à base de flúor, arsênio, selênio, chumbo, bórax, sais de cobre e zinco no controle de pragas e doenças. Esse período ficou conhecido como a primeira geração de agrotóxicos. Em virtude de suas características de alta toxicidade para seres humanos, animais e elevada persistência no meio ambiente, a maioria desses produtos não é mais utilizada (BARBOSA, 2012).

Em 1932 teve início a segunda geração de agrotóxicos com a síntese orgânica do primeiro inseticida a base de tiocianato. Na década de 60, começaram a surgir novos produtos classificados como terceira geração dos agrotóxicos. Essa fase é marcada pela busca, por parte da indústria química, de produtos menos tóxicos para o homem e meio ambiente. Fazem parte dessa geração os semioquímicos (feromônios), os fisiológicos (diflubenzuron), os biológicos (*Bacillusthuringiensis*) e os piretróides (BARBOSA, 2012).

2 HISTÓRICO SOBRE A ASSIASGO

A Associação das Revendas de Insumos e Agrotóxicos do Sudoeste Goiano (ASSIASGO) foi constituída em 22 de Julho de 2003 por um grupo de empresários preocupados em regularizar suas empresas e fazer de uso da sustentabilidade ambiental. A ASSIASGO está situada à Rodovia GO-164, s/nº Km 4,5 Zona Rural, no município de Quirinópolis-GO. É uma Associação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e administrada por Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal, sendo o Presidente da Diretoria eleito pela maioria; este deve representar a ASSIASGO de forma ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente.

A Associação é a única central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos da região de Quirinópolis e dispõe de procedimentos que minimizam o impacto no meio ambiente com sistemas de controle de recebimento para destinação final das embalagens vazias de agrotóxicos devolvidas pelos usuários, programas de comunicação social interno e externo alertando sobre os riscos ao meio ambiente e a saúde da população e programa educativo visando à conscientização ambiental na Semana do Campo Limpo nas escolas do município e região.

É realizada pelo inpEV, aos gerentes das centrais, uma reunião a cada três meses para a capacitação e posteriormente treinamentos específicos para os funcionários. A preocupação perante os colaboradores é de suma importância; em todo momento de admissão, demissão ou para os que se mantiverem trabalhando a cada seis meses são feitos exames periódicos para atestar a saúde dos mesmos; são exames de sangue, Colinesterases Eritrocitária que indicam se o sangue foi exposto a agrotóxicos ou intoxicações; submetem-se ainda a exames de áudio e Audiometria em que se avalia a audição de cada um

e detecta qualquer tipo de anormalidade auditiva e permite medir o grau e tipo de alterações existentes que podem ter sido causados por motivos de barulho de maquinários.

A ASSIASGO dispõe de uma estrutura que permite a manobra dos veículos transportadores das embalagens e mantêm a distância segura de residências, escolas, postos de saúde, hospitais, de forma que os mesmos não sejam contaminados em casos de eventuais acidentes. O projeto de construção foi consultado na Resolução do CONAMA nº 334, de 03/04/2003 para ser finalizado.

A ASSIASGO tem uma área construída de 880 m² e área total de 2040 m², incluindo construções e pátio; foi dimensionada com um layout dividido em:

I – Galpão G1 (área de 600 m²): destinado a embalagens vazias lavadas (Figura 1).

FIGURA 1 – Vista panorâmica do Galpão G1 da ASSIASGO, no município de Quirinópolis-GO

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Este galpão é responsável por armazenar Palets com fardos, prensas, balança e etiquetadora, embalagens polietileno de alta densidade (PEAD), embalagens Polietileno Co-extruturado Multicamada (COEX), latas, *big bag's* e papelões. A estrutura do G1 tem entrada para carro caixa, área de descarregamento e carregamento.

II – Galpão G2 (área de 150m²): destinado a embalagens não lavadas (Figura 2).

FIGURA 2 – Vista panorâmica do Galpão G2 da ASSIASGO, no município de Quirinópolis/GO

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

O Galpão GII armazena embalagens flexíveis, tampas, papelões, prensa e palets para embalagens não laváveis. A estrutura do Galpão G2 tem entrada para carro-caixa e limite da calçada e da proteção da cobertura.

III – Área auxiliar (área de 130m²): destinada a escritório, lavabo, vestiários feminino e masculino com duchas, sala de refeições e treinamento, almoxarifado, local de espera dos motoristas, área de lavagem de EPI's (Figura 3).

FIGURA 3 – Área auxiliar da ASSIASGO, no município de Quirinópolis-GO

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

As atividades desenvolvidas na ASSIASGO têm início com o agendamento para o recebimento de embalagens vazias por telefone para o controle interno da associação; é feito o descarregamento de dois caminhões por dia de segunda à sexta-feira.

Antes de iniciar o descarregamento e separação das embalagens vazias há uma conferência das notas fiscais de compra do produto e das embalagens vazias recebidas; no

momento do descarregamento o pessoal qualificado analisa e seleciona as embalagens, as quais devem ter passado pela tríplice lavagem antes de chegarem a esse destino; os trabalhadores fazem a separação das mesmas e antes de colocá-las no galpão é preciso tirar os lacres e rótulos.

No galpão as embalagens são separadas por gaiolas de PEAD, embalagens flexíveis, coloridas, natural, brancas, papelões e metal. É especificado um dia da semana para ser feita a prensagem de embalagens de PEAD, papelão, flexíveis e outro para a pesagem das embalagens prensadas e empilhamento das mesmas. Os veículos transportadores das embalagens fazem a retirada duas vezes ao mês, dependendo da quantidade de embalagens recebidas e é feito o carregamento do caminhão de embalagens prensadas, embalagens flexíveis e carregamento de tampas para serem retiradas da ASSIASGO para seu destino final que será enviada para as recicladoras ou incineradoras estabelecidas pelo inpEV; dependendo de cada embalagem há um local determinado para sua finalidade.

É realizada a limpeza do barracão e lavagem de EPI's (roupas e botas de trabalho) com luvas e cuidado devido; as mesmas serão descartadas depois de 30 lavadas ou se houver algum tipo de dano ou avaria no material.

A Figura 4 mostra os colaboradores no momento de trabalho com os devidos EPI's conforme determina a legislação de segurança do trabalho, uma vez que os mesmos estão manuseando produtos de alta periculosidade e de fácil contaminação.

FIGURA 4 – Momento de descarregamento e separação das embalagens vazias ainda no caminhão

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Para o presente trabalho foram propostas as seguintes atividades:

Apresentação do processo de instalação da central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos;

Descrição e acompanhamento das atividades propostas pela central de recebimento.

Coleta de dados referentes a sexo, faixa etária, escolaridade e meses trabalhados para evidenciar o perfil social do colaborador nessa atividade na região.

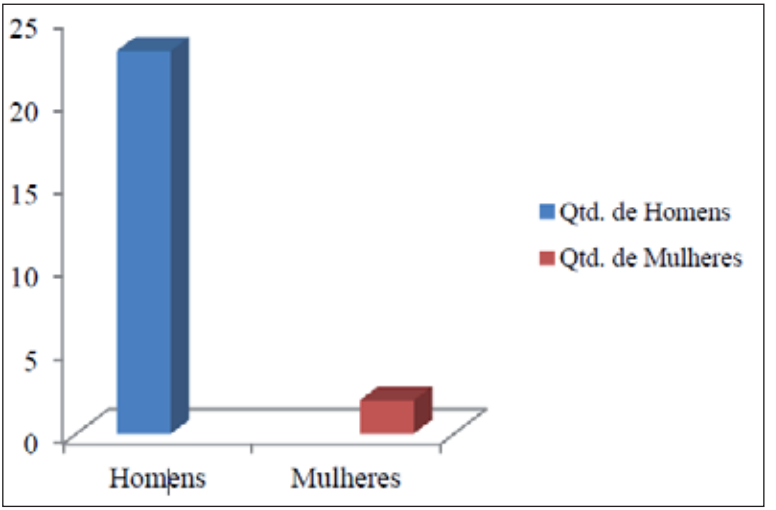
O levantamento dos dados e informações foi realizado com base em dados quantitativos de registro de funcionários fornecidos pela Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos (ASSIASGO).

3 DISCUÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo traz as análises entre janeiro de 2010 e outubro de 2012 e foram separadas por sexo dos colaboradores, faixa etária, escolaridade e quantidade de meses trabalhados por cada funcionário.

No gráfico 1 foi evidenciado que trabalharam nesse período 23 homens e 2 mulheres tendo assim mais homens que mulheres devido à ASSIASGO estar localizada fora da cidade e não sendo de fácil acesso aos trabalhadores, por ser um trabalho de alto grau de periculosidade e além de ser um trabalho braçal.

GRÁFICO 1: Sexo dos colaboradores da ASSIASGO

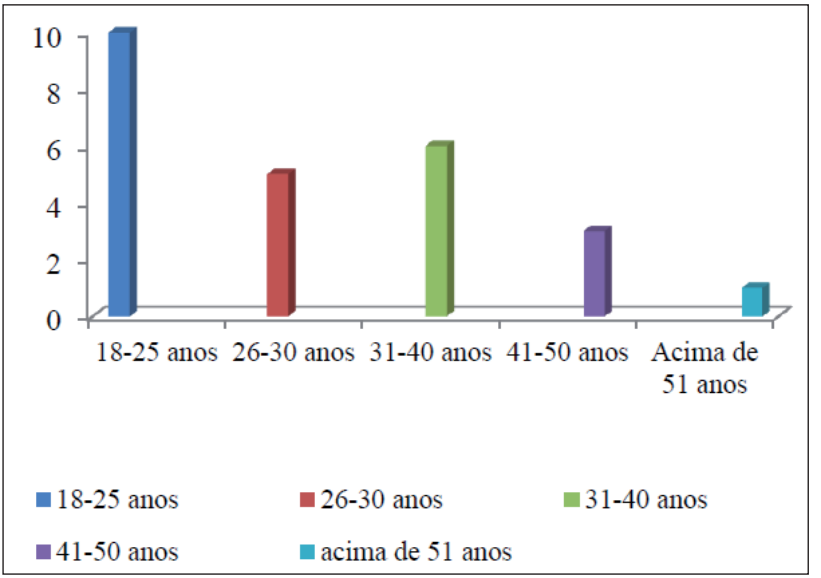


FONTE: Pesquisa de campo (2012)

No gráfico 2 foi possível observar que é mais frequente a procura de trabalho na referida associação por pessoas com faixa etária entre 18 e 25 anos e 31 e 40 anos devido à falta

de qualificação no mercado de trabalho; tais colaboradores almejam se qualificar na empresa em questão para estabelecer um vínculo com a mesma ou se profissionalizar e tentar um novo trabalho em outro local.

GRÁFICO 2: Idade dos colaboradores da ASSIASGO

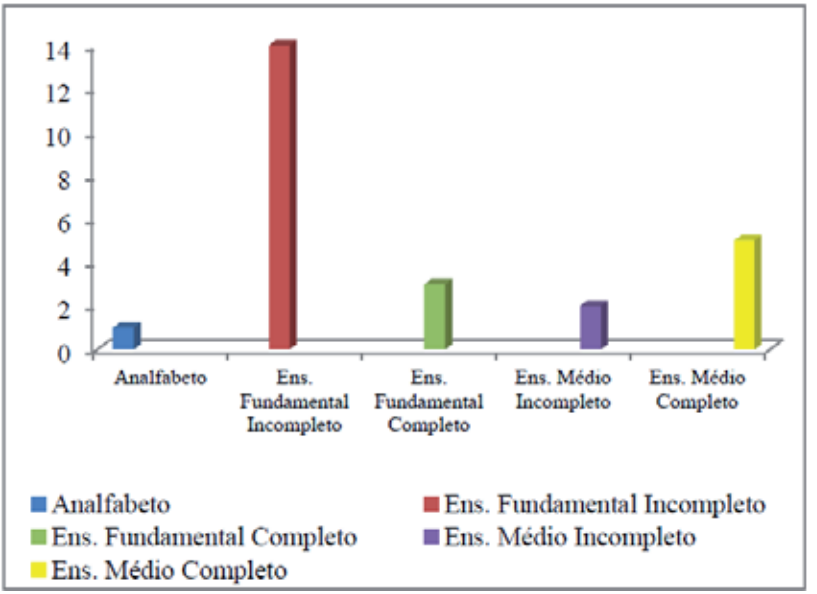


FONTE: Pesquisa de campo (2012)

No gráfico 3 observa-se que os trabalhadores priorizam o trabalho, já o estudo não é prioridade, havendo assim um alto índice de pessoas que não finalizaram os estudos e não têm qualificação para exercer um cargo elevado em empresas de outro ramo, mesmo com as diversas oportunidades de qualificação oferecidas em Quirinópolis como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Goiás (SENAC-GO), Faculdade Quirinópolis (FAQUI), Centro de Tecnologia

e Ciência (CETEC), Universidade de Uberaba (UNIUBE), dentre outros.

GRÁFICO 3: Grau de escolaridade

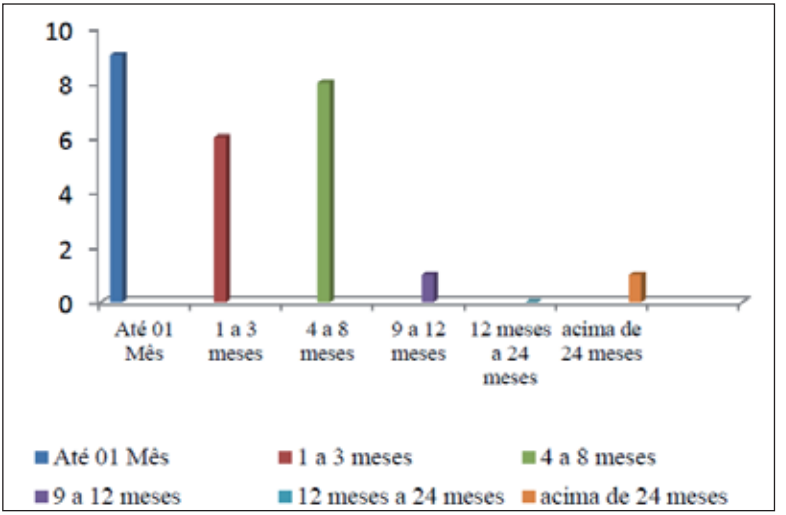


FONTE: Pesquisa de campo (2012)

No gráfico 4 nota-se que há um forte índice de desistência durante o primeiro mês até o oitavo mês trabalhado dentre os colaboradores e, na maioria dos casos, são demitidos por não aceitarem o uso correto de EPI's, além da falta de comprometimento com o trabalho e alto índice de faltas ao trabalho. A falta de mão de obra na região traz uma forte busca no quadro de funcionários na região, influenciando os colaboradores da Assiasgo a desistirem do seu trabalho. Abandonam assim o trabalho por motivos pessoais e devido ao alto índice de emprego oferecido pelas usinas sucroalcooleiras nas quais podem ocupar

cargos melhores e trabalhos leves, contando com propostas de trabalhos e melhores salários dentro ou fora da cidade.

GRÁFICO 4: Quantitativo de meses trabalhados



FONTE: Pesquisa de campo (2012)

4 PALAVRAS FINAIS

A Associação das Revendas de Insumos e Agrotóxicos do Sudoeste Goiano (ASSIASGO) trabalha em parceria com todos os envolvidos do setor produtivo e juntos têm como foco a melhoria da qualidade de vida. Ela se adéqua às normas para o seu funcionamento como central de recebimento e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, controle e armazenamento temporário, visando ao atendimento dos usuários, estabelecimentos comerciais, postos e filiados, qualidade e viabilidade ambiental.

A ASSIASGO juntamente com o inpEV cresce em busca da conscientização e melhoria do Planeta Terra. A ASSIASGO

prioriza a qualidade e saúde dos seus colaboradores e além de adotar atividades em prol do meio ambiente, sendo uma delas a destinação final ambientalmente correta das embalagens vazias de agrotóxicos ou organizando campanhas educativas para a preservação do meio ambiente.

5 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 5. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

BARBOSA, Eumer Cordeiro. L**ogística reversa da devolução de embalagens vazias de agrotóxicos em Santa Terezinha de Itaipu – PR**. Disponível em: <https://docs.google.com/ viewer?a=v&q=cache:pyLPNltHO-kJ:www.udc.edu.br/monografia/monoamb100.pdf+&hl=p t-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESj1GnSnYxaKr-mtHTLJoWpNb-ZxpsXUdM4fpaj-Zzz AvfBsSWR4ywEyNknfugjsvo5w-5N0I9eChc0Vp-DhxJl3qLDZzdxFn4Dq24NH8uqxFvI9wXE5VTJr8r1iROaaD4MnELxPpW&sig=AHIEtbSaG4-8Vz-0jGMhy-nWVOVgZje6Yg>. Acesso em: 15 nov. 2012, 14:00:00

BRASIL. **Decreto nº 7.802, de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm>. Acesso em: 30 nov. 2012.

_____. **Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm>. Acesso em: 30 nov. 2012.

INPEV, INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS. **Identificação das embalagens**. Disponível em: <http://www.inpev.org.br/destino_ embalagens/reciclagem_incineracao/identificacao/identificacao_embalagens.asp>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Unidade de Recebimento**. Disponível em: <http://www.inpev.org.br/ destino_embalagens/unidades_recebimento/unidades_ recebimento.asp >. Acesso em: 20 dez. 2012.

MATSUMOTO, Alberto S et al. **Responsabilidade social ambiental na devolução das embalagens vazias de agrotóxicos.** Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos09/289 _ Responsabilidade%20Social.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2012, 13:30:00.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 334, de 3 de abril de 2003**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res03/ res33403.xml>. Acesso em: 10 dez. 2012.

POLUIÇÃO SONORA: NÍVEL DE RUÍDO NO LAGO SOL POENTE PROVOCADO POR SONS AUTOMOTIVOS E SHOWS ARTÍSTICOS[51]

NOISE: NOISE LEVEL IN LAKE SUN WEST DUE TO SONS AUTOMOTIVE AND ARTWORK SHOWS

Regina Maria Pasquali [52]
Eva Lúcia Campos [53]

RESUMO

O presente estudo aborda sobre a poluição sonora no Lago Sol Poente em Quirinópolis-GO no ano de 2012, tendo como objetivo quantificar o nível de decibéis (dB) e os transtornos à saúde física e psicológica que os moradores próximos ao ambiente da pesquisa enfrentam aos finais de semana, decorrente de sons abusivos emitidos por veículos automotivos e shows artísticos promovidos pelo poder público municipal. Inicialmente realizou-se uma revisão da literatura embasada em artigos e livros que abordam a temática. Foi adotado o método quali quantitativo. Como recurso metodológico para aferir os decibéis (dB) foram utilizados dois decibelímetros digitais da marca ITDEC 4000 com capacidade de resolução sonora na escala (30-130) dB(A) e para quantificar a emissão desses ruídos adotou-se a NBR 10.151(2000), cuja aferição se deu em sete pontos próximos ao local da pesquisa e aplicação de 28 questionários

[51] Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Quirinópolis – FAQUI.

[52] Mestre em Ciências da Saúde; Professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Quirinópolis – FAQUI.reginapasquali@hotmail.com

[53] Acadêmica Egressa do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Quirinópolis – FAQUI. elcju@hotmail.com

com questões fechadas e semi abertas com moradores residentes nas proximidades do ambiente de estudo. Constatou-se na pesquisa que nos pontos aferidos o nível de ruído é superior aos limites permitidos pela Lei Municipal nº 2.448/2002, que institui o Código de Postura e Meio Ambiente do Município de Quirinópolis. Os resultados da pesquisa apontaram que o ruído provoca stress, insônia e outras alterações comportamentais, além de efeitos negativos para o sistema auditivo.

Palavras– chave: Ruídos. Lago Sol Poente. Quirinópolis-GO.

ABSTRACT

The present study focuses on noise pollution in Sol Poente Lake in Quirinópolis-GO in 2012, aiming to quantify the level of decibels (dB) and the disorders to physical and psychological health that residents near the research area face on weekends due to abusive sounds emitted by automotive vehicles and shows sponsored by municipal government. First of all, it was done a review of the literature focused on articles and books that approaches the studied topic. A quantitative qualitative method was adopted. The methodology to measure the decibels (dB) was to digital decibelimeters ITDEC 4000 ® brand, able to sonic resolution scale (30-130) dB (A) and to qantify these noises emissions was adopted the NBR 10151 (2000), whose measuredment was give in seve points next the area of the research and a survey was conducted with closed and semi-open questions to 28 residents near the research area. It was found in the research that the measured points had the noise level higher than the limits allowed bye the Municipal Law 2.448 (2002) that established the Code of Behavior and Environment of the Quirinópolis city. The results of the research showed that

noise causes stress, insomnia and other hehavioral changes, as well as negative effects on the auditory system.

Keywords: Sol Poente Lake. Quirinópolis-GO. Noises.

PALAVRAS INICIAIS

A poluição sonora é atualmente, depois da poluição do ar e da água, o problema ambiental que afeta o maior número de pessoas devido ao incômodo causado pelo ruído ao homem, quer seja no seu ambiente de trabalho ou lazer. É tida como uma forma de poluição bastante disseminada nas sociedades industrializadas e pode causar danos irreparáveis à audição humana, sendo também capaz de afetar a saúde emocional das pessoas.

Os impactos intensos podem produzir lesões mecânicas como consequente processo degenerativo, já os ruídos contínuos e prolongados originam alterações de exaustão metabólica das células sensoriais e dos cílios do conduto auditivo, pois o som é o resultado da vibração acústica capaz de produzir sensação auditiva e como poluição está relacionado ao ruído estridente capaz de gerar transtornos.

O interesse em realizar esta pesquisa se deu pela necessidade de obter dados referentes aos ruídos nos ambientes próximos ao Lago Sol Poente, a fim de verificar o nível de decibéis a que os moradores da região são submetidos frequentemente aos finais de semana decorrentes de sons automotivos e programações festivas promovidas pela prefeitura.

O Lago Sol Poente constitui-se em ambiente público de lazer e está situado à Avenida da Saudade, no município de Quirinópolis-GO. Sua área geográfica compreende a 148.657 m^2. Possui um palco para shows artísticos, quadra de esportes,

campo de futebol, quiosques, sanitários, pista de motocros e skate; conta ainda com uma academia ao ar livre e uma pista de caminhada cercada por uma belíssima paisagem. Por ser um local onde são realizados os eventos culturais da cidade tais como Carnaval, Festival Gastronômico, Rodeio Show, Torneio de Pesca e Campeonatos de Motocrose Jet Skios moradores das áreas próximas convivem frequentemente com vários tipos de transtornos, dentre eles o intenso nível de ruído.

Pensando assim se fez necessário realizar esta pesquisa para aferir os decibéis ocasionados por sons automotivos e festivais artísticos. Os resultados desta pesquisa tornar-se-ão públicos para que sejam divulgados pela comunidade escolar, imprensa e principalmente aos moradores que estão expostos ao ambiente gerador de tal desconforto.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A poluição sonora tem sido um dos problemas mais graves nos centros urbanos com os sons automotivos, a retirada de escapamentos de veículos, dentre outros, tornando assim um ambiente desfavorável à qualidade de vida.

A velocidade de manifestações negativas sobre o organismo depende além do nível das emissões sonoras de fatores como: 1) tempo de exposição, 2) condições gerais de saúde,3) idade,etc. Todos esses fatores combinados determinam a influência efetiva do ruído sobre o indivíduo e sua manifestação ocorre por: 1) aumento da pressão arterial; 2) aceleração da respiração; 3) aumento da pressão no cérebro e 4) aumento das secreções de adrenalina. Ruídos da ordem de 60 decibéis (dB) provocam reações inconscientes no sistema nervoso vegetativo e são independentes do fato do ruído estar sendo considerado incômodo ou não (BUNDESANSTAL, 1996 apud LACERDA et al., 2005).

1.1 Propagação do som e saúde humana

Para Braga et al. (2005) o som é medido pela pressão que este exerce sobre o aparelho auditivo humano e à medida que essa pressão provoca danos à saúde humana comportamentais ou físicos deve ser tratada como poluição, cuja intensidade sonora é avaliada em decibéis, unidade proposta por Grahm Bell.

Na visão de Mota (2003) o ouvido humano é capaz de responder a intensa variação de pressão; por esta razão é utilizada uma escala logarítmica, a qual exprime o som numa unidade denominada decibel, cuja escala representa o som mais próximo da audição humana quando aferido na Curva (A), sendo assim a intensidade do som é expressa em decibéis – dB (A), valor este aferido por meio de um equipamento denominado decibelímetro como demonstrado na figura 1.

FIGURA 1: Decibelímetro – Instrumento aferidor de decibéis dB (A)

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Para Villas Bôas et al. (2001) a velocidade de propagação das ondas sonoras depende das condições do meio em que se propagam. No ar a 15ºC a velocidade do som é de

aproximadamente 340 m/s; na água, de 1.500 m/s e nos sólidos pode variar de 3000 m/s, dependendo da rigidez desse meio. No entanto para Braga et al. (2005) o sistema auditivo humano é sensível às ondas sonoras que tenham frequência entre 20 Hz e 20.000 Hz; este intervalo varia de pessoa para pessoa e de acordo com a idade.

O ruído atinge diferentemente as estruturas do órgão de Corti, ou seja, estrutura receptora auditiva. Os sons intensos de impacto tendem a produzir lesões mecânicas como consequente processo degenerativo; os ruídos contínuos e prolongados originam alterações metabólicas nas células sensoriais e seus cílios (SPOENDLIN, 1976). De acordo com Kitamura (1995 apud ALMEIDA, 1999), os efeitos mais conhecidos e estudados são perda auditiva, prejuízos na comunicação oral, zumbidos e otalgia.

Costa (1995) define a perda auditiva induzida pelo ruído (PAIR) como uma patologia progressiva diretamente relacionada à exposição ao ruído de caráter permanente e aponta como única medida eficaz a prevenção.

1.2 Legislação sobre poluição sonora ambiental e veicular

A emissão irregular de ruídos ocasiona perturbação à segurança viária, ao sossego público e ao meio ambiente, assim afetando o interesse coletivo e difuso de um trânsito seguro e da qualidade de vida. Contudo, mesmo com todos estes malefícios da emissão irregular de ruídos e com vasta legislação no que tange ao combate destas condutas percebe-se um notório aumento de pessoas utilizando seus veículos com instrumentos ou aparelhagem de som que infringem a legislação e geram

prejuízo a população, desconforto, indignação e descrédito no cumprimento da legislação (SANTOS, 2005).

De acordo com a NBR 101.51(2000) os valores medidos do nível de pressão sonora devem ser aproximados ao valor inteiro mais próximo, não devendo ser efetuadas medições na existência de interferências audíveis advindas de fenômenos da natureza como, por exemplo, trovões, chuvas fortes, dentre outros. O tempo de medição deve ser escolhido de forma que permita a caracterização do ruído em questão. A medição pode envolver uma única amostra ou uma sequência delas, cujos valores de dB (A) permitidos estão demonstrados na tabela 1.

TABELA 1 – Nívelde dB (A)permitido para ambientes externos conforme a NBR 10.151

Tipos de áreas	Diurno	Noturno
Áreas de sítios e fazendas	40	35
Área estritamente residencial urbana hospitalar ou escolar	50	45
Área mista, predominantemente residencial	55	50
Área mista com vocação comercial e administrativa	60	55
Área mista, com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

FONTE: NBR 101.51(2000)

Para Santos (2005) diversas normas tratam do uso regular e da quantidade de ruídos e sons para a convivência saudável do ambiente, sendo ele emitido no trânsito (art. 1º, § 1º, do Código de Trânsito Brasileiro) ou não, advindo esta proteção desde a Constituição Federal (art. 225 §5º do CTB) até Leis Municipais específicas.

A Lei Municipal nº 2.448, de 11 de junho de 2002, Art. 106 trata do controle da emissão de ruídos:

> O controle de emissão de ruídos no município visa garantir o sossego e bem estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qual natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

Ainda no que se refere à Legislação Municipal de Quirinópolis (2002) o Art. 110 afirma:

> Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período diurno ou noturno, de modo que crie ruído além do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, observando o disposto no zoneamento previsto no plano diretor.

Para a Organização Mundial de Saúde(1980) a poluição sonora ou ruído pode ter várias origens e um simples ruído, por mais baixo que seja, pode incomodar as pessoas e prejudicar a produtividade, perdendo assim a qualidade de vida (QV).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada nos bairros: Tonico Bento, Centro e Capelinha próximos ao Lago Sol Poente (Figura 2), na cidade de Quirinópolis nos meses de abril, maio e junho de 2012 para quantificar os dB e qualificar sensações causadas por eles sobre a população. Os dados apresentados neste trabalho foram obtidos por meio de pesquisa quali-quantitativa, tendo como modalidade a pesquisa-ação, cuja modalidade pressupõe planejamento, ação e reflexão.

FIGURA 2: Vista parcial do palco às margens do Lago Sol Poente em dias de shows artísticos, um dos pontos aferidos na pesquisa

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Visando identificar as relações psicossociais da população em relação ao ruído ambiental foi elaborado um questionário composto por dez questões fechadas dicotômicas e/ou múltiplas e perguntas semiabertas para 28 pessoas. A primeira parte do questionário avaliou a idade, profissão e sexo e a segunda os aspectos psicossociais referentes ao ruído ambiental percebido pelos moradores nos finais de semana e em dias de shows artísticos.

O questionário sobre poluição sonora foi elaborado com o objetivo de testar o nível de conhecimento do público em relação aos efeitos provocados pela mesma sobre o comportamento das pessoas e as consequências nos transtornos psicológicos na saúde da população.

Foram selecionados sete pontos para monitoramento e em cada ponto foram entrevistados quatro moradores próximos. A escolha dos pontos ocorreu de forma aleatória, tendo-se

o cuidado de eleger os mais estratégicos em áreas públicas visando à facilidade de deslocar de um ponto ao outro em dias de aglomeração para que a coleta se desse de forma escalonar, em intervalos de dez minutos.

A aferição dos decibéis ocorreu nos turnos vespertino e noturno, sendo utilizados dois aparelhos decibelímetros digitais da marca ITDEC 4000 com capacidade de resolução sonora na escala (30-130) dB(A); para quantificar a emissão dos ruídos adotou-se a norma brasileira NBR 10.151(2000) que estabelece regras para coleta de dados em ambientes externos e internos e fixa as condições exigíveis para a avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, independentes da existência de reclamações.

Após a aferição dos decibéis e aplicação dos questionários fez-se a tabulação dos dados para que os mesmos fossem representados em gráficos e tabelas visando melhor compreensão e para análise e interpretação dos resultados utilizou-se o programa da estatística descritiva.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Nível de decibéis aferidos próximo ao Lago Sol Poente

Para aferir os decibéis foram selecionados sete pontos (Tabela 2), cujo percurso realizado se deu no sentido anti-horário para coleta das coordenadas (latitude, longitude e altitude) e, posteriormente, aferição dos dB (A).

O ponto de menor latitude registrado foi na Avenida das Nações Lt 14 (18º26’26” latitude sul) e o nível máximo registrado foi na Praça da Igreja Mãe (18º26’50”); o ponto mínimo de longitude registrado foi no Centro do Idoso (50º27’29” longitude oeste) e o máximo (50º28’15”). A menor altitude (516m) no

Centro do Idoso no conjunto Capelinha e Praça da Igreja Mãe, ambos com mesmo valor e maior altitude (535m) na Av. das Nações Lt. 14, no Conjunto Tonico Bento.

TABELA 2 – Locais de aferição dos decibéis nas proximidades do Lago Sol Poente (Quirinópolis-GO)

Pontos	Descrição do ponto
01	Capela do Cemitério
02	Avenida das Nações Lt.14
03	Palco do Lago
04	PizzariaPizzarelli
05	Chácara Gouveia
06	Centro do Idoso
07	Praça da Igreja Mãe

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Os decibéis foram coletados nos dias 05, 06 e 27de maio para avaliar o nível de ruídos de sons automotivos e no dia 12 de maio do ano em curso para aferir o ruído dos instrumentos musicais e da aglomeração de pessoas em frente ao palco, pois nessa data aconteceu o 3º Festival Gastronômico e 8º "Arraiá do Povo".

Em se tratando dos decibéis a Lei Municipal nº 2.448 de 11 de junho de 2002, que institui o Código de Postura e Meio Ambiente do Município de Quirinópolis, em seu Art. 82, X, § 1º estabelece:

> Para cada período, os níveis máximos de som permitidos para a produção por pessoas ou qualquer tipo de aparelhos sonoros, orquestra, instrumento, em especial para a realização

de som ao vivo, medidos na curva 'A' do respectivo aparelho, ambos a distância a partir de 5m (cinco metros de quaisquer ponto das divisas dos imóveis onde aquelas instalações estejam localizadas ou do ponto de maior intensidade de ruídos produzidos no local de sua geração são os seguintes: a) diurno – 70 db (A); b) vespertino – 60 db (A); c) noturno – 50 db (A).

O nível de decibéis aferidos foi superior aos permitidos pela legislação municipal, tanto no turno diurno quanto noturno (dia 05 e 06 de maio), cuja coleta se deu com o intuito de verificar se os sons dos veículos automotivos estavam dentro das normas previstas pela Lei 2.448 (2002). Os dados da tabela 3 evidenciam que tanto dia 5 quanto dia 6 o valor dos dB na Praça da Igreja Mãe foram os maiores registrados empatando apenas com o valor aferido em frente ao palco. De acordo com Villas Bôas (2001) a onda sonora por ser mecânica precisa de um meio para propagar, como por meio de movimentos transversais do ar que vai se contraindo e expandindo sucessivamente e assim se propagando adiante.

TABELA 3 – Nível de decibéis aferidos nas proximidades do Lago Sol Poente, oriundos de sons automotivos (Quirinópolis –2012)

Pontos	Descrição do ponto	Datas			
		05/05		06/05	
		horas	dB(A)	horas	dB(A)
01	Capela do Cemitério	14h	45.9	17h	70.3
02	Avenida das Nações Lt.14	14h10mim	56.7	17h10mim	44.5
03	Palco do Lago	14h20mim	80.7	17h20mim	75.5
04	PizzariaPizzarelli	14h30mim	60.3	17h30mim	56.2
05	Chácara Gouveia	14h40mim	69.1	17h40mim	56.2
06	Centro do Idoso	14h50mim	74.8	17h50mim	52.2
07	Praça da Igreja Mãe	15h00mim	80.7	18h	76.0

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Braga e Alves (2007) realizaram uma pesquisa sobre poluição sonora em Quirinópolis e puderam avaliar o nível de ruído no Lago Sol Poente, o qual oscilou entre 66-150dB; ainda a coleta ocorreu no turno noturno e foi adotado um parâmetro para avaliação dos dB; a coleta se deu em cinco pontos diferentes com 13 aferições, todas elas com valores superiores ao permitido pela legislação municipal.

TABELA 4 – Níveis de decibéis aferidos nas proximidades do Lago Sol Poente oriundos do Festival Gastronômico promovido pela Prefeitura de Quirinóplis-2012

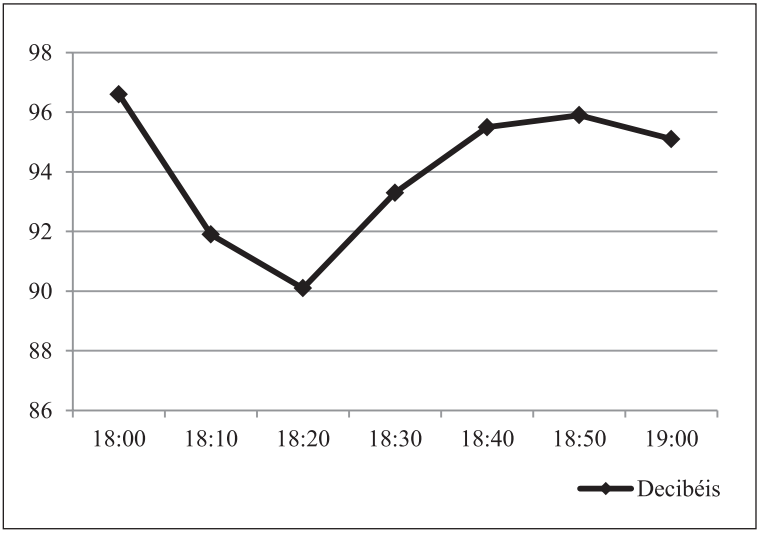
Pontos	**Descrição do ponto**	**Data: 12 /05**			
		horas	**dB(A)**	**Horas**	**dB(A)**
01	Capela do Cemitério	22h	64.4	0h	99.9
02	Avenida das Nações Lt. 14	22h10mim	58.7	0h10mim	61.0
03	Palco do Lago	22h20mim	93.6	0h20mim	71.3
04	Pizzaria Pizzarelli	22h30mim	63.2	0h30mim	83.2
05	Chácara Gouveia	22h40mim	61.8	0h40mim	70.3
06	Centro do Idoso	22h50mim	68.0	0h50mim	72.8
07	Praça da Igreja Mãe	23h	62.0	1h00mim	78.5

FONTE: Pesquisa de campo (2012)

O ruído predominante durante a semana, em dias não festivos, no período das 7h às 18h advém do tráfego normal de veículos e pessoas. A partir desse horário algumas pessoas se reúnem no lago para momentos de lazer e atividades físicas e alguns moradores não se sentem incomodados, já que o som não é tão alto.

Nos finais de semana do levantamento dos dados o nível de ruídos eleva (Gráfico 1) decorrentes da aglomeração de pessoas, sons automotivos, veículos com escapamentos retirados, dentre outros.

GRÁFICO 1: Decibéis aferidos em frente ao palco do Lago Sol Poente, com demonstração de sons automotivos



FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Foi possível verificar que os ruídos em frente ao palco ultrapassaram o valor máximo suportado pela audição, sendo registrado 96,6dB(A)às 18 horas e 90 dB(A) às 18h20min, oscilando nos demais horários valores acima do limiar audível, conforme aferição realizada no pátio em frente ao palco (Gráfico 1).

3.2 Nível de conhecimento sobre poluição sonora e os problemas enfrentados por moradores próximos ao Lago Sol Poente

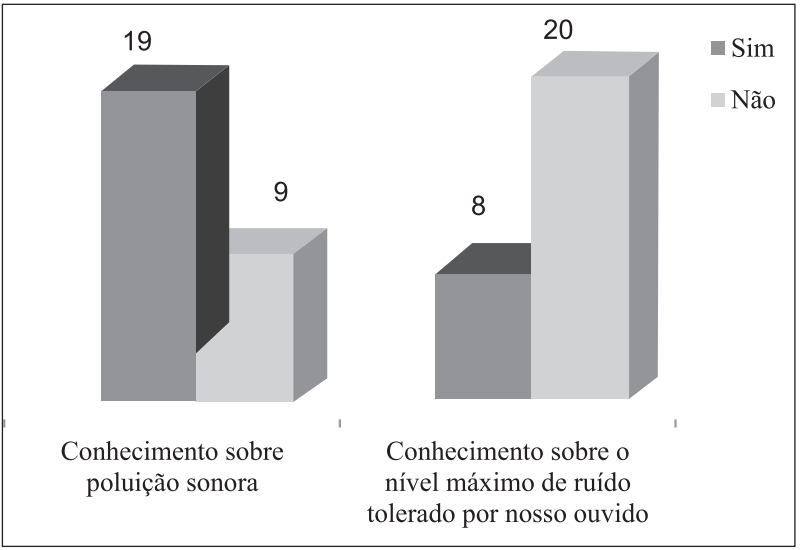
Com a finalidade de verificar o nível de conhecimento sobre poluição sonora no Lago Sol Poente e os problemas psicossociais originados por sons automotivos e shows artísticos foram aplicados 28 questionários no dia 24 de junho aos moradores próximos do referido lago.

3.2.1 Perfil dos entrevistados

Quanto à aplicação dos questionários obteve-se uma amostra composta por 28 moradores residentes próximos aos pontos de aferição dos dB (A), sendo 14 do sexo feminino (50%) e 14 do sexo masculino (50%). A faixa etária dos entrevistados foi de 18 a 60 anos, com idade média de 41anos. Quando questionados sobre a profissão exercida obteve-se 13 profissões diferentes, predominando 9 trabalhadoras do lar (32%), em segundo lugar 4 operadores de máquinas (14%), ficando as demais profissões (54%) sendo pintor, autônomo, pedreiro, zelador do cemitério, trabalhador rural, auxiliar de escritório, agente de saúde, estudante, comércio, cabeleireiro e analista de sistemas, correspondendo a 15 pessoas.

A presente pesquisa questionou a população residente próximo ao lago se estes possuíam conhecimento sobre poluição sonora e nível de ruído tolerado pelo ouvido humano. Como resposta constatou-se que num universo de 28 entrevistados 19 possuem conhecimento a respeito do assunto, ou seja, (68%) e 9 disseram não ter conhecimento sobre o assunto (32%), conforme demonstra o gráfico 2.

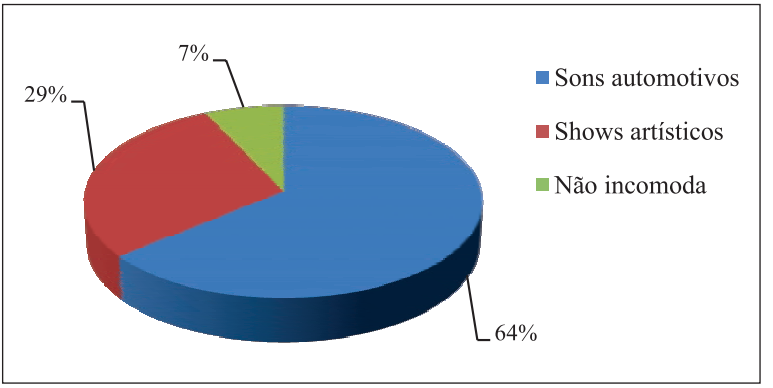
GRÁFICO 2: Nível de conhecimento da população entrevistada sobre poluição sonora e nível de ruído tolerado pela audição humana



FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Com a finalidade de verificar o tipo de ruído que mais incomoda a vizinhança do Lago Sol Poente foram obtidos os seguintes resultados: sons automotivos (64%), shows artísticos (29%) e 7% declararam que o nível de ruído não incomoda (Gráfico 3). Os dados demonstram que a maioria dos moradores estão insatisfeitos com a perturbação sonora em dias de shows e/ou finais de semana, confirmando assim a necessidade de fiscalização e apreensão de veículos com som acima do permitido.

GRÁFICO 3: Nível de insatisfação dos moradores em relação ao nível de ruído originado por sons automotivos e shows artísticos no Lago Sol Poente



FONTE: Pesquisa de campo (2012)

Questionados sobre o horário que o barulho mais incomoda 24 pessoas responderam turno noturno (86%), 4 participantes responderam turno vespertino (14%). Os mesmos relataram que os ruídos provenientes de sons automotivos iniciam por volta das 11 horas podendo permanecer até às 23 horas, no entanto alguns moradores relataram que o mesmo se estende pela madrugada.

Quando questionados se os mesmos se sentiam afetados pelo barulho gerado no Lago decorrente de perturbações diversas 12 pessoas afirmaram que o barulho traz desconforto (43%), seis disseram que não se sentem incomodadas (21%) e os demais responderam que, às vezes, o barulho gera desconforto (36%).

Em relação ao tipo de transtorno (sensação) gerado pelos ruídos os entrevistados poderiam fazer opção em escala ordinal

no sentido decrescente e obteve-se como respostas: stress (1º), insônia (2º), dor de cabeça e não sente sensações de desconforto (3º) e falta de audição (4º).

Aos moradores foi questionado se conheciam a legislação municipal sobre poluição sonora e destes 26 responderam que não(93%), apenas dois moradores afirmaram ter conhecimento da legislação (7%), os quais relataram que tomaram conhecimento da legislação em treinamentos para ingressar nas usinas sucroalcooleiras.

Para finalizar foi questionado aos moradores se os mesmos já fizeram denúncia ao poder público sobre a perturbação do sossego e destes 24 responderam que não (86%) e apenas 4 pessoas responderam que sim (14%); afirmaram ainda que embora tenham feito denúncia a mesma não surtiu efeito. Para complementar foi questionado se os mesmos já pensaram em formar uma organização de bairro para solicitar diante as autoridades medidas de redução em relação aos ruídos e destes 22 afirmaram que sim (79%) e 6 entrevistados disseram não (21%).

4 PALAVRAS FINAIS

A pesquisa teve como cunho verificar o nível de ruído com o qual os moradores próximos ao Lago Sol Poente na cidade de Quirinópolis estão convivendo nos finais de semana e shows artísticos promovidos pela Prefeitura. Diante dos resultados há indícios de que a poluição sonora tem influenciado na qualidade de vida da população que margeia o Lago Sol Poente, ocasionando problemas associados aos aspectos psicossociais, os quais podem desencadear vários distúrbios sobre a saúde. A análise dos resultados mostra que a Lei 2.448 (2002) não está sendo cumprida. É interessante:

- ✓ Promover campanhas educativas com os proprietários dos veículos automotivos para que estes se conscientizem sobre os prejuízos trazidos pelos ruídos à saúde da população dos bairros expostos ao transtorno;
- ✓ Cobrar dos órgãos fiscalizadores medidas administrativas visando à redução de ruídos, fazendo valer a legislação vigente;
- ✓ Plantio de espécimes arbóreas próximas do lago para minimizar a emissão de ondas sonoras;
- ✓ Distribuir aos frequentadores do lago e moradores panfletos educativos sobre as consequências da exposição em ambientes com dB(A) acima do valor permitido;

Por fim, vale ressaltar que é direito do cidadão ter qualidade de vida (QV) e cabe aos órgãos públicos assegurar que a mesma seja preservada, pois a perturbação sonora gera impactos ambientais para a espécie humana podendo causar a Perda Auditiva Induzida pelo Ruído (PAIR). É sabido que a poluição sonora é um dos problemas urbanos contemporâneos mais graves e que a natureza emergencial desse problema é a criação de programas com normas, métodos e ações visando ao bem estar da população.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M (1999). Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica (CEFAC) **Monografia de Conclusão de curso de especialização em Audiologia Clínica**. Disponível em: <www.cefac.br/library/teses>. Acesso em: 2 jun. 2012.

BRAGA**,** B. et al. **Introdução à Engenharia Ambiental**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: ABDR, 2005.

BRAGA, Juliana Aparecida de Araújo. ALVES, Luciane Jacinto. **Barulhos que incomodam**: poluição sonora em Quirinópolis-GO. 2007. 72f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Quirinópolis, Quirinópolis, 2007.

COSTA, E. A. Órgãos dos sentidos: audição. In Mendes, R (org). **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, (1995), p. 365-87.

LACERDA, A. B. M; MAGINI, C; MORATA, T. M; MARQUES, J. M; ZANIN, P. H. T. Ambiente Urbano e Percepção da Poluição Sonora. **Revista Ambiente & Sociedade**v. 8, n. 2.Campinas, jul./dez. 2005.

MOTA, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

NBR 101.51 (2000). Acústica – **Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade**. Disponível em: <www.semace.ce.gov.br/.../Avaliação+do+Ruído+em+Áreas+Habitada>. Acesso em: 5 mai. 2012.

OMS (1980). Organizacion Panamericana de La Salud e Organizacion Mundial de La SAlud. **Critérios de La salud ambiental**, El Ruído, México. Disponível em: <www.pg.cefetpr.br/.../wp.../4o.../a-influencia-da-poluicao-sonora.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

PREFEITURA DE QUIRINÓPOLIS. **Lei nº 2.448, de 11 de junho de 2002**. Altera dispositivo da Lei nº 1.813/91, que Institui o Código de Postura e Meio Ambiente do Município de Quirinópolis. Secretaria do Meio Ambiente, 2002.

SANTOS, J. D. (2005). **Ruídos de veículos e sons automotivos**. Disponível em: <www.mp.pe.gov.br/.../Ruidos_de_veiculos_e_som_automotivo.doc>. Acesso em: 8 jun. 2012.

SPOENDLIN, H. Innervation densities of cochlea. **Acta otolaringol,** 73: 325-48, 1976.

VILLAS BÔAS, N; DOCA, R. H; BISCUOLA, G. J. **Tópicos de física**: termologia, ondulatória e óptica. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

Documentos

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA RECIFAQUI

A Revista RECIFAQUI é um periódico científico anual, nesse intuito objetiva ser um espaço editorial de rigorosa discussão científica, estando aberta à participação de pesquisadores da FAQUI a partir de edições temáticas dentro de linhas de pesquisa das áreas do conhecimento estabelecidas pela CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. São as áreas de conhecimento da RECIFAQUI Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e Ciências Humanas.

Artigos Científicos

Os artigos científicos deverão ser fruto de pesquisa acadêmica da FAQUI e conter Resumo, Abstract, palavras-chave, Keywords, Introdução, Discussão, Conclusão (ões), Referências Bibliográficas. O texto deverá ser apresentado com o mínimo de 10, e o máximo de 20 laudas. A publicação de trabalhos mais extensos fica condicionada à autorização do Conselho Editorial.

Resenhas

As resenhas deverão ser de livros publicados nos últimos 5 anos e conter no máximo 3 (três) laudas.

Apresentação dos Originais

O texto será digitado com o uso do editor de textos Microsoft Word for Windows, versão 6.0 ou superior, formato A4 (21,0 x 29,7 cm), com espaço simples em uma só face do papel, com margens laterais de 3,0 cm e margens superior e

inferior de 2,5cm, fonte Times New Roman de 14 cpi para o título, 12 cpi para o texto e 10 cpi para citações destacadas do texto, notas de rodapé e informações de tabelas e figuras.

Título

Título em duas línguas (em Português em caixa alto e negrito abaixo centralizado língua estrangeira, itálico corpo 10); NOME DO AUTOR POR EXTENSO, o nome, não iniciar com o sobrenome; RESUMO (entre 250 e 350 palavras) e PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras), escritos no idioma do artigo; ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave) ou RESUMÉ e MOTS-CLÈS (francês) ou RESUMEN e PALABRAS-LLAVE (espanhol); TEXTO; NOTAS; REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto). Resumos, palavras-chave, em português e em língua estrangeira, devem ser digitados em Times New Roman, corpo 10. Em **nota de pé da primeira página**, especificar os dados dos autor (es), indicando a atividade que exerce, a instituição que trabalha, titulação acadêmica e e-mail.

Resumo e Abstract

O Resumo e a sua tradução para o inglês, o Abstract, devem estar entre 250 e 350 palavras, com informações que permitam uma adequada caracterização do artigo como todo. No caso de artigos científicos, o Resumo deve informar o objetivo, a metodologia aplicada, os resultados principais e conclusões.

Palavras-chave e Keywords

No máximo 5 palavras serão representadas em seguida ao Resumo e Abstract. As palavras serão escolhidas do texto e não necessariamente do título.

Citações

As citações bibliográficas do texto devem ser pelo sobrenome do(s) autor(es) seguido do ano e da paginação referente. Quando houver dois autores, somente o sobrenome do primeiro será citado, seguido da expressão "et al.": Soares (2004, p. 123), (Soares, 2004, p. 456), Soares e Feijó (2000, p. 765), (Soares e Feijó, 2000, 321), Feijó et al. (2004, p. 65), (Feijó et al., 2000, p. 8).

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em cpi 10, espaço simples, e sem aspas (ABNT: NBR 10520).

Referências

A lista de referências será apresentada em ordem alfabética por sobrenome de autores, de acordo com a norma ABNT/NBR-6023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Inicia-se a referência com último sobrenome do(s) autor (es) seguido do(s) prenome(s), exceto aqueles de origem espanhola ou de dupla entrada, registrando-se os dois últimos sobrenomes. Todos os autores devem ser citados. Escrito apenas Referências não colocar Bibliográficas.

Obras anônimas têm sua entrada pelo título do artigo ou pela entidade responsável por sua publicação. A referência deve ser alinhada pela esquerda e a segunda linha iniciada abaixo do primeiro caractere da primeira linha.

Abaixo são apresentados alguns exemplos de Referências.

• Artigos de periódicos:

FABIAN, E. P. A relação entre método e política em Hegel a partir de A Sociedade Aberta e seus Inimigos de Karl Popper. In: **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 7, n. 8, Jun. 2006, p. 157-174.

• Livros

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

• Capítulos de livro

NICOLAU, M. F. A. O movimento dialético na introdução ao sistema da ciência – O prefácio a Fenomenologia do Espírito. In: CHAGAS, E. F.; UTZ, K.; OLIVEIRA, J. W. J. (Org.). **Comemoração aos 200 anos da "Fenomenologia do Espírito" de Hegel**. Fortaleza: Edições UFC, 2007, 127-144.

• Teses (doutorado) ou dissertações (mestrado)

BAFFA, Manoella. **A Forma da Metafísica**: sobre a história na obra tardia de Heidegger. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Filosofia, 2005.

• Artigos apresentados em congressos, reuniões e seminários

SANTOS, Fernando Santiago dos. Os jesuítas, as ervas medicinais e os índios brasileiros: estudo preliminar da Triaga Brasílica (séc. XVIII). II Encontro de Filosofia e História da Biologia. **Anais**. São Paulo, Ed. Mackenzie, 2004, p.19.

Tabelas e Ilustrações

As tabelas e ilustrações (gráficos, fotografias, desenhos) devem ser apresentadas dentro do texto do artigo.

Revisões

Os artigos terão as seguintes revisões antes da publicação: 1) Revisão técnica por consultor ad hoc; 2) revisão de língua portuguesa e inglesa por revisores profissionais; 3) Revisão Final pelo Comitê Editorial; 4) Revisão Final pelo(s) autor(es) do texto antes da publicação.

Obs: Todos os textos serão submetidos a parecer do Conselho Científico, sob forma de duplo anonimato. O Conselho poderá sugerir aos autores dos textos selecionados modificações na estrutura ou conteúdo.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1 A contribuição é original e inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".

2 O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.

3 URLs para as referências foram informadas quando possível.

4 O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.

5 O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.

6 Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Direito Autoral

Os trabalhos publicados são de propriedade de seus autores que poderão dispor deles para posteriores publicações, sempre fazendo constar a edição original (título original, recifaqui, volume, número e páginas).

A RECIFAQUI reserva-se o direito autoral do trabalho publicado, inclusive o de tradução.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

O material para publicação poderá ser encaminhado por e-mail desde que sejam entregues também duas vias impressas e uma em CD ou pendrive, no programa Word for *Windows*.

Envio de Originais

Os originais deverão entregues ou enviados exclusivamente por correio para CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SUDOESTE GOIANO LTDA

Coordenação de Extensão (publicações) – RECIFAQUI
Av. Quirino Cândido de Moraes, 38 – D – Centro
75860-000 Quirinópolis, GO.

Contatos

Página da internet: www.faculdadequirinopolis.com.br
Correio eletrônico: recifaqui@gmail.com
Telefone: (64) 3651 4680
Leon Alves Corrêa: leoncorrea@gmail.com
Maria da Felicidade Alves Urzedo: mariadafelicidade@bol.com.br

As exceções e casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial

Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a Pronto Editora Gráfica/ Kelps, declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da Pronto Editora Gráfica/ Kelps, no papel: Off-set 75g/m², composto na fonte Minion Pro, corpos 14 e 22 e Footlight MT Light, corpo 20
Janeiro, 2015

A revisão final desta obra é de responsabilidade da autora